



ANAIS DA
IX SEMANA DE GEOGRAFIA DA UNICAMP
OS DESAFIOS DO FAZER GEOGRÁFICO: ENTRE TEORIA E PRÁTICA



Centro Acadêmico
de Geografia e Ciências da Terra



CAMPINAS



UNICAMP

Centro Acadêmico de Geografia e Ciências da Terra
Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Campinas

ANAIS DA
IX SEMANA DE GEOGRAFIA DA UNICAMP
OS DESAFIOS DO FAZER GEOGRÁFICO: entre teoria e prática

Campinas
2013

Universidade Estadual de Campinas

José Tadeu Jorge
Reitor

Alvaro Penteadó Crósta
Coordenador Geral da Universidade

Luís Alberto Magna
Pró-Reitor de Graduação

Roberto Perez Xavier
Diretor do Instituto de Geociências

Lindon Fonseca Matias
Diretor Associado do Instituto de Geociências

Regina Célia de Oliveira
Chefe do Departamento de Geografia

Wanilson Luiz Silva
Coordenador de Graduação do Instituto de
Geociências

Rafael Straforini
Coordenador Associado de Graduação do Instituto
de Geociências

**Associação dos Geógrafos Brasileiros –
Seção Campinas**

Vicente Eudes Lemos Alves
Diretor

Fabricio Gallo
Vice-diretor

Marcel Petrocino Esteves
Secretário

Gustavo Henrique Beraldino Teramatsu
Segundo secretário

Luciano Pereira Duarte Silva
Tesoureiro

Mariana Traldi
Segunda tesoureira

Adriana Maria Bernardes da Silva
Coordenadora de publicações

André Buonani Pasti
Vice-coordenador de publicações

3

Centro Acadêmico de Geografia e Ciências da Terra

Gestão “Por um CACT ativo!” (2012-2013): Anderson Cordeiro Sabino, Diogo Ronchi Negrão, Éverton Vinícius Valezio, Gustavo Henrique Beraldino Teramatsu, Iago Vernek Fernandes, Lincoln John Leite Medeiros, Luciano Pereira Duarte Silva, Lucinei da Silva Cordeiro, Marcos Henrique dos Reis Lourenço, Paulo Edson Schink Gonçalves, Rafael Cesar Rigamonte, Stéphanie Rodrigues Panutto, Thiago Corrêa Zanini e Valderson Salomão da Silva

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS DA UNICAMP

Semana de Geografia da Unicamp (9 : 2013 : Campinas, São Paulo)

Se51a

Anais da IX Semana de Geografia da Unicamp, Campinas, 11 a 14 de novembro de 2013 : Os desafios do fazer geográfico: entre teoria e prática /Centro Acadêmico de Geografia e Ciências da Terra, Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Campinas, – Campinas, SP, 2013. 284 p.

1. Geografia. I. Centro Acadêmico de Geografia e Ciências da Terra. II. Título.

CDD 910

ISBN: e-book

Índice para catálogo sistemático:

4

1- Geografia

910



Os Anais da IX Semana de Geografia da Unicamp foram licenciados com uma Licença [Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - SemDerivados 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/).

Agradecimentos

Agradecemos a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a realização desta edição da Semana de Geografia da Unicamp: aos funcionários do Setor Financeiro, da Diretoria, da Secretaria de Eventos e da Secretaria de Graduação do Instituto de Geociências da Unicamp, aos funcionários do Núcleo de Pesquisas Ambientais e da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Unicamp, aos funcionários da Diretoria de Logística e Infraestrutura de Ensino da Unicamp, e aos professores Antonio Carlos Robert Moraes (FFLCH-USP), Rafael Straforini (IG-Unicamp) e Wenceslao Machado de Oliveira Junior (FE-Unicamp). Agradecemos também a Renata Beltramin, Sharon Pires, Tatiana Kely, da Editora Garamond, e William Chinelato.

Diagramação Gustavo Teramatsu e Luciano Duarte

Revisão Melissa Steda

Capa Gustavo Teramatsu sobre arte de Sharon Pires

Os desafios do fazer geográfico: entre teoria e prática

A constituição de uma prática verdadeiramente transformadora da realidade deve passar pela conciliação do método geográfico e da ação consequente dos geógrafos.

Esse desafio imposto pela complexificação dos processos sociais no atual período é uma preocupação antiga, mas nunca superada, no campo de atuação da Geografia. Deve ser, portanto, objeto de discussão permanente dos estudantes e dos profissionais desta disciplina.

Colocando essa importante questão em pauta, procuramos discutir também a atuação dos geógrafos ao lado dos movimentos sociais que perseguem a conquista do direito à cidade, e dos professores de Geografia preocupados com novas práticas educativas, bem como o rigor e a ética necessários aos estudos ambientais e ao planejamento urbano, em que a Geografia em muito contribuiu para avanços significativos.

A **IX Semana de Geografia da Unicamp**, em suas diversas atividades, procurou fazer o convite para este debate ainda tão necessário para a ciência geográfica.

Gustavo Teramatsu
Segundo secretário da AGB-Campinas

6

Comissão Organizadora da IX Semana de Geografia da Unicamp

Éverton Vinícius Valezio, Gustavo Henrique Beraldino Teramatsu, Luciano Pereira Duarte Silva, Maico Diego Machado, Melissa Maria Veloso Steda, Stéphanie Rodrigues Panutto e Valderson Salomão da Silva. Contribuíram Diego Luciano do Nascimento, July Ane Vilella, Lucinei da Silva Cordeiro, Renan Nicastrí Ivo, Thiago Corrêa Zanini e Wagner Wendt Nabarro

Comissão Científica da IX Semana de Geografia da Unicamp

Alcides Manzoni Neto, Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin, Ana Paula Mestre, Carina Merheb de Azevedo Souza, Carlos Eduardo Nobre, Cristiano Nunes Alves, Daniel Luis Storani, Ednelson Mariano Dota, Fabricio Gallo, Fernanda Aparecida Leonardi, Fernanda Cristina de Paula, Fernando Campos Mesquita, Francis Pedroso, João Humberto Camellini, Luis Henrique Leandro Ribeiro, Marcel Petrocino Esteves, Marcone Denys dos Reis Nunes, Marina Sória Castellano, Narjara Zimmermann, Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol, Roberta Marquezi Bueno, Thiara Vichiato Breda, Vanderlei Braga, Vânia da Silva e Viviane Lousada Cracel

Sumário

Programação	10
Concurso fotográfico	11
Minicursos	20
Políticas urbanas e o uso do território pelos pobres nas grandes cidades	21
Climatologia: interpretação de imagens de satélite e análise sinótica prática	26
Procedimento para aquisição de dados georreferenciados, em bancos de dados governamentais, para uso em mapeamento temático no ArcMap	30
Aplicações Geomorfológicas empregando dados LiDAR e SAR	39
Tendências recentes do planejamento territorial brasileiro: grandes projetos urbanos e conflitos pelo uso do território.....	40
Geografia da Inovação: a compreensão dos espaços de CT&I no Estado de São Paulo	42
Fronteira: espaço como (re)produção do conflito	46
Território, territorialização e territorialidade na perspectiva da Música Popular Brasileira.....	51
Reflexões e práticas de ensino em Geografia	58
Troca de ideias: compartilhando metodologias de ensino na geografia escolar	59
Geografia escolar contemporânea: livro didático e realidade proximal	64
O objeto de estudo de Geografia como elemento do processo de formação humana	70
Reconstrução de cenário ambiental pretérito: práticas de ensino em trabalho de campo, Itu/SP.....	74
O meio natural e a ação humana	79
Expansão da mancha urbana do litoral paulista.....	80
As interpretações climáticas e a crença popular na região do semi-árido brasileiro	86
Gestão em bacias hidrográficas	91
Mapeamento participativo e a análise de paisagens como instrumento de gestão dos recursos naturais dos manguezais.....	96
A variabilidade cerâmica do sítio arqueológico Turvo V-B, SP	101
Mapeamento geomorfológico do município de Estrela do Norte-SP	106
Considerações sobre a importância da previsão imediata do tempo meteorológico na geografia	111
Geografia, cultura e comportamento.....	117
A relação homem-animal: notas introdutórias.....	118

Identidade e territorialidade: espaço, poder e intrusão na terra indígena Yawaripë Yanomami	122
Disputa espacial dentro da Cidade Universitária – a relação entre estudantes, reitoria e espaço público.....	127
Os caminhos de Santiago de Compostela: imagem, paisagem e lugar.....	132
Dinâmicas urbanas e populacionais.....	137
Região Administrativa Central do Estado de São Paulo: um olhar sobre as dinâmicas territoriais e a transição demográfica.....	138
A origem do município de Leme-SP, e uma breve análise da sua dinâmica populacional nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010	142
Análise populacional do município de Lugo-Espanha	147
Análise espacial de ocorrências de traumas do SAMU-192 das cidades de Feira de Santana (BA) e Rio Claro (SP), reveladas por meio da utilização de SIG.....	154
Padrão de crescimento econômico em pequenas cidades: o caso de Ipeúna – SP.....	159
Evolução territorial de Carapicuíba: a habitação na periferia da metrópole paulistana (1970-2012)	163
O Vale Histórico como um instrumento do planejamento territorial e a estância turística de São José do Barreiro-SP	169
Cidade e natureza: uma breve reflexão	173
Planejamento e usos do território no espaço urbano	177
O rádio FM em Campinas: território, psicosfera e enquadramento do gosto musical	178
Cartografia do circuito das artes na cidade de São Paulo: uma análise da presença da arte no espaço urbano	183
Organização do território e acessibilidade na Região Metropolitana de Campinas: o caso do Corredor Metropolitano Noroeste.....	188
Usos do território e fluidez: os nexos entre o aeroporto de Guarulhos (SP) e a mobilidade urbana na cidade de São Paulo.....	193
A espacialidade do sistema de microcrédito no município de Limeira: o Banco do Povo Paulista.....	197
Em busca de uma nova leitura das invisibilidades nas cidades corporativas: o conceito de escala e a produção da periferia urbana mais recente de Campinas-SP	202
Políticas públicas e dinâmicas do espaço urbano	208
A Operação Urbana Rio Verde–Jacu e a reorganização da Zona Leste de São Paulo em função da Copa do Mundo de 2014	209
Arco Metropolitano em Nova Iguaçu: os impactos do empreendimento sobre a população ..	213
A presença da estrutura federal na escala municipal: o Programa Minha Casa, Minha Vida e a aplicação de moradias populares em áreas irregulares nos municípios: um olhar sobre Campinas – SP.....	218

Políticas públicas como aliadas do planejamento urbano das áreas verdes de Londrina/PR.222

Dinâmicas agrárias e fundiárias no Brasil.....226

Análise de implicações da expansão do setor sucroenergético na dinâmica econômica e socioespacial da microrregião de Limeira/SP227

O rural e o urbano em pequenas cidades da Amazônia: um estudo das relações sociais e da propriedade fundiária em Ponta de Pedras, PA232

Demarcando frentes e forças: a construção do território tocantinense236

Dendeicultura, comunidades tradicionais e segurança alimentar na Amazônia Paraense240

Transformações no uso agrícola na mesorregião das Vertentes (MG): uma análise do cultivo da maçã.....245

Compreendendo o território brasileiro: economia e informação.....249

A conformação do macrossistema elétrico brasileiro250

O planejamento territorial no Brasil a partir da década de 1990 e o aval da consultoria Deloitte sobre o país255

A acumulação por espoliação e o novo navio negreiro.....260

Difusão de notícias econômicas no território brasileiro: rumos da globalização.....265

A evolução da informação e as transformações no trabalho270

Recursos naturais e desenvolvimento: novas perspectivas para o debate275

Proximidade geográfica e a relação universidade-empresa: o caso das empresas graduadas pela Incamp.....280

Programação

10

	Manhã	Tarde	Noite
Segunda 11.11.13			Conferência de abertura PB16, 19h Ricardo Mendes Antas Jr.
Terça 12.11.13	Minicursos	Mesa-redonda PB15, 14h O trabalho do geógrafo e o direito à cidade Ivy Schipper e Rosalina Burgos Mediação: Rogério Bezerra da Silva	Mesa-redonda PB15, 19h Ensino libertário de Geografia Alexsandro Aparecido Sgobin, Rodrigo Barchi e Rodrigo Rosa da Silva Mediação: Fernando Zanardo
Quarta 13.11.13		Mesa-redonda PB15, 14h O profissional geógrafo e a análise ambiental Selma Simões de Castro e Renato Benito Felipe Jr. Mediação: Saulo de Oliveira Folharini	Mesa-redonda PB15, 19h Geografia e planejamento urbano: possibilidades e limitações da atuação profissional Melissa Giacometti de Godoy e Renato Nunes Balbim Mediação: Ana Paula Mestre
Quinta 14.11.13	Espaços de Diálogo Geográfico	Palestra EB14, 14h Google Maps e o geógrafo no mundo corporativo Felipe Barozzi Seabra	Conferência de encerramento PB13, 19h Iná Elias de Castro

Concurso fotográfico

11

II Concurso Fotográfico da Semana de Geografia da Unicamp – homenagem a Bertha Becker

“ Sempre procurei juntar a teoria com o empírico com a pesquisa de campo –
Bertha Becker, em 2010

O **II Concurso Fotográfico da Semana de Geografia da Unicamp** homenageia Bertha Koiffmann Becker, que faleceu no mês de julho de 2013, aos 82 anos. Relembrando a atuação da geógrafa, foram muitos aqueles comentaram a importância que dava ao campo em suas pesquisas.

O objetivo do concurso, portanto, foi apresentar ao público fotografias que descortinem o olhar dos geógrafos, divulgando as pesquisas e trabalhos dos participantes da **IX Semana de Geografia**, bem como os trabalhos de campo realizados em disciplinas dos cursos de Geografia do Brasil e, ao mesmo tempo, valorizar a sensibilidade que atravessa os estudos geográficos.

12



Instantes de Bertha Becker em campo (Fotos: Hervé Théry)

A escolha de estudar Geografia

Outra influência importante foi da minha irmã Fany Davidovich, que fez o curso de Geografia e muitos trabalhos em Geografia urbana. Ela me contava as histórias das pesquisas do [Francis] Ruellan, que ela participava, pelo Brasil afora. E aquilo me tocou profundamente, porque eu já tinha aquela vontade de andar pelo mundo, de conhecer o mundo, de abrir fronteiras. Quando ela me contava das excursões, dos trabalhos de campo do Ruellan, eu vibrava. — **Em entrevista à revista Ateliê Geográfico, em 2010**

A importância do trabalho de campo

Uma das minhas influências foi Francis Ruellan [1894-1975], professor de geomorfologia. Era um professor muito exigente, que gostava de carregar seus alunos para o campo. Ele me chamava de sua secrétaire de misère – secretária de miséria –, porque eu fazia todo o trabalho maçante de preparar o material para as viagens, mas eu adorava! – **Em entrevista a Ciência Hoje, em outubro de 2010**

Eu ia para o campo – e sempre fiz pesquisa de campo, é uma característica da minha formação; sempre procuro ligar teoria e prática, ainda mais em um país como Brasil, onde as coisas mudam do dia para a noite. – **Em entrevista a Geosul, em 2007**

Eles acham que ciência humana não é ciência, que tudo tem de ser medido, com equações e modelos. Mas eu, que trabalho na Amazônia há 30 anos, não posso deixar de ir a campo para ver o que se passa. Porque ali muda todo ano, com uma dinâmica incrível. Tenho de ter cuidado com esses modelitos estratosféricos. Modelo é importante, mas tenho que ir a campo, preciso conhecer o que se passa em vários lugares da Amazônia para poder fazer uma generalização. Converso com diferentes atores sociais, desde o peão até o governador do estado, os pecuaristas e o produtor familiar. Não vejo como captar as tendências de mudanças na Amazônia se não for lá e reconhecer a diversidade. – **Em entrevista a Pesquisa FAPESP, em agosto de 2004**

A ênfase então atribuída à pesquisa de campo e a minha participação nas excursões como secrétaire de misère do professor Ruellan e nas do professor [Hilgard O'Reilly] Sternberg me permitiram efetuar o reconhecimento de diversas partes do território, inclusive a problemática do Nordeste numa excursão de um mês em que percorremos todo o estado do Ceará. Mas a pesquisa de campo teve uma importância maior. Ela me introduziu nas bases de uma metodologia geográfica que reputo de grande valor, constituindo uma herança que incorporei também definitivamente na minha prática acadêmico-profissional. — **Em seu memorial para o concurso ao cargo de professora titular no Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFRJ, em 1993**

Sobre Bertha Becker

Muito da importância e sucesso de seu trabalho se deveu a seu método de atuação, que unia, como raras vezes se vê, a teoria à pesquisa de campo. Para conhecer a fundo a Amazônia, por exemplo, ela ouvia todos os grupos sociais, como índios, caboclos, ribeirinhos, trabalhadores urbanos, empresários, Igreja e governo. Com isso conseguia ter uma visão ampla das demandas, mudanças e problemas da região. – Nota da SBPC em homenagem à professora emérita da Universidade Federal de Rio de Janeiro, referência mundial na área da geografia política

Entre o IBGE, a UGI, o Itamaraty, ou o ensino no Instituto Rio Branco, o PPG7, a ANPEGE, o Macrozoneamento da Amazônia Legal, a Academia Brasileira de Ciência, o Trabalho de Campo, Brasília e o mundo formou-se a geógrafa que se inquietava com as ideologias da ciência, da tecnologia, da questão ambiental, da globalização e do Estado, apontando criticamente as ações de submissão e as estratégias de autonomia para o desenvolvimento do território brasileiro. – Nota de pesar da diretoria da ANPEGE

Bertha Becker era apaixonada pela Amazônia, região que ela escolheu para estudar e que dedicou a maior parte de sua carreira. Era incansável em seus trabalhos de campo, suas análises profundas sobre o território amazônico e o papel das cidades, e seus projetos para a região. Bertha sempre esteve preocupada em associar a ciência que fazia com políticas públicas. – Ima Célia Vieira, do Museu Paraense Emílio Goeldi

Era uma coisa sensacional. Apesar de conhecer muita teoria, viajar e fazer conferências no mundo inteiro, a Bertha sempre adorou trabalho de campo: levar a garotada lá para o fim do mundo, para a Amazônia. Às vezes o pessoal ficava sem fôlego e ela, já avançada na idade, arrastava a rapaziada toda para conviver nas cidades, entrevistar os comerciantes locais, os agricultores, os empresários... Isso é que é energia renovável! – Carlos Minc, deputado estadual do Rio de Janeiro e ex-ministro do meio ambiente

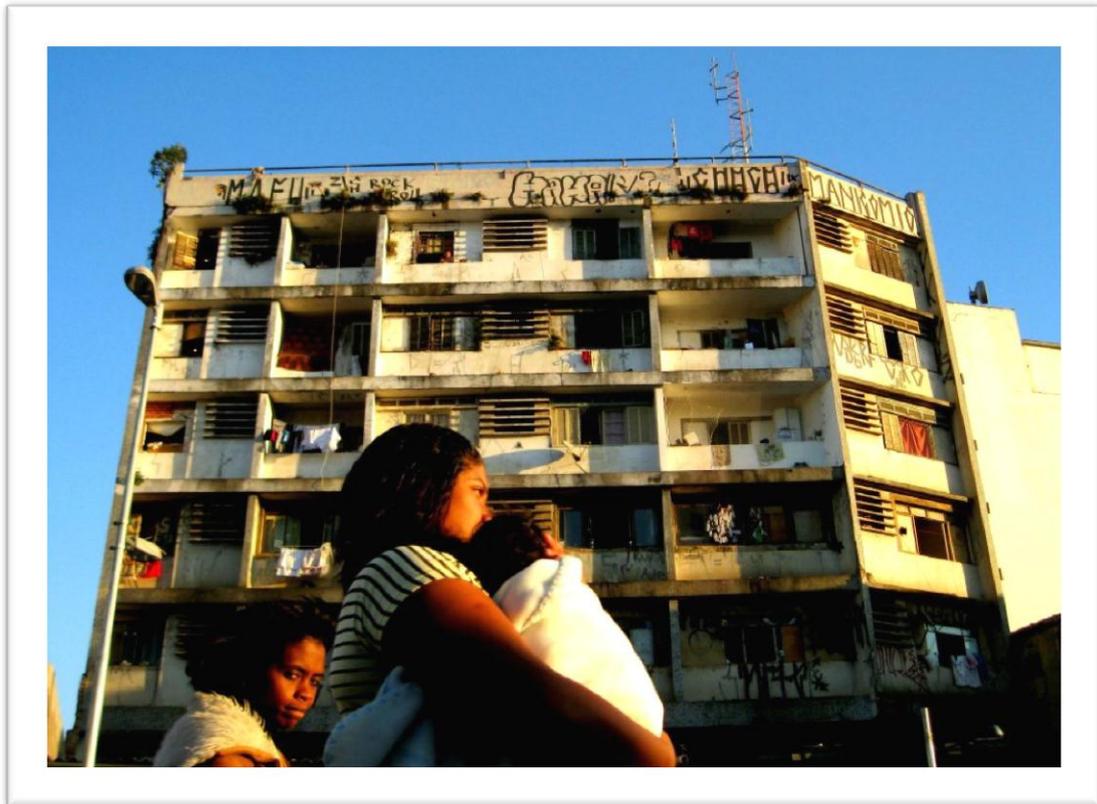


15

1º lugar | Infância #2, por Gustavo Teramatsu

Era Sábado. O menino, ao pé das escadarias do Morro da Providência, primeira favela do Brasil, interrompeu seu trabalho e, fazendo pose, pediu uma foto. Rio de Janeiro, trabalho de campo da disciplina Planejamento Territorial, novembro de 2012.

16



2º lugar | Ocupação e ocupantes – Mauá 2012, por Iago Vernek Fernandes

A foto foi tirada em frente à “ocupação Mauá”, localizada ao lado da Estação da Luz [em São Paulo – SP], em um show da banda Quilombrasa (da qual sou integrante), que foi parte de uma ação social promovida por pessoas que pesquisam o local. O prédio foi ocupado em 2007 e permanece como símbolo da resistência dos pobres. A Mauá é exemplo da frase “a periferia está no centro”. Qualquer visita ao local vira trabalho de campo a partir do momento em que se pisa dentro do prédio. Toda teoria geográfica vira prática ali, a partir daquela porta.

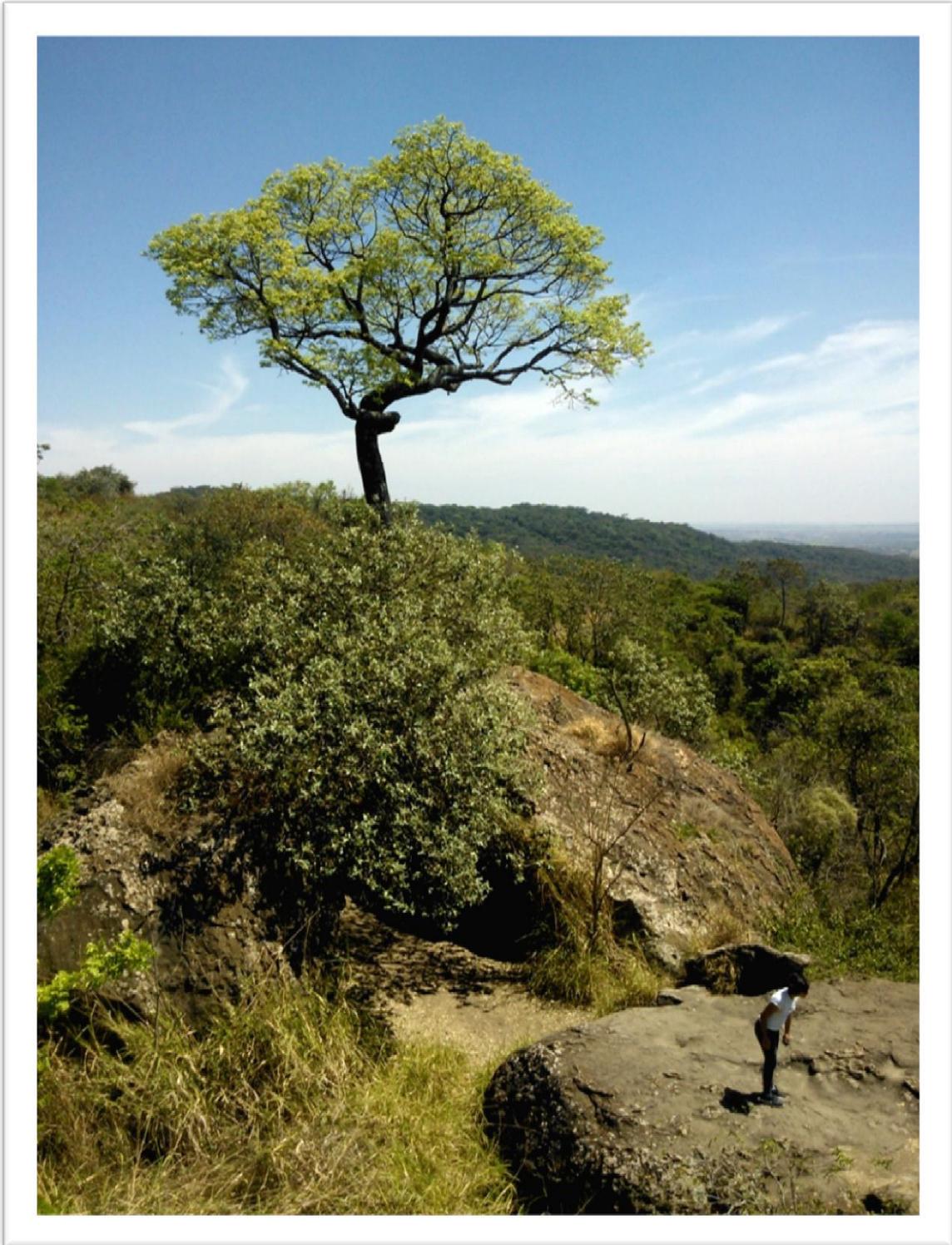


17

3º lugar | Tradição e Conexão nas Pequenas Cidades da Amazônia, por Viviana Mendes Lima

Cidade de Ponta de Pedras, Pará, em 11/07/2013. A paisagem urbana, típica de uma cidade ribeirinha da Amazônia, expressa a adaptação dos moradores ao ambiente de várzea, além das casas de palafitas e antenas de TV digital, que nos proporcionam perceber o tradicional da Amazônia ribeirinha e o meio técnico-científico-informacional. Projeto: “Cidades pequenas do Estuário do Rio Amazonas e sua importância para os fluxos econômicos e redes sociais”, financiado pela FAPESP e pelo CNPQ.

18



4º lugar | Serra de Araçoiaba (SP), por Cauã Guilherme Miranda

Topo da Serra de Araçoiaba, em Iperó (SP), no dia 15/09/2013, disciplina de Trabalho de Campo, que, além da beleza natural, é local em que se encontra o monumento dedicado a Varnhagen, primeiro historiador do Brasil e filho do dono da Fazenda Ipanema, palco da primeira fábrica de ferro do país.



5º lugar | Apresentação do Boto-Cor-de-Rosa em disputa cultural no Çairé - Vila Alter do Chão (PA), por Mariana da Silva Lima

Participação cultural em viagem de campo a Santarém (PA), na iniciação científica “Particulados atmosféricos na região do baixo Tapajós, Amazônia”. Boto-Cor-de-Rosa em disputa cultural no Çairé, um festival folclórico e religioso que resgata o lendário amazônico. Foto tirada em 15/09/2012.

19



5º lugar | Geografia: A arte de enxergar além, por Brunna D’Luise Turato Lotti Alves

Viagem de campo realizada na disciplina Trabalho de Campo, no dia 14 de setembro de 2013, para o Assentamento Elizabeth Teixeira. A foto foi tirada utilizando filtro de imagem para mostrar a realidade vista de um outro ângulo.

20

Minicursos

Políticas urbanas e o uso do território pelos pobres nas grandes cidades

Ana Paula Mestre
Carlos Eduardo Nobre
Helena Rizzatti Fonseca

Resumo

Pretende-se abordar o papel das políticas urbanas nos processos de fragmentação e periferização de grandes cidades no Brasil (Campinas, São Paulo e Maceió) engendrados pela urbanização corporativa.

Introdução e justificativa

Buscamos interpretar o papel do planejamento territorial na formação das periferias das cidades de Campinas, São Paulo e Maceió. Acerca de um traço marcante da urbanização brasileira, buscamos compreender a fragmentação e a pobreza urbana nessas três cidades. Serão discutidas a expansão da periferização sul da cidade de Campinas-SP, a economia urbana da favela de Heliópolis em São Paulo e a luta pelo acesso a moradia em Maceió. Nosso intuito é discutir o peso das políticas urbanas e os usos do território no processo de modernização de grandes cidades brasileiras. De modo geral, analisando o histórico de intervenções públicas percebe-se que os planos urbanos vincularam-se fortemente às ideologias de crescimento e desenvolvimento e às estratégias de incorporação e valorização do espaço pelas elites locais, cujos interesses alinharam-se às restrições de um Estado conservador.

A periferização se efetiva social e geograficamente em diferentes manchas do *continuum* urbano (LENCIONI, 2003), não apenas nos anéis externos, por isso o conceito de periferia por aqui adotado não é geométrico (PAVIANI, 2003). Nas cidades retratadas deparamo-nos com um acúmulo de injustiças sócio-espaciais, as periferias surgem nos interstícios e frequentemente apresentam usos diversos quanto ao funcionamento da economia urbana. No passado, a periferia consolidou-se como a materialização de mecanismos clássicos de segregação: “habitações insuficientes e de má qualidade, inexistência de infraestruturas básicas, baixa possibilidade de acesso rápido e confortável aos lugares de trabalho, malha viária e equipamento de transporte coletivo deficientes” (IDEM, p. 183). Atualmente, cabe atualizarmos o conteúdo das periferias e buscarmos uma nova “cartografia da ação” (RIBEIRO, 2011) dos movimentos sociais no período da globalização, igualmente, “fazer falar” as perversidades que se espalham pelo território brasileiro: a informação, financeirização e o consumo são alguns dos nexos necessários para entendermos como os lugares pobres se inserem nas modernizações do território e como se reproduzem as desigualdades sócio-espaciais. Buscamos assim compreender as dinâmicas do *território usado* (SANTOS & SILVEIRA, 2001; RIBEIRO, 2011).

Essas cidades são retratos de como o planejamento dirigido pelo Estado pôde subsidiar ações hegemônicas. Segundo Ribeiro (2004, p. 94), “ação hegemônica é aquela conduzida pelas forças econômicas e políticas que dominam o território brasileiro, expressivas da aliança entre agentes externos e internos, é condutora de numerosas e difusas ações subalternas e subalternizadas”.

Em Campinas devido ao processo de urbanização corporativa e fragmentada constituiu-se descaradamente uma cidade cindida, com uma parcela Norte que é rica e uma parcela Sul onde concentram-se majoritariamente as favelas e ocupações (CANO & BRANDÃO, 2002). Tal fragmentação fica clara desde o início do século XX, com o desenvolvimento da política cafeeira, e se mantém atualmente, por exemplo, através da instalação do II Polo de Alta Tecnologia e dos condomínios fechados, na década de 1990 e 2000, na área Norte da cidade.

Essa formação é fortalecida pelo poder público local, pois ao analisar a implantação de políticas habitacionais municipais nota-se uma tendência a fortalecer essa fragmentação reproduzindo a concentração da pobreza na parcela Sul do território. Analisaremos a implantação da Lei Municipal 11.834/03, que visa a regularização do solo urbano das ocupações e favelas implantadas até o ano de 2001, e o programa federal Minha Casa, Minha Vida para população de baixa renda.

22

Em São Paulo, como produto das ações consideradas subalternas encontramos na economia pobre “uma infinidade de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de uma grande capacidade de adaptação sustentada no seu próprio meio geográfico” (SANTOS, 2002a, p. 324). Tal *flexibilidade* (SANTOS, 1994, p.73) é interpretada a partir da metamorfose do trabalho dos pobres nessa grande cidade, sua força criativa ainda não foi “decifrada” e “conectada” ao planejamento territorial da cidade.

A eletrificação chega às favelas no período atual, no entanto suas populações são penalizadas pelas tarifas de energia elétricas extorsivas e pelo controle social das distribuidoras de energia pós-privatização do setor, ilustraremos a formação da favela de Heliópolis e as políticas urbanas que a atingiram ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000. O uso da energia pelo circuito inferior da economia urbana em Heliópolis liga-se à espoliação urbana que por sua vez guarda relação com as políticas neoliberais.

Em Maceió, durante a década de 2000, o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) – que atua em áreas urbanas e rurais do Nordeste – ocupou dois terrenos públicos vazios localizados em uma área estratégica do ponto de vista da oferta de infraestrutura, serviços e transporte. O Movimento pleiteou junto aos poderes públicos locais a posse dos terrenos para implantação de habitação de interesse social.

Nesse mesmo período, um Shopping Center foi construído próximo às ocupações de modo que o valor dos terrenos – incluso os que estavam sendo ocupados pelo sem-teto – sofreram rápida valorização. A partir da pressão do setor imobiliário para aquisição dos terrenos a serem destinados à construção de habitação voltada à média e alta renda, os poderes públicos locais (municipal e estadual) intervieram no sentido de remover as

ocupações e realocar os sem-teto em conjuntos habitacionais populares localizados em uma área periférica marcada pela escassez de toda ordem e distantes das demais centralidades urbanas.

Este conflito em torno do uso de uma área para produção e consumo habitacional revelou o sentido segregador e desigual das ações planejadoras do Estado no esforço de orientar os usos seletivos e corporativos do território e, em última análise, beneficiar interesses econômicos externos em detrimento dos interesses sociais internos à cidade.

Propomos abordar neste minicurso uma síntese da fragmentação urbana das cidades e uma crítica ao papel do Estado, tendo como fio condutor o efeito cumulativo da especulação imobiliária (ALFREDO, 2003) e da urbanização corporativa (SANTOS, 2005a).

Material e métodos

Nas decupagens analíticas de Lojkine (1997, p. 175-180), as políticas urbanas não se reduzem à técnica da gestão, isto é, à dimensão operacional, segundo o autor, duas outras dimensões que abarcam o conteúdo híbrido do planejamento não podem ser descartadas:

- a) Dimensão Planificadora: conjunto de projeções espaciais e intenções de curto, médio e longo prazo;
- b) Dimensão Urbanística: “resultado” do par operação e planificação urbana, repercutindo na materialização dos efeitos sociais no espaço.

Segundo observação de Lojkine (1997, p. 191) este processo é dirigido por lógicas do parcelamento do solo especulativas, uma vez que “o equipamento público garante a formação de valores de uso complexos, pois adquirem sua plena atividade através das habitações ou atividades que a servem”.

Segundo princípio de valorização diferencial do espaço, advertimos que o Estado é o grande motor das desigualdades (SANTOS, 2009), “suas práticas sustentam o processo de transferência de recursos da população como um todo para algumas pessoas e firmas”, dinâmica viciosa que Santos (2009, p. 118) denominou por *socialização capitalista*.

Por esta razão, não há uma modernização que se generalize nas cidades subdesenvolvidas, na verdade, como um todo, as cidades resistem à difusão completa dessa racionalidade funcional. A pobreza é constantemente adaptável, no compasso da globalização neoliberal chegamos ao ápice da mercantilização da vida urbana.

Tal problematização convoca uma *quarta dimensão* das políticas urbanas, que é a *dimensão espacial*. A cidade é uma mediação ativa do desenvolvimento capitalista (LEFEVRE, 1969). Por isso, “o urbano intervém na produção e na concentração de capitais” (IDEM, 1969, p. 57).

Utilizando o método da *economia política*, as cidades correspondem à materialização do processo de valorização e uso seletivos. As sucessivas divisões territoriais

do trabalho revelam hierarquias espaciais que, por sua vez, espelham o comando dos agentes externos e de suas elites associadas sobre agentes internos “de baixo” que é um enorme contingente. Sem perder de vista a totalidade; os lugares são densamente equipados pela máquina do Estado em favor de grandes empresas em prol de uma globalização desnecessária à totalidade dos seus habitantes. Via de regra, o espaço condicionado às práticas sociais egoísticas também condiciona novos projetos e constantes adaptações (SANTOS, 2009).

Discussão

Ao perseguir alguns *pontos críticos* das cidades, dimensionamos estruturas urbanas incompletas que evoluíram nas cidades sob o aval do poder público em favor de uma minoria durante contínuas planificações.

O intuito de nossa exposição é compreender as feições da pobreza no período atual e, por sua vez, pontuar alguns impulsos globais que redefiniram usos diversos e múltiplos dessas regiões periféricas no período da globalização. O acesso à “terra” urbana continua um nó a ser solucionado (MARICATO, 2001, p. 185) e as economias locais das regiões pobres são invadidas pelos novos elementos do período tecnológico. Sem que se anulem sociabilidades e demandas pretéritas as favelas são alvo de políticas urbanas, mas o momento é de individualização dos problemas sociais e mercantilização dos serviços públicos que se coloca sobre processos discriminatórios de pobreza urbana acumulada nas cidades.

24

Objetivo

Discutir através de nossas pesquisas o papel do Estado, sobretudo apresentar as políticas que atingiram algumas favelas e ocupações do território brasileiro. Nesse sentido abordaremos conteúdos das cidades (Campinas, São Paulo e Maceió) relacionados à urbanização corporativa. A luta pelo acesso aos direitos sociais, como a moradia e a economia dos pequenos, é alvo de nossa atenção.

Considerações finais

A cidade é um grande laboratório, nos diz Jacobs (2000). A perversidade da globalização econômica veio complexizar o entendimento sobre a fragmentação territorial e sobre o fenômeno urbano. Convida-nos a ir além da aparência e fugir de soluções imitativas, de modelos pré-concebidos pelo planejamento ortodoxo.

Entendemos que os desafios para construção de “diagnósticos” e políticas territoriais mais justas passem pela compreensão da totalidade social e, especialmente, pela criação de canais de comunicação que reconheçam o sentido de outras falas e que amplifiquem o exercício da cidadania entre os homens.

Referências

- ANSELMO, Alfredo. “Cidade e metrópole, uma identidade contraditória no processo de urbanização contemporânea”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Ines Geraiges (orgs). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.
- CANO, Wilson & BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas: Unicamp, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1982.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFEVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
- LENCIONI, Sandra. “Uma determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Ines Geraiges (orgs). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- PAVIANI, Aldo. “A lógica da periferização em áreas metropolitanas”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Ines Geraiges (orgs). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres e SILVA, Cátia Antonia. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). **El rostro urbano de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território Usado e Humanismo Concreto: o mercado socialmente necessário. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo: USP, 2005.
- ROLNIK, Raquel. A lógica da desordem. In: **Le Monde Diplomatique Brasil**, Ano 2, nº 13, 2008
- SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. (1987). São Paulo: Nobel, 1998.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. (1980). São Paulo: Edusp, 2004.
- SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. (1994). São Paulo: Edusp, 2005a.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp: 2005 b.
- SANTOS, Milton. O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza. In: **Cadernos Metrôpole**, nº19, 2008.
- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade** (1994). São Paulo: Edusp, 2009.
- SPOSATI, Aldaíza. **Cidade em pedaços**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- SPOSITO, Maria Encarnação. **O Chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. Tese de Livre Docência. Faculdade de Ciência e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

Climatologia: interpretação de imagens de satélite e análise sinótica prática

Douglas Cristino Leal

Resumo

O clima é considerado como um dos principais aspectos geográficos notórios de serem estudados pela Geografia. É possível, através da análise sinótica, não somente avaliar o plantio de determinada cultura no início de um período de chuvas como também a previsão de enchentes, de geadas, da falta de chuvas, além da proximidade de temporais com antecedência e emitir alerta as autoridades e a população sobre possíveis problemas decorrentes. O objetivo do minicurso é analisar os sistemas atmosféricos atuantes na América do Sul e suas repercussões. Cartas sinóticas serão interpretadas e “traçadas” pelos participantes. No encontro será realizada uma revisão bibliográfica sobre climatologia básica, interpretação de imagens de satélite, tipos de nuvens e análise sinótica da América do Sul. O participante do minicurso terá a oportunidade de interpretar as cartas sinóticas e verificar os sistemas atuantes de cada situação que será apresentado. Ao “traçar” as cartas sinóticas, estará colocando a teoria de um dos conteúdos da climatologia em prática.

Introdução

26

A previsão do tempo é tão antiga quanto sua própria existência do homem e suas práticas têm sido mudadas gradualmente desde o seu primórdio. Com o avanço tecnológico, cada vez mais é possível realizar previsões do estado futuro da atmosfera (CUADRAT, 2004). Ela torna-se de extrema importância para saber as condições de precipitação mensal, além da frequência de tais condições para a agricultura, assim como investimentos da mesma para o aumento da produtividade e o gerenciamento de recursos hídricos.

A utilização de ferramentas como as geotecnologias, obtenção de imagens de satélite e de cartas sinóticas, permite analisar os tipos de tempo atuantes em uma determinada localidade. De acordo com sua estrutura morfológica, urbanização, tipos de solos, entre outros, esses sistemas atmosféricos atuantes podem causar ameaça a vida e a propriedade. Essas ferramentas de auxílio ao monitoramento do tempo já vêm sendo utilizadas concomitantemente em diversas pesquisas relacionadas na climatologia sinótica e dinâmica. Nos últimos anos a importância da previsão imediata do tempo (*nowcasting*) tem aumentado significativamente. A precisão desta previsão é importante para prevenir e minimizar prejuízos à vida, além dos prejuízos econômicos.

A partir de meados do século XX, a organização urbana assumiu grandes proporções por diversos fatores, como a implosão demográfica e a explosão das atividades. E, a partir daí, “os espaços urbanos passaram a assumir a responsabilidade do impacto máximo da atuação humana sobre a organização na superfície terrestre e na deterioração do ambiente” (MONTEIRO, 2003). Essa intensa migração da população rural para os centros urbanos provocou um rápido e desordenado processo urbanização. No Brasil, esse processo se deu

de forma ainda mais rápida e menos ordenada, algumas cidades logo se transformaram em áreas metropolitanas.

Com esse processo de intensa urbanização, principalmente em cidades grandes, uma imensa área às margens dos rios foi impermeabilizada pelo concreto, o que aumenta o volume de água a ser escoado. Esse é o maior causador dos alagamentos em áreas urbanas onde o planejamento é precário. As consequências dessas ocorrências são graves e atinge diretamente a população, principalmente a de menor poder aquisitivo, causando sérios transtornos. As interferências na vida das pessoas afetadas podem ser na economia, no dia-a-dia, seja até no perfil psicológico e cultural.

Justificativa

O clima é considerado como um dos principais aspectos geográficos notórios de serem estudados pela Geografia e tem o estudo da atmosfera, no qual concentram grande parte de toda atividade humana. É possível, através da análise sinótica, não somente avaliar o plantio de determinada cultura no início de um período de chuvas como também a previsão de enchentes, de geadas, da falta de chuvas, além da proximidade de temporais com antecedência e emitir alerta as autoridades e a população sobre possíveis problemas decorrentes.

Objetivos

O objetivo do minicurso é analisar os sistemas atmosféricos atuantes na América do Sul e suas repercussões. Cartas sinóticas serão interpretadas e “traçadas” pelos participantes. Através destas será possível prever esses sistemas atmosféricos atuantes.

Material e métodos

O encontro de quatro horas será dividido em duas partes: Na primeira parte será realizada uma revisão bibliográfica sobre climatologia básica, interpretação de imagens de satélite, tipos de nuvens e análise sinótica da América do Sul. Na segunda parte do minicurso serão distribuídas, para cada participante, cartas sinóticas de diferentes horários e situações atmosféricas para interpretação e análise. Posteriormente, serão “traçadas” para interpretação dos sistemas atmosféricos atuantes.

Discussão

A importância da análise das cartas sinóticas torna-se evidente quando há uma previsão de um sistema atmosférico que pode ameaçar a vida e a propriedade. Recentemente, ocorreu um tornado em Taquarituba-SP. A tempestade que originou a super-célula, que posteriormente desencadeou no tornado, foi de possível previsão em meso-escala, como pode ser observado na Figura 1.

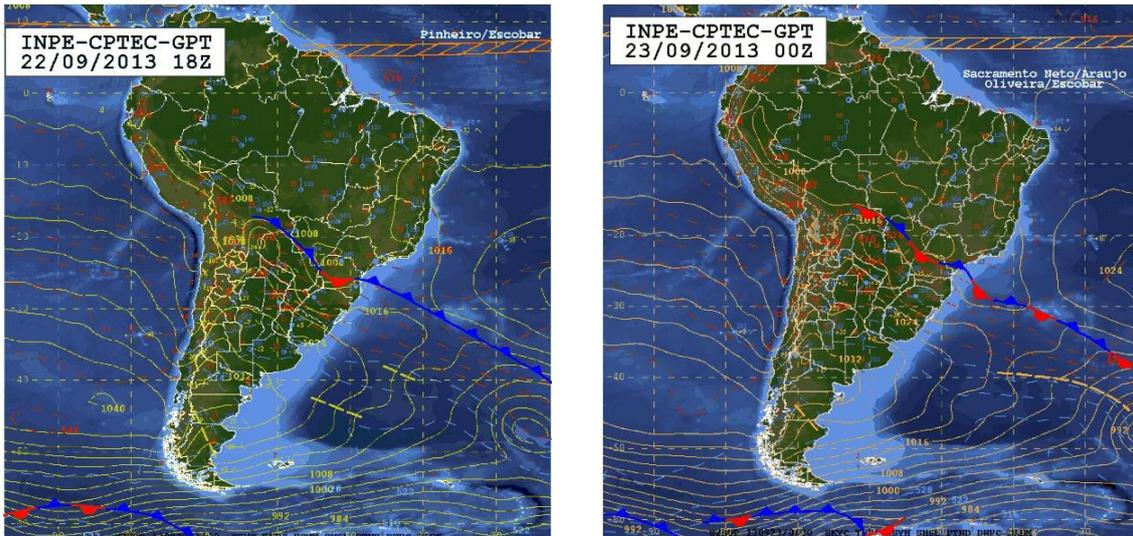
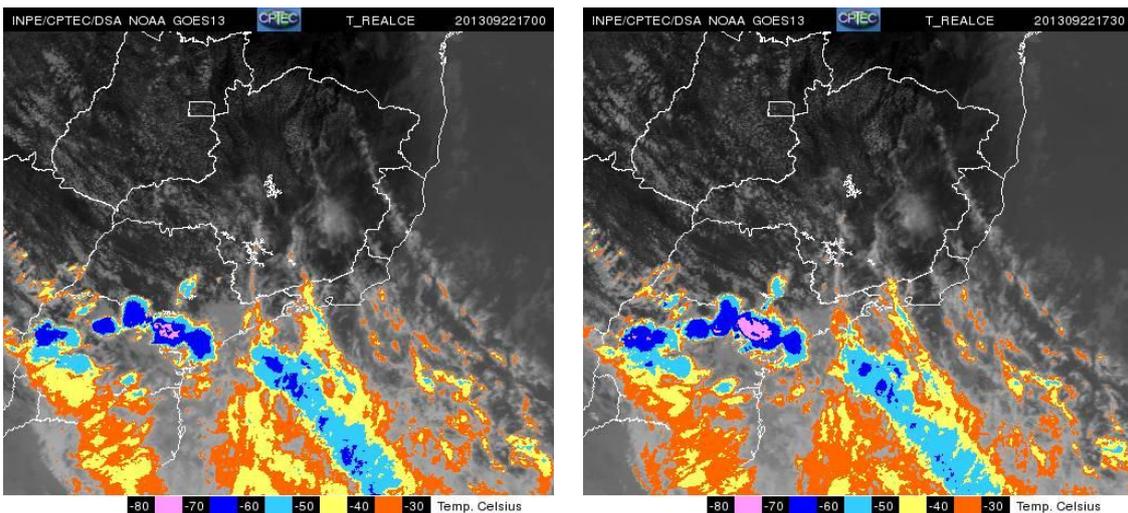


Figura 1: Avanço da frente fria no estado de São Paulo. Carta Sinótica das 18 Z do dia 22/09/2013 e da 00 Z do dia 23/09/2013. **Fonte:** CPTEC.

Nota-se, através de análise da carta sinótica das 18 Z, do dia 22/09/2013, uma frente fria atuando sobre o Oceano Atlântico e ondulando sobre o continente nas proximidades dos estados de Santa Catarina, Paraná, sul de Mato Grosso do Sul e se aproximando do estado de São Paulo. Na análise da 00 Z, do dia 23/09/2013, nota-se o avanço da frente, agora estacionária, entre a Bolívia, Mato Grosso do Sul, norte do Paraná, sul do estado de São Paulo e Oceano Atlântico.

28

Nas imagens de satélite GOES-13, do dia 22/09/2013, das 17 UT às 18:30 UT, percebe-se o sistema frontal e o realce que mostra temperaturas de -80°C (topo das nuvens) sobre o município de Taquarituba (Figura 2).



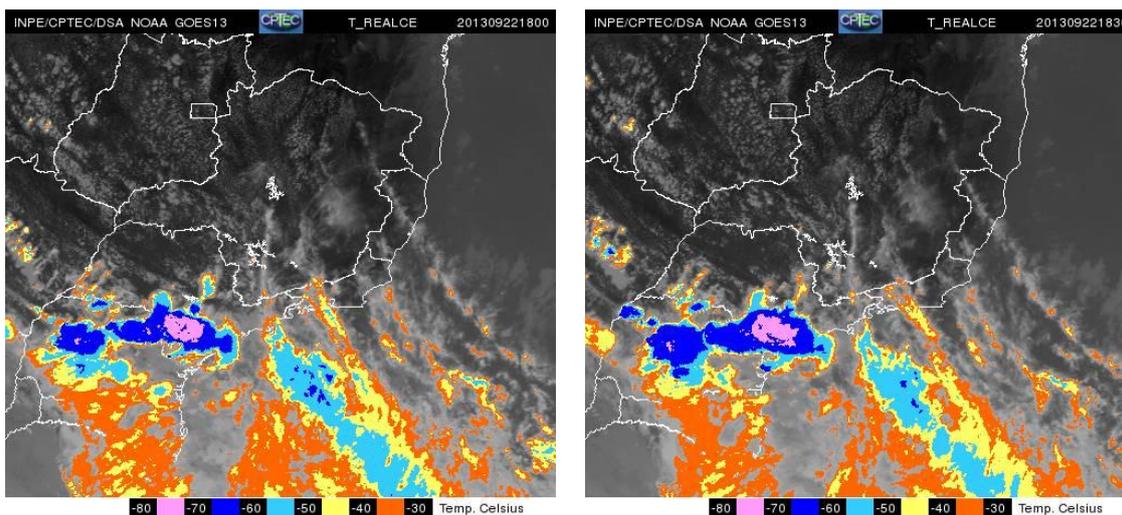


Figura 2: Imagem do satélite GOES-13 do dia 22/09/2013, das 17h às 18h30. **Fonte:** CPTEC

Considerações finais

Análise de imagens de satélite e de cartas sinóticas é de extrema importância para monitoramento de sistemas atmosféricos atuantes. Através dessas análises é possível saber a origem do fenômeno ocasionado, além de mitigações de possíveis problemas decorrentes do mesmo. O participante do minicurso terá a oportunidade de interpretar as cartas e verificar os sistemas atuantes de cada situação que será apresentado. Ao “traçar” as cartas sinóticas, o participante estará colocando a teoria de um conteúdo da climatologia em prática.

Referências

CPTEC – CENTRO DE PREVISÃO DE TEMPO E ESTUDOS CLIMÁTICOS. Disponível em: <<http://www.cptec.inpe.br/>>. Acesso em 20 de Outubro de 2013.

CUADRAT, J. M. e PITA, M. F. Climatologia. 3ª Ed. Paracuellos de Jarama, Madri, 2004.

MONTEIRO, C. A. F.; MENDONÇA, F. *Clima Urbano*. São Paulo: Contexto 2003.

Procedimento para aquisição de dados georreferenciados, em bancos de dados governamentais, para uso em mapeamento temático no ArcMap

Cassiano Gustavo Messias
Danilo Francisco Trovó Garófalo
Maria Isabel Figueiredo Pereira de Oliveira Martins

Introdução

A Internet rapidamente se tornou o meio preferencial para difusão de dados. Sua (quase) universalidade, associada a custos de acesso cada vez mais baixos, motivou o desenvolvimento de toda uma nova classe de sistemas de informação, com uma arquitetura diferenciada em relação a seus predecessores. Esse movimento se estende aos dados geográficos: atualmente, todos os principais fornecedores de software SIG dispõem de alternativas para acesso a dados geográficos através da Web, além de órgãos públicos e empresas privadas.

30

Contudo, muitos dados são disponibilizados na forma de planilhas, não estando associados a malhas digitais, dificultando sua manipulação. Outra dificuldade se refere à aquisição propriamente dita, pois embora estejam disponíveis em vários portais na Internet (SIDRA - IBGE, SEADE, Banco de dados de Geociências – IBGE, dentre outros), muitas pessoas desconhecem o caminho / roteiro para se chegar aos bancos de dados.

Neste contexto, este minicurso apresentará os procedimentos para aquisição de dados georreferenciados, em bancos de dados governamentais, para uso em mapeamento temático no ArcMap.

Capítulo 1: aquisição de dados georreferenciados em bancos de dados do governo

Objetivo: Obtenção de base de dados estaduais, municipais e dados censitários em bancos de dados disponibilizados gratuitamente por órgãos do governo

Aplicações: Criação de mapas temáticos estaduais e municipais, contemplando diferentes temas, como caracterização populacional, fluxo de veículos, renda, entre outros.

Forma de obtenção: Plataformas do governo, tais como IBGE, SIDRA, SEADE, entre outros.

Software necessário: ArcGIS

1. Malhas digitais estaduais e municipais

1.1 Introdução

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibiliza gratuitamente um imenso banco de dados do Brasil, do qual se é possível obter inúmeras bases

cartográficas em formato vetorial (shapefile). Alguns exemplos são malhas digitais estaduais e municipais, de censos, cartas topográficas, entre outros. Ao se trabalharem mapas temáticos em diferentes escalas, é necessário que se obtenham bases cartográficas da divisão territorial em formato vetorial, a qual poderá ser manipulada em um Sistema de Informações Geográficas (SIG).

1.2 Acessando o banco de dados do IBGE

- A.** Acesse a plataforma IBGE. Endereço de acesso: <http://www.ibge.gov.br/home/>
- B.** Na barra superior, clique no ícone **Download**
- C.** Serão exibidos dois diferentes bancos de dados: Estatísticas ou Geociências. Neste caso, devemos acessar o Geociências.
- D.** Clique na pasta *Malhas digitais*. Algumas opções de malhas digitais serão exibidas, como de censos e divisão territorial de municípios, em diferentes datas.
- E.** Selecione *municipio_2010* e faça o download do município de São Paulo, clicando no link *sp.zip*
- F.** Observação: Ao utilizar computadores do LAGEO, LEI e outros laboratórios da Unicamp, nunca se deve salvar arquivos no *Desktop*, pois esta área possui limite de memória e impossibilita o desenvolvimento de alguns procedimentos no ArcGis. Acesse *Meu computador > Disco local > Temp* e crie uma pasta com a data da aula, salvando todos os arquivos dentro dela. Ao final da aula deve ser feito um backup do material, pois esta pasta pode ser formatada a qualquer momento.

1.3 Arquivos

- A.** Ao fazer o download ou criar um arquivo vetorial, deve-se saber que o shapefile é formado por três ou mais arquivos de diferente extensão (Figura 1). Observe que os shapefiles de São Paulo possuem quatro diferentes extensões, sendo elas:
 - DBF: Informações referentes aos atributos (pode também ser manipulado em Excel).
 - PRJ: Projeção atribuída ao arquivo (sistema de coordenadas)
 - SHP: Entidade geométrica dos objetos (ponto, linha e área)
 - SHX: Índice das entidades geométricas
- B.** O arquivo obtido apresenta a divisão territorial de São Paulo em diferentes escalas, por isto, recebem nomes diferentes. Estes arquivos são:
 - 35UFE250GC_SIR: Unidade Federativa
 - 35MEE250GC_SIR: Mesorregião
 - 35MIE250GC_SIR: Microrregião
 - 35MUE250GC_SIR: Divisão municipal
- C.** Observação: Ao copiar um shapefile, deve-se sempre copiar as diferentes extensões. A figura abaixo mostra os quatro diferentes shapefiles do Estado de São Paulo, em diferente escala e extensões atribuídas a cada um.

	DBF	PRJ	SHP	SHX
Mesorregião	 3SMEE250GC_SIR Arquivo DBF 2 KB	 3SMEE250GC_SIR.prj Arquivo PRJ 1 KB	 3SMEE250GC_SIR.shp Arquivo SHP 3,872 KB	 3SMEE250GC_SIR.shx Arquivo SHX 1 KB
Microregião	 3SMIE250GC_SIR Arquivo DBF 8 KB	 3SMIE250GC_SIR.prj Arquivo PRJ 1 KB	 3SMIE250GC_SIR.shp Arquivo SHP 7,201 KB	 3SMIE250GC_SIR.shx Arquivo SHX 1 KB
Município	 3SMUE250GC_SIR Arquivo DBF 59 KB	 3SMUE250GC_SIR.prj Arquivo PRJ 1 KB	 3SMUE250GC_SIR.shp Arquivo SHP 18,200 KB	 3SMUE250GC_SIR.shx Arquivo SHX 6 KB
Unidade Federativa	 3SUFE250GC_SIR Arquivo DBF 1 KB	 3SUFE250GC_SIR.prj Arquivo PRJ 1 KB	 3SUFE250GC_SIR.shp Arquivo SHP 1,242 KB	 3SUFE250GC_SIR.shx Arquivo SHX 1 KB

2. Banco de dados federais, estaduais e municipais

2.1 Introdução

O Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) é um banco de dados agregados do IBGE, no qual é possível encontrar dados qualitativos e quantitativos, relacionados a diferentes temas, tais como agricultura, pecuária, população, serviços, orçamentos, indústria, entre outros. A vantagem de se exportar dados deste sistema é a possibilidade de obtenção de dados de acordo com o interesse do pesquisador. Desta forma, podem-se selecionar dados de um estado como um todo ou apenas de alguns municípios, selecionarem as datas as quais interessam ao pesquisador, entre outras inúmeras variáveis de cada tema.

32

2.2 Acessando o banco do SIDRA

- A. Acesse a plataforma SIDRA. Endereço de acesso: <http://www.ibge.gov.br/home/>
- B. Observe que à esquerda, há um campo **Temas**, onde podem ser escolhidos diferentes temas para se extraírem dados.

2.3 Buscando uma tabela no SIDRA

- A. A plataforma nos disponibiliza inúmeras tabelas, com a associação de diferentes variáveis
- B. Para buscar a tabela que se deseja trabalhar, deve-se clicar em **Procurar Tabela**
- C. No campo de busca, deve-se preencher com os dados que se desejam trabalhar. Digite *População e situação por domicílio*, > Em método de procura, selecione *Qualquer palavra* > No tipo de descritor, escolha *Variável* > Clique em *Pesquisar*
- D. Busque a tabela a qual se deseja obter informação
- E. Verifique que a *Tabela 202* é intitulada “População residente por sexo e situação do domicílio - Ano 1970, 1980, 1991, 2000, 2010”. Através desta tabela, tem-se a possibilidade de se obterem dados populacionais de todos os estados brasileiros, em diferentes datas, sem a necessidade de se buscar o dado de cada município pelos diferentes censos.
- F. Clique no título da tabela 202 para abri-la

2.4 Gerando um arquivo CSV no SIDRA

- A. Na página da *Montar quadro*, é possível exportar somente informações desejadas e gerar um arquivo CSV. Este arquivo poderá ser aberto pelo Excel ou BrOffice Calc.
- B. Em variável, indique *População residente* > Selecione *Na coluna*
- C. Em sexo, indique *Total* > Selecione *Na coluna*

D. Em situação do domicílio indique *Todos, Rural e Urbano* > Selecione *Na coluna* (para selecionar mais de um dado, segure o botão Ctrl)

E. Em ano, indique *1980 e 2010* > Selecione *Na coluna*

F. Em níveis territoriais, é possível selecionar a escala em que se pretende trabalhar. Pretendemos trabalhar dados municipais do estado de São Paulo. Em município (5566), deve ser selecionado *Em São Paulo (645)*, para que somente dados municipais de São Paulo sejam exibidos

F. Em níveis territoriais, deve-se selecionar ainda *Exibir códigos* (exibir nomes não deve estar selecionado), para que possamos associar estes dados à malha digital anteriormente adquirida. É necessário ainda indicar que estes dados devem ser exibidos *Na linha*.

G. Em opções de consulta, habilite *Visualizar* > OK e verifique se é esta a tabela a qual se pretende gerar:

Tabela 202 - População residente por sexo e situação do domicílio						
Variável = População residente (Pessoas)						
Sexo = Total						
Brasil e Município	Situação do domicílio X Ano					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	2010	1980	2010	1980	2010
Brasil	119.011.052	190.755.799	80.437.327	160.925.804	38.573.725	29.829.995
Adamantina - SP	32.049	33.797	24.277	31.948	7.772	1.849
Adolfo - SP	3.607	3.557	1.765	3.200	1.842	357
Aguai - SP	17.056	32.148	12.614	29.001	4.442	3.147
Águas da Prata - SP	5.717	7.584	4.237	6.771	1.480	813
Águas de Lindóia - SP	9.161	17.266	8.740	17.111	421	155
Águas de Santa Bárbara - SP	4.632	5.601	2.418	4.259	2.214	1.342
Águas de São Pedro - SP	1.091	2.707	1.091	2.707	-	-
Agudos - SP	24.478	34.524	19.661	32.993	4.817	1.531
Alambari - SP	-	4.884	-	3.672	-	1.212
Alfredo Marcondes - SP	4.309	3.891	2.104	3.255	2.205	636
Altair - SP	2.318	3.815	967	3.022	1.351	793
Altinópolis - SP	12.743	15.607	7.348	13.636	5.395	1.971
Alto Alegre - SP	6.080	4.102	2.200	3.234	3.880	868
Alumínio - SP	-	16.839	-	14.123	-	2.716
Álvares Florence - SP	6.588	3.897	1.825	2.648	4.763	1.249
Álvares Machado - SP	14.653	23.513	8.921	21.183	5.732	2.330

H. Retorne a página e selecione *Gravar* > Em arquivo, insira o nome a ser gravado (ex.: população 1980_2010_SP) > Formato *CSV (BR)* > Modalidade *Imediata* > Selecione *Compressão.zip* > OK

I. Será exibida uma mensagem *Arquivo gravado com sucesso*. Clique no link abaixo dela e faça o *download*

Arquivo gravado com sucesso!!!

[população 1980_2010_SP-1.zip \(15.878 bytes\)](#)

3. Trabalhando os dados populacionais no Libre Office Calc

3.1 Introdução

Os dados populacionais obtidos foram exportados em formato de tabela, em CSV, para serem abertos no Libre Office Calc ou Excel. No entanto, para que estes dados sejam

atribuídos em shapefiles no ArcGis, devem ser realizados alguns ajustes, os quais serão mencionados neste tópico.

3.2 Alterando os dados para o formato da tabela de atributos do ArcGIS

A. Descompacte o arquivo obtido pelo SIDRA

B. Clique com o botão direito no arquivo >Abrir com > Libre Office Calc

C. Na tela exibida, clique OK

D. Os dados os quais nos interessam, são o código e os números populacionais. Estes devem ser selecionados, copiados (entre as linhas 6 e 652 e colunas A e G).

	A	B	C	D	E	F	G
1	Tabela 202 - População residente por sexo e situação do domicílio						
2	Variável	População residente (Pessoas)					
3	Sexo	Total					
4	Brasil e Municípios	Situação do domicílio X Ano					
5		Total		Urbana		Rural	
6		1980	2010	1980	2010	1980	2010
7	1	119011052	190755799	80437327	160925804	38573725	29829995
8	3500105	32049	33797	24277	31948	7772	1849
9	3500204	3607	3557	1765	3200	1842	357
10	3500303	17056	32148	12614	29001	4442	3147
11	3500402	5717	7584	4237	6771	1480	813
12	3500501	9161	17266	8740	17111	421	155
13	3500550	4632	5601	2418	4259	2214	1342
14	3500600	1091	2707	1091	2707	-	-
15	3500709	24478	34524	19661	32993	4817	1531
16	3500758	-	4884	-	3672	-	1212
17	3500808	4309	3891	2104	3255	2205	636
18	3500907	2318	3815	967	3022	1351	793
19	3501004	12743	15607	7348	13636	5395	1971
20		6080	4102	2200	3234	3880	868
21	3501152	-	16839	-	14123	-	2716
22	3501202	6588	3897	1825	2648	4763	1249
23	3501301	14653	23513	8921	21183	5732	2330
24	3501400	3919	4650	1708	2952	2211	1698
25	3501509	3461	3000	1352	2693	2109	307
26	3501608	121998	210638	121735	209654	263	984
27	3501707	11864	34478	9775	34217	2089	261

34

E. Crie uma nova planilha e cole na célula A1

F. Como não copiamos o título de população rural e urbana, insira a sigla dos mesmos na linha 1, ao lado dos anos.

	A	B	C	D	E	F	G
1	CÓDIGO	1980_T	2010_T	1980_U	2010_U	1980_R	2010_R
2	1	119011052	190755799	80437327	160925804	38573725	29829995
3	3500105	32049	33797	24277	31948	7772	1849
4	3500204	3607	3557	1765	3200	1842	357
5	3500303	17056	32148	12614	29001	4442	3147
6	3500402	5717	7584	4237	6771	1480	813
7	3500501	9161	17266	8740	17111	421	155
8	3500550	4632	5601	2418	4259	2214	1342
9	3500600	1091	2707	1091	2707	-	-
10	3500709	24478	34524	19661	32993	4817	1531
11	3500758	-	4884	-	3672	-	1212
12	3500808	4309	3891	2104	3255	2205	636
13	3500907	2318	3815	967	3022	1351	793
14	3501004	12743	15607	7348	13636	5395	1971
15		6080	4102	2200	3234	3880	868
16	3501152	-	16839	-	14123	-	2716
17	3501202	6588	3897	1825	2648	4763	1249
18	3501301	14653	23513	8921	21183	5732	2330
19	3501400	3919	4650	1708	2952	2211	1698
20	3501509	3461	3000	1352	2693	2109	307
21	3501608	121998	210638	121735	209654	263	984
22	3501707	11864	34478	9775	34217	2089	261
23	3501806	6874	5706	3357	4788	3517	918
24	3501905	41603	65829	28740	51811	12863	14018

G. Na célula A1, insira o texto *Código*

H. A coluna código deve estar em formato de texto. Selecione-a e clique em *Dados > Texto para coluna*

	A	B	C	D	E
1	CÓDIGO	1980_T	2010_T	1980_U	2010_U
2	1	119011052	190755799	80437327	16092
3	3500105	32049	33797	24277	3
4	3500204	3607	3557	1785	
5	3500303	17056	32148	12614	2
6	3500402	5717	7584	4237	
7	3500501	9161	17266	8740	1
8	3500550	4632	5601	2418	
9	3500600	1091	2707	1091	
10	3500709	24478	34524	19661	3
11	3500758	-	4884	-	
12	3500808	4309	3891	2104	
13	3500907	2318	3815	967	
14	3501004	12743	15607	7348	1
15	3501104	6080	4102	2200	
16	3501152	-	16839	-	1
17	3501202	6588	3897	1825	
18	3501301	14853	23513	8921	2
19	3501400	3919	4650	1708	
20	3501509	3481	3000	1352	
21	3501608	121998	210638	121735	20
22	3501707	11864	34478	9775	3
23	3501806	6874	5706	3357	
24	3501905	41603	65829	28740	5
25	3502002	2312	4293	1080	
26	3502101	47664	55334	42086	5
27	3502200	17052	22210	7243	1
28	3502309	3458	5653	1723	
29	3502408	3421	3738	1442	

I. Na janela exibida, deve-se clicar em *Padrão > Texto*

J. Salve o arquivo e feche-o. Sujeção de nome: POP_1980_2010

35

Capítulo 2: adicionando dados à tabela de atributos no ArcGIS

Objetivo: Inserir e alterar dados populacionais de diferentes datas à tabela de atributos de shapefiles estaduais.

Aplicação: Criação de mapas populacionais estaduais.

Software necessário: ArcGis

1. Importando shapefiles no ArcGIS

1.1 Adicionando um shapefile no ArcGIS

A. No ArcGis, clique em *Add Data*

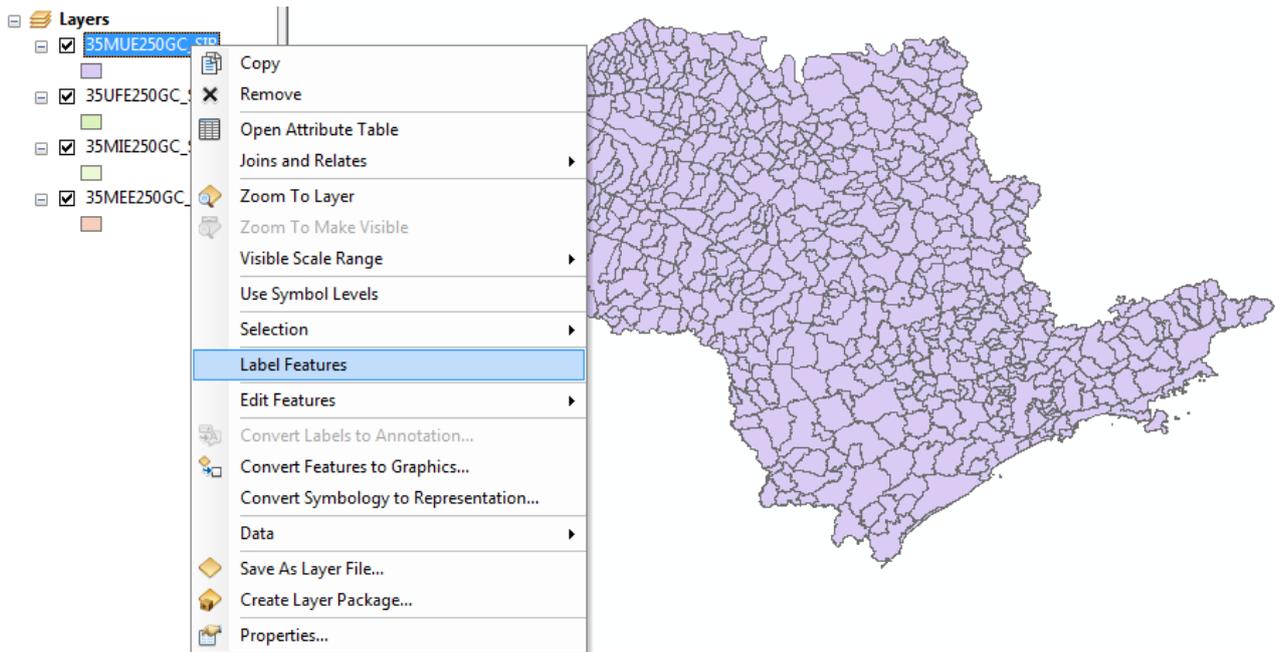
B. Escolha o diretório cujo arquivo está salvo

C. Selecione os quatro arquivos do estado de São Paulo > *Add*

D. Verifique se os arquivos foram importados.

1.2 Visualizando o nome dos municípios

A. Clique com o botão direito no nome do arquivo 35MUE250GC_SIR



B. Clique em *Label features*

C. Verifique que foram destacados os códigos dos municípios. Para se visualizarem os nomes dos municípios, clique novamente com o botão direito no nome do arquivo >*Properties*

D. Selecione *Lables*

E. Em *Lable Field*, selecione *CD_GEOCODM*

36

Table

35MUE250GC_SIR

FID	Shape	ID	CD_GEOCODM	NM_MUNICIP
0	Polygon M	172	3500105	ADAMANTINA
1	Polygon M	172	3500204	ADOLFO
2	Polygon M	172	3500303	AGUAÍ
3	Polygon M	173	3500402	ÁGUAS DA PRATA
4	Polygon M	173	3500501	ÁGUAS DE LINDÓIA
5	Polygon M	173	3500550	ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA
6	Polygon M	173	3500600	ÁGUAS DE SÃO PEDRO
7	Polygon M	173	3500709	AGUDOS
8	Polygon M	173	3500758	ALAMBARI
9	Polygon M	173	3500808	ALFREDO MARCONDES
10	Polygon M	173	3500907	ALTAIR
11	Polygon M	173	3501004	ALTINÓPOLIS
12	Polygon M	173	3501103	ALTO ALEGRE
13	Polygon M	174	3501152	ALUMÍNIO
14	Polygon M	174	3501202	ÁLVARES FLORENCE
15	Polygon M	174	3501301	ÁLVARES MACHADO
16	Polygon M	174	3501400	ÁLVARO DE CARVALHO
17	Polygon M	174	3501509	ALVINLÂNDIA
18	Polygon M	174	3501608	AMERICANA
19	Polygon M	174	3501707	AMÉRICO BRÁSIL IENSE

1.4 Importando os dados para a tabela de atributos

A. Clique com o botão direito no nome do arquivo 35MUE250GC_SIR

B. Clique em *Joins and relates* > *Join...*

C. Na janela *Join Data*, em 1 selecione *CD_GEOCODM*

D. No campo 2, selecione o arquivo *POP_1980_2010*, clica duas vezes sobre ele selecione a planilha 1

E. No campo 3, selecione **CÓDIGO**. Desta forma, o código dos municípios na base cartográfica, será associado ao dos dados populacionais.

FID	Shape	ID	CD_GEOCODM	NM_MUNICIP	CÓDIGO	1980 T	2010 T	1980 U	2010 U	1980 R	2010 R
0	Polygon M	172	3500105	ADAMANTINA	3500105	32049	33797	24277	31948	7772	1849
1	Polygon M	172	3500204	ADOLFO	3500204	3607	3557	1765	3200	1842	357
2	Polygon M	172	3500303	AGUAÍ	3500303	17056	32148	12614	29001	4442	3147
3	Polygon M	173	3500402	ÁGUAS DA PRATA	3500402	5717	7584	4237	6771	1480	813
4	Polygon M	173	3500501	ÁGUAS DE LINDÓIA	3500501	9161	17266	8740	17111	421	155
5	Polygon M	173	3500550	ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA	3500550	4632	5601	2418	4259	2214	1342
6	Polygon M	173	3500600	ÁGUAS DE SÃO PEDRO	3500600	1091	2707	1091	2707	-	-
7	Polygon M	173	3500709	AGUDOS	3500709	24478	34524	19661	32993	4817	1531
8	Polygon M	173	3500758	ALAMBARÍ	3500758	<Null>	4884	<Null>	3672	-	1212
9	Polygon M	173	3500808	ALFREDO MARCONDES	3500808	4309	3891	2104	3255	2205	636
10	Polygon M	173	3500907	ALTAIR	3500907	2318	3815	967	3022	1351	793
11	Polygon M	173	3501004	ALTINÓPOLIS	3501004	12743	15607	7348	13636	5395	1971
12	Polygon M	173	3501103	ALTO ALEGRE	<Null>	<Null>	<Null>	<Null>	<Null>	<Null>	<Null>
13	Polygon M	174	3501152	ALUMÍNIO	3501152	<Null>	16839	<Null>	14123	-	2716
14	Polygon M	174	3501202	ÁLVARES FLORENCE	3501202	6588	3897	1825	2648	4763	1249
15	Polygon M	174	3501301	ÁI VARES MACHADO	3501301	14653	23513	8921	21183	5732	2330

F. Clique OK

G. Abra novamente a tabela de atributos e verifique que os dados populacionais foram adicionados a ela.

H. Estes dados foram importados à tabela de atributos provisoriamente. Para salvá-los, deve ser criado um novo *shapefile*.

1.4 Exportando o *shapefile*

A. Clique com o botão direito no nome do arquivo 35MUE250GC_SIR

B. Clique em *Data > Export data*

C. Na janela exibida, clique em 

D. Escolha a pasta e insira o nome do arquivo. Sugestão: Municípios_SP

F. Em *save as type*, selecione *Shapefile > Save > OK*

37

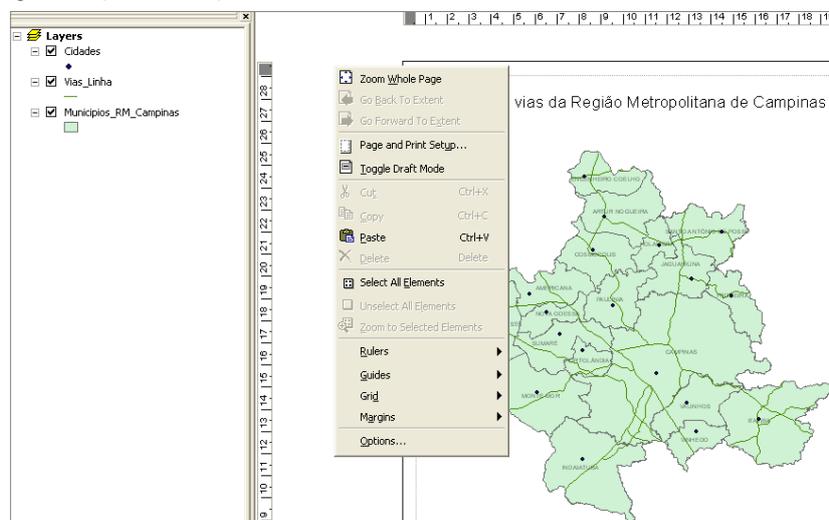
2. Criando o *layout* do mapa

2.1 Iniciando o *layout*

A. No ArcMap, clique em *View > Layout view*

B. Posicione a barra de ferramentas *Layout* no ArcMap

C. Clique com o botão direito do mouse sobre algum local na tela, que não seja no mapa e clique em *Page and print setup*



D. Em *Paper, Size* possibilita escolher o tamanho do papel a ser impresso o mapa e em *Orientation* deve-se informar se o mapa será impresso em retrato ou paisagem

2.2 Inserir um título

A. No ArcMap, clique em *Insert > Title*

B. Com a ferramenta *Draw* é possível alterar cor e tamanho da fonte. Clique em *View > Toolbars > Draw*

2.3 Inserir uma legenda

A. No ArcMap, clique em *Insert > Legend*

B. Na caixa *Legend wizard*, selecione os itens que deseja inserir na legenda. O símbolo  adiciona um item por vez,  retira um item por vez,  adiciona todos os itens e  retira todos os itens. Clique em *Avançar*

C. Coloque o título, cor, tamanho e fonte da legenda. Clique em *Avançar*

D. Insira a borda desejada e em *Background* a cor de fundo da legenda. Clique em *Avançar*

E. Insira as formas que deseja visualizar na legenda.

F. Clique em *Concluir*

2.4 Inserir o norte

A. No ArcMap, clique em *Insert > North arrow*

B. Escolha o formato do norte e clique em *OK*

2.5 Inserir escala gráfica

A. No ArcMap, clique em *Insert > Scale bar*

B. Escolha o desenho da escala desejada

C. Clique em *Properties* e em *Division units* coloque a unidade de medida.

D. Clique em *Aplicar*.

2.6 Inserir qualquer outro tipo de texto

A. No ArcMap, clique em *Insert > Text*

2.7 Exportando o mapa

A. No ArcMap, clique em *File > Export map*

B. Escolha a pasta, digite o nome do arquivo e o formato (ex.: JPEG)

C. Coloque a resolução desejada (quando maior o dpi, maior resolução)

D. Clique em *Salvar*.

Aplicações Geomorfológicas empregando dados LiDAR e SAR

Veraldo Liesenberg

Resumo

Com a crescente disponibilidade de dados SAR (Radar de Abertura Sintética) operando em diferentes frequências, modos de polarização bem como interferometria (ENVISAT/ASAR, ALOS/PALSAR, TerraSAR-X, RADARSAT-2, Cosmo-Skymed) ampliam-se as perspectivas de aplicações em estudos geomorfológicos. Similarmente, o escaneamento laser (LiDAR) tem-se mostrado como uma ferramenta emergente. O curso fornecerá um embasamento teórico mínimo sobre os fundamentos SAR e LiDAR. Uma sessão de exercícios será desenvolvida.

Tendências recentes do planejamento territorial brasileiro: grandes projetos urbanos e conflitos pelo uso do território

Eduardo Augusto Wellendorf Sombini

Resumo

Este minicurso procura apresentar as principais questões do debate que se realiza atualmente sobre os grandes projetos urbanos em curso nas metrópoles brasileiras e discutir, a partir da análise dessas intervenções, tendências recentes do planejamento territorial e da política urbana no país.

Introdução

Os grandes projetos urbanos (GPUs) constituem uma forma histórica de intervenção no território das cidades. Nos países centrais, são empregados pelo menos desde meados do século XIX e foram responsáveis por processos amplos de reconfiguração de inúmeras metrópoles, como o caso de Paris demonstra. Contudo, há no atual período uma família de GPUs associados à globalização econômica e a difusão de modelos de gestão empresarial de cidades, como aponta a literatura internacional preocupada com o tema (cf. SWYNGEDOUW, MOULAERT & RODRIGUES, 2002; VAINER, 2006). Há, hoje, um entendimento dos GPUs como uma variável-chave da urbanização contemporânea, orientada por uma agenda neoliberal e sustentada por coalizões políticas que reúnem um conjunto de agentes comprometidos com a ampliação das mais-valias urbanas.

40

Objetivo

Partindo da literatura crítica (nacional e estrangeira) a respeito das motivações e implicações dos grandes projetos urbanos e de pesquisas do autor a respeito do tema em São Paulo, apresentar os elementos estruturados dos GPUs em curso no país e discutir tendências recentes que essas intervenções vêm concretizando no campo do planejamento territorial e da política urbana no Brasil, como a ampliação do ideário das parcerias público-privadas, a revalorização de áreas centrais e o acirramento dos conflitos pelo uso do território.

Material e métodos

Exposição do conteúdo preparado pelo proponente e debate em sala com os participantes.

Referências bibliográficas

ALTSHULER, Alan & LUBEROFF, David. **Mega-Projects: the changing politics of urban public investment**. Washington: Brookings Institution Press, 2003.

SOMBINI, Eduardo. **A revalorização contemporânea do centro de São Paulo: agentes, concepções e instrumentos da urbanização corporativa (2005-2012)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), IG/UNICAMP, Campinas, 2013.

SWYNGEDOUW, Erik; MOULAERT, Frank; RODRIGUEZ, Arantxa. Neoliberal urbanization in Europe: large-scale development projects and the new urban policy. **Antipode**, v. 34, n. 3, p. 542-577, 2002.

VAINER, Carlos (Coord). **Grandes projetos urbanos: o que se pode aprender com a experiência brasileira?** Relatório final encaminhado ao Lincoln Institute of Land Policy. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2006.

Geografia da Inovação: a compreensão dos espaços de CT&I no Estado de São Paulo

Lucas Baldoni

Resumo

As relações entre território, inovação e sistema produtivo se apresentam como base de estudo para a Geografia da Inovação, que investiga a distribuição geográfica do desenvolvimento tecnológico e as redes de informação que se configuram espacialmente nas escalas global, regional e local. A implantação de empreendimentos em localizações estratégicas surge como capaz de aproximar pesquisa e setor produtivo em regiões com potencial em CT&I, por exemplo, o Estado de São Paulo. Para tanto, o objetivo do minicurso “Geografia da Inovação: A Compreensão dos Espaços de CT&I no Estado de São Paulo.” é de contribuir para um melhor entendimento sobre rebatimento espacial do fenômeno da inovação no território paulista.

Introdução e justificativa

No cenário atual observamos a criação de novos paradigmas em uma situação de reestruturação econômica bastante acelerada, que leva empresas, territórios e países a trabalharem dentro de um cenário de competitividade movido por uma lógica flexível. O espaço global torna-se repleto de interdependências (redes) de mobilidade e de produção.

O desenvolvimento desses novos espaços produtivos capacitados em inovação se mantém enraizado na força de vários agentes, por exemplo, indústrias, empresas prestadoras de serviços, universidades, institutos de pesquisa. Assim sendo, os meios/espaços inovadores constituem os elementos centrais para a evolução dos processos de produção vigentes e o crescimento de regiões de forte potencial locacional que devem ser analisados e discutidos afim de verificar qual o impacto da dinâmica provocada por esses espaços.

Os efeitos da revolução tecnológica, o surgimento dos novos espaços de inovação, os impactos territoriais e as políticas tecnológicas de desenvolvimento territorial fazem parte do arcabouço teórico da Geografia da Inovação, que possui como objetivo a análise da produção científica e tecnológica no território, através de ambientes de conhecimento, a fim tanto de entender os determinantes desta prática no espaço, bem como contribuir para a elaboração de políticas específicas para o fomento destas atividades.

Os espaços instalados estrategicamente no Estado de São Paulo fazem parte de um complexo de empreendimentos em que pode-se afirmar que o principal desafio consiste na criação de ambientes específicos, que propiciem o desenvolvimento de atividades inovativas de forma sustentável, com objetivo de consolidar em determinadas regiões um pólo científico e tecnológico. Nesse sentido, os Centros e Institutos de Pesquisas, as Universidades, os Parques Científicos e Tecnológicos ganham destaque como empreendimentos que possibilitam concretizar tais esforços em CT&I.

Nota-se que nas duas últimas décadas há um crescente esforço para a implantação de políticas públicas, planos e projetos que buscam desenvolver novos espaços capacitados de conhecimento e inovação em algumas localidades. Assim sendo, a localização estratégica somada ao sistema viário contribuem para a vinda de empresas de alta

tecnologia que somam esforços em atividades de P&D e atuam no sentido de potencializar o desenvolvimento econômico a partir do uso intensivo das vantagens locais presentes no Estado de São Paulo.

A Geografia da Inovação permite estudar as lógicas da localização dos produtos e ferramentas gerados pela inovação tendo em vista a nova lógica flexível. A presente proposta do Minicurso, denominado “Geografia da Inovação: A compreensão dos espaços de CT&I no Estado de São Paulo.” visa ampliar discussões, visto que o aumento dos empreendimentos de alta tecnologia está cada vez mais presente no espaço geográfico e atuante na dinâmica política, econômica e social, principalmente nos ambientes urbanos.

Objetivos

Pretende-se através do minicurso “Geografia da Inovação: A Compreensão dos Espaços de CT&I no Estado de São Paulo” identificar e compreender os espaços de inovação em algumas regiões do Estado. Os objetivos específicos do minicurso podem ser assim elencados:

- ☒ Divulgar os recentes estudos em Geografia da Inovação;
- ☒ Definir Geografia da Inovação no contexto brasileiro;
- ☒ Identificar as Regiões de Maior incentivo de CT&I;
- ☒ Identificar os Empreendimentos de Alta Tecnologia no Estado de São Paulo;
- ☒ Discutir as Vantagens e desvantagens dos novos espaços de CT&I;
- ☒ Caracterizar a atual situação de alguns empreendimentos voltados à inovação tecnológica.

Principais discussões

O presente minicurso visa a discussão sobre os principais temas correlacionados à Geografia da Inovação, tendo em vista os principais teóricos que estudam a atual lógica do sistema flexível, e, conseqüentemente, a materialização desse novo paradigma no espaço geográfico. Assim sendo, pode-se elencar alguns dos principais temas a serem discutidos durante o andamento do minicurso presentes nos seguintes tópicos do Conteúdo programático:

1. O que é Geografia da Inovação?
2. Panorama dos Principais espaços de inovação no Mundo.
3. Panorama de CT&I no Brasil.
4. Quais os Espaços de Inovação no Brasil e Estado de São Paulo?
5. Análise sobre os Dados da PINTEC – IBGE;
6. Empreendimentos de Alta Tecnologia e sua relação com o meio Urbano;
7. Qual a participação das Universidades Paulistas para a Inovação?
8. A proximidade geográfica como agente facilitador da inovação.

A dinâmica do minicurso será disposta em dois momentos. No primeiro momento, o Minicurso será oferecido aos moldes de aula expositiva e irá abordar os principais temas da Geografia da Inovação com o objetivo provocar a reflexão crítica sobre como se dá a atual construção, apropriação e consumo dos espaços de CT&I no território nacional e, conseqüentemente, no Estado de São Paulo. Para tanto, haverá compreensão acerca dos diversos usos que se têm feito do território brasileiro, por exemplo, condomínios,

instituições de pesquisa, universidades, parques tecnológicos e incubadoras de empresas de base tecnológica. No segundo momento, haverá uma atividade prática realizada em duplas movida pela sistematização de alguns dados referentes ao tema, e, posterior discussão acerca dos impactos sociais, políticos e econômicos sobre os resultados gerados pelas duplas, por último, haverá a apresentação desses resultados.

Considerações finais

A dimensão espacial deste novo paradigma flexível possui fundamental importância, uma vez que a localidade exerce forte influência no processo de desenvolvimento econômico, e, com isso torna-se imprescindível a existência de espaços capazes de gerar fluxos e redes de conhecimento e inovação.

Faz-se entender que uma das formas de promoção da inovação consiste no estabelecimento de pólos regionais de referência em áreas estratégicas, pois esses pólos ampliam a infraestrutura científica e tecnológica e permitem a conexão com redes de pesquisas nacionais e internacionais.

Os autores utilizados como referência na área de Geografia da Inovação evoluem com relação a um referencial convencional sobre a tríade território, inovação e setor produtivo. Por isso, a relevância do referido minicurso consiste em provocar reflexões sobre como se manifesta a referida tríade.

44

Principais referências bibliográficas

- AGRAWAL, A.; COCKBURN, I. (2003). The anchor tenant hypothesis: exploring the role of large, local, R&D-intensive firms in regional innovation systems. *International Journal of Industrial Organization*, v. 21, n. 9, p. 1227-1253.
- AGRAWAL, A., HENDERSON, R., (2002). Putting patents in context: exploring knowledge transfer from MIT. *Management Science* 48 (1), 44-60.
- BENKO, G. (1996) *Economia, Espaço e Globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec.
- CASTELLS, Manuel (1999) *A Sociedade em Rede, Paz e Terra*, São Paulo.
- COHEN, W., NELSON, R., WALSH, J., (2002). Links and impacts: the influence of public research on industrial R&D. *Management Science* 48 (1), 1-23.
- DINIZ, C. C. e GONÇALVES, E. (2000), *Possibilidades e Tendências da Indústria do Conhecimento no Brasil*, Anpec 2000, acessível na internet, homepage do IE/UNICAMP.
- COLYVAS, J., CROW, M., GELIGNS, A., MAZZOLENI, A., NELSON, R., ROSENBERG, N., SAMPAT, B., (2002). How do University inventions get into practice? *Management Science* 48 (1), 61-72.
- FELDMAN, M.P. (1994) *The geography of innovation*, kluwer Academic Publishers, Boston.
- FURTADO, J. (2005), *O Estado da inovação no Brasil: evolução recente e perspectivas*. Draft.
- GARCIA, R.; ARAÚJO, V.C. MASCARINI, S.; SANTOS, E. G. (2011) Os efeitos da proximidade geográfica para o estímulo da interação universidade-empresa. In. *Revista de Economia*, v. 37, n. especial, Editora UFPR, p. 307-330.
- HALL, P.; PRESTON, P. (1988) *The Carrier wave*, Unwin Hyman, Londres (traduccion

- española: La ola Portadora. Nuevas Tecnologías de la información y geografía de las innovaciones, 1846-2003, Madrid.
- HEPWORTH, M.E. (1989) Geography of the information economy, Belhaven Publishers, Boston.
- MENDÉZ, R. (1997) Geografía Económica: La lógica espacial Del capitalismo global. Barcelona: Ed. Ariel.
- LESTER, R. K. (2005) Universities, Innovation, and the Competitiveness of Local Economies: Summary Report from the Local Innovation Project. Industrial Performance Center, Working Papers Series, MIT.
- LALKAKA, R; BISHOP, J. L.(1997) Parque Tecnológicos e Incubadoras de Empresas: o potencial de sinergia. In: Guedes, F.; Formica, P. A economia dos parques tecnológicos. Rio de Janeiro: Anprotec.
- MENDÉZ, R. (1997) Geografía Económica: La lógica espacial Del capitalismo global. Barcelona: Ed. Ariel.
- MOREL, R.L. M. (1979), Ciência e Estado, a política científica no Brasil, T.^a Queiroz, São Paulo.
- OLIVEIRA, P. S. (2009) A Política de Desenvolvimento da Biotecnologia no Brasil e o Papel estratégico dos Parques Tecnológicos para o progresso da Bioindústria. Dissertação de Mestrado apresentada à PUC-SP, São Paulo.
- ONDATEGUI, J.C. (2006) Distritos Industriales, Ciudades Inteligentes y Regiões Del Conocimiento: El Arte de Innovar y El Territorio de Las Possibilidades. In: Industria y Ciudad em España: Nuevas Realidades, Nuevos Retos. Estudios y Monografías de Economía. Madrid: Ed. Thomson Civitas, P-75-110.
- PACHECO, C. A.; CORDER, S. (2010) Mapeamento institucional e de medidas de política com impacto sobre a inovação produtiva e a diversificação das exportações. Chile: CEPAL, março 2010 (Documento de Proyecto). Partes I e II.
- SAXENIAN, A. (1994) Regional advantage: Culture and competition in Silicon Valley and route 128. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- SCOTT, A. J. ;STORPER, M. (1986) Industrial change and territorial organization: a summing up. In: Production, Work, Territory. The geographical anatomy of industrial capitalism. Winchester, Massachussets: Allen & Unwin Publishers Ltd.

Fronteira: espaço como (re)produção do conflito

Cintia dos Santos Pereira da Silva
Débora Assumpção e Lima
Mariana Traldi
Rodrigo Fernandes Silva

Resumo

O minicurso tem como objetivo abordar a fronteira como conflito, pensando nas diversas possibilidades de sua manifestação: econômica, política, agrícola, identitária e mítica, material e simbólica.

Introdução

A construção do modelo de subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular em torno de setores de diversos tempos e avanços técnicos que apresentam uma real simbiose dá ao território brasileiro uma condição de espaço de reprodução de conflitos. Neste sentido, podemos pensar a fronteira a partir da sua importância para o processo de formação e modernização do território brasileiro.

O país foi um grande arquipélago formado por subespaços que possuíam lógicas próprias, ditadas principalmente pelas relações com o centro, o exterior, tendo relações escassas entre si. Como forma de integração do espaço nacional a fronteira passou a desempenhar papel fundamental na manutenção da coesão e limites territoriais. Era necessário confluir as fronteiras políticas delimitadas pelo pacto federativo com as fronteiras econômicas.

Objetivos

Este minicurso pretende:

- Fornecer ferramentas metodológicas para a compreensão das fronteiras e suas manifestações.
- Entender o conceito de fronteira enquanto conflito e expansão capitalista, a partir de suas adjetivações: política, econômica, agrícola, étnica, mítica, simbólica.

Justificativa

O objetivo é compreender a “Marcha para Oeste” como um movimento fundamental para a interiorização e ocupação do Brasil, na tentativa de aproximar a fronteira política, aquela que determinava o limite do território nacional com a fronteira econômica, com movimento de ocupação e unificação do mercado interno consumidor. A “Marcha para Oeste” tem o caráter de organizar o espaço dentro da economia capitalista moderna e, a atividade agrícola foi o carro-chefe da marcha, devastando e ocupando o cerrado e levando os aspectos urbanos a partir da industrialização da agricultura, com reprodução de relações diversas de trabalho. Para as regiões que eram consideradas “uma vasta área de ocupar e colonizar”, que podemos chamar de hinterlândia, e no qual é evidente a preocupação com a continuação de construção de rodovias de penetração tomaremos como ilustração o

processo de formação do estado do Tocantins e a entrada da agricultura moderna enquanto agente da expansão da fronteira agrícola.

Não obstante, nossa discussão pretende compreender os nexos estabelecidos entre a construção ou o asfaltamento de rodovias no Brasil e os territórios indígenas existentes na área de influência destas infraestruturas. Para tanto, buscamos identificar as implicações destas obras e posteriormente do funcionamento destas rodovias para os territórios indígenas existentes em sua área de influência, explicitando os interesses que movem o Estado no sentido do asfaltamento ou da construção. Para a compreensão da renovação deste sistema de mobilidade é necessário compreender o papel desempenhado pelas rodovias para o território brasileiro ao longo de nossa história territorial, enquanto um Sistema Técnico e a histórica problemática territorial indígena, quanto ao seu reconhecimento pelo Estado brasileiro, bem como forma de inserção do Brasil na globalização.

Nos processos de modernização do território brasileiro o que podemos observar é a sobreposição de sistemas técnicos sobre as terras indígenas, vista como a última fronteira a ser ocupada. É o caso da terra indígena Yanomami, no estado de Roraima, sobre a qual é possível identificar o conflito de identidade étnica a partir da sua situação de liminaridade. Ou seja, o conflito entre os índios e os não índios pode ser observado na fronteira, do avanço do meio técnico sobre a territorialidade indígena. A fronteira, portanto, pode ser vista a partir de uma perspectiva que leva em consideração a fronteira não apenas como delimitação de um recorte geográfico específico, mas também como a delimitação do humano. Ou seja, da sua humanidade como grupo social que necessita de um espaço físico apropriado para reproduzir seu modo de vida em sua plenitude. Não obstante, a fronteira é o lugar onde podemos visualizar a definição do que é cultura e natureza, na observância do encontro de sociedades que vivem no seu limite e no seu limiar.

Concomitante a noção de fronteira é importante ressaltar a discussão sobre a diferenciação, através da apropriação, da fronteira como linha e da fronteira como limite. Para tanto, o estudo sobre o Quilombo do Vale do Ribeira em São Paulo torna-se emblemático já que este conjuntamente com os estudos de caso relacionados anteriormente (hinterlândia, território indígena) é capaz de demonstrar as várias facetas da fronteira como demarcador histórico-espacial dos conflitos que nela se dão.

Metodologia

Pretende-se no minicurso analisar a fronteira como formas hegemônicas e alternativas de uso no território. A fronteira é o lugar onde é possível identificar as possíveis manifestações de identidade. É na observância do conflito que o indivíduo se encontra em situação de liminaridade. Pensando em outra escala, ela manifesta o encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história e do tempo. A fronteira, assim, é ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos.

Considerações finais

Os conceitos abordados no minicurso permitem refletir sobre outros conflitos e situações de fronteira. É preciso analisar as transformações do território a partir de diversos

agentes, não esquecendo as contradições que regem a construção do espaço. A partir dos casos abordados, pode-se compreender a fronteira por diversas facetas: econômica, política, agrícola, identitária e mítica, material e simbólica.

Referências bibliográficas

- ALBERT, Bruce. Introdução. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita(Orgs.). *Pacificando o branco. Cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- ARNT, Ricardo. Índios gigantes, uma história com um grande final feliz. *Revista online Seperinteressante*. Consulta em: 02 de mar. 2011. Disponível em: http://super.abril.com.br/superarquivo/1996/conteudo_41975.shtml.
- BACELAR. Tânia. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva?. In: CASTRO, I. E. et al. (org.), *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BARAZAL, N. R. *Yanomami: um povo em luta pelos direitos humanos*. São Paulo: Edusp, 2001.
- BECKER. Bertha K. A geografia e o resgate da geopolítica. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, ano 50. pp. 99-125, 1988.
- BARBOSA, Marco Antonio. Os povos indígenas e as organizações internacionais: Instituto do Indigenato no direito brasileiro e autodeterminação dos povos indígenas. In: *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 1, n.2, 2007.
- BECKER, B. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- BECKER, B. & EGLER, C. *Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1994.
- BRASIL. Advocacia Geral da União. *Demarcação de Terras Indígenas*. Gabinete do Advogado Geral da União, Secretaria-Geral de Contencioso, Departamento de Acompanhamento Estratégico. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/procuradoria/docs/Estudo%20da%20AGU-demarca%E7%E3o%20de%20ti.PDF>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- CAMPOS, Ciro (org). *Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é. In: *Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- CATAIA, Márcio. *Uso do Território e Federação: novos agentes e novos lugares. Diálogos possíveis e participação política*. In: *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Vol. XIV, n. 331 (16), 2010.
- CLASTRES, Pierre. *Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *Geographia. Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, UFF/EDD*, ano 1, n.º 2, 1999. p. 7-26.
- COSTA, W.M. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo, Contexto, 1988.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os direitos dos índios: ensaios e documentos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

- FRANÇA, Ary. A marcha do café e as frentes pioneiras. v. 3. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- FREDERICO, S. O Novo Tempo do Cerrado: expansão e controle dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo. Annablume; FAPESP. 2010.
- FUENTE, R. de La. La autonomia indígena en Chiapas. La Catarata: Asociacion los libros de La Catarata, 2008.
- GALLOIS, Dominique. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?. In: FANY, Ricardo (Org). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.
- GALVÃO, Olímpio J. de A. Desenvolvimento dos transportes e integração regional no Brasil: uma perspectiva histórica. Planejamento e Políticas Públicas, n. 13 de junho de 1996.
- HAVT, N.B. Processos e produtos territoriais: território indígena é Terra Indígena?. In: Seminário virtual: direitos indígenas e de minorias. Brasília, Geri, 1999. (Boletim Anual do Geri, 3/3).
- HAESBAERT, Rogério. Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007.
- HUERTAS, Daniel Monteiro. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como alicerce do Estado nacional nas políticas de transporte. In: Anais XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.
- LEVI-STRAUSS, Claude. Historie et ethnologie. Annales ESC XXXVIII, n.6, p.1217-31, 1983.
- MACHADO, L. O. O controle intermitente do território amazônico. In: Território/AGET, UFRJ, nº 2, vol.1 – jan/jun, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997
- MACHADO, L, O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. Revista Brasileira de Geografia, vol. 54, n.2, 1992.
- MARÉS, Carlos F. Da tirania a tolerância: o direito e os índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). A outra margem do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- MONBEIG, Pierre. Ensaio de geografia humana brasileira. São Paulo: Livraria Martins, 1940.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. Geografia histórica do Brasil: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. Território e História no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2002.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. Indigenismo e territorialização. Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papius, 1991.
- ONU. Convenção Sobre os Povos Indígenas e Tribais, 1989. <http://www.ilo.org> Site da Organização Internacional do Trabalho. Acesso em 25 mar. 2011.
- RAMOS, Alcida Rita. Hierarquia e simbiose: relações intertribais no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1980.

- RAMOS, A.; LIMA, A. Obras de infra-estrutura não garantem desenvolvimento do País. Instituto Sociambiental, 2006. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/de-smatamento/site/infraestrutura>. Acesso em: 20 jul. 2011.
- RICARDO, Carlos A. A demarcação das terras e o futuro dos índios no Brasil. In: NOVAES, Adauto (Org.). A outra margem do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SEEGER, A.; VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Terras e territórios indígenas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- VAINER, Carlos. Planejamento Territorial e Projeto Nacional: os desafios da fragmentação. In: Revista Brasileira de Estudo Urbanos e Regionais, v. 9, n. 1, 2007. Disponível em: http://www.anpur.org.br/revistas/rev_ANPUR_v9_n1.pdf. Acesso em: 10 jun. 2011.
- VELHO, O. G. Frente de Expansão e Estrutura Agrária. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1972.
- WAIBEL, L. Capítulos de geografia tropical e do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- YANOMAMI, Davi Kopenawa. Descobrimo os brancos. In: Novas, Adauto.(Org.). A outra Margem do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Território, territorialização e territorialidade na perspectiva da Música Popular Brasileira

Lucas Labigalini Fuini¹

Resumo

O presente minicurso, com duração de 4 horas, pretende contribuir com o ensino de Geografia, tanto em nível escolar quanto no nível de graduação, através da perspectiva de investigação do conceito de "território" e suas novas perspectivas de análise muito difundidas na Geografia brasileira, como as concepções de territorialização, desterritorialização, reterritorialização e as territorialidades e desterritorialidades. Nesse sentido, utilizaremos do recurso audiovisual da música, com seus sons, ritmos e letras, em especial da música popular brasileira, para contextualizar e explicar tais noções e conceitos fundamentais para a ciência geográfica, mobilizando a didática e intertextualidade das canções para construir a mediação entre conceitos científicos e conceitos escolares, tarefa fundamental para o ensino de Geografia.

Introdução e referenciais teóricos

O território aparece como um dos conceitos fundamentais da ciência geográfica, construindo o edifício dessa ciência desde que ela se constituiu em termos oficiais e institucionais, a partir do final do século XIX. Sendo conceito, ou seja, uma abstração a designar um conjunto de relações e processos, o território também apresentou, no desenrolar da história do pensamento geográfico, diferentes designações, conforme o contexto histórico ou o referencial filosófico e ideológico a tratá-lo.

Mais recentemente, a ciência geográfica retoma com ímpeto o emprego desse conceito para a análise da realidade geográfica, obliterando inclusive, outros conceitos fundamentais, como região e espaço geográfico. A ciência geográfica brasileira também passa a se situar nesse debate com mais força a partir de meados dos anos 1990, atendendo ao prenúncio do geógrafo Milton Santos a tratar do "retorno do território", ou do território usado, como ele mesmo definia (SANTOS, 2002). O "território usado são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano e espaço habitado" (SANTOS, 2002, p. 16), onde se encontram as horizontalidades (lugares vizinhos, continuidade territorial, espaço banal) e as verticalidades (pontos distantes uns dos outros ligados por formas de processos sociais, redes).

Posteriormente, outros geógrafos se inseriram nesse debate e voltaram seus olhares ao conceito, com especial atenção para as novas qualidades que assumia com o processo de globalização e mundialização da economia e os movimentos de reestruturação produtiva do território (CHESNAIS, 1996; CASTELLS, 2003). Assim, aparecem com força também outras

¹ Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da Univ. Estadual Paulista/Unesp, Campus de Ourinhos. É coordenador do projeto regular de pesquisa FAPESP, integrante do Grupo de Pesquisa/CNPq sobre "Processos e Dinâmicas territoriais" (DITER) e coordenador do Laboratório de Geografia Humana. É responsável pelo Grupo de Estudos de Música em Geografia (GEMUG), desenvolvendo projetos de extensão e educação. Email: lucasfuini@ourinhos.unesp.br.

duas especificidades do território: seu conteúdo, ou as territorialidades e, sua ação ou movimento, as territorializações, desterritorializações e reterritorializações.

Em suma, o território é o recorte espacial definido por relações de apropriação, poder e de controle sobre recursos e fluxos baseado em aspectos políticos, econômicos e culturais (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2007; SPÓSITO, 2004). O território contém formas diversas de apreensão e de manifestação individual e coletiva de um Estado, grupo cultural, classe social ou atividade econômica.

Isso é chamado por territorialidade, ou seja, o próprio conteúdo do território, suas relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função aos objetos espaciais. Essas territorialidades são associadas aos diferentes tipos de usos do território. A desterritorialidade seria, portanto, resultado de um processo de desterritorialização, na perspectiva do desenraizamento dos produtos, capitais, mão de obra e, sobretudo, de grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos em processos de transferências de fronteiras e identidades territoriais. Trata-se um processo de transferência de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência nas esferas econômica, política e cultural (IANNI, 1992; apud NEVES, 2002).

Haesbaert (2006) reivindica o uso da noção de “multiterritorialidade” à dinâmica combinada de múltiplos territórios em termos de justaposição e convivência da diversidade territorial representada pelas dimensões sociais, escalas e dinâmicas.

52

Essas dinâmicas se desdobram num *continuum* que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço (HAESBAERT, 2006, p. 341).

Poderíamos tratar então de territorialidade associada a grupos sociais, eventos culturais e religiosos, intervenções públicas, investimentos privados etc. A territorialidade se expressa em espaços e tempos distintos e, às vezes, simultâneos, como é o caso dos centros urbanos, com as territorialidades do comércio entrecruzadas pelas territorialidades das tribos urbanas, do trânsito, das igrejas, enfim, com a justaposição de territorialidades sagradas e profanas. Até mesmo podemos tratar de territorialidades cíclicas, com o uso de espaços urbanos pela atividade empresarial durante o dia e, à noite, pela prostituição e por usuários de drogas, por exemplo.

Já a territorialização, ou reterritorialização, seria o movimento de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, dotando-o de unidade. Poderia ser também chamada de *enraizamento territorial*, vinculando populações, empresas e instituições de governo ao território. A desterritorialização, em seu oposto, representa a extroversão e desenraizamento de povos, atividades sociais e econômicas e comunidades de seus territórios, correspondendo à perda de identidades e do enraizamento. A reterritorialização, por sua vez, compreende o

movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação.

Segundo Haesbaert (1999), uma das marcas centrais do movimento de desterritorialização moderno e globalizado seria a produção de aglomerados, símbolos da chamada “desterritorialização extrema” e “precária”, que nos trazem a perspectiva de uma massa disfuncional sem identidade e espacialmente definida por um ponto, linha ou superfície. Haesbaert (2006) e Ramos (2004), quando realizou sua fundamental reflexão sobre a desterritorialização do capital e da população e cunhou a relação entre redes e aglomerados, dá enfoque aos conjuntos populacionais em situações de exclusão social e marginalização econômica. Ao sistematizar uma tipologia para aglomerados, aparecem três tipos centrais: aglomerados radicais, marcados pelas condições de vida precárias e extremas, como os refugiados e deslocados em áreas de países pobres; aglomerados tradicionais, vivendo em situações endêmicas de exclusão e fome (Ex.: sertão nordestino brasileiro); e os aglomerados transitórios ou conjunturais, geralmente de caráter ilegal ou clandestino e marcados pela violência e medo (Ex.: favelas dominadas pelo narcotráfico).

Mais recentemente surge outra linha de análise territorial, também preocupada com os modos de apropriação simbólicos e culturais, definida pelas “microterritorialidades”. Segundo Fortuna (2012), a microterritorialidade seria uma modalidade de socialização articulada a valores, subjetividades e afetos, reconhecendo formas de organização social não-institucionais e transformações radicais de valores e estilos de vida. A microterritorialidade pode também ser abordada como uma escala interpretativa dos eventos motivadores de ações territoriais, sendo notada de forma mais concreta através dos estilos de vida urbanos e suas manifestações coletivas e individuais. Um exemplo dessa perspectiva seria o trabalho de Turra (2003) sobre o movimento punk em Londrina, conforme a perspectiva das representações e apropriações espaciais por um grupo de jovens com identidade cultural e territorial.

Esse trabalho de reflexão e ensino sobre conceitos geográfico, como de “território”, pode ser realizado com uso de músicas populares. Kong (1995, apud KONG, 2009) reconhece que a música popular ainda não foi reconhecida com área de investigação geográfica. Pontua que a música é um elemento de penetração em todas as sociedades conhecidas, sendo elemento constitutivo do cotidiano e da identidade das pessoas. Assim, delinea fatos que podem estimular a constituição de um programa de pesquisas sobre “Geografia da música”: 1º.) A música de um determinado local traz imagens dele; 2º.) A música pode servir como fonte primária para se compreender o caráter e identidade dos lugares; 3º.) A música é um meio para as pessoas comunicarem suas experiências ambientais de “espaço” e de “lugar”; 4º.) A música é o resultado de experiências ambientais.

Carney (2007) busca entender a música através dos lugares (*topofilia*) e entre diferentes lugares (*heterotopia*), estabelecendo padrões, similaridades, diferenças e conexões. Nesse sentido, o autor nos mostra as possibilidades de se estudar conjuntamente os lugares e a música através de uma hierarquia de lugares, revelando as diferentes formas de percepção e manifestação musical, conforme as ruas, bairros, cidades, estados e

províncias, regiões e nações, elementos espaciais que são associados a diferentes tipos de lugares. Posto isso, os lugares também podem servir como: fontes de inovação e de resistência musical; fontes para composição musical através de seus elementos naturais; referências para movimentos espaciais de gêneros e subgêneros musicais e, por fim; como instrumento para percepção e construção de imagens e mapas mentais sobre os lugares.

Desse modo, percebe-se a vinculação entre os conceitos geográficos e as referências e contextualizações que a músicas nos oferecem para seu entendimento, servindo como recurso científico e didático para seu entendimento e apropriação.

Objetivos

O presente minicurso tem como objetivo desenvolver um raciocínio geográfico (CAVALCANTI, 1998) sobre o conceito de território e suas dinâmicas mais recentes com uso de letras da música popular brasileira. A desterritorialização, reterritorialização e as territorialidades múltiplas podem ser analisadas com as referências históricas e geográficas que nos trazem as músicas, servindo como recursos discursivo e mediação didática para o trabalho de pesquisa e docência em Geografia. Além de atualizar os participantes sobre as novas tendências da discussão territorial na Geografia brasileira, pautada nas perspectivas de relações de poder (RAFFESTIN, 1993); do território usado (SANTOS, 2002; SANTOS; SILVEIRA, 2010) e do território imaterial/simbólico (SPÓSITO, 2003), pretendemos demonstrar que a ciência geográfica e suas pesquisas de vanguarda devem ser apropriadas pela escola em seu trabalho educativo, atuando a música como mediação no processo de construção de conceitos.

54

Justificativa

As justificativas para a realização desse minicurso decorrem do papel chave que o conceito de território exerce nas pesquisas científicas da Geografia brasileira contemporânea. Além disso, também ressalta-se o destaque que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia (2002) dão para os conceitos, dentre os quais o de território, como eixos estruturantes no ensino-aprendizagem de conteúdos, habilidades e competências. E, por fim, há um reconhecimento atual da importância da música como inspiração para investigações sobre lugares e paisagens, pois aparecem como relatos de cotidianos e eventos socioespaciais (SANTOS, 1996), além de exercerem um papel pedagógico fundamental de estímulo e aproximação dos alunos com os conteúdos escolares e como ferramenta de exercício da criatividade e autonomia (FUINI, 2013).

Material e métodos

A) Exposição de uma breve quadro explicativo sobre conceitos científicos e escolares e o conceito de território na Geografia, conforme autores selecionados (RAFFESTIN, 1993; COSTA, 2004; SAQUET, 2007, SANTOS, 1996, 2010);

B) Realizar a audição e análise das letras de música (*Sobradinho*: Sá e Guarabyra; *Saudosa Maloca*: Adoniran Barbosa; *Aluga-se*: Raul Seixas e Cláudio Azevedo; *Disneylândia*: Titãs) e

trabalhar seus trechos de forma a incorporar as perspectivas da territorialização, com seus prefixos do "des" e "re"; e a ideia de territorialidades, com seus prefixos do "des" e "micro";

C) Durante a análise das músicas, conforme sua contextualização histórico-geográfica, definir também as noções de "território político", "território cultural" e "território cultural";

D) Desenvolver uma proposta de síntese final com os participantes, propondo a eles a elaboração de uma proposta avaliativa (uma dissertativa e uma objetiva) mobilizando o texto musical para permitir uma reflexão sobre as diferentes dinâmicas do "território".

Discussão

A música "Saudosa Maloca" foi lançada pelo famoso sambista paulista Adoniran Barbosa em 1951, aparecendo como exemplo emblemático do processo de urbanização e metropolização do espaço e a especulação imobiliária, com a segregação das classes mais pobres no espaço urbano que perdem suas moradias e migram para as periferias. Escrita em linguagem informal, típica dos trabalhadores e pessoas simples, a música traz uma série de trechos que remetem as identidades territoriais ("Foi ali seu moço (...)/ Construimo nossa maloca", "Passemos dias feliz de nossa vidas"), a territorialização do capital imobiliário ("Esse edifício arto"/ "Veio os home c'as ferramenta, o dono mandô derrubá") e a desterritorialização das classes pobres ("Peguemo todas nossas coisas"/ "Fumo pro meio da rua"/ "Nóis arranja outro lugar"), gerando o aglomerado de exclusão metropolitano ("Hoje nóis pega paia nas grama dos jardins"). O contexto histórica era do Brasil em processo de industrialização e com discurso nacionalista de crescimento e modernização econômica, com fortes movimentos de êxodo rural. As territorialidades do trabalho e da moradia também são evidenciadas na música.

A música "Sobradinho" é de composição de Luis Carlos Sá e Guttemberg Guarabyra, seu parceiro, em fins dos anos 1970. A música se refere ao contexto de construção da Usina hidrelétrica de Sobradinho, no rio S. Francisco, em 1976, e o impacto social e ambiental que o lago exerceu sobre as vilas e cidades que foram inundadas, remetendo à profecia de Antônio Conselheiro, líder da revolta de Canudos: "O sertão vai virar mar". A perspectiva da "territorialização" da hidrelétrica, com a imposição do discurso econômico, levou à "desterritorialização" de cerca de 70 mil pessoas das localidades citadas na música ("Casa Nova", "Sento Sé", "Pilão Arcado"). A perspectiva de apropriação e produção do espaço ("O homem chega e já desfaz a natureza", "tira gente, põe represa"), originária do território, remete também ao território político da Bahia e a dissolução de diversas territorialidades e identidades culturais que se associavam aos lugares ("Por baixo d'água lá se vai a vida inteira"), produzindo a desterritorialização com exclusão ("O povo vai se embora com medo de se afogar"). O contexto histórico era do Brasil sob égide do regime militar autoritário e com planos de integração nacional via infra-estrutura energética e de circulação, com a meta do crescimento econômico como projeto de país.

A música "Aluga-se", de Raul Seixas e Cláudio Azevedo, lançada em 1980, ainda no período militar, traz uma crítica ao modelo econômico brasileiro. Sua letra contém fortes elementos da perspectiva de território econômico e político ("Negócio bom assim ninguém

nunca viu"/"Alugar o Brasil"), colocando em discussão a soberania nacional face a internacionalização do capitalismo com as multinacionais ("Os estrangeiro eu sei que eles vão gostar"), com a desterritorialização de pessoas de lugares e regiões ("A Amazônia é o jardim do quintal") pela mobilidade do capital transfronteiriço ("O dólar deles paga o nosso mingau"), com homogeneização econômica e cultural ("É tudo free, vamo embora") e a deslocalização exacebada face a "tirania do dinheiro", como nos coloca Santos (2000).

A música "Disneylândia", composta por Arnaldo Antunes e Paulo Miklos, da banda paulistana Titãs, lançada em 1992, faz menção ao processo de globalização e à mobilidade crescente do capital, das pessoas, produtos, dos idiomas e elementos culturais, nesse mundo "aparentemente" integrado e sem fronteiras. A música serve como relato fictício de um mundo interconectado em diversas cenas e situações de interdependência, nos remetendo constantemente à perspectiva da "desterritorialização" e a "reterritorialização" ("Filho de imigrantes russos, casado na Argentina com uma pintora judia"), com a saída de pessoas de alguns países e lugares e fixação e enraizamento em outros. Nos remete também à territórios em perspectiva econômica ("Multinacionais japonesas instalam empresas em Hong Kong", "matéria-prima brasileira"; "madeira colombiana"), política ("armênios naturalizados no Chile", "crianças iraquinas fugidas da guerra", "não obtém visto no consulado americano do Egito") e cultural ("Literatura grega adaptada para crianças chinesas da comunidade europeia"). Além disso, expõe também vários elementos de territorialidades e microterritorialidades ("camelôs no bairro mexicano de Los Angeles").

56

Considerações finais

Para Santos (2002), o retorno do território, como noção importante para a análise social, se dá como superação do conceito herdado da modernidade que limitava o território como fundamento do Estado-nação, que o moldava. Assim, com a transnacionalização do território, criam-se novas sinergias e novos vetores de funcionamento do território, como as perspectivas dialéticas que colocam lado a lado as horizontalidades e verticalidades, os lugares contíguos e os lugares em rede, o acontecer homólogo e o acontecer hierárquico, as normas locais e as normas globais.

Desse modo, concebemos o minicurso que propomos como uma atividade a oportunizar a formação de um raciocínio geográfico e espacial sobre o conceito de território e alguns de seus entendimentos e designações atuais, salientando o valor dos conceitos como eixos fundamentais do trabalho de pesquisa e ensino em Geografia, bem como, reconhecendo o papel das canções populares como elementos de contextualização, representação e identificação relacionados aos diversos territórios, territorializações e territorialidades (FUINI, 2012).

Referências bibliográficas

CARNEY, G. O. Música e Lugar. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny, Literatura, Música e Espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

CAVALCANTI, L. S. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 1998.

- FORTUNA, C. (Micro)territorialidades: Metáfora dissidente do social. Terra Plural, Ponta Grossa/PR, UFGP, v.6, n.2, p. 199-214, jul./dez. 2012.
- FUINI, L. L. O ensino de conceitos geográficos e de seus conceitos através da música. Geografia, Rio Claro/SP, Ageteo, v. 38, n.1, p. 93-106, jan./abril. 2013
- FUINI, L. L. Territórios e territorialidades da música: Explorando a letra musical como relato de cotidianos e lugares. Anais do II Seminário Internacional sobre Microterritorialidades nas Cidades, Unesp, Presidente Prudente, 2012
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 2a. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HAESBAERT, R. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., et al., Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 165-206.
- HAESBAERT, R.; RAMOS, M. T. O mito da desterritorialização econômica. Geographia, ano 6, n. 12, p. 25-48, 2004.
- KONG, L. Música popular nas análises geográficas. Em CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). Cinema, música e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p.129-175.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. 10 a. ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L., Território: Globalização e fragmentação. 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SPÓSITO, E. S. Geografia e Filosofia: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Edunesp, 2004.

Reflexões e práticas de ensino em Geografia

Troca de ideias: compartilhando metodologias de ensino na geografia escolar

Edimara de Lima da Silva
elsilva1987@gmail.com
FAFIDAM/UECE

Palavras-chave: Geografia escolar, Metodologias de ensino, Prática pedagógica.

Introdução

Este trabalho é parte dos resultados de uma pesquisa realizada no ano de 2012 e, tem por intenção, propor uma reflexão sobre a prática pedagógica do professor de geografia bem como sugerir algumas metodologias para a socialização dos conteúdos geográficos. Nossa motivação surge do fato de se perceber que muitas vezes a prática pedagógica do professor fica viciada nas “receitas prontas” dos livros didáticos, ficando este condicionado a uma postura de mero divulgador do conteúdo (ANTONIO FILHO E ALMEIDA, 1991). Vale salientar que as propostas metodológicas aqui apresentadas não são inéditas, e sim, adaptações de situações metodológicas vivenciadas em diferentes contextos escolares.

Entendemos que, na atual condição de desenvolvimento tecnológico e difusão de informações pelos recursos midiáticos (BRASIL, 1998), os alunos possuem outras maneiras de adquirir informação e conhecimento que estão fora do ambiente escolar. Sob esta perspectiva, “a busca por inovações pedagógicas na leitura e sistematização dos processos sociais” precisa ser encarada como uma atividade cotidiana do professor (NASCIMENTO e SILVA, 2009, p. 1). No intuito de contribuir para espaços de geração de diálogos na sala, temos como objetivos: analisar o papel das “metodologias de ensino” como prática pedagógica facilitadora no processo de ensino-aprendizagem e propor sugestões metodológicas com vistas a auxiliar o professor na socialização dos conteúdos geográficos.

Socializando práticas e ideias

Inseridas em uma perspectiva dialógica as “metodologias de ensino” visam “ampliar o arcabouço metodológico de socialização dos conteúdos e de construção do

conhecimento” (NASCIMENTO E SILVA, 2009, p. 4) dos alunos e também do professor, porém cada metodologia deve ser escolhida conforme os níveis de conhecimento da turma.

Mapas temáticos¹

A introdução do mapa nas aulas de geografia auxilia na criação de um contexto “significado-significante” para o aluno (PASSINI, 2012). “Tanto os mapas murais como os atlas, na condição de instrumentos pedagógicos, deveriam ser presença obrigatória nas salas de aula de Geografia.” (PONTUSCHUKA et al., 2009, p. 306). A proposta metodológica “Mapas temáticos” insere-se na sala de aula visando não só a confecção do mapa por parte dos alunos, como também a interpretação dos símbolos contidos nele, sua socialização e o debate junto à turma.

Sugerimos que a metodologia seja aplicada em turmas de ensino fundamental II e ensino médio, de preferência ao final de um assunto ou capítulo. O professor pode fazer da seguinte maneira: dividir os alunos em grupos de quatro ou seis pessoas e pedir para que elaborem um mapa contendo os pontos principais discutidos em sala de aula, sendo que tudo deve estar presente no mapa por meio de símbolos. O mapa não precisa, necessariamente, ter uma escala estabelecida, mas o contorno dos limites territoriais deve ser acentuado bem como os pontos de leitura necessários (título, fonte, legenda, orientação, e se tiver, escala).

O mapa pode ser confeccionado tendo por base outro mapa, os alunos podem fazer uso do *papel seda* para dar os primeiros contornos ao desenho e em seguida acrescentar as informações necessárias. Após a confecção do mapa os grupos deverão apresentar seu “mapa temático” para o restante da sala. Ao final das apresentações, professor e alunos podem fazer uma avaliação oral do desempenho dos grupos, pontuando o que deve ser melhorado para uma próxima atividade.

¹ Essa metodologia foi adotada inicialmente nas disciplinas de Geografia do Nordeste e Geografia do Ceará ministradas pela Prof.^a Bernadete Maria Coêlho de Freitas, no semestre 2012.2 do curso de Licenciatura em Geografia, na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE.

Rodas de conversa²

Esta metodologia tem a intenção de articular os “argumentos teóricos” socializados pelo professor de geografia com as ideias produzidas por intermédio dos debates, sendo esta uma proposta pedagógica de interação de todos os indivíduos envolvidos por meio de troca de experiências e socialização dos saberes individuais e coletivos (NASCIMENTO E SILVA, 2009). Nas “Rodas de conversa” temos articulado um conjunto de etapas e atividades que são distribuídos entre os educandos (NASCIMENTO E SILVA, 2009). Os autores dividem a metodologia em: “leitura, coordenação e sistematização das ideias centrais e secundárias”; “exposição dos conteúdos para estímulo ao debate”; e “facilitação do debate e relatoria analítico-reflexiva numa perspectiva dialógica entre os argumentos teóricos e as ideias produzidas” no debate (p. 7).

A metodologia efetiva-se dentro da sala de aula por intermédio do “grupo facilitador”. Este grupo é previamente selecionado pelo professor, juntamente, com o texto ou capítulo que será debatido na aula. O grupo desempenhará as seguintes funções: exposição, coordenação e relatoria da “roda de conversa”. Cada “grupo facilitador” pode ter no mínimo três e no máximo cinco educandos e durante a exposição dos conteúdos preestabelecidos, o mesmo pode imprimir ao debate o ritmo que achar adequado para a “roda de conversa”.

Onde está “Sofia”?³

Essa metodologia visa propiciar aos educandos o envolvimento com situações hipotéticas, relacionando conteúdos geográficos com fatos e acontecimentos concretos. Esta sugestão metodológica desenvolve-se muito bem nas aulas de geografia do ensino fundamental I e II. A dinâmica deve ter uma duração estabelecida pelo professor e uma variação semanal dos possíveis lugares onde “Sofia” possa estar, descrevendo sempre os lugares de forma cuidadosa e com características que já sejam do conhecimento dos alunos. O nome da personagem bem como suas características físicas podem e devem ser adaptadas ao contexto da turma na qual se insere, e é interessante que essas primeiras informações sejam elaboradas com a participação dos alunos

²Tal metodologia foi desenvolvida, primeiramente, no Curso de Geografia do Campus Avançado Maria Elisa de Albuquerque Maia - CAMEAM da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN sendo fruto de uma “experiência profissional e da vivência” dos professores Nascimento e Silva (2009) em processos participativos e de “mobilização social”, mas não só disso.

Ao socializar a dinâmica “Onde está Sofia?”, o professor dará pistas aos alunos de como é o provável lugar onde ela se encontra, tudo com o intuito de levar os alunos a pesquisarem através das características espaciais, sociais, culturais e climatobotânicas, meios de descobrir onde é tal lugar. A comunicação entre professor, educandos e “Sofia” - personagem fictício - pode ser feita por intermédio de e-mail, telefonema ou carta - convém escolher o melhor meio de comunicação. Selbach (2010) acrescenta que, durante a socialização das pistas, os alunos tentarão dar palpites sobre o possível lugar onde “Sofia” possa se encontrar, cabendo ao professor, deixar claro que palpites não possuem validade comprobatória e que o mais importante para a realização da dinâmica é ficar atento às pistas e fazer uma pesquisa criteriosa.

Considerações finais

Entendemos que ensinar é uma ação que ocorre de forma gradativa e fragmentada, onde diversos sujeitos sociais atuam influenciando no processo de aprendizagem (LIBÂNEO, 1994). Os caminhos para um trabalho pedagógico eficaz não são passíveis de “receitas prontas”, mas devemos estar cientes de que é uma ação onde escola, família, comunidade e Estado precisam atuar conjuntamente. Ao refletir sobre o cotidiano da sala de aula e o processo de ensino-aprendizagem percebemos que a utilização de metodologias direcionadas pode auxiliar o professor de geografia na sala de aula. Propusemo-nos aqui a apresentar um trabalho que tivesse uma utilidade prática para o professor de geografia. Naturalmente que, as metodologias esboçadas podem ser aperfeiçoadas ou sofrer adaptações, pois necessitam ser pensadas, previamente, no que diz respeito à sua eficácia e potenciais resultados no processo de aprendizagem.

Referências bibliográficas

³A metodologia “Onde está Sofia?” é uma adaptação de uma atividade pedagógica proposta por Selbach (2010) originalmente chamada de “Onde se escondeu Manuela?”.

ANTONIO FILHO, Fadel David. ALMEIDA, Rosângela Doin de. A questão metodológica no ensino de geografia: uma experiência. In: **Prática de ensino em Geografia** – Terra Livre / AGB. – nº 8. São Paulo: Marco Zero, 1991.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

NASCIMENTO, Maria Anezilany Gomes. SILVA, Cícero Nilton Moreira da. **Rodas de conversa e oficinas temáticas: experiências metodológicas de ensino-aprendizagem em geografia**. 10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia – ENPEG. Porto

Alegre, RS: AGB, 2009. Disponível em:
<[http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/Poster/P%20\(36\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/Poster/P%20(36).pdf)> Acesso em: 15 mai. 2013.

PASSINI, Elza Yasuko. **Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia**/ colaboração Romão Passini. – 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Para ensinar e aprender Geografia**/ Nídia Nacib

Pontuschka, Tomoko Iyda Paganelli, Núria Hanglei Cacete. - 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2009. – (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

SELBACH, Simone. **Geografia e didática**/ Simone Selbach (supervisão geral); Celso Antunes (coordenação). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. – (Coleção Como Bem Ensinar).

Geografia escolar contemporânea: livro didático e realidade proximal

Kátia Amorim

amorimkatia2006@gmail.com

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Cristina Batista de C. Ribeiro

crisrina.rcastro@yahoo.com.br

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão crítica sobre a metodologia do ensino de geografia utilizado nos livros didáticos e um (re) pensar sobre o processo pedagógico no qual a geografia escolar está inserida, voltada para o ensino enciclopédico, conteudista e descritivo que negligencia o conhecimento do aluno ou sua realidade social. Diante desta temática propomos um trabalho na unidade de ensino Reverendo Eliseu Narciso no município de Campinas que foi pensado a partir desta reflexão com o intuito de galgar mudanças e transformação possíveis no método de ensino da geografia escolar. O princípio adotado baseou-se no método construtivista no intuito de criar e construir o pensamento crítico a partir da realidade, ou seja, da proximidade vivida pelo aluno com a proposta de conduzi-lo ao desenvolvimento de habilidades e competências que os permitam refletir sobre as contradições espaciais, locais e regionais, e que dentro da sua autonomia adquirida tenha capacidade de se apropriar, compreender e utilizar este conhecimento de forma crítica e consciente em sua formação cidadã.

Palavras-chave: aluno, ensino de geografia, livro didático.

Introdução

O livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte única de referência e contrapartida dos erros das experiências de vida (VESENTINI, 2007, p.166).

Atualmente a geografia, ao discutir as concepções teóricas inerentes a sua ciência, encontra um grande desafio, pois vivemos em um mundo globalizado que elimina as fronteiras entre os países de todo o mundo. Dentro desta realidade, Cavalcanti (2008) afirma que o fenômeno globalizador afeta múltiplos campos, tais como: o cultural, o tecnológico, o econômico etc., e nesta realidade, a autora considera que as mudanças que passam a ocorrer no ensino de geografia na década de 90 foram na realidade vivenciada por

geógrafos preocupados com a falta de interesse que essa disciplina gerava no contexto escolar.

As mudanças que viriam a ocorrer no ensino, como um todo, consolidaram-se na década de 90 após amplo debate no ano de 1996, foi instituída a nova proposta de ensino denominada Parâmetros Curriculares Nacionais, com o intuito de gerar um documento de referência para todo o território nacional. Dentro desta abordagem, Nacib (2010) esclarece que a intenção do MEC (Ministério da Educação) é proporcionar uma educação de qualidade que assegurasse aos jovens brasileiros o conhecimento necessário para o exercício da cidadania, mesmo nos locais com deficiência de infraestrutura.

A abordagem de Nacib (2010) reafirma a importância da geografia escolar para a formação dos alunos. Pautando na teoria de Cavalcanti (2008), cabe ressaltar as especificidades da maneira de raciocinar e interpretar a realidade que a geografia escolar propõe, levando em consideração os princípios construtivistas, pensando a questão metodológica do ensino de geografia com base na necessidade de colocar o aluno como centro e sujeito do processo de ensino, ou seja, deve-se considerar a experiência cotidiana que o aluno carrega consigo.

Valorizando a bagagem do aluno como início de uma aprendizagem construtivista e com o intuito de formar cidadãos que consigam articular os conteúdos aprendidos com a geografia ao seu cotidiano, como fazer essa prática da geografia ser efetiva nos dias atuais?

Essa pergunta se justifica quanto ao modelo dos livros didáticos amplamente usados nas salas de aula especificamente para suporte na disciplina de geografia. A prática do uso do livro didático como único recurso metodológico é alvo de crítica, tal como Oliveira (2006) faz, pois a autora defende que quando o livro didático ou os modelos pedagógicos são colocados aos professores como ferramentas prontas e acabados, acabam sendo fatores limitantes, pois não consideram a vivência que o educando possui.

Nesta discussão é importante salientar que o professor de geografia deve estar, apesar do contexto aparentemente “engessado”, pronto a se tornar um gerenciador do conhecimento, autônomo, criativo, pluralista e propositivo.

Se não trazidos para a realidade do aluno, o conteúdo encontrado nos livros didáticos pode se tornar desvantajosos frente aos recursos tecnológicos de informação disponíveis atualmente.

No que diz respeito à crítica da utilização do livro didático como única fonte de ferramentas nas aulas de Geografia, Silva e outros (2010) ressaltam ainda que a partir de observações realizadas, chegou-se a conclusão de que a utilização dos livros didáticos como única fonte de aprendizado tem tornado as aulas de geografia apenas teóricas, levando assim ao sentimento único de monotonia.

Para que a geografia idealizada nos Parâmetros Curriculares Nacionais cumpra o seu objetivo de proporcionar aos alunos a possibilidade de compreenderem sua própria posição no conjunto de interações entre sociedade e natureza para Nacib e outros (2009), é de extrema importância que os autores de livros didáticos também descubram formas atraentes de tratar assuntos relativos ao cotidiano dos alunos.

Atualmente vivemos em um mundo de imagens e informações que são instantâneas e ultrapassam claramente as informações contidas nos livros didáticos. Desta forma, os apontamentos negativos direcionados ao uso do livro didático como única forma de conhecimento são válidas. Dentro desta velocidade assustadora da informação, Pretto (1996) é enfático ao exemplificar que as informações circulam e colocam em destaques grandes problemas que estão acontecendo em tempo real.

66

É evidente que as informações se alastram nos dias atuais em velocidade recorde graças às tecnologias variadas de comunicação. Conseqüentemente as informações e situações contidas nos livros didáticos em muito pouco tempo podem estar ultrapassadas. Diante desta realidade é um desafio articular o material impresso a realidade temporal.

Não é ilusório salientar que existe na escola contemporânea a necessidade da implementação dos mais diversificados materiais que possam dar subsídios para que o saber geográfico tenha caráter significativo, não é de forma alguma excluindo o material didático disponibilizado pela rede de ensino, mas assegurar outras metodologias de ensino, superando a “ditadura” do livro didática, assim como Vesentini (2004) coloca, defendendo ainda que o bom professor deve ver nele, tão somente um apoio ou complemento para a relação ensino-aprendizagem que visa integrar o educando ao mundo.

Pensando nessa insatisfação generalizada com a monotonia das aulas de geografia, propomos um projeto local baseado no conteúdo da 7ª série do Ensino Fundamental na unidade escolar Reverendo Eliseu Narciso, localizada no bairro periférico do DIC III, no município de Campinas. A unidade escolar em questão atende alunos de diversos bairros da região do Ouro Verde, dentre os bairros existe uma ocupação

denominada Jd. Santo Antonio, onde reside grande número de alunos que se sentiram à vontade para tratar das condições socioeconômicas, ambientais e principalmente a questão da terra no Brasil, quanto aos alunos que residiam em outras áreas houve a oportunidade para conhecerem os problemas existentes nas proximidades do seu território cotidiano.

Todos os temas foram trazidos no primeiro momento para a realidade local da ocupação do Jd. Santo Antonio, posteriormente com apoio do livro didático proporcionamos o olhar do educando para as problemáticas em uma escala ampla condizentes com a realidade do Brasil.

Dentro do projeto propomos metodologias de análises que ao serem contrastadas com a realidade dos envolvidos pudesse proporcionar respostas com bases fundamentadas nas seguintes temáticas:

- | | |
|------------------------------------|--|
| ✓ Análise do Estatuto das Cidades | ✓ Hierarquia dos espaços |
| ✓ História da formação da ocupação | ✓ Industrialização como agente transformador do espaço |
| ✓ Má distribuição das terras | ✓ Problemas ambientais |
| ✓ Movimentos sociais | ✓ Vulnerabilidade e violência |
| ✓ Programas habitacionais | ✓ Apego e identidade com o lugar |
| ✓ Habitações precárias | |

Os tópicos abordados foram trabalhados em conjunto com a disciplina de História como meio de se entender os processos históricos, já as transformações do espaço e as contradições que existem nos pautamos na ciência Geográfica.

O projeto foi dividido em duas etapas, a primeira etapa trouxe a base teórica pautada em documentos e temáticas que apontam a situação de vulnerabilidade em decorrência da falta de políticas públicas eficazes. Já na segunda etapa ancorados nas bases teóricas os alunos tiveram autonomia para desenvolver a prática a ser trabalhada, e trouxeram como proposta as seguintes bases metodológicas para a construção dos dados: Cartografia; Questionários sociais; História oral; Informática (pesquisa); Mural com fotos.

Os tópicos abordados foram trabalhados em conjunto com a disciplina de História como meio de se entender os processos históricos, já as transformações do espaço e as contradições que existem nos pautamos na ciência Geográfica.

O projeto foi dividido em duas etapas, a primeira etapa trouxe a base teórica pautada em documentos e temáticas que apontam a situação de vulnerabilidade em

decorrência da falta de políticas públicas eficazes. Já na segunda etapa ancorados nas bases teóricas os alunos tiveram autonomia para desenvolver a prática a ser trabalhada, e trouxeram como proposta as seguintes bases metodológicas para a construção dos dados: Cartografia; Questionários sociais; História oral; Informática (pesquisa); Mural com fotos.

O resultado avaliado foi satisfatório, pois conseguimos mudar a concepção da Geografia enfadonha simplória adjetivada por Lacoste (1988), como proposital, oferecemos ferramentas que possibilitaram análises fundamentadas na realidade próxima, favorecendo inclusive o exercício da abstração para temas que lidam com o entendimento a partir de uma esfera global. O documento criado pelos alunos tem como proposta de conclusão a entrega do material na Câmara Municipal de Campinas convidando os parlamentares para um debate proporcionando a efetiva participação da comunidade nas propostas políticas a qual os envolvidos com o projeto apontaram como sendo fator de extrema importância, salientamos ainda, a necessidade de profissionais que possam articular o saber teórico às possibilidades tecnológicas que o aluno do século XXI tem ao alcance de suas mãos, no intuito de torná-los cidadãos críticos. Pereira e Holanda (2011) exemplificam que os alunos “dos dias de hoje” não entram em sala de aula apenas para receber as informações de forma passiva, para os autores os alunos contemporâneos esperam que haja um ensino condizente a realidade.

68

Diante das diversas dificuldades que o discente encontra para apresentar novas possibilidades de saberes, propomos com o trabalho realizado, uma educação que traga o aluno como sujeito dos estudos e análises podendo assim, aprender com entusiasmo por sentir-se inserido na construção e transformação da sua realidade proximal.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Celso. Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender. Porto Alegre: **Artemed**, 2002.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade**. São Paulo.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia Isso Serve, em primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra**. 16ªed. São Paulo, Papyrus.
- NACIB, Nídia Pontuschka e PAGANELLI, Tomoko Iyda e CACETE, Núria Hanglei. **Para Ensinar e aprender Geografia**. Cortez, 2009.
- OLIVEIRA, Marlene Macário de. A GEOGRAFIA ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DO ENSINO. **Revista Discente Expressões geográficas**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Florianópolis - SC, Nº02, p. 10-24, jun/2006.
<http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed02/artigo01.pdf> acessado em 17 de Novembro de 2013.
- PRETTO, Nelson de Luca. **Uma Escola sem/com Futuro Educação e Multimídia**. Papyrus, 2009
- PEREIRA, Francisco Ielso; ARAÚJO, Sergiano de Lima; HOLANDA, Virginia Célia Cavalcanti. As Novas Formas de se Ensinar Geografia: Os Jogos Eletrônicos como Ferramenta Metodológica no Ensino de Geografia. **Geosaberes - Revista de Estudos Geoducacionais**; nº 03 (2011): 34 - 47
<http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/viewFile/75/pdf32> acessado em 10 de novembro de 2013.
- SILVA, Jackson Leandro bezerra e FERNANDES, Rafael da Silva e FERNANDES, Renaly da Silva. O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA. **Anais XVI Encontro Nacionais de Geógrafos**, 2010.
<http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2157%E2%80%8E> acessado em 17 de novembro de 2013.
- VESENTINI, José William (Org.). Realidades e perspectivas no ensino de Geografia no Brasil. In. **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

O objeto de estudo de Geografia como elemento do processo de formação humana

Carolina Zundt Correa
carolzuncorrea@gmail.com
Universidade Estadual de Londrina

Como parte do trabalho da dissertação de Mestrado de Educação da Universidade Estadual de Londrina, trataremos da problemática relacionada ao o objeto de estudo da Geografia nos anos finais do ensino fundamental (6º a 9º ano), como componente do processo de Educação para o processo de formação humana.

A escolha do debate sobre o tema se deu por meio da proposta de estudo da professora-orientadora, Adreana Dulcina Platt, que investiga há pelo menos uma década a existência do objeto de estudo das áreas do saber constituintes do currículo escolar.

70

A partir desta caminhada investigativa, ao objeto da área do conhecimento voltado ao pleno desenvolvimento humano, nossa contribuição se dirigiu no estudo ao objeto da área da Geografia.

Faremos, portanto, uma análise acerca de como a Geografia está sendo efetivada na prática docente através de entrevistas realizadas com 30 professores da rede pública de ensino de Londrina – PR. Para isso, nos propomos a elaboração do objeto da educação na perspectiva histórico-crítica (investigando qual a concepção de formação humana) relacionando ao objeto de estudo.

Assim partiremos do pressuposto que a realidade só existe pela ação de trabalho humano. A realidade é fruto da transformação da natureza pelo homem através do trabalho Para que os indivíduos em seu estado de natureza se tornem seres humanos reais é necessário que os mesmos objetivem suas ações ao extrair da natureza seus meios de subsistência de forma intencional. Desta forma, transformam a mesma criando o mundo humano que, para Saviani (2011), designa o mundo da Cultura. “Dizer, pois, que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma exigência do e para o processo de trabalho, bem como é, ela própria, um processo de trabalho”. (SAVIANI, 2011, p. 11)

A educação, portanto, exerce papel primordial na manutenção e existência do ser humano, pois é responsável pela formação das contínuas e novas gerações. Currículo de formação humana

Das sociedades primitivas às sociedades mais complexas o exercício de formação humana sempre ocorreu pelo processo de educação dos sujeitos. Como acima descrevemos, Saviani afirma que “educação será o ato de produzir a humanidade no outro”, assim sendo, a transmissão e assimilação de conhecimentos será um aspecto relevante para a formação de sujeitos que objetivam suas vidas através da transformação da realidade pelo trabalho.

Dentre todas as possibilidades de produção do conhecimento, nos deteremos ao campo da Ciência na qual se desenvolveu com o advento da Revolução Francesa e a ação dos iluministas (séc. XVIII e XIX), formando o que concebemos hoje como ciência moderna.

A ciência se diferencia dos saberes, da arte, senso comum e filosofia apenas enquanto exigência de uma sistematização e comprovação da “verdade”: “[...] a ciência estabelece leis para que sejam comprovadas as verdades dos fenômenos ou fatos existentes no planeta” (MENDONÇA, 1997, p. 14)

Cada ciência percorre caminhos diferentes em busca da comprovação de suas verdades e várias são as concepções que agrupam em campos ou ramos determinados, o conhecimento científico (MENDONÇA, 1997, p. 14). Dentre os diferentes e múltiplos ramos e campos da ciência, nos deteremos ao estudo do específico da área da Geografia, a partir da compreensão de que este conhecimento também sustenta um conteúdo de racionalidade e de especificidade, compondo a formação dos sujeitos sociais.

O objeto de estudo da Geografia, não é pacífico entre os autores estudados. É um tema que se amplia e se sistematiza, acompanhando a própria evolução da sociedade e dos conhecimentos advindos das ciências, assim como pelas mudanças promovidas por meio dos modos de produção que determinam necessidades, compreensões e resoluções para os novos desafios.

Para tais análises foi imprescindível que recorrêssemos as entrevistas dos professores dos anos finais do ensino fundamental, pois para a descrição do objeto de estudo da Geografia - enquanto área do conhecimento curricular - as entrevistas nos possibilitou um possível recorte da realidade, a fim de identificar a utilização de alguns termos e referências. Como exemplo, a relação entre o período em que os professores concluíram sua formação acadêmica e as tendências das respostas mencionadas.

A tabela abaixo nos ajuda a ilustrar a resposta dos professores e inferir sobre as tendências de suas respostas com a formação dos mesmos, denunciando foco de uma época e de uma rede de ensino que forma contínuas gerações a partir de saberes epistêmicos (elaborados e sistematizados).

Tabela 1. Palavras chave retiradas das respostas dos professores

O espaço geográfico	40%
Relação do homem com o meio natural	23%
O espaço	10%
O espaço e a relação entre o homem e o meio	6%
Paisagem geográfica	6%
A Geografia não tem objeto específico	3%
Organização do espaço	3%
Sociedade e desdobramentos territoriais	3%
Planeta terra e as suas transformações naturais e humanas	3%

72

Tabela 2. Ano de formação dos professores

1974-1983	4%
1984-1993	17%
1994-2003	43%
2004-2013	36%

Tabela 3. Incidência das palavras:

Espaço	25
Espaço-Geográfico	13
Homem	13
Relação	10
Meio (ambiente)	9
Social (sociedade)	7
Natureza (natural)	7
Econômico (economia)	5
Transformação	4
Cultura (culturais)	3
Território	3
Organização	2
Paisagem	2
Físico	2
Dinâmica	2

Ao observarmos as respostas dadas à questão do objetivo do estudo escolar da Geografia, percebemos que as categorias analíticas que definem esse objeto são distintas e apresentam influência do período de formação de cada indivíduo. A Geografia definiu o espaço como sua área de interesse, porém este espaço pode ser definido de várias formas, através dos pensamentos e ideologias atribuídas pelo poder social, que modificam as categorias que permeiam seu objeto de estudo.

Das palavras chaves retiradas das respostas dos professores, poderíamos eleger 4 termos que marcam algumas correntes filosóficas que influenciaram a ciência geográfica: São elas Espaço; Território; Paisagem; Transformações e desdobramentos.

Através das considerações feitas acima e das respostas podemos tirar a conclusão que o objeto muda conforme muda a sociedade, pois sofre as influências das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais de uma época. Desta forma os professores não estão longe de reproduzir as idéias e conceitos que moldam, e justificam os projetos de formação voltados para o modo de produção dominante.

Por isso quando falamos de uma Geografia escolar, temos que entender que não há neutralidade na definição do espaço social elaborada em um programa curricular oficial e a prática dos professores pode reproduzir ou não as intencionalidades implícitas nesses documentos, e isso pode ocorrer de maneira consciente, através da clareza na abordagem escolhida, ou de forma inconsciente, devido à incompreensão do problema.

Referências bibliográficas

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

MENDONÇA, F. **Geografia física, ciência humana?**, São Paulo: Contexto, 1989.

PLATT, A. D. A Ressignificação do Processo de Avaliação em Perspectiva ao Pleno Desenvolvimento Humano. In: **I Simpósio Internacional de Filosofia e Educação**, 2006, Marília/SP. 2006.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**, São Paulo: HUCITEC, 1986.

SAVIANI, Dermeval, **Pedagogia Histórico Crítica: primeiras aproximações** 11ed. Ed. Campinas 2011.

SAVIANI, N. **Saber escolar, currículo e didática: problemas de unidade conteúdo/método no ensino**, Campinas, SP: Autores associados, 2003.

Reconstrução de cenário ambiental pretérito: práticas de ensino em trabalho de campo, Itu/SP

Éverton Vinicius Valezio
evertonvalezio@gmail.com
Universidade Estadual de Campinas

Introdução

A construção de conhecimento geográfico na escola básica enquanto prática de ensino é indispensável para a ampliação da capacidade dos alunos em lidarem com sua própria realidade, sobretudo quanto à espacialidade dos fenômenos que os cercam. Segundo Cavalcanti (2003, p. 12) a “construção e reconstrução do conhecimento geográfico pelo aluno ocorre na escola e também fora dela”.

74

Ao pensarmos o Trabalho de campo enquanto prática diferenciada de abordagem de uma realidade muitas vezes amortizada pelas práticas cotidianas do ambiente escolar, assumimos como factível a ideia de que a excursão se efetiva como procedimento de ação e execução de novas capacidades operativas. Como aborda Tomita (1999):

É uma atividade que contribui para estreitar a relação dos alunos entre si e com os professores, conduzindo-os a praticar atitudes necessárias que, além de assimilar e compreender melhor os conteúdos específicos pode influir na modificação de atitude e formação da personalidade que mais tarde poderá servir para a vida social e profissional (TOMITA, 1999, p. 14).

Para Compiani (2002), o ensino ligado a interface Geologia/Geociências, principalmente associado à realização de trabalhos de campo, pode contribuir diretamente na formação das crianças por meio de uma “alfabetização na natureza”, estimulando a intuição, a linguagem visual, raciocínios de causalidade e representação espacial.

Assim, delineou-se atividades a serem desenvolvidas com alunos da 7ª série/8º ano da E. E. Adalberto Nascimento, localizada no bairro Taquaral, Campinas/SP, dentre elas a excursão para Itu/SP, onde se localiza um importante patrimônio geológico, o Parque Ecológico do Varvito. Segundo Campos (2002), a rocha que aflora no local, o varvito, seria uma prova documentar de um ambiente sedimentar típico da glaciação Gondwana durante

o Permo-Carbonífero, inclusive com presença de pistas atribuídas a invertebrados aquáticos (icnofósseis).

Construção hipotética de um cenário ambiental: prática de campo indutiva

A reconstrução de cenários ambientais passados pode trazer para a discussão a dinâmica na qual as massas continentais estão e foram submetidas e os climas associados a tais dinâmicas.

Segundo Compiani & Carneiro (1993) alguns parâmetros devem nortear “... o caráter didático ou científico do conceito de excursão didático-geológica” (p. 92), cuja combinação se dá na elaboração das atividades de campo.

Em nosso trabalho, abordamos a prática de campo indutiva, sendo o processo de aprendizagem disposto pelo direcionamento do professor e pelo raciocínio lógico dos alunos, sem grande necessidade de conhecimentos prévios, no caso, sobre deriva continental e geologia geral.

Metodologia

Para interação dos alunos com este cenário foi necessário uma abordagem sobre os diferentes tipos de rochas e como suas cores, densidades, disposição dos minerais e estratificações podem apontar gêneses de formação diferenciadas. Nessa primeira parte da atividade nossa intenção era apresentar o que eram rochas, o porquê delas se diferenciarem entre si, levando em conta características mais gerais.

Foram utilizadas algumas amostras de rochas, que, a nosso ver, eram didaticamente distinguíveis pelos alunos. Desta forma, procuramos dividi-las primeiramente em ígneas, metamórficas e sedimentares.

Nossa ideia inicial era levá-los a três pontos que imaginávamos ser determinantes para suas construções de hipóteses sobre a origem de onde hoje se localiza o parque. O primeiro seria o calçamento que interliga as diferentes partes do parque. O segundo, o seixo pingado presente em uma das faces do afloramento dos varvitos e o terceiro, onde pretendíamos encerrar o roteiro, somente observando os cortes da rocha glacial aflorante.

Primeiro ponto: O calçamento e suas marcas de onda

O primeiro ponto de discussão sobre o cenário ambiental de formação daquelas rochas foi à ida ao calçamento que apresentava, preservadas e nítidas, marcas de onda.

Nesta hora o importante foi colocar que tipo de rocha seria capaz de preservar tão perfeitamente essas marcas. Perguntamos:

- Mas será que a rocha metamórfica ia manter essas marcas assim?
- Será que a temperatura que elas se formam não ia estragar esses ondulamentos?

Muitos alunos conseguiram ligar a água como fundamental para esta formação, suscitando quais os ambientes que teria capacidade de fazê-las. Neste ponto da conversa os alunos passaram a colocar como hipótese a presença de água, uns acreditando que elas tenham sido formadas no mar, outras em rios, com a chuva e até mesmo em lagos.

Segundo ponto: o seixo pingado

Nessa parte do roteiro, resolvemos falar sobre as frações argila e silte, constituintes da rocha sedimentar presente, relacionando com o suposto ambiente presente no Permocarbonífero.

76

- Pessoal, estão vendo que o varvito tem um monte de divisões mais escuras e mais claras? Imaginem um rio com muita energia, será que ele conseguiria levar rochas maiores?

Levantamentos sobre a energia na qual se depositam a argila e o silte eram de fundamental importância para eles pensarem no ambiente presente a 300Ma a.p.

- Esses materiais se depositam no fundo, lembrando que vocês falaram que aqui tinha água, mas como se tem muito material, muito pequenos, eles demoram bastante tempo pra chegar ao fundo. Só pra vocês terem um exemplo, se colocássemos um pouco de argila, de silte e de areia em um galão e chacoalhássemos, depois só de alguns dias teríamos a areia no fundo, enquanto a argila e o silte, muito provavelmente, iam estar na água ainda.
- Como será que aquela rocha teria chegado lá? E se teria chegado, primeiro ou depois das camadas do varvito?

Após essas observações deixamos que anotassem suas preposições no roteiro.

Afloramento: efetivação do cenário passado

No ultimo ponto do roteiro elaborado, nos reunimos com os alunos na arquibancada que dava de frente para as rochas a fim de finalizar o ponto 3.

Nesta hora grande parte dos alunos nos perguntava sobre o ambiente pretérito que tinha se estabelecido ali e já tinham ligado as marcas de onda, o seixo pingado e o material de fração argila e silte a um lago e que o clima era diferente do estabelecido hoje. O roteiro elabora por nós, colocava a seguinte observação: “Lembrando que o clima e as diferentes posições dos continentes podem afetar na formação das rochas”.

Essa relação de diferentes posições de massas continentais foi colocada com ênfase para eles tentarem relacionarem os eventos ali incrustados nas rochas com o clima do período de sua formação. O grande debate foi em relação ao seixo pingado, e de como ele chegou até ali no meio dos ritmitos.

Os alunos, mais cedo ou mais tardiamente, conseguiram chegar até esta hipótese, seja pelas perguntas feitas a nó ou mesmo pela construção de hipóteses ao longo do trabalho. Inclusive fora-nos perguntado se Campinas também foi atingida pelo gelo durante esse período. Não nos alongamos, mas respondemos que em Campinas também possui marcas desse período glacial, não com varritos, mas com outras rochas que apontavam também esse ambiente.

Considerações finais

A intenção de mostrar, em trabalho de campo, que o ambiente se transforma ao longo do tempo e que as configurações atuais de clima e de massas continentais poderiam ser diferentes, nos pareceu oportuno para unirmos a prática de lecionar ao mesmo tempo em que os alunos encontrariam algo diferente do que estão acostumados no dia-a-dia, seja em ambiente escolar, seja no ambiente que o cerca.

Mesmo com as dificuldades encontradas, o que nos pareceram menores do que as imaginadas, a realização da atividade prática foi, ao nosso ver, extremamente proveitosa, tanto para nossa formação enquanto professores, quanto para a formação dos alunos que conseguiram apreender um outro tipo de configuração ambiental.

A prática pedagógica se fez com o intuito básico de apresentar ao longo da atividade alguns conceitos e diferentes materiais para que em grupo realizassem a atividade e, porque não, interiorizar esse novo conhecimento.

Referências bibliográficas

- CAMPOS, A. C. R. Varvito de Itu, SP: registro clássico da glaciação neopaleozóica In: Schobbenhaus, C.; Campos, D.A. ; Queiroz, E.T.; Winge, M.; Berbert-Born, M.L.C. (Edits.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 1. ed. Brasília: DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), v. 01, pp. 147-154, 2002
- CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, Escola e Construção de conhecimentos**. Campinas, SP: Editora Papirus, 2003.
- COMPIANI, M.; CARNEIRO, C. D. R. Os papéis didáticos das excursões geológicas In: Enseñanza de las Ciencias de la Tierra, Madrid, v. 1, n. 2, p. 90-98, 1993.
- COMPIANI, M. **Geociências no Ensino Fundamental e a formação de professores: o papel dos trabalhos de campo** (tese de livre-docência). Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, 2002.
- TOMITA, L. M. S. Trabalho de campo como instrumento de ensino em Geografia In: **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 1, 1999.

O meio natural e a ação humana

Expansão da mancha urbana do litoral paulista

Saulo de Oliveira Folharini¹
saulo.folharini@ige.unicamp.br

Regina Célia de Oliveira
reginacoliveira@ige.unicamp.br
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: População, Mancha Urbana, Litoral Paulista.

Introdução

80

A ocupação das áreas costeiras no final da década de 1950 teve um viés industrial com a instalação de plantas industriais de setores ligados ao comércio marítimo para facilitar a exportação de produtos e importação de insumos. Desta forma ambientes com alta fragilidade ambiental e complexa interação entre terra, mar e dinâmica climática começaram a receber um contingente populacional crescente oriundo da zona rural e de outras cidades do Brasil, formando uma população diversa econômica e socialmente. (AB'SABER, 2000; MORAES, 2007; SANTOS, 2005)

A proximidade com a metrópole São Paulo e com o Vale do Paraíba, regiões dinâmicas economicamente e tecnologicamente, somado à beleza cênica do litoral são fatores que favoreceram o aumento da mancha urbana dos municípios do litoral paulista (MORAES, 2007).

¹O autor agradece a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela bolsa TT-3 (Processo nº 2012/13717-8) concedida no projeto Zoneamento Geoambiental do litoral do Estado de São Paulo e litoral norte fluminense do Estado do Rio de Janeiro como instrumento de ordenação territorial (Processo nº 2011/06727-4).

Buscaremos neste trabalho espacializar as manchas urbanas de 1987, 1997 e 2011 além de analisar como se alterou a quantidade de população nos três setores do litoral paulista, Litoral Norte, Baixada Santista e Litoral Sul, neste período. Para tanto, foram utilizadas imagens de satélite e técnicas de interpretação visual.

Objetivos

Delimitação e análise da expansão da mancha urbana nos três setores que formam o litoral paulista; Litoral Sul, Baixada Santista e Litoral Norte nos anos de 1987, 1997 e 2011.

Resultados

No presente estudo utilizamos imagens do satélite LANDSAT 5, instrumento TM, disponibilizadas pelo USGS (U.S. Geological Survey). Procuramos manter uma homogeneidade nas datas das imagens o que é dificultado pela grande presença de nuvens na região. No quadro abaixo consta a órbita/ponto e datas das cenas utilizadas:

Tabela1. Data das Imagens de Satélite

órbita/ponto	Datas			
218/76	17/07/1987	28/07/1997	08/07/2007	17/06/2011
218/77	17/07/1987	28/07/1997	08/07/2007	17/06/2011
219/76	25/08/1987	19/07/1997	16/08/2007	26/07/2011
219/77	26/09/1987	17/06/1997	16/08/2007	08/06/2011
220/77	03/10/1987	24/06/1997	06/07/2007	02/08/2011

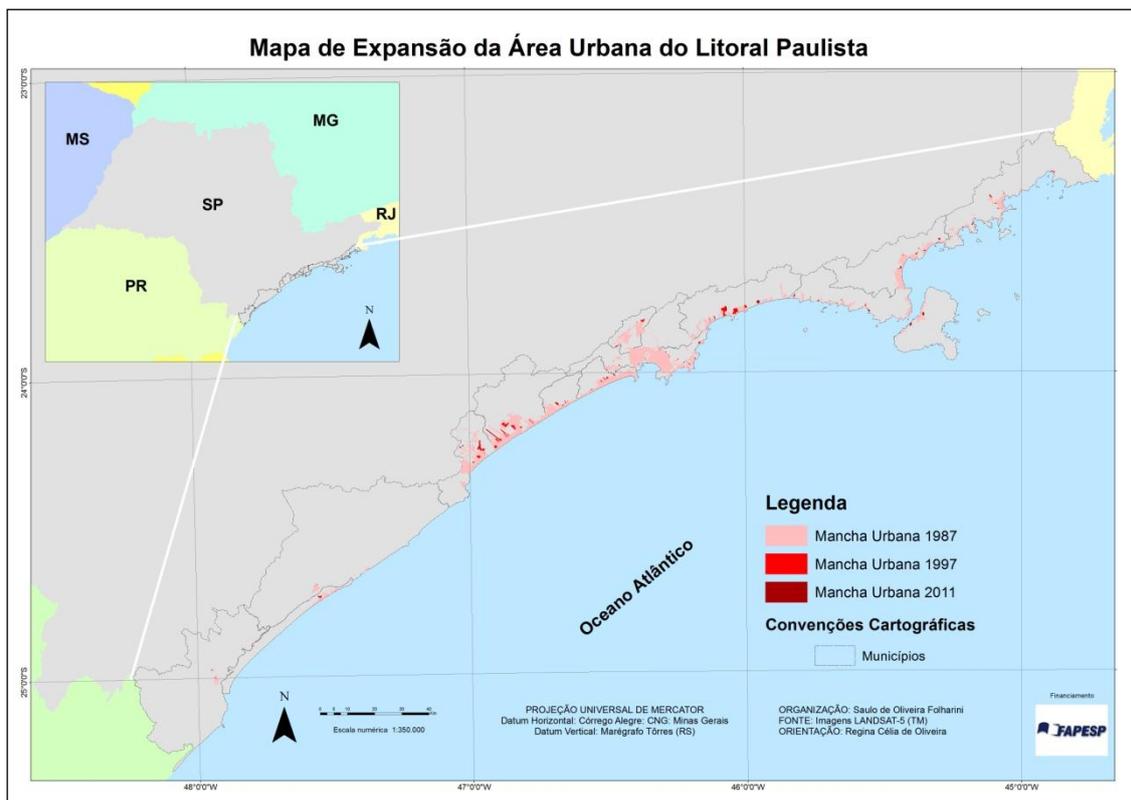
Fonte: USGS.

Iniciamos o trabalho com a re-projeção das imagens para o Hemisfério Sul e empilhamento das bandas 1, 2, 3, 4, 5 e 7 com resolução de 30 metros (a banda 6 foi descartada devido a sua resolução espacial de 120 metros) no programa ENVI 4.8. Ressaltamos que estas imagens já possuem correção geométrica.

O passo seguinte foi a delimitação das áreas urbanas, este processamento foi realizado no programa ArcGIS de maneira manual. Interpretamos as imagens e desenhamos os polígonos que correspondem as manchas urbanas. Foi utilizada a composição R(4) G(5) B(3) para aumentar o contraste das feições e facilitar a identificação das áreas urbanas de acordo com textura, cor, forma e padrão.

Na figura 1 observa-se o aumento da mancha urbana do litoral paulista no período analisado.

Figura 1.



82

Após a classificação calculamos a área em quilômetros quadrados das manchas urbanas dos três setores do litoral paulista, chegando aos seguintes valores:

Tabela 2. Área das Manchas Urbanas em quilômetros quadrados

	1987	%	1997	%	2011	%
Litoral Norte	112,42	21,74	114,93	20,96	120,08	21,64
Baixada Santista	382,61	74,00	410,66	74,87	412,46	74,32
Litoral Sul	22,03	4,26	22,87	4,17	22,40	4,04
TOTAL	<i>517,06</i>	<i>100,00</i>	<i>548,46</i>	<i>100,00</i>	<i>554,94</i>	<i>100,00</i>

A análise dos dados demonstra que em valores de km² a Baixada Santista é o setor que teve maior aumento de sua área urbana, 29,85 km² de 1987 a 2011, seguido pelo Litoral Norte com aumento de 7,66 km² e o Litoral Sul com 0,37 km².

Essas informações ao serem confrontadas com o crescimento da população destes setores comprovam que a Baixada Santista é a que teve maior crescimento tanto de área urbana quanto de população, seguido pelo Litoral Norte e Litoral Sul, respectivamente.

A tabela abaixo foi elaborada com dados da Tabela 202 – População residente por sexo e situação do domicílio, variável População Residente (pessoas), situação do domicílio (Urbana) disponibilizada no sítio SIDRA/IBGE (2012). Necessário ressaltar que as datas da contagem da população não são as mesmas das imagens, mas nos seus intervalos constam as datas das cenas utilizadas:

Tabela 3. População Residente

	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Litoral Norte	84057	7,91	146050	10,50	218487	12,64	274691	13,88
Baixada Santista	956075	90,01	1215004	87,39	1470774	85,11	1660675	83,89
Litoral Sul	22029	2,07	29313	2,11	38842	2,25	44148	2,23
TOTAL	<i>1062161</i>	<i>100</i>	<i>1390367</i>	<i>100</i>	<i>1728103</i>	<i>100</i>	<i>1979514</i>	<i>100</i>

Fonte: SIDRA/IBGE.

Os dados mostram que a Baixada Santista teve um aumento de 704.600 habitantes de 1980 a 2010, seguido pelo Litoral Norte com um aumento de 190.634 habitantes e o Litoral Sul com 22.119 habitantes. Por sua vez, considerando a proporção de habitantes nos setores do litoral paulista nos períodos analisados, os dados mostram que a Baixada Santista vem perdendo habitantes. No período esta perda foi de 6,12%, já o Litoral Norte tem um ganho de 5,97% e o Litoral Sul um ganho de 0,16%.

Considerações Finais

Os dados confrontados mostram que o aumento da população foi significativamente maior que a expansão das manchas urbanas. Esta situação leva ao entendimento de que a verticalização é um fenômeno evidente e que está ocorrendo de forma acelerada no litoral paulista.

Um fato que acontece e se mostra de grande importância é o aumento da população do Litoral Norte e diminuição na Baixada Santista, fato evidenciado pelos grandes investimentos em infra-estrutura feito pelo poder público nesta região na última década, com a expansão do porto de São Sebastião para atender às demandas fundamentalmente de exploração de petróleo e duplicação da Rodovia Tamoios que encontra-se em execução, citando as duas principais. Esses investimentos ajudam o Litoral Norte a torna-se um pólo receptor de mão-de-obra de todos os níveis para trabalhar nos diferentes níveis da econômica da região (COLANTONIO, 2005; DA ROCHA, 2011).

Por sua vez o Litoral Sul mantém baixo crescimento populacional, fato que corrobora com os baixos índices de desenvolvimento da região, empreendimentos econômicos são poucos e concentram-se nas atividades turísticas. (SEADE, 2013; DIAS, 2012)

Já a Baixada Santista com sua queda de população mostra que o setor vem se fixando como uma área de residências para veraneio, sofrendo uma estagnação econômica (COLANTONIO, 2009).

Para finalizar, a utilização de ferramentas de geoprocessamento tornou o trabalho mais dinâmico e forneceu resultados mais precisos referentes às áreas de mancha urbana.

Referências bibliográficas

- AB'SABER, A. N. Fundamentos da geomorfologia costeira no Brasil atlântico inter e subtropical. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.27-43, Nov.2000.
- COLANTONIO, F. C. **A questão metropolitana da Baixada Santista: 25 anos de mudanças socioeconômicas na região.** 2005. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.
- COLANTONIO, F. C. **Região metropolitana da Baixada Santista: transformações recentes.** 2009, 139 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.
- DA ROCHA, K. N. D. **Relações entre a vulnerabilidade social e a fragilidade ambiental no litoral norte paulista: o caso dos municípios de Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba.** 2011. 204 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.
- DIAS, R. L. **Zoneamento geoambiental da região do litoral sul do Estado de São Paulo como subsídio ao uso e ocupação das terras: um estudo de caso dos municípios de Iguape, Ilha Comprida e Cananéia.** 2012. 204 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro.** São Paulo. Annablue. 2007.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2005. 174 p.

As interpretações climáticas e a crença popular na região do semi-árido brasileiro

Mônica Ibarra Araujo

monicaibarracard@hotmail.com

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Palavras-chave: Sertão Nordeste, Interpretações Climáticas, Religiosidade.

Introdução

86 A Geografia oferece uma vasta gama de assuntos que desafiam e instigam seus estudantes. Anteriormente à graduação, o assunto sobre a seca no sertão nordestino sempre me chamou a atenção, em todas as suas esferas; musicais, poéticas, etc. A partir dos questionamentos: Por que o período de chuva é irregular no sertão? Será que a seca nessa região não teria solução? Como o homem se adapta a esse clima? Ele utiliza algum artifício no seu imaginário para amenizar a espera pela chuva? Diante de tantas indagações surge a curiosidade em estudar o tema sobre as “As interpretações climáticas e a crença popular na região do semi-árido brasileiro¹”.

É nesse campo dos contrastes, no meio de uma travessia, entre a seca e o inverno, entre o real e o sonhado, que procuro uma estética ainda não dita; uma estética capaz de superar e ultrapassar a mera realidade; uma estética plurisignificante, que tento encontrar no signo verbal, no som, na música, na lenda, na escuta, na imagem, na imaginação, na criação, nos hábitos, na natureza, na cultura. São imagens de um sertão utópico e de um sertão real, sertão de homens e mulheres, de xaxado e baião, de chita e cetim vermelho, de rima e poesia, de chuva e seca, de estiagem e enchente, de sol escaldante e pingos de goteira, de causos e histórias verdadeiras. (ALMEIDA, 2002, p. 26)

¹Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Geografia, com Ênfase em Gestão Territorial e Ambiental, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do título de Bacharel e Licenciada em Geografia (Dez./2011). Sob a orientação de Prof. Dr. Rui Ribeiro de Campos.

Desde o princípio, o homem busca uma forma de olhar e reconhecer os sinais da natureza. Em regiões onde existe carência hídrica, a incerteza das chuvas gera grande ansiedade ao homem, principalmente quando se aproxima a época de estiagem.

Nesta conjuntura, a seu modo, entra o sertanejo da região Nordeste do Brasil a interpretar os fatos da natureza, fazer previsões do tempo ou até mesmo suplicar por uma ajuda divina.

Existem no Brasil, e universalmente, fórmulas da previsão tradicional para conhecimento do futuro Inverno. Deduz o Povo o prognóstico de vegetais, animais, aspectos atmosféricos, nuvens, estrelas, constelações, incidência pluvial em determinados dias. Além de recursos rogatórios aos 'Santos-que-fazem-Chover', os *Santi pluviali* na Itália. (CASCUDO, 1971, p. 50)

O homem sertanejo vive em constante espera por tempos de chuva, chuva essa que geralmente demora para cair na região do Polígono das Secas, por se tratar de uma região que é castigada pela falta de água. Patativa do Assaré² conhecia de perto as grandezas e as misérias do Sertão; no trecho da poesia "O Retrato do Sertão" ele destaca a importância e a espera do homem sertanejo pela água que vem do céu.

Esta gente boa e forte/
Para enfrentar conseqüência,
Que zomba da própria sorte/
Com sobrada paciência,
Que trabalha e não se cansa,
Porque a sua esperança/
É sempre a safra vindoura;
O sonho do sertanejo,
Seu castelo e seu desejo/
É sempre o inverno e a lavoura.
(ASSARÉ, 1970, apud, CARVALHO, 2008, p. 94)

A estação de inverno, à qual Patativa se refere, significa o período de chuvas e a fertilidade da terra, a fim de ter uma boa lavoura. Almeida³ (2004), em seu livro "Estética do Sertão" aborda o sonho do homem sertanejo e sua espera pela chuva.

Todo sertanejo tem sonho de água. São sonhos com imagens palpáveis, visíveis e audíveis, porque o sertanejo acredita na verdade de seus sonhos, que um dia seu sertão será invadido pelas águas. Essa água que enxerta

²Patativa do Assaré (1909-2002) foi um dos mais importantes poetas e representantes da cultura popular nordestina.

³Ângela de Almeida é jornalista e professora Dra. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pesquisadora da área de estética e comunicação. Estética do Sertão é fruto do trabalho apresentado para banca examinadora do programa de pós-graduação, para obtenção do título de doutorado em Ciências Sociais, defendida na UFRN em 10 de agosto de 2004.

seus sonhos não é vista pelos olhos da matéria, e sim pelos olhos dos sentidos e do espírito. (ALMEIDA, 2004, p. 35)

A mesma autora afirma ainda que “O Sertanejo também sonha em transformar sua terra árida, ocre em verde/azul, como as terras litorâneas”. (ALMEIDA, 2004, p. 36) Mas esse sonho está muito além da vontade do homem, ou de Deus, pois são vários os motivos da causa da seca nessa região. Com base no site Sua Pesquisa (2010), pode-se dizer que “*As principais causas da seca no nordeste são naturais*” (SUA PESQUISA, 2010, s/p.), a região está localizada em uma área que apresenta períodos irregulares de chuva, que faz parte da lógica do ecossistema do semi-árido.

Ou seja, o sertanejo sonha com a chuva e a safra farta, mas isso depende de vários fatores, entre eles, o fator climático, o relevo, o solo, a vegetação, etc. O escritor mineiro João Guimarães Rosa(1908/1967) poetizava que o sertão é um lugar igual no desigual, que todos conhecem e desconhecem. Portanto, o homem sertanejo faz parte de uma utopia que é viver entre o real que é a seca e o sonhado/esperado que é o inverno. Nessa constante espera, o sertanejo utiliza artefatos que amenizam sua espera pela chuva, é onde aparece o seu apego à religiosidade, sua fé em Deus e nos Santos.

88

Objetivos

O trabalho possui os seguintes objetivos:

- Analisar o ritmo das chuvas na vida do sertanejo e a relação dos dias santos com os eventos climáticos.
- Discorrer sobre os artifícios utilizados no imaginário popular para amenizar a espera pela chuva: promessas, procissões, observação do comportamento de animais, plantas, astros, nuvens etc.
- Abordar os estudos de geógrafos, poetas e compositores que buscaram o cunho religioso para compreender a relação do homem sertanejo com o espaço geográfico, sua fé em Deus, seus mitos, suas crenças e a sabedoria popular.

Resultados

No primeiro capítulo são abordados, de modo rápido, os fundamentos epistemológicos da Geografia Cultural – que fundamentam o trabalho –, a Geografia

Religião (que analisa os aspectos religiosos e sua interação homem e meio, a sua territorialização e sua espacialidade), as raízes religiosas no Nordeste e aspectos sobre a cultura e devoção do homem sertanejo. A água possui uma simbologia muito forte no catolicismo, pois é sinal de vida, e o homem depende dela para sobreviver. Os fundamentos expostos da Geografia Cultural, que possui como subcampo a Geografia da Religião.

Para entender a relação do homem com sua terra, o segundo capítulo apresenta informações gerais sobre a região Nordeste brasileiro, as subdivisões e, principalmente, aspectos atmosféricos e/ou climáticos do Polígono da Seca, área mais castigada pela falta de chuvas em razão da concentração no tempo das mesmas. A região do semi-árido, como muitos livros didáticos mostram ou até mesmo como é abordado pela mídia, como terra seca e improdutivo. É nada verdade ao contrário, a região possui plantas com intensa regeneração e adaptação: nos períodos de chuva, em poucos dias tem-se a caatinga verde e florida. É abordado também o descaso por parte do governo e o abandono das pessoas dessa região.

Por fim, o terceiro e último capítulo aborda-se a importância e o impacto do clima sobre a sociedade sertaneja, as interpretações climáticas tendo como base as previsões relacionadas aos dias santos, as súplicas por dias de chuvas e as previsões utilizadas pelos profetas da chuva por meio de análise do comportamento de animais, plantas, astros, nuvens. Verificou-se também a relação do homem com o meio e a importância de manter a tradição dos profetas da chuva, pois esse é o saber popular passado de pai para filho, e ao longo dos anos essa prática vem perdendo sua forma e representatividade. Portanto, os profetas da chuva procuram manter esse o costume de observação, para que as futuras gerações possam ter contato com essas tradições, que são desenvolvidas em algumas cidades do Nordeste brasileiro.

Considerações finais

A grande preocupação das pessoas do Sertão nordestino é, sem dúvida, com a chuva, pois como não existe efetivamente uma preocupação por parte dos governantes em solucionar a falta de água, a única água que muitos podem contar é com a água que vem do

céu. A importância da chuva é muito grande no Sertão, pois é dela que alguns moradores dependem para preparar o solo e fazerem suas plantações.

Devido a esse grande flagelo, o homem criou artificios que amenizam a sua espera pelas chuvas. O Nordeste brasileiro possui como herança histórica, uma cultura voltada para o catolicismo, devido à colonização portuguesa existente no Brasil. Com a ocupação do Brasil pelos portugueses, estes trouxeram também parte dos seus costumes, e houve uma adaptação por parte dos nordestinos. Devido a essa religiosidade o homem sertanejo acredita que é Deus o responsável pelas chuvas. Essa herança religiosa explica seu apego às crenças religiosas, promessas, procissões,

Nesse contexto a chuva pode ser milagrosa, porque é rara e ninguém sabe ao certo a hora que vai chegar. Ela ajuda na vida do agricultor mais pobre, porque o mesmo não tem recursos para ter água se essa não vier do céu. Portanto é um misto de falta de ajuda do poder público com a força que a fé pode proporcionar ao homem.

Portanto é interessante ressaltar que, o trabalho não se encerra por aqui, poderá ser utilizado na continuidade de novas pesquisas. Como forma de investigação, poderá ser utilizado e aplicado em sala de aula, para estimular e contribuir na aprendizagem, levar os alunos a ter contato com o tema que aborda questões sobre as interpretações climáticas, religiosidade e manifestações culturais do Sertão nordestino.

90

Referências

ALMEIDA, Ângela de. **Estética do Sertão**. 2004. 201f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004. Disponível em: <<http://www.sertaodoapodi.com.br/arquivos/esteticaserta2.pdf>> Acesso em: 16 set. 2010.

ALMEIDA, Angela de. **Encantaria da pedra: o espaço estético no sertão e na obra de Flávio Freitas**. Natal – RN: NAC-UFRN, 2002.

CARVALHO, Gilmar de. **Patativa do Assaré: Um poeta cidadão**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CASCUDO, Luis da Camara. **Tradição, Ciência do Povo**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

SUA PESQUISA. **Causas da seca no nordeste**. Disponível em: Site Sua Pesquisa <<http://www.suapesquisa.com/geografia/secanordeste.htm>>, acesso em 28 Set. 2010.

Gestão em bacias hidrográficas

Joseane Carina Borges de Carvalho

josycarina@gmail.com

Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

Fernanda Nascimento Corghi

corgho@fec.Unicamp.br

DSA/FEC-UNICAMP

Diógenes Cortijo da Costa

dcortijo@fec.Unicamp.br

FEC/DGT-UNICAMP

Palavras-chave: bacia hidrográfica, gestão, políticas públicas

Das interações entre sociedade-natureza, impactos negativos de magnitude considerável têm sido constatados, principalmente onde o urbano se manifesta. Com isso, estudos de ordenamento territorial que não se baseiem apenas nos níveis administrativos de um município, são também bastante utilizados, como aqueles que adotam a unidade territorial de análise bacia hidrográfica.

Assim, este trabalho pretende trazer uma análise de algumas das potencialidades e limitações da bacia hidrográfica como unidade de análise dos sistemas ambientais de um território. Bem como também, refletir, sobre o desafio de se efetuar uma gestão que de fato vá ao encontro dos interesses das pessoas que fazem parte de um determinado território.

Conforme levantamento efetuado numa perspectiva histórica, efetuado por Christofolletti (1980), foi a partir de 1945 que a análise de bacias hidrográficas começou a apresentar caráter mais objetivo através dos estudos de Horton, este foi quem primeiro efetuou uma abordagem quantitativa das bacias de drenagem. Porém, coube a Arthur N. Strahler a incumbência de ampliar esta então nova perspectiva de análise.

No que se refere ao difundido termo composto, bacia hidrográfica, seu entendimento está na maior parte dos estudos definida como área, ou seja, porção de um espaço bidimensional, de superfície. Todavia, Rodrigues e Adami (2005), atentam para o fato de que incorrem em erro os estudos que assim a definem pois, terminam por difundir representações gráficas que partem de uma visão bidimensional da bacia hidrográfica, em que os limites internos desse sistema não são considerados. Assim, tais autores definem bacia hidrográfica como:

[...] um sistema que compreende um volume de materiais, predominantemente sólidos e líquidos, próximos à superfície terrestre, delimitado interno e externamente por todos os processos que, a partir do fornecimento de água pela atmosfera, interferem no fluxo de matéria e de energia de um rio ou de uma rede de canais fluviais. Inclui, portanto, todos os espaços de circulação, armazenamento, e de saídas de água e do material por ela transportado, que mantêm relações com esses canais. [...] Os processos de circulação de matéria e energia que operam em bacias hidrográficas não envolvem apenas canais fluviais e planícies de inundação, mas incluem as vertentes, nas quais os processos internos são de fundamental importância (RODRIGUES e ADAMI, 2005, p. 147-148).

92

Teodoro et. al. (2007), em levantamento dos tipos de estudos efetuados nas bacias hidrográficas, constataram que, aqueles dedicados a sua caracterização morfométrica, são os mais tradicionais. Desse modo, os autores identificaram três principais grupos de características, as características geométricas; características do relevo e características da rede de drenagem.

Contudo, se constata que o conceito de bacia hidrográfica tem ganhado uma abrangência considerável, indo muito além dos seus aspectos hidrológicos, visto que tem abrangido ainda o conhecimento da estrutura biofísica da bacia, bem como as mudanças nos padrões de uso da terra e suas implicações ambientais, sociais e culturais.

Neste sentido, Leal (2000) afirma que, para que haja uma organização da população por bacias hidrográficas que alcance resultados satisfatórios, há a necessidade de se pensar em formas de “construir” nas pessoas a noção espacial da bacia hidrográfica, com seus limites e interações naturais, alterações provocadas pela ação antrópica, sua não conformação aos territórios administrativos e sua rede de drenagem. Contudo, sabe-se que este é um processo lento de mudança cultural, que envolve, por exemplo, um trabalho

educativo desde as séries escolares iniciais e que seja preocupado em desenvolver uma nova alfabetização espacial e de caráter ambiental.

Desde que se deu a abertura para que a gestão dos corpos hídricos se desse em escalas variadas, mas ligadas às bacias hidrográficas, através da lei 9.443 que define a Política Nacional dos Recursos hídricos, trabalhos no sentido de interar esta unidade morfológica com os agentes antrópicos desta mesma unidade, tiveram início em diversas partes do país (PORTAL DA LEGISLAÇÃO, 2013).

Estes esforços tem se efetivado por meio de organizações civis de recursos hídricos – consórcios e associados intermunicipais de bacias hidrográficas, associações regionais locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos, organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos, organizações não governamentais com objetivos de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade, e outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (RUTKOWSKI, 1999, p.127).

Esta mesma lei (op. cit.) legitima os comitês de bacia hidrográfica, onde se tem verdadeiras arenas de negociação entre agentes com interesses díspares na sociedade civil. Tal feito demanda um processo constante de negociação entre os agentes públicos, usuários e sociedade civil organizada. Nestes comitês se tem a representação de agentes da União, dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios (no todo ou em parte, em sua área de atuação), dos usuários das águas de sua área de atuação e das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia.

Para Jacobi (2009, p.8) esta passagem marca um momento de transição para uma legislação integrada e descentralizada, culminando na devolução do poder às instituições descentralizadas. Desta maneira, convergiram esforços no sentido de fazer com que este fragmento territorial, ligado a outros, prioritariamente pela questão hídrica, subsidiasse outras políticas, tais como os planos diretores e espaços de gestão territorial.

Nesta perspectiva, Jacobi; Barbi (2007) e Freiria (2010) são enfáticos no que tange ao potencial deste território de gestão como ente integrador com outras esferas e

políticas do governo, conforme os mesmos, “saltam aos olhos” a necessidade de se articular as políticas de recursos hídricos com todas as esferas do governo.

Para tanto, Jacobi; Barbi (2007) sugerem uma gestão compartilhada, na qual haja uma co-responsabilização na gestão do espaço público e na qualidade de vida e, ainda, que se promova o diálogo entre políticas de uso e ocupação do solo e as de gestão da água nos municípios e regiões conurbadas.

Além destas questões, a unidade bacia hidrográfica e os estudos de natureza hidrológica “são de natureza interdisciplinar e, por conseguinte, vêm despertando o interesse de diversos especialistas”, ou seja, de diferentes áreas do conhecimento (NETTO, 1998, p. 95).

Acredita-se por conseguinte que, repousa na adoção da unidade bacia hidrográfica, uma saída para se tentar resolver três problemas de uma vez, tanto o da não integração entre as diversas áreas de saber, quanto o da não interação do homem ao ambiente natural, tanto quanto o da não integração das divisões políticas administrativas à bacia hidrográfica.

E, neste sentido, a própria lei 9.443 no artigo 31, menciona que as políticas locais de saneamento básico, uso e ocupação do solo e de meio ambiente, devem se integrar às políticas da esfera federal, estadual e de recursos hídricos. Embora seja facultativo ao município a criação de uma regulamentação específica, visando à compatibilização de seus limites administrativos à bacia hidrográfica, é essencial mencionar que, a unidade administrativa município faz parte do Comitê de Bacia e, portanto, ele deve procurar integrar o plano diretor ao plano de bacia hidrográfica, tal como já propõem alguns municípios brasileiros, como é o caso de Bauru (SP) .

Referências bibliográficas

- | | |
|---|--|
| CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. Editora Edgard Blücher, São Paulo, 1980. | políticaambiental. Campinas, SP: FEC/Unicamp, 2010. |
| FREIRA, R. C. As relações entre direito e gestão ambiental: da integração interdisciplinar à efetividade da | JACOBI, P. R. Atores e processos de governança da água no estado de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2009. |

(Org. Pedro Roberto Jacobi). (Coleção
Cidadania e meio ambiente)

JACOBI, P. R. BARBI, F. Democracia e
participação na gestão dos recursos
hídricos no Brasil. In: Revista Katál.
Florianópolis, 2007. v 10. n 2. p. 237-
244.

LEAL, A. C. Gestão da Águas no Pontal do
Paranapanema (SP). Tese de
Doutorado. Instituto de Geociências.
UNICAMP. 2000.

PORTAL DA LEGISLAÇÃO. Disponível em:
[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/L
EIS/l9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/L
EIS/l9433.htm). Acesso em 26/09/2013.

TEODORO, V. L. I. O conceito de bacia
hidrográfica e a importância da
caracterização morfométrica para o
entendimento da dinâmica ambiental
local. Revista UNIARA, n. 20, 2007.

Mapeamento participativo e a análise de paisagens como instrumento de gestão dos recursos naturais dos manguezais

José Benedito Figueiredo Filho

figuegeo@yahoo.com.br

Programa de pós-graduação em Geografia – PPGE0

Universidade Federal do Pará - UFPA

Palavras chave: Mapeamento, paisagem, gestão.

Introdução

96 Todos os mapas são abstração do mundo, elaborado sempre a partir de algum ponto de vista. Na história das representações espaciais, os mapas começaram, não por acaso, como ficção, um meio de se pensar o mundo a partir da crença e dos mitos, e não a partir da Geografia. Afirma ACSELRAD e COLI (2008). Para RIVIÈRE (1980), o mapa não deixa de ser um enunciado, que diz algo sobre o real e sobre este produz efeitos, um instrumento que “ordena e dá ordem” aos atores envolvidos na produção do território.

Nesse aspecto de gestão de recursos naturais e a análise de paisagens na sociedade atual, em uma perspectiva geográfica e interdisciplinar, o ideal é focar a abordagem nas populações ditas tradicionais. Logo, ao se tratar de um processo extremamente complexo e dinâmico, a análise e a interpretação de todo esse complexo só se fará possível mediante uma abordagem Geossistêmica da paisagem, incluindo todos os elementos ali presentes, desde físicos, químicos, biológicos e principalmente antrópico.

No Brasil, diversas ações de mapeamentos participativos de gestão dos recursos naturais têm sido realizadas com o intuito de contribuir com a gestão territorial de comunidades tradicionais. Entretanto essas reflexões ainda são poucas utilizadas para as populações coletoras de caranguejos.

Objetivos

Analisar e propor metodologias referentes a mapeamento participativo e gestão dos recursos naturais e análise de paisagem dos manguezais no município de Quatipuru-Pa.

Produzir conhecimentos que auxiliem as instituições a criar políticas adequadas, que pensem gente e ambiente como um único sistema.

Mapeamento participativo como instrumento de gestão dos recursos naturais

Ao contrário do senso comum, os mapas estão culturalmente e historicamente vinculados a várias sociedades e a contexto de produção e usos bastante complexo e distintos. Entre os diversos mapas constantemente produzidos e utilizados, existem aqueles associados de alguma forma às populações tradicionais. Como por exemplo, mapas de localização desses povos, da delimitação e demarcação de suas terras, de migrações, de filiações linguísticas, etc.

Os mapas fazem parte da vida cotidiana e são banalizadas pelo senso comum. Deparamo-nos com eles, sem dar-lhes muita atenção, em bancas de revistas, centros de informações turísticas, catálogos telefônicos, guias de ruas, instituições governamentais e não governamentais etc. LACOSTE (1929), afirma que a Geografia e principalmente os Mapas são “um saber estratégico nas mãos de poucos”. E é pensando nesse saber estratégico que os chamados mapeamentos participativos se tornam um instrumento fundamental na gestão dos recursos naturais. Já que através desses instrumentos a população local poderá reivindicar para si a posse ou a propriedade sobre a gestão dos recursos em suas áreas ou territórios.

Para HERLIHY e KNAPP (2003), o mapeamento participativo é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento. Logo, as pesquisas participativas seriam o caminho alternativo para a produção do conhecimento científico, descentralizando este processo e colocando-o também nas mãos das populações locais. Para COLCHESTER (2002), os mapas comunitários revelam – se ferramentas úteis para mobilizar a comunidade e gerar debates locais sobre demanda de terras, como também para planificar o manejo dos recursos naturais.

Os manguezais

Considerados durante muito tempo como regiões insalubres, inúteis ou inutilizáveis, os manguezais, que cobrem até 100 mil km² do globo, tem uma importância econômica e científica considerável. Os manguezais fazem parte das zonas úmidas de importância internacional definidas na convenção de RAMSAR (1971), da qual o Brasil é signatário. Trata-se de “um sistema ecológico costeiro tropical dominado por espécies vegetais típicas, às quais se associam outros componentes da flora e da fauna, microscópica e macroscópica, adaptados a um substrato periodicamente inundado pelas marés, com grandes variações de salinidade”(MACIEL, 2006).

Os manguezais, assim como as florestas tropicais úmidas e os recifes de corais, atualmente encontram-se sob ameaças e vêm sendo cada vez mais degradado pelos impactos antrópicos. Contudo, especialistas advertem que os manguezais despertam menor consideração e suscitam menos iniciativas visando sua conservação, em comparação aos dois outros conjuntos de ecossistemas (VALEIA et al, 2001). No que se refere aos manguezais da Costa Norte, tem crescido o interesse de pesquisadores sobre a temática dos usos sociais dos recursos desse ecossistema, procurando-se conhecer as modalidades e os fatores de ocupação humana, suas transformações, assim como caracterizar as populações que dele dependem.

Observa-se ao longo do litoral amazônico, um contingente populacional que mantém sua reprodução social através da relação direta com os recursos naturais disponibilizados em seu território. Podemos atentar para o modo como essas populações constroem seu território, a partir da apropriação dos seus recursos naturais, utilizando técnicas tradicionais. Infelizmente, essa característica peculiar de construção territorial não vem sendo considerada pelo poder público, principalmente no momento da elaboração e efetivação de políticas públicas.

Mochel (2003) chama a atenção para a diversidade social característica das muitas comunidades situadas ao longo da costa norte do Brasil, incluindo grupos indígenas, remanescente de antigos quilombos, comunidades pesqueiras e agrícolas, além dos núcleos urbanos, os quais estabelecem relações variadas com as florestas de mangue.

A Importância da abordagem Geossistêmica na análise das paisagens

“A gente não pode mais atualmente separar a evolução do relevo do meio climático e biogeográfico nem romper a unidade do meio físico...” “Não se trata de estudar separadamente, como a gente fazia antigamente, o relevo, o clima, a vegetação, as águas, mas o complexo que eles formam”. Afirma TAILLERFER (1960).

O termo geossistema foi utilizado pela primeira vez por V. B. SOCHAVA em 1960. O Geossistema se diferencia do Ecossistema, apesar de que ambos tratarem de uma aplicação da teoria dos sistemas e da modelagem sistêmica da natureza: O geossistema é um conceito territorial, uma unidade espacial bem delimitada e analisada a uma dada escala; geossistema é muito mais amplo que ecossistema, ao qual cabe deste modo, uma parte do sistema geográfico natural. O geossistema é o conceito integrador que tem faltado (e ainda falta) à Geografia. Mas a análise geossistêmica não é assunto para qualquer pesquisador, nem mesmo para uma equipe isolada.

Considerações finais

O processo de inclusão de atores sociais locais nas práticas de mapeamentos participativos visando à gestão dos recursos naturais, desperta inúmeros questionamentos a cerca do debate em questão. Para COLCHESTER (2002), um risco, é que o processo de mapeamento se afaste das prioridades dos grupos que se quer beneficiar. A noção de mapeamento participativo surge, pois com a marca desta ambiguidade: construída para dar à palavra as comunidades de base e grupos desfavorecidos; integrando, inclusive, segundo alguns sua própria realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura.

Por tanto, se o mapeamento participativo se pretende parte de um contra-projeto de ordem científica, visando questionar os pressupostos oculto da ciência da informação geográfica no que diz respeito a seus efeitos, seu eventual sucesso enquanto tal deve estar associada a processos concretos de democratização do território e do acesso a seus recursos e não à configuração de uma simples expressão espacial da ideologia do desenvolvimento.

Por fim, podemos dizer que o mapeamento participativo relacionado a análise de paisagens em uma abordagem geossistêmica oferece uma nova forma metodológica para entendermos as relações ser humano e meio ambiente. Tornando-se com isso uma importante ferramenta na gestão dos recursos naturais. Essa forma de gestão dos recursos naturais, ao construir e validar conhecimentos em varias escalas, do nível individual ao comunitário, regional e nacional. Colaborando e corroborando com a elaboração e gestão de planos de manejos sustentáveis dos recursos naturais das áreas de manguezais.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri e COLI, Luís Régis. Disputas Territoriais e Disputas Cartográficas. Texto preparado para o projeto “Experiência em cartografia social e constituição de sujeitos nos conflitos ambientais” IPPUR/UFRJ – 2008.
- ALMEIDA, S. S. Uso de recursos e impactos em manguezais amazônicos : Implicações para o manejo e conservação. III WORKSHOP ECOLAB. Programa de Estudos de Ecossistemas Costeiros Tropicais. Belém – Pará, 1995.
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de – A Geoestratégia da Natureza: a geografia da complexidade e a resistência à possível mudança do padrão ambiental planetário/Luís Henrique Ramos de Camargo. – Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 2012.
- FERNANDES, M. E. B.(Org.). Os Manguezais da Costa Norte Brasileira / organizado por Marcus E. B. Fernandes. Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2003.
- LACOSTE, Yves; 1929 – A Geografia-isso serve, em primeiro lugar, pra fazer a guerra / Yves Lacoste; tradução Maria Cecília França – Campinas-SP: Papirus, 1988,
- LITTLE, Paul E. Gestão Territorial em terras Indígenas: definição de conceitos e propostas de diretrizes. Relatório final entregue a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA-AC, Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI-AC e Agência da GTZ no Brasil. Rio Branco, 2006.
- PROST, M. T. R. C. ; RABELO,B. V. Variabilidade fito-espacial de manguezais litorâneos e dinâmica costeira: exemplo da Guiana Francesa, Amapá e Pará. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém - Pará, MPEG, V.8, 1996.
- VANNUCCI, Marta. Os manguezais e nós: Uma Síntese da Percepções / Marta Vannucci. Revista ampliada – São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2002.

A variabilidade cerâmica do sítio arqueológico Turvo V-B, SP

Juçara Pereira da Silva

jucaraps@gmail.com

FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente

Neide Barrocá Faccio

nfaccio@terra.com.br

FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente

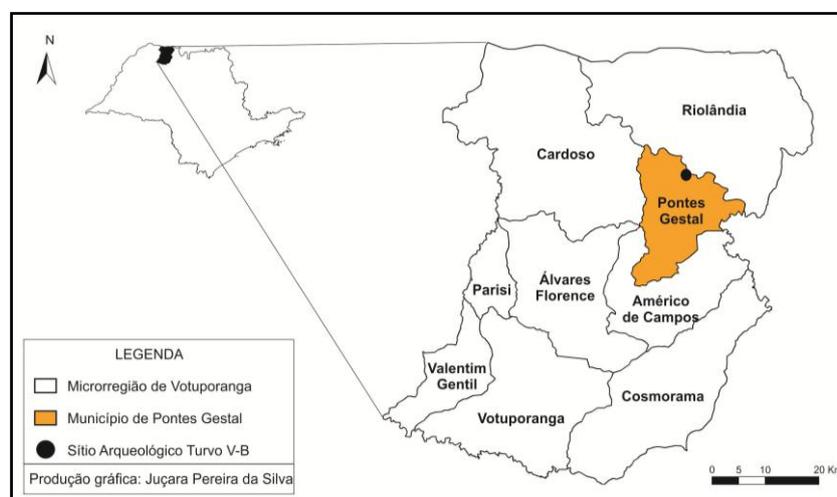
Palavras-chave: Ocupação indígena, Tradição Aratu-Sapucaí, Análise cerâmica.

Introdução

O Sítio Arqueológico Turvo V-B está localizado no município de Pontes Gestal – SP, nos limites da Bacia Hidrográfica Turvo/Grande, na região noroeste do Estado de São Paulo (Figura 1). O sítio em tela encontra-se na margem esquerda do Córrego do Anil a 800 metros do Rio Turvo, podendo ser identificado espacialmente pelas coordenadas UTM: 632.070 metros Norte e 7.774.898 metros Oeste.

101

Figura 1: Localização do Sítio Turvo V-B, Município de Pontes Gestal, SP



A área do Sítio Turvo V-B apresenta rochas eruptivas basálticas pertencentes à Formação Serra Geral e bancos de arenitos da Formação Adamantina (IPT, 1981). Situado na região do Planalto Ocidental, o sítio encontra-se na área de colina ampla, de vertente levemente acentuada e topo aplainado, localizando-se na baixa vertente.

Objetivos

O principal objetivo desta pesquisa foi analisar a indústria cerâmica do sítio arqueológico Turvo V-B, a fim de contribuir com informações acerca do sistema de ocupação indígena da região Norte do Estado de São Paulo. Nesse sentido, os objetivos específicos foram:

- Caracterizar o ambiente do Sítio Turvo V-B;
- Descrever a ocupação indígena no Estado de São Paulo durante o período pré-colonial;
- Analisar o material cerâmico a partir dos atributos nele presentes.

102

Resultados

Os agricultores ceramistas da Tradição Aratu ocuparam de forma intensa o Planalto Central, deixaram vestígios situados, cronologicamente, entre os séculos VIII e IX D.C. Essa cerâmica teria origem externa ao Centro-Oeste brasileiro, estando diretamente ligada aos antepassados de grupos de língua Macro-Jê. A partir do Centro-Oeste, “as vagas migratórias teriam se desmembrado, sendo que um braço seguiu para o Nordeste brasileiro, o outro teria rumado para o sul de Goiás, centro e oeste de Minas Gerais e nordeste de São Paulo” (HENRIQUES JÚNIOR, 2006, p. 47-48).

Segundo Moraes e Moraes (2009), o povoamento indígena do Estado de São Paulo, no período pré-colonial, ocorreu conforme as condicionantes dadas pelo meio ambiente físico e biótico. A distribuição das unidades do relevo e dos recursos hídricos orientaram a expansão humana e construíram o espaço geográfico paulista. Acredita-se que os povos vinculados à tradição Aratu-Sapucaí tenham se expandido nas franjas territoriais do nordeste do Estado de São Paulo, abrangendo trechos das redes hidrográficas do Rio Grande e do Rio Paraíba do Sul (MORAIS; MORAIS, 2009).

Os sítios arqueológicos são a representação de assentamentos humanos que foram habitados no passado e, atualmente, armazenam vestígios materiais (fragmentos cerâmicos e artefatos líticos) que possibilitam reconstituir o paleoambiente e as relações entre seus habitantes com o espaço geográfico.

Em 2010, foram resgatados 32.399 fragmentos cerâmicos que estavam em meio a uma plantação de cana-de-açúcar, localizada no município de Pontes Gestal-SP.

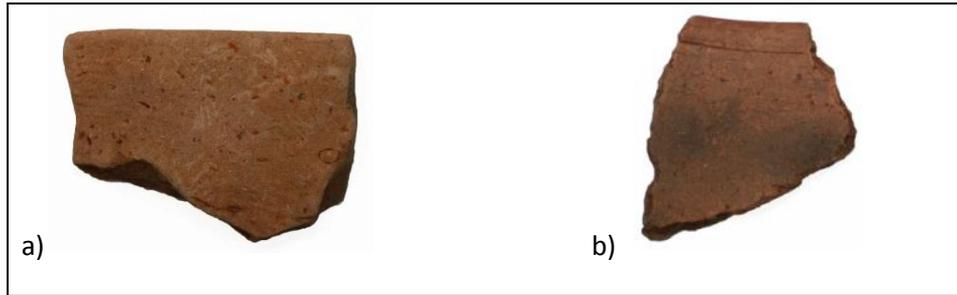
Os fragmentos foram analisados a partir de quatro categorias de atributos: tipo de fragmento (tabela 1), decoração (tratamento de superfície), técnica de manufatura e antiplástico.

Tabela 1: Categorias de fragmentos cerâmicos evidenciados no Sítio Turvo V-B

Tipo de fragmento	Nº de peças	%
Base	638	2
Borda	1653	5,1
Borda com parede angular	35	0,1
Fragmento de vaso conjugado	02	0
Parede	29.901	92,28
Parede angular	121	0,37
Parede com furo de suspensão	02	0
Parede com suporte para tampa	02	0
Parede de vaso conjugado	17	0,05
Polidor de sulco	01	0
Não identificado	27	0,1
Total	32.399	100

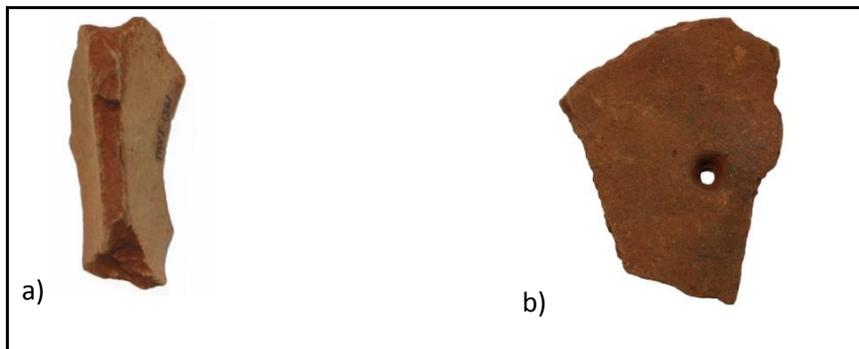
A classe das paredes é a que aparece com maior frequência, totalizando 92% do total dos materiais; em segundo lugar as bordas (figura 2) representam 5% do total; e um terceiro grupo, em menor frequência, é formado por fragmentos de vaso conjugado (figura 3), paredes com furo de suspensão, polidor de sulco e parede de vaso conjugado, que, juntos, correspondem a 22 peças.

Figura 2: a) borda lisa e b) borda incisa. Sítio Arqueológico Turvo V-B, Pontes Gestal, SP



Fonte: Faccio (2012).

Figura 3: a) fragmento de vaso conjugado e b) parede com furo de suspensão. Sítio Arqueológico Turvo V-B, Pontes Gestal, SP



Fonte: Faccio (2012).

As peças do sítio em tela são, em sua grande maioria, do tipo liso (99%) e apenas 0,4% apresentou decoração incisa. A decoração incisa poderia ser feita com materiais vegetais (lascas de madeira, gravetos), espinhas de peixe e, até mesmo, com lascas de rochas. As técnicas de manufatura empregadas foram o acordelado (uso de cordéis de argila) e o modelado (utilização de uma porção de argila e, a partir dela, modela-se a peça pretendida). Quanto ao antiplástico, esse é de origem mineral – areia fina e grossa, retirada do leito dos rios e utilizada na pasta de argila.

Considerações finais

A cerâmica da Tradição Aratu-Sapucaí costuma ser abundante nos sítios arqueológicos da região norte do Estado de São Paulo, como é o caso do Sítio Turvo V-B, onde foram encontrados 32.399 fragmentos cerâmicos. Esses fragmentos apresentaram o tipo liso em 99% dos casos. Outra característica são os fragmentos de paredes com furo de

suspensão e a presença de 19 fragmentos de vaso conjugado. O vaso conjugado, também conhecido na literatura como vaso geminado, é uma forte evidência de que essa coleção cerâmica foi produzida pelos povos Jê, do Norte do Estado de São Paulo.

Os povos indígenas dessa Tradição eram agricultores ceramistas, ou seja, praticavam a agricultura de subsistência e fabricavam a cerâmica. Escolhiam como espaço topográfico para localizar suas ocupações as elevações suaves, como colinas distantes de importantes rios, como é o caso do Rio Turvo a 800 metros dali, mas próximo a um córrego de menor dimensão, como o Córrego do Anil.

Associando os registros históricos, etnográficos, aspectos geomorfológicos e a análise dos materiais cerâmicos do sítio em tela, pode-se comprovar essa área como sendo de ocupação dos povos Jê, do Norte do Estado São Paulo, filiados à Tradição Aratu-Sapucaí.

Referências bibliográficas

FACCIO, N. B. Relatório de Resgate das Áreas dos Sítios Arqueológicos Turvos. FCT/UNESP, 2012, p. 73-94.

HENRIQUES JÚNIOR, G. P. Arqueologia Regional da Província Cárstica do Alto São Francisco: um estudo das tradições ceramistas Una e Sapucaí. 2006. 89 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – IPT. 1981. Mapa Geológico do Estado de São Paulo. Escala 1:500.000. São Paulo, vol. 1, (Publicação IPT 1184).

MORAIS, J. L.; MORAIS, D. Diagnóstico arqueológico, avaliação de impactos e medidas mitigadoras. Relatório Técnico de Arqueologia Preventiva, Plano Integrado Porto-Cidade – Município de São Sebastião, São Paulo, 2009, p. 17-52.

Mapeamento geomorfológico do município de Estrela do Norte-SP

Mayara Cristina de Paula Felipe

may-cris@hotmail.com

Faculdade de Ciências e Tecnologia- UNESP

João Osvaldo Rodrigues Nunes

joaosvaldo@fct.unesp.br

Faculdade de Ciências e Tecnologia- UNESP

Palavras-chave: relevo, mapeamento, estereoscopia digital

Introdução

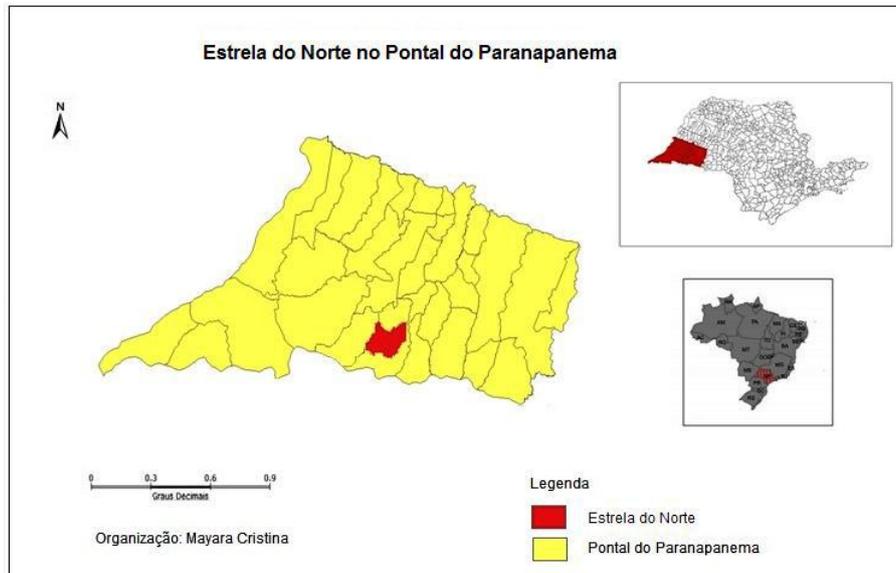
106 A geomorfologia tem contribuído para compreender a inter-relação entre os processos naturais e sociais que atuam sobre o relevo. Entre as diferentes formas de trabalhar na geomorfologia, a cartografia geomorfológica é uma que se destaca, pois possibilita, conforme a escala, entender a dinâmica de formação das morfologias mapeadas, identificar os diferentes compartimentos do relevo, auxiliando na compreensão da evolução da ocupação do relevo pela sociedade e em estudos de diagnósticos e prognósticos nas áreas urbanas e rurais (NUNES et al, 2006).

Dessa forma, este estudo tem como principal objetivo realizar o mapeamento geomorfológico do município de Estrela do Norte-SP na escala de 1:25.000. Para sua elaboração está sendo utilizada a técnica de restituição-3D através das imagens ALOS/PRISM ALPSMN063234050 e ALPSMN063234055, utilizando-se de métodos aerofotogramétricos digitais.

O município de Estrela do Norte está localizado no extremo Oeste Paulista, na Latitude 22°29'17" Sul e Longitude 51°39'37" Oeste. Segundo dados do censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município é de 2.661 habitantes, com uma extensão territorial de 263 Km², sendo limitado a oeste pelo município

de Sandovalina, a leste e sul pelo município de Pirapozinho e ao norte pelo município de Tarabai (Figura 01).

Figura 1: Localização do município de Estrela do Norte-SP



Objetivos

O presente estudo, como descrito anteriormente, tem como objetivo principal a elaboração do Mapa Geomorfológico do município de Estrela do Norte-SP na escala 1:25000.

Para atingir o objetivo geral apresentam-se como objetivos específicos os seguintes pontos:

- Caracterizar o quadro geomorfológico e geológico regional;
- Mapear e caracterizar os principais compartimentos de relevo (topos, vertentes e fundos de vales) na escala 1:25.000;
- Compreender os processos morfodinâmicos responsáveis pelas transformações do georelevo;
- Elaborar um quadro síntese analisando as fragilidade e potencialidades dos diferentes compartimentos de relevo em relação às formas de ocupação humana.

Resultados

A elaboração do mapa geomorfológico do município de Estrela do Norte-SP encontra-se em estágio intermediário. Inicialmente houve a necessidade de efetuar o georreferenciamento das imagens ALOS/PRISM ALPSMN063234050 e ALPSMN063234055, assim coletou-se as coordenadas com GPS de precisão (figura 02) em 16 pontos na região do Pontal do Paranapanema-SP e norte do Estado do Paraná.

Figura 2: a) Localização do ponto 1 no município de Mirante do Paranapanema-SP; b) Localização do ponto 11 no município de Cafeara-PR.

a)



b)



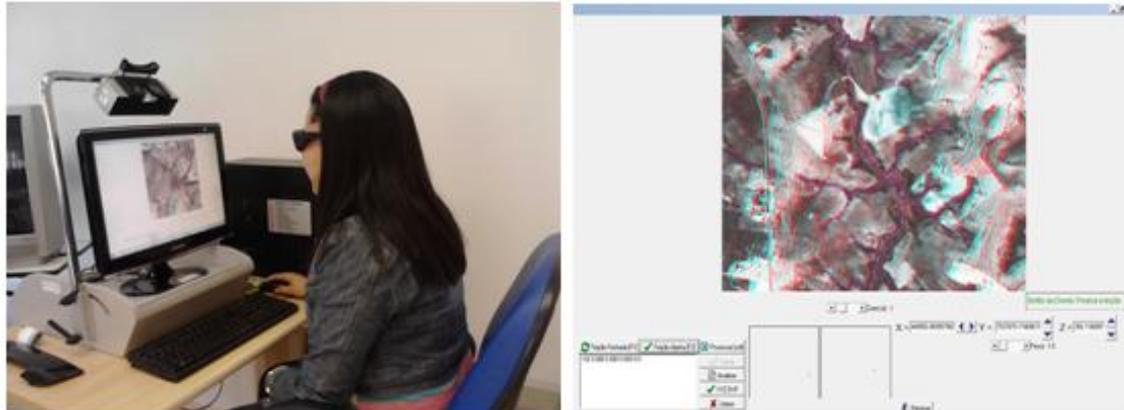
108

As imagens ALOS/PRISM são disponibilizadas pelo satélite japonês ALOS (Advanced Land Observing Satellite), o qual colocou a disposição da comunidade as imagens do sensor PRISM (Panchromatic Remote-sensing Instrument for Stereo Mapping) que é composto por três sistemas ópticos independentes, um com visada nadir e dois com visadas inclinadas para frente e para trás, o que permite que suas imagens tenham visão estereoscópica (BARROS, 2008).

Após o georreferenciamento das imagens, iniciou-se o trabalho de extração das feições geomorfológicas. As feições estão sendo compiladas utilizando da visualização estereoscópica a partir de óculos com lentes vermelha e azul na frente do computador (figura 03). Este programa foi desenvolvido pelo professor Júlio Kiyoshi Hasegawa do Departamento de Cartografia da UNESP- FCT, no qual para obter a visualização

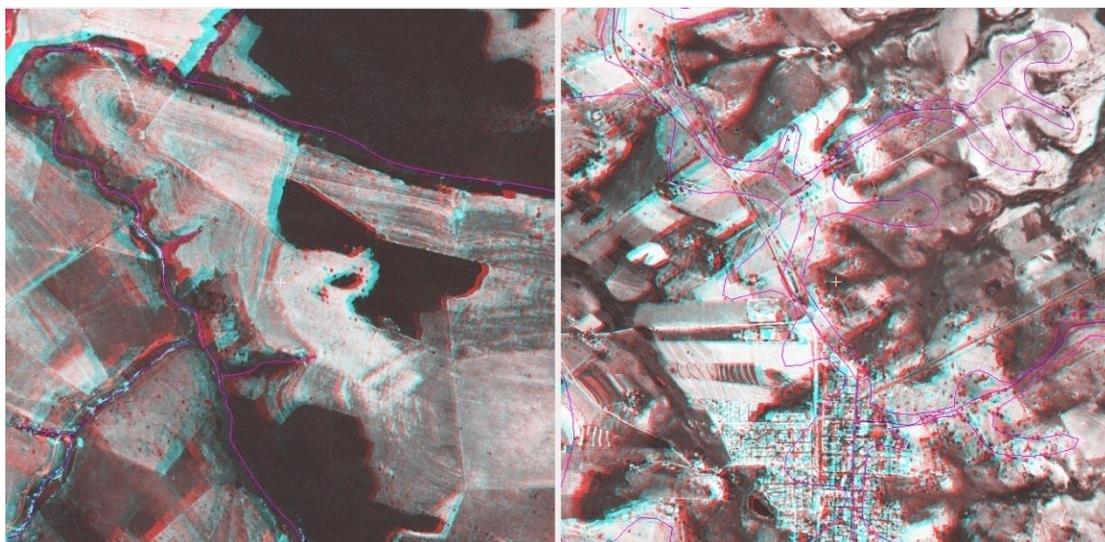
estereoscópica utiliza-se o método anaglifo. Este método consiste em direcionar os campos de visão para cada par de fotografias, porém se utiliza filtros vermelho e ciano (verde e azul), assim sendo, a imagem da esquerda é projetada sobre uma tela branca, com um filtro, já na imagem da esquerda o filtro é azul permitindo a visualização em 3D (AMORIM, 2000, p.12).

Figura 3: Extração da rede de drenagem em modelo digital



Contudo, até o presente momento, com base na estereoscopia digital, algumas feições geomorfológicas foram digitalizadas, como os canais fluviais, os divisores de água e os limites entre os topos e as vertentes das colinas suavemente onduladas (figura 04).

Figura 4: Digitalização de feições geomorfológicas



Considerações finais

O processo que vem sendo realizado de extração das feições geomorfológicas a partir das imagens ALOS/PRISM ALPSMN063234050 e ALPSMN063234055 e a revisão bibliográfica sobre a cartografia geomorfológica, a geologia, geomorfologia e pedologia regional, permitiram uma melhor caracterização do relevo onde o município de Estrela do Norte está situado.

Ao final, o mapa geomorfológico contribuirá para identificar as áreas mais impactadas pelas atividades do homem, como também auxiliará nos diagnósticos ambientais e nos projetos de Planejamento socioambientais urbanos do município (ROSS, 1996).

Referências bibliográficas

AMORIM, A. Utilização de modelos estereoscópicos híbridos na atualização cartográfica. São Carlos, Tese: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2000. 124p.

BARROS, Rafael Silva de et al. Avaliação Planimétrica de Imagens ALOS/PRISM nível 1B2G. In: II Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação, Recife - PE, 2008. Anais...CDROM.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

NUNES, J.O.R. et al. Mapa geomorfológico do perímetro urbano da cidade de Presidente Prudente. In: VI Simpósio Nacional de Geomorfologia e Regional Conference on Geomorphology, Goiânia, 2006. Anais...CDROM.

ROSS, J. L.S. Geomorfologia: ambiente e planejamento. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1996. 85p.

Considerações sobre a importância da previsão imediata do tempo meteorológico na geografia

Douglas Cristino Leal

douglasleal@ige.unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: Geografia, Climatologia, Radar Meteorológico.

A previsão do tempo é tão antiga quanto à própria existência do homem e suas práticas têm sido mudadas gradualmente desde o seu primórdio. Com o avanço tecnológico, cada vez mais é possível realizar previsões do estado futuro da atmosfera (CUADRAT, 2009). A previsão torna-se de extrema importância para saber as condições de precipitação mensal, além da frequência de tais condições para a saúde pública, turismo, economia, aviação, agricultura, assim como investimentos da mesma para o aumento da produtividade e o gerenciamento de recursos hídricos.

A partir de meados do século XX, a organização urbana assumiu grandes proporções por diversos fatores, como a implosão demográfica e a explosão das atividades. E, a partir daí, “os espaços urbanos passaram a assumir a responsabilidade do impacto máximo da atuação humana sobre a organização na superfície terrestre e na deterioração do ambiente” (MONTEIRO e MENDONÇA, 2003). Essa intensa migração da população rural para os centros urbanos provocou um rápido e desordenado processo de urbanização. No Brasil, esse processo se deu de forma ainda mais rápida e menos ordenada, algumas cidades logo se transformaram em áreas metropolitanas.

A utilização de ferramentas como as geotecnologias, obtenção de imagens de satélite e de cartas sinóticas, permite analisar os tipos de tempo atuantes em uma determinada localidade. De acordo com sua estrutura morfológica, urbanização, tipos de solos, entre outros, esses sistemas atmosféricos atuantes podem causar ameaça à vida e à propriedade. Essas ferramentas de auxílio ao monitoramento do tempo já vêm sendo

utilizadas concomitantemente em diversas pesquisas relacionadas na climatologia sinótica e dinâmica.

Nos últimos anos a importância da previsão imediata do tempo tem aumentado significativamente. A precisão desta previsão é importante para prevenir e minimizar prejuízos à vida, além dos prejuízos econômicos. Uma das ferramentas de grande importância para previsão imediata é o radar meteorológico. Esta ferramenta auxilia no aprimoramento das análises que abordam situações atmosféricas responsáveis por precipitações intensas configuradas, muitas vezes, por fenômenos de meso-escala cuja configuração e dinamismo só na imagem de radar são revelados.

Recentemente a aplicação do radar meteorológico é destacada pela sua importância na previsão do tempo, a curto e médio prazo, de episódios de precipitações intensas que, são potencialmente causadores de cheias rápidas e inundações, quedas de granizo, tornados, entre outros. A aplicação, de forma integrada, das imagens de radar, de técnicas estatísticas, cartas sinóticas, entre outros elementos, tem produzido resultados satisfatórios.

112

De acordo com Fragoso (1996), na Climatologia praticada por geógrafos muitas vezes sobressai a importância dada à interação do substrato geográfico com os sistemas atmosféricos. As imagens de radar meteorológico apresentam-se como um instrumento de trabalho de grande utilidade e de grande relevância na previsão imediata do tempo meteorológico na Geografia. Esta aborda, a partir de análises espaciais, a ocorrência de diversos fenômenos decorrentes do estado do tempo, assim como os eventos extremos, e seus possíveis impactos na sociedade.

Os eventos extremos podem ser referidos como grandes desvios de um estado climático moderado que possuem potencial de destruição: chuvas intensas, vendavais, furacões e grandes secas, de acordo com Marengo (2009). Ele ressalta que estes eventos são caracterizados pela sua intensidade, baixa frequência e dificuldade de gerenciamento de planos para a adaptação e a atenuação de seus efeitos, devido à impossibilidade de prevê-los com exatidão.

Estudos de eventos extremos vêm sendo realizados para avaliação, mitigação dos riscos e das vulnerabilidades na redução dos impactos negativos, através da redução dos falsos alarmes, e conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida da população.

Como exemplo, de situações de eventos extremos, foi a ocorrência de um tornado (F3, Escala Fujita) em Taquarituba-SP (Figura 1), no dia 22 de setembro de 2013, por volta das 14:30 Horário Local (HL) com duração de 5 minutos, deixando 2 mortos e cerca de 63 feridos (FOLHA, 2013; Defesa Civil, 2013).

Figura 1: À esquerda, localização do município de Taquarituba-SP. À direita, imagem do possível tornado ocorrido no dia 22/09/2013



113

Foto: Reprodução de vídeo

De acordo com o Jornal BOL Notícias (2013), os maiores danos registrados foram no parque industrial do município de Taquarituba no qual estavam instaladas 37 empresas. A maioria delas era ligada à agroindústria. Ao todo 20 pessoas ficaram desabrigadas e 150 imóveis foram afetados (Figura 2).

Figura 2: À esquerda, escombros da Igreja do Evangelho Quadrangular e, à direita, terminal rodoviário destruído



Foto: Ricardo Ossandon/Globo G1



Foto: Mariana Vidal/Você Manda

É possível verificar, através de análise da carta sinótica das 18 Z, do dia 22/09/2013, uma frente fria atuando sobre o Oceano Atlântico e ondulando sobre o continente nas proximidades dos estados de Santa Catarina, Paraná, sul de Mato Grosso do Sul e se aproximando do estado de São Paulo. Na análise da 00 Z, do dia 23/09/2013, nota-se o avanço da frente, agora estacionária, entre a Bolívia, Mato Grosso do Sul, norte do Paraná, sul do estado de São Paulo e Oceano Atlântico (Figura 3).

114

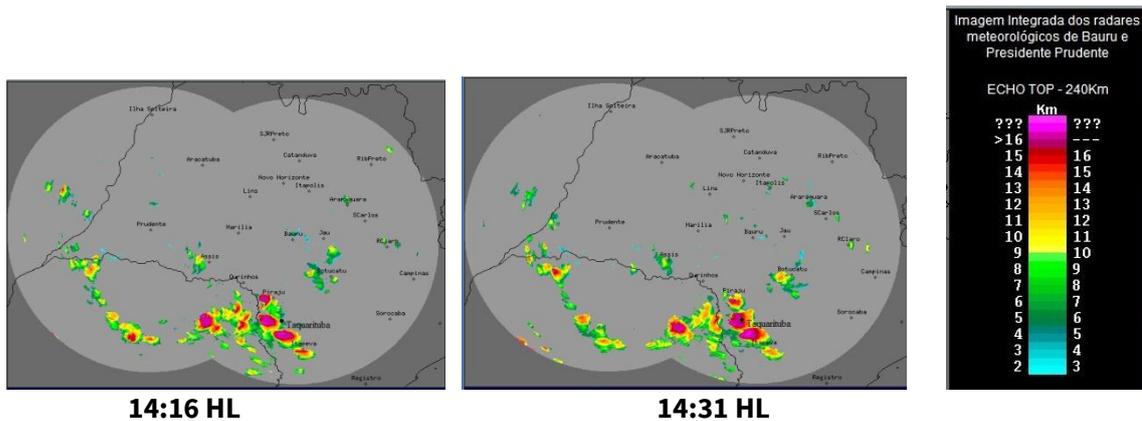
Figura 3: Avanço da frente fria no estado de São Paulo. Carta Sinótica das 18 Z do dia 22/09/2013 e da 00 Z do dia 23/09/2013



Fonte: CPTEC

As imagens integradas, da altura do topo das células (refletividade de 15 dBZ), geradas pelos radares Doppler de Bauru e Presidente Prudente (Figura 4), do Instituto de Pesquisas Meteorológicas (IPMet), mostram a célula de tempestade causadora do tornado, que se aproximou de Taquarituba às 14:16 HL e, posteriormente, às 14:31 HL atingiu o município.

Figura 4: Imagem integrada dos radares meteorológicos de Bauru e Presidente Prudente (IPMet) do dia 22/09/2013, 14:16 e 14:31 HL



Torna-se evidente, então, a necessidade de uma previsão imediata do tempo meteorológico. Através da utilização integrada de diversas ferramentas como as geotecnologias, obtenção de imagens de satélite e de cartas sinóticas é possível saber os sistemas atuantes e a origem do fenômeno ocasionado. As imagens de radar apresentam-se como um instrumento de trabalho de grande utilidade e de grande relevância na previsão imediata do tempo meteorológico na Geografia. Esta previsão, juntamente com órgãos públicos responsáveis, contribui para a mitigação de danos originados por eventos atmosféricos significativos.

Referências bibliográficas

CUADRAT, J. M e PITA, M. F. Climatología. Madri: Cátedra, Colección geografía, 5. ed, 496p.: il, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. Tornado causa destruição e deixa dois mortos no interior de SP. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://folha.com/no1345931>>. Acesso em: 01 de outubro de 2013.

FRAGOSO, M. A Utilização das Imagens de Radar Meteorológico em Climatologia. Finisterra, XXXI, 61, pp. 29-42, 1996.

GARCIA, Janaína. Taquarituba (SP) levará "no mínimo 4 anos" para se recuperar de

tornado, afirma prefeito. BOL Notícias-UOL. Disponível em: <<http://zip.net/bsk1v5>>. Acesso em: 01 de outubro de 2013.

MARENGO, J. A. Mudanças climáticas, condições meteorológicas extremas e eventos climáticos no Brasil. p. 4- 19, 2009. In: Mudanças climáticas e

eventos extremos no Brasil. P. 1-76. Patrocinado por LLOYD'S. Disponível em: <www.fbds.org.br/fbds/IMG/pdf/doc-504.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2013.

MONTEIRO, C. A. F. e MENDONÇA, F. Clima Urbano. São Paulo: Contexto 2003.

Geografia, cultura e comportamento

117

A relação homem–animal: notas introdutórias

Vitor Ferreira de Souza

vitorfssouza@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina – UEL

Yoshiya Nakagawara Ferreira

yoshiyanf@gmail.com

Universidade Estadual de Londrina - UEL

Palavras-chave: Homem-Animal, Ética, Geografia Cultural.

Introdução

A relação dos homens com os animais é pouco explorada pelos pesquisadores brasileiros. Apenas no começo desta década começaram a surgir trabalhos com maiores profundidades acerca da temática no Brasil. Mesmo com novos trabalhos em andamento e o crescimento de grupos de pesquisa no exterior, ainda existe a necessidade de discutir a gênese deste campo de investigação geográfica e sua recente trajetória.

Para isso, estas notas pretendem ampliar as discussões sobre o tema, explorando a ética no pensamento geográfico, ambas entrelaçadas. Como uma tentativa de ampliar investigações nesse campo de estudo, procurou-se realizar considerações sobre a trajetória da Geografia no campo da relação Homem-Animal, ressaltando os desafios que estão impostos no início deste século para a sua consolidação como um dos campos de estudo da Geografia e talvez mais adiante o seu fortalecimento enquanto disciplina e também como linha consolidada de pesquisa.

O alicerce da Geografia Cultural para o desenvolvimento da relação Homem-Animal

Para iniciarmos a discussão acerca da temática, nada melhor do que evidenciar os seus precursores e os primeiros estudos. É importante reportar à Geografia Cultural, cujos estudos, subjacentes ao comportamento e a cultura ela ganha corpo e sistematização, principalmente a partir de obras como as de Carl Sauer (1952) e Bennett (1960). Esses

geógrafos manifestavam interesse pelo desenvolvimento dos animais em seu território, sua distribuição e de como a paisagem expressava elementos da “vida animal domesticada” e a transformava de uma paisagem natural para uma paisagem cultural.

Ao longo do tempo o estudo da influência dos animais na vida dos homens foi renovado. Urbanik (2000) ressalta que na década de 1960 expressa o início desse novo ramo do conhecimento e em 1990 a sua retomada, no qual foi possível delimitar e ao mesmo tempo ampliar as bases epistemológicas, teóricas e filosófica e os objetivos a que este tema se presta.

A relação da Geografia com os animais foi traçada primeiramente por meio da disciplina de zoogeografia que tinha como objetivo esclarecer as interações dos animais com o seu habitat e a distribuição deles na superfície do globo terrestre, associando esta distribuição a partir dos fatores naturais. (BARTHOLOMEW; CLARKE; GRIMSHAW, 1911).

A zoogeografia e a Geografia Cultural foram pioneiras na forma de sistematizar a relação Homem-Animal. Um dos estudos pioneiros sobre a zoogeografia foi o de Newbigin (1913) que buscava em suas análises encontrar leis gerais para a organização dos animais sobre a superfície do globo, estabelecendo relações com fatores naturais. Já Sauer (1952) em obras como “Seeds, spades, hearths and herds” documentava o papel da domesticação de animais para a transformação de paisagens naturais em paisagens culturais, repensando assim cultura, natureza e subjetividade. O estudo sobre a domesticação de animais associado com as transformações físicas e também da sociedade civil foi posteriormente estudado por alguns geógrafos e antropólogos.

A Geografia Animal Renovada e o advento da ética em seus discursos

Na década de 1990 surge uma nova preocupação nesse ramo de conhecimento, a ética. Com a onda de libertação animal iniciada na década de 1970 e também da preservação ambiental e da subjetividade animal levaram os geógrafos a analisar a ética ambiental (MATLESS, 1994). Grandes expoentes da luta dos direitos dos animais começaram a aparecer nos discursos dos geógrafos, entre eles, um dos ativistas e precursores dos direitos dos animais e de sua libertação, o filósofo Peter Singer (2004), que colabora para a discussão da subjetividade animal, das relações dos homens com eles e da luta pelos

direitos dos animais através do discurso sobre a ética e dos males do “especismo”. Um dos trabalhos que ajudam a compreender o ingresso dos geógrafos nesse campo de estudos é o Lynn (1998) que desenvolve o conceito de “comunidade geográfica” para abranger as questões éticas que envolvam os seres humanos, os animais e a natureza.

Para Lynn (1998) os animais, sejam eles selvagens, domésticos e os que vivem no deserto, no campo ou na cidade, e os seres humanos compartilham ambientes geográficos, constituindo assim contextos naturais e sociais. Esta sobreposição de comunidades, dos seres humanos, animais domésticos, selvagens, etc é o que ele chama de “comunidade geográfica”.

Lynn (1998) busca por meio de seus trabalhos demonstrar que os animais não são meros recursos para os humanos e faz um alerta citando Sócrates, que, quando discutimos ética, estamos discutindo como devemos viver. Jones (2000) salienta que cada relação que os seres humanos mantêm com os animais vai além de um simples contato. Representa uma postura ética, que tipo de comportamento é realizado.

120

Em outras palavras, a ética vai além de um discurso de civilidade, ela abrange questões mais viscerais, dentre elas os animais e o meio ambiente. A ética representa a forma como devemos viver nossas vidas e mais que isso, por meio do discurso moral, se desenvolve normas para servir como diretrizes de como devemos dirigir nossa conduta de agir para com os demais seres humanos e animais. “[...] as normas éticas não apenas refletem o que somos, mas [...] como podemos ser (LYNN, 1998, p. 286).

O entrelaçamento do velho e do novo

Como se pode notar, a relação Homem-Animal ganha novos rumos e seu discurso incorpora a questão ética no pensamento geográfico. Em um campo teórico mais próximo dos antropólogos os geógrafos entrelaçam a cultura entre as relações animais e humanas. Porém, diferente de antigamente geógrafos e os clássicos da etnografia como Ewers (1955), Evans-Pritchard (1950) e Levi-Strauss (1963) que consideram os animais como meros veículos e seres passivos de todo o processo de formação social, os teóricos atuais acreditam que os animais têm sua participação em todo o processo de construção socioambiental.

Muitos estudiosos trabalham as representações vindas de influências animais, como por exemplo, as representações entre as raças e a “animalidade”, entre as feministas e a sexualidade sobre a importância dos animais na decodificação do corpo. A Geografia não só expandiu estas percepções, como também iniciou o enfoque do papel dos animais na formação de identidades tanto individuais quanto coletiva das pessoas. (EMEL, WILBERT, WOLCH, 2002).

Referências bibliográficas

- BARTHOLOMEW, J, G; CLARKE, W, E; GRIMSHAW, P, H. Atlas of zoogeography. Edinburgh: John Bartholomew and Co, 1911.
- BENNETT, C, F. Cultural animal geography: an inviting field of research. *Professional geographer*, v. 12, p. 12-14, 1960.
- EMEL, J; WILBERT, C; WOLCH, J. *Animal Geographies. Society & Animals*, vol. 10:4, Leiden, 2002.
- EWERS, J, C. The horse in Blackfoot Indian culture. Smithsonian Bureau of American Ethnology, Washington: Government Printing, 1955.
- JONES, O. (Un)ethical geographies of human – non-human relations: encounters, collectives and spaces. In: PHILO, C; WILBERT, C. *Animals spaces, beastly places: new geographies of human-animal relations*. New York: Routledge, 2000, p. 268-291.
- LEVI-STRAUSS, C. Totemism. (R. Needham, Trans.). Boston: Beacon, 1963.
- LYNN, W. S. Animals, ethics and geography. In WOLCH, J; EMEL, J, *Animal geographies: Place, politics, and identity in the nature-culture borderlands*. London: Verso, 1998, p. 280-297.
- MATLESS, D. Moral geography in Broadland. *Ecumene*, v.1, p. 127-156, 1994.
- NEWBIGIN, M. *Animal Geography: the faunas of the natural regions of the globe*. Oxford: Clarendon, 1913.
- SAUER, C. *Seeds, spades, hearths and herds*, New York: American Geographical Society, 1952.
- SINGER, P. *Libertação Animal*. Porto Alegre, RS: Lugano, 2004.
- URBANIK, J. *Placing Animals: An introduction to the Geography of Human-Animal Relations*. London and New York: Routledge, 2000.
- WOLCH, J; EMEL, J; WILBERT, C. Reanimating cultural geography. In: ANDERSON, K; DOMOSH, M; THRIFT, N; PILE, S. *Handbook of cultural geography*. London: Sage, 2003.

Identidade e territorialidade: espaço, poder e intrusão na terra indígena Yawaripë Yanomami

Cintia dos Santos Pereira da Silva
cintiasilva@ige.unicamp.br
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: Territorialidade, Identidade Étnica e Yawaripë Yanomami.

“(…) ‘proteger a floresta’ ou ‘demarcar a terra’ não significa unicamente garantir a perenidade de um espaço físico imprescindível para a existência física dos Yanomami. É também preservar da destruição uma trama de coordenadas sociais e de intercâmbios cosmológicos que constituem e asseguram a sua existência cultural enquanto ‘seres humanos’ (yanomae thëpë). Neste sentido, a atividade dos garimpeiros representa uma subversão mortífera da ordem do mundo e da humanidade estabelecida por Omamë, o demiurgo yanomami, após o ciclo de transformações descontroladas dos ancestrais animais da primeira humanidade (yaroripë).” (Albert, 2002, p.10).

122

Nas palavras do Líder Yanomami Davi Kopenawa, podemos inferir sobre a necessidade de se discutir acerca da questão étnica e sua territorialidade, frente ao processo de intrusão de suas terras. A demarcação da Terra Indígena Yanomami¹, não impediu a intrusão de agentes externos que por meio da usurpação, incutem aos indígenas uma forçada ressignificação da sua própria territorialidade.

Introdução

A complexidade espaço-temporal das relações contemporâneas, constitui-se em simulacro de objetivações e caracterizações do processo de conceituação e apreensão da lógica da ocupação do próprio espaço. O sujeito vivencia em sua situação de liminaridade o uso do “lugar”, que pode ser na práxis do conflito entre diferentes sujeitos, e na constituição e ressignificação da sua identidade territorial. A contextualização antes de tudo, geográfica, exerce papel fundamental na discussão da territorialidade praticada e

¹ A terra indígena Yanomami foi homologada por decreto presidencial em 25 de maio de 1992, que estabeleceu uma área de 9.664.975 hectares (96.650 km², a maior do Brasil) de floresta tropical que representa alta relevância em termos de proteção da biodiversidade amazônica.

concebida por um grupo social, neste caso tratamos da territorialidade indígena, mais precisamente sobre o grupo Yawaripë Yanomami, no leste da Terra Indígena Yanomami, Estado de Roraima (Brasil)². Este grupo de caçadores-coletores, desde meados dos anos 1970 vem sofrendo com as intrusões em seus territórios, por agentes externos como: grileiros, posseiros, garimpeiros, agronegócio, além do próprio Estado com o seus projetos de modernização do território nacional. Em vista disso é importante ressaltar que esse processo de modernização obedece a lógica do capital, sobre a qual o benefício de tais investimentos (como construção da Perimetral Norte, Projetos de Assentamento) visam atender a lógica de mercado e produção de commodities, além do mercado internacional. Porém neste artigo pretendo elucidar sobre as questões de territorialidade e identidade, já que a autodeterminação, que permite ao sujeito se auto-identificar a si próprio, em sua relação com o lugar, constitui a sua própria territorialidade.

Novas formas de apropriação do espaço para os yanomae theripë³: territorialidade e identidade

O discurso metafísico da autodeterminação étnica está na ontologia do sujeito que alicerçado em sua territorialidade constitui-se como grupo étnico distinto. Tal territorialidade, praticada e concebida, na ocupação do espaço e na forma de seu uso, seja ele, físico ou cosmológico, espacializa os signos sobre os quais cada grupo se constitui enquanto grupo étnico diferenciado.

Em se tratando de um grupo étnico cuja definição de identidade traz consigo a manutenção do espaço sobre o qual se projeta a manutenção identitária, já que os componentes sócio demarcados se representam sobre o território através da forma como se apropriam do espaço. A maneira como cada grupo se apropria e faz uso desse território ⁴demonstra como a apropriação está na base da interação do sujeito com o espaço.

² Pesquisa de Mestrado sendo desenvolvida no Departamento de Geografia da Unicamp, sob a orientação do Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves.

³ Seres Humanas; urihi theripë, 'habitantes da terra-floresta' às de 'índios Yanomami', 'povo da terra', 'povo da floresta'.

⁴ Santos, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

Não obstante, os Yawaipë Yanomami são de um grupo étnico cuja confluência de fatores territoriais e o planejamento tecnocrático da ocupação do espaço, estão a impactar o seu modo de vida.

Objetivos

Objetiva-se neste artigo a partir do entendimento da territorialidade, conceito e aplicação, compreender os nexos relacionais entre territorialidade e identidade étnica. Além disso o uso do espaço como manutenção da própria identidade, em vista de que neste se engendram as ações econômicas, sociais e cosmológicas da manutenção dos Yawaripë Yanomami, como grupo étnico distinto.

Resultados

Apesar de se tratar de pesquisa de mestrado em andamento, alguns resultados, mesmo que preliminares apontam para o processo de desterritorialização que vem sofrendo os Yawaripë Yanomami. O processo de modernização em suas terras trouxe consigo a desestruturação sócio-sanitária além do conflito pelos recursos naturais, propriedade e uso da terra. Na década de 1980 cerca de 40 mil garimpeiros adentraram a terra indígena afim dela retirar seus recursos minerais. Tal fato não pode ser considerado isolado no tempo-espaço, já que estamos na iminência de uma nova “intrusão” em suas terras, incentivados pelo próprio Estado-nação⁵. Contudo, é primordial acentuar que agentes do agronegócio e os próprios projetos do Estado, são responsáveis pelo desmantelamento dos laços identitários e da manutenção da sua territorialidade.

Considerações finais

A territorialidade de qualquer grupo está na base de ocupação e uso do território. Arelada a este conceito está a constituição da identidade étnica, garantida em sua territorialidade pelo uso e posse da sua terra (demarcação) que se configura em território, apropriação e uso, sobre a qual se esboça as atividades sociais, econômicas e

⁵Em tramite no Congresso Nacional, PL 5807/2013: Novo Código de Mineração. O marco regulatório prevê novos requisitos para concessão dos direitos de exploração dos minérios, além de determinar as normas para o uso dos recursos minerais. O já existente Projeto de Lei 1610/1996 sobre a regulamentação da mineração em terras indígenas, pode ser alterada permitindo que haja a exploração nessas terras.

cosmológicas. Assim, os Yawaripë Yanomami, são um grupo cujas atividades econômica-socio-cosmológicas são delimitadas pela conformação do seu território.

A questão indígena, sua identidade e sua territorialidade, deve ser vista a partir do seu direito inalienável de posse imemorial sobre as terras que ocupam. Assim como coloca Haesbaert “(...) Cada um de nós precisa como recurso básico, territorializar-se” (2006, p. 16).

Referências bibliográficas

- ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. In: Albert, Bruce; Ramos, Alcida R (Orgs). Pacificando o Branco: cosmologias do contato norte-amazônico. São Paulo: Editora Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- ARAÚJO, Ana Valéria. Terras indígenas no Brasil: retrospectiva, avanços e desafios do processo de reconhecimento. In: FANY, Ricardo (Org). Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BECKER, Bertha K. Os significados da defesa da Amazônia: projeto geopolítico ou fronteira tecn(eco)lógica para o século XXI? ANTROPOLOGIA E INDIGENISMO, v.1, p.99-108, 1990. (Número especial Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras).
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- CLASTRES, Pierre. Sociedade contra o Estado. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. GEOGRAPHIA. Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, UFF/EDD, ano 1, n.º 2, 1999. p. 7-26.
- HAESBAERT, Rogério. O mito das desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- LE TOURNEAU, François-Michel; BURSZTYN, Marcel. Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre políticas agrárias e ambiental. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CDS), Universidade de Brasília, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. La survie Du capitalisme: La reproduction des rapports de production. Paris: Anthropos, 1973.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1987.
- RAFFESTIN, Claude. O que é o território. In: Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SEEGER, Anthony; Castro, Eduardo Viveiro de.
Terras e territórios indígenas no Brasil.
ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO

BRASILEIRA, Rio de Janeiro, no 12,
1979, p.101-113.

Disputa espacial dentro da Cidade Universitária – a relação entre estudantes, reitoria e espaço público

Letícia Maria Vieira¹
leticiamariavieira@gmail.com
FFLCH-USP (Departamento de Geografia)

Palavras-chave: Espaço público, Universidade de São Paulo, Disputa espacial.

Aspectos teóricos

O objetivo principal dessa pesquisa de iniciação científica é compreender as disputas sobre o espaço público da Universidade de São Paulo (USP), dando foco à relação entre normatização e usos do espaço. Também temos a intenção de estudar esses aspectos a luz (i) dos conceitos de Genoespaço e Nomoespço de Paulo Cesar da Costa Gomes e (ii) da noção de espaço público. A articulação desse conjunto visaria responder a questão: “Até que ponto os interesses dos estudantes e da reitoria convergem ou divergem, gerando ou não disputas e mudanças no uso dos espaços públicos na USP?”

Por Nomoespço entende-se a relação social com o território regida por leis, criadas por indivíduos. Estes são entendidos como “unidades autônomas, com variadas gamas e níveis de expectativas, interesses, propostas e práticas sociais”³. Em outras palavras, o nomoespaço é um espaço definido por um grupo de pessoas, unidas por interesses comuns. Para se organizar, elas criam normas de conduta logicamente justificadas sob a forma de leis, que costumam ser estáveis. É por conta dessa definição que identificaremos a Reitoria como um nomoespaço.

¹ Letícia Maria Vieira é graduanda do curso de Geografia da USP e realiza iniciação científica orientada por Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde e possui bolsa FAPESP.

³ GOMES, Paulo César da Costa. – A Condição Urbana – Ensaios de Geopolítica da cidade. Bertrand Brasil, 2002. Pg.31

Por genoespaço, entende-se que a relação entre território e sociedade pressupõe a existência de grupos ou comunidades. O que caracteriza esses grupos é uma identidade comum e própria, constituída por traços étnicos, familiares, culturais, históricos, morfológicos, comportamentais que podem se combinar ou não. Outra característica é que esses grupos se formam a partir da comparação com o que é considerado diferente. Nesse tipo de organização espacial, as fronteiras são fluidas e instáveis. O espaço que deve ser preservado é aquele ligado a origem e a identidade do grupo e a identidade deste só é mantida mediante a constante oposição com outros grupos.

Na USP, existem vários genoespaços. Isso, pois os grupos se formam aleatoriamente: podem ser grupos de estudantes, de pessoas que vão se exercitar, de professores, entre outros. Sendo assim, não vamos nos debruçar sobre todas as relações internas aos diversos genoespaços. Vamos buscar as relações mais aparentes. Ainda, vamos dar foco nas relações entre os usos estudantis.

128

Ao compreender que todas relações possíveis dos grupos e entre os grupos são dinâmicas, podemos interpretar que cada grupo teria suas concepções políticas e isso nortearia sua atuação. Isso implica que eles teriam um projeto de espaço público e tenderiam a buscar colocá-lo em prática. Assim, o espaço público enquanto forma concreta seria o espaço da disputa dessas forças. Como tal, ele estaria sujeito a toda forma de apropriação, que pode ser pacífica ou não.

Nesse contexto, a USP, enquanto espaço público, está sob a administração da reitoria e de um conjunto administrativo subordinado a essa instância. Os estudantes se apropriam de certos espaços, os resignificando. Nesse processo, há um desejo de reconhecimento seja, por exemplo, para o uso de estudo, de prática de esportes, de festa, ou outros. Ainda, chamamos a atenção para o termo “apropriação” no sentido de Gomes, pois ela: “pode ser construída a partir de múltiplos veículos, imaginário, sentimentos, posse, propriedade, uso, sem que nenhum deles signifique sempre o exercício efetivo de um controle sobre os objetos e as práticas sociais que aí [no território] ocorrem”⁴.

⁴ GOMES, Paulo César da Costa. – A Condição Urbana – Ensaios de Geopolítica da cidade. Bertrand Brasil, 2002. Pg.12

Quando dois ou mais grupos disputam o poder de mandar em um território, há o fenômeno da geopolítica. Essa disputa se dá por tensões que visam mudar o tamanho, regras, valores e dinâmicas do território. Para Gomes, as tensões se iniciam pelo contraste entre “exclusão/inclusão”, “submissão/subversão” e “valorização/desvalorização”. Dessas disputas, surge a ideia de política como algo para dar ordem ao caos. Concordando com a definição de Arendt, ele concorda que a política serve para tentar resolver os conflitos entre as pessoas e colocar alguma organização para que coisas diferentes coexistam.

Aspectos empíricos

A atual gestão do reitor João Grandino Rodas, esta marcada com fatos únicos, como: (1) a polêmica a respeito da escolha de seu nome para reitor, pois ele era o segundo colocado na lista tríplice entregue a José Serra (governador na época). Foi à primeira vez, desde o fim da ditadura, que um governador não escolhia o primeiro colocado⁵; (2) a aquisição do título de “persona non grata”, em 29 de setembro de 2011, dado pela Faculdade de Direito da USP⁶, e (3) a greve de alguns cursos da USP contra a atuação da Polícia Militar na Cidade Universitária⁷. Ainda, há temas atuais, como a USP fazer parte do ENADE⁸ e a discussão, a ser iniciada, sobre a democratização da estrutura de poder na Universidade⁹.

Além disso, a gestão de Rodas demonstra ter um projeto que vem sendo aplicado e está promovendo uma série de mudanças e reformas tanto nos espaços físicos da USP, quanto em seu funcionamento burocrático. O principal meio de comunicação dessas mudanças é o boletim chamado “USP destaques”. A primeira publicação data de 28 de Agosto de 2010 e eles tem uma periodicidade que varia entre quinzenal e mensal. Entre 2010 e 2012, foram lançados 75 USP destaques.

⁵Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,serra-escolhe-2-da-lista-triplice-para-reitor-da-usp,465898,0.htm> (Ultimo acesso: 07/08/2013)

⁶Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,reitor-da-usp-e-considerado-persona-non-grata-pela-faculdade-de-direito-,779287,0.htm> (Ultimo acesso: 07/08/2013)

⁷Disponível em: http://www.ujs.org.br/site/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1968:estudantes-da-usp-entram-em-greve-contrapresenca-da-pm&catid=68:noticias-geral (Ultimo acesso: 07/08/2013)

⁸Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/usp-assina-acordo-com-o-mec-para-participar-do-enade,21fa247f6d850410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html> (Ultimo acesso: 07/08/2013)

⁹Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/07/reitor-da-usp-propoe-eleicoes-diretas-para-diretorias-e-reitoria.html> (Ultimo acesso: 07/08/2013)

Destes, os que discutem a questão da infraestrutura na Cidade Universitária são 19¹⁰. Embora correspondam a apenas 25,33% de todos os USP destaques, as obras apresentadas tem grande relevância. Isso, pois ao mesmo tempo em que elas mostram uma mudança em relação aos usos dos espaços, elas também indicam um projeto político em curso.

Dentre os diversos projetos de reforma, os que mais repercutiram entre os estudantes foram especificamente dois: a) a derrubada dos barracões; e b) a derrubada do canil. Isso, pois essas duas áreas eram usadas tanto pelos estudantes, quanto por núcleos de estudos, como o Núcleo de Consciência Negra (NCN). Elas cumpriam o papel de espaço de vivência e também de estudo e de extensão. Isso, pois, por exemplo, algumas aulas de cursinhos populares eram ministradas nesses espaços ou atividades culturais diversas.

É interessante destacar, que esses espaços estão em posições estratégicas dentro da Cidade Universitária: perto da Praça do Relógio, da área dos bancos, do prédio da Administração. Os barracões, além desses lugares, estão perto do restaurante Sweden, que é um dos mais caros da Universidade e é frequentado geralmente por professores e seus convidados.

130

Cabe dizer que essa relação conflituosa entre reitoria e estudantes ou comunidade não é um mérito apenas dessa gestão. Todos os reitores tiveram, tem e terão problemas em relação aos grupos que compõe a Universidade ou que usam o seu espaço, pois cada grupo tem um interesse, que se reflete em um uso do espaço. De modo geral, podemos dizer que os espaços da USP são disputados por: professores, funcionários, alunos, sociedade civil e, inclusive, pela reitoria. Entretanto, esses usos não são arbitrários. Eles se dão, pois representam o papel social que a Universidade deve ter e que está, inclusive, previsto em seu estatuto.

Situação atual da pesquisa e resultados parciais

¹⁰Sendo eles 1) nº 005 de 24.09.2010; 2) nº 009 de 22.10.2010; 3) nº 012 de 12.11.2010; 4) nº 013 de 19.11.2010; 5) nº 019 de 11.02.2010; 6) nº 023 de 25.03.2011; 7) nº 033 de 13.06.2011; 8) nº 037 de 22.08.2011; 9) nº 040 de 16.09.2011; 10) nº 046 de 23.11.2011; 11) nº 048 de 05.12.2011; 12) nº 050 de 12.12.2011; 13) nº 051 de 19.12.2011; 14) nº 053 de 20.01.2012; 15) nº 054 de 31.01.2012; 16) nº 057 de 17.02.2012; 17) nº 066 de 05.06.2012; 18) nº 070 de 28.08.2012; e 19) Nº 071 de 13.09.2012. Cabe destacar que os números são referentes ao acervo da pesquisadora e que as datas são da publicação original.

Os resultados apresentados acima são apenas uma pequena parte de todo o conteúdo pesquisado. O que procuramos destacar é o resumo da ideia central em torno dos principais conceitos usados no trabalho, bem como alguns dados que ajudam a ilustrar esses conceitos. Com isso, não apresentamos, por exemplo, os dados obtidos com o estudo do Jornal do Campus e com a análise do perfil cíclico do orçamento da USP de 2000 a 2012. Todavia, alguns resultados obtidos do conjunto dos dados obtidos podem ser adiantados.

Um desses resultados, que inclusive foi apresentado acima, se refere aos diferentes sentidos que são atribuídos a noção de espaço público. Não há consenso entre os grupos no que tange à morfologia, à gestão ou à simbologia da publicidade. Sendo assim, há uma predisposição ao conflito, que pode ser atenuada quando canais de comunicação entre os grupos são abertos e seu uso é estimulado. Outro ponto que se destaca aqui é a qualificação diferenciada dos espaços públicos da USP quando comparados com os demais espaços da cidade. De acordo com os resultados obtidos, aquilo que acontece dentro dos limites da universidade parece ter impacto importante para a sociedade.

Por fim, apresentamos a reflexão obtida por meio do perfil cíclico do orçamento da USP, pois achamos que é um dado fundamental para a reflexão desse trabalho: a partir de 2009 o orçamento da USP cresceu significativamente. Isso facilita os projetos de reforma e construção da Reitoria. Entretanto, esses projetos não necessariamente são favoráveis aos usos dos genoespaços. Também, eles não são fruto de uma discussão considerada ampla e coletiva. Assim, há um potencial muito grande para gerar conflitos e há o indicativo do avanço da ação normativa, em detrimento da apropriação.

131

Referências bibliográficas

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana** – Ensaios de Geopolítica da cidade. Bertrand Brasil, 2002.

MITCHELL, Don. **The right to the city: social justice and the fight for public space.** London: Guilford Press, 2003.

VALVERDE, Rodrigo R.H.F. **A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca.** Tese de Doutorado UFRJ/IGEO/PPGG, 2007.

Os caminhos de Santiago de Compostela: imagem, paisagem e lugar

Carolina Leardine Zechinatto
carolzechinatto@yahoo.com.br
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: Caminho de Santiago de Compostela, mapas mentais, experiência.

Introdução

Este trabalho propõe o estudo do Caminho de Santiago de Compostela, buscando caracterizá-lo como um lugar, ou seja, um espaço com o qual são estabelecidos laços afetivos com base na experiência que se dá na relação indivíduo-lugar e indivíduo-indivíduo (TUAN, 1980). Assim, podemos compreender o Caminho não apenas como uma linha, mas como uma ampla área onde são identificados elementos que ajudam os caminhantes a se deslocarem por ele: montanhas, edifícios, rios, que se conectam ao caminho.

O estudo destas diferentes formas de viver o/no Caminho nos ajuda a apreender os vínculos que são estabelecidos e quais suas implicações sobre a experiência do indivíduo enquanto caminha. Para isso, buscamos a memória/imagem coletiva do Caminho a partir de metodologias qualitativas, tais como entrevistas e o desenho de mapas mentais.

Para Candy (2004), quando conceitualizamos o Caminho de Santiago de Compostela, pode-se dizer que, mais do que a conexão de pontos de significância individual em um mapa, trata-se de uma sequência de lugares que se desenvolvem através do tempo-espaço. Desse modo, “the process of moving through the world thus involves a succession of experiences: of sights, smells, remembrances and associations that come to mind via the walking body within a dynamic, resonant landscape” (CANDY, 2004, p.4).

Primeiramente, tentamos saber quais as paisagens do Caminho e que sensações elas emanam/propocionam aos caminhantes, refletindo na imagem que se tem

dele. Para isso, trazemos também os conceitos de Kevin Lynch trabalhados em sua obra, *A imagem da cidade*, a fim de compreender a forma que possui o Caminho e os elementos que o constituem.

Os mapas mentais e a experiência da forma

O Caminho de Santiago é múltiplo: não existe um trajeto único, mas uma rede deles. Entre os mais conhecidos estão os Caminhos Francês, Português, Inglês, Aragonês, do Norte e Primitivo, constituindo uma interconexão de rotas que conduzem a Santiago de Compostela, na Espanha.

Muitas vezes a falta de conhecimento do lugar e o distanciamento de seu casulo protetor (rede de lugares e relações de parentesco, amizade, vizinhança) faz com que os caminhantes estejam mais expostos a riscos e perigos ao longo do caminho (MARANDOLA Jr., 2008), no entanto, atualmente nos apoiamos na presença dos demais, nos mapas, sinalizações de rotas, letreiros e guias, e perder-se por completo resulta mais difícil (LYNCH, 2004).

À qualidade do objeto físico de suscitar uma vigorosa imagem em qualquer observador, Lynch (2004) dá o nome de imaginabilidade, que trata “de esa forma, de ese color o de esa distribución que facilita la elaboración de imágenes mentales del medio ambiente [...]” (LYNCH, 2004, p.23).

Quais seriam os efeitos que a forma do caminho tem sobre nós enquanto caminhamos? A legibilidade física da paisagem tem a ver com a maneira pela qual estruturamos as diferentes partes do Caminho e tudo o que está relacionado com a experiência da peregrinação. Desse modo, não nos basta saber quais são os principais elementos da paisagem. Nos importam as relações interpessoais, entender como as pessoas se identificam como comunidade e estabelecem laços afetivos no caminhar. Os conceitos de Lynch são uma ferramenta a mais que nos ajudará a refletir acerca dos mapas mentais e avaliar as conversas com os caminhantes a fim de compreender o processo de estruturação da imagem do Caminho de Santiago de Compostela e sua experiência como um lugar.

Para isso, este trabalho se baseia em metodologias qualitativas orientadas pela abordagem fenomenológica, o que implica na busca do sentido da experiência, colocando os pré-conceitos em suspensão, permitindo que os fenômenos se revelem (MARANDOLA Jr., 2005). O trabalho de campo serviu a esta apreensão experiencial, uma vez que implica na busca pela imersão na dinâmica do lugar (MINAYO, 1994). Durante os campos foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e mapas mentais, confeccionados por pessoas que já finalizaram ou estavam realizando partes do Caminho.

O mapa mental é uma representação gráfica do espaço onde o entrevistado deve apresentar também uma narrativa que exponha o seu raciocínio, seus sentimentos e a imaginação em relação a esse espaço (DE PAULA, 2011). Este mapa baseia-se na metodologia qualitativa proposta pelo arquiteto e urbanista norteamericano Kevin Lynch, que incorpora cinco elementos da paisagem urbana: vias, limites, pontos nodais, bairros e marcos, tomados como referências espaciais. Levamos estes conceitos para além do contexto urbano visto que Lynch (2004, p. 62) afirma que “estos elementos pueden resultar de aplicación más general puesto que parecen reaparecer en muchos tipos de imágenes ambientales”.

134

Assim como para Lynch (2004), é preciso entender a cidade não como uma coisa, mas a cidade percebida pelos seus habitantes, para o Caminho de Santiago de Compostela ocorre o mesmo. A imagem do Caminho aparece neste espaço vivido pelo caminhante, que o estrutura e identifica a partir de sensações visuais, do olfato, da audição, do toque, das sinestésias. Fremónt (1980) nos diz que é no espaço vivido que se revelam as complexidades das realidades geográficas, que integram a dimensão temporal (histórico e pessoal) e do movimento (deslocamento no espaço-tempo).

Em sua descrição dos elementos da paisagem urbana Lynch (2004) ressalta que as vias são os canais de circulação ao longo do qual o observador se move de maneira habitual, ocasional ou potencial. Os limites são elementos lineares que representam barreiras para o observador, pode ser uma praia, rio, lago, uma linha ferroviária, cercas, muros ou paredes. Os pontos nodais são lugares estratégicos da cidade em que o observador pode penetrar e encontrar diferentes opções para chegar onde necessita. Os

marcossão tipos de referências pontuais, necessariamente externos ao observador. Em geral, pode ser um objeto físico definido de forma simples: um edifício, uma montanha, uma torre, uma placa, entre outros. Os bairros são regiões pequenas, médias ou grandes da cidade, com características em comum que lhes dão coesão e a possibilidade de que o observador os reconheça (LYNCH, 2004). Para utilizar esse conceito no Caminho, interpretamos os bairros como regiões mais homogêneas do trajeto.

Para Lynch (2004), se é possível organizar e identificar nitidamente o meio ambiente, o indivíduo será capaz de atribuir-lhe seus próprios significados e conexões, convertendo-o em um verdadeiro lugar, notável e inconfundível.

Revelando a multiplicidade do Caminho

As entrevistas foram realizadas em grande parte por peregrinos que realizaram diferentes trechos dos Caminhos Francês e Primitivo. Com base na análise dos mapas, percebemos que um mapa mental é feito a partir da importância relativa que cada elemento tem aos olhos das pessoas. Trata-se de uma percepção filtrada, em que imagens não são formadas apenas pela experiência imediata das formas, mas também estão impregnadas pelas informações da mídia e do contexto cultural e social do indivíduo (DE PAULA, 2011). Assim, toda estrutura tem uma identidade que lhe proporciona singularidade e um significado social, cultural ou econômico.

Há uma heterogeneidade importante nos mapas mentais. No entanto, percebem-se características determinantes em cada um deles: alguns enfatizam os elementos por sua espiritualidade, outros destacam os pontos de socialização, ou se fixam nos elementos físicos da paisagem, por exemplo.

Nas conversas realizadas, notamos que os caminhantes se reconhecem/identificam entre si, funcionando como uma comunidade, posto que estabelecem laços afetivos ao caminhar. Ademais, as experiências pessoais influenciam a percepção dos elementos que, em geral, são lembrados pelo fato de representarem um ponto onde se sentiu algum tipo de medo, insegurança ou uma sensação de bem-estar, prazer e contemplação. Finalmente, é possível verificar que os elementos identificados como os mais importantes estão intimamente ligados ao encontro com outros peregrinos,

reforçando a importância do outro na construção da imagem coletiva do Caminho, ainda que se inicie o trajeto sozinho.

Referências bibliográficas

- CANDY, J. 2004. Landscape and perception: the medieval pilgrimage to Santiago de Compostela from an archaeological perspective. **eSharp** 4: 1-18.
- DE PAULA, L. T. **Cartografia da experiência urbana: as imagens e formas de Campinas**. IG/Unicamp. Campinas, 2011.
- FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. (trad. Antonio Gonçalves) Coimbra: Almedina, 1980.
- LYNCH, Kevin. **La imagen de la ciudad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2004.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Entre muros e rodovias: os riscos do espaço e do lugar. **Antropolítica**, v.24, p.93-110, 2008.
- MARANDOLA JR., Eduardo. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 25, p. 67-79, 2005.
- MARANDOLA JR., Eduardo et al. Paisagem e imagem da cidade: a forma e a experiência urbana de Campinas. In: **Textos Nepo, 64**. Campinas: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2012.
- MINAYO, Maria C. de S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. (trad. Lívia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1983.
- TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo das percepções, atitudes e valores do meio ambiente** (trad. Lívia de Oliveira). São Paulo: Difel, 1980.

Dinâmicas urbanas e populacionais

137

Região Administrativa Central do Estado de São Paulo: um olhar sobre as dinâmicas territoriais e a transição demográfica¹

Danilo Mangaba de Camargo²

danilo.mangaba@gmail.com

PUC-Campinas

Bruno Stefano O.F. Pinto

bruno_stefano_@hotmail.com

PUC-Campinas

Palavras-chave: Região Administrativa Central do Estado de São Paulo, Migração, Território.

Introdução

138

A Região Administrativa Central do Estado de São Paulo (RA Central) ocupa um lugar de destaque no cenário nacional, a região abrange setores importantíssimos da economia do país como os complexos agroindustriais e os polos de tecnologia. Interpretar processos e dinâmicas sócio-territoriais dessa região, seus nexos e contextos frente ao Estado de São Paulo e ao Brasil é objetivo desse trabalho.

Entendendo-se que o território pode ser interpretado pelo seu uso (SANTOS e SILVEIRA, 2011), busca-se contextualizar essa região em seu viés histórico com as sobreposições das divisões do trabalho sobre a mesma, que propiciaram o desenvolvimento da região tal qual se verifica hoje. Apoia-se a essa análise uma gama de dados demográficos, haja vista, a importância que fatores como o crescimento populacional, saldos migratórios e o processo de transição demográfica exercem sobre a organização espacial de um território.

¹ Trabalho realizado em conjunto com a proposta das disciplinas de Geografia da População e Organização e Produção do Espaço Paulista, ministradas pelos professores Ednelson Dota e Francis Pedroso respectivamente.

² Alunos do 4º semestre do curso de Geografia da PUC-Campinas.

Utiliza-se para o trabalho ferramentas de institutos e órgãos gabaritados no assunto como o IBGE, SEADE, e a Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Regional do estado de São Paulo, bem como a oportuna contribuição de pesquisadores que se debruçaram sobre essa temática, indicando-nos importantes pistas para sua compreensão.

Objetivos

Os objetivos da pesquisa foram traçados a partir de três questionamentos, a saber: Quais são as características econômicas, sociais, políticas e culturais desta região hoje? Quais são as principais funções, formas e estrutura desta região com relação ao Estado de São Paulo? Quais as relações ou fluxos desta região com o Brasil?

Por fim, busca-se ao final do texto indicar algumas potencialidades da região frente à janela de oportunidades derivada do atual estágio da transição demográfica. Vale salientar que, o que aqui se propõe é um prisma geográfico a essa questão, que, com efeito, tem sido de extremo interesse para pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento.

Resultados

Verifica-se que a ocupação da área que hoje reconhecemos como a RA Central se dá no contexto da efervescência da mineração no século XVIII, esse ciclo econômico-produtivo caracterizou-se como o período do primeiro esboço de um mercado nacional unificado. Como as zonas de minério distavam das faixas de ocupação territorial, que na maior parte dos casos se concentravam no litoral, era então basilar que se formasse uma rede para abastecer as minas, bem como escoar sua produção até os portos de Santos e do Rio de Janeiro. Nesse sentido a ocupação da região se deu como ligação do caminho para Cuiabá-MT. Entretanto o apogeu desse desenvolvimento é verificado durante a expansão da economia cafeeira no estado de São Paulo (cf. BAENINGER, 1995, p.06).

No final do século XIX e albos do século XX o café introduzia no Estado a territorialização técnica das estradas de ferro, fato esse que, viria a se alocar como um dos principais fatores para o desenvolvimento não só da região, mas do Estado todo, não excluindo que esse fato é também gerador de disparidades. A questão das estradas de ferro é importantíssima, pois elas possibilitaram novas formas de uso do território, especialmente

nas áreas interioranas. Desse modo verifica-se na RA Central um processo onde, “a marcha da ocupação do Estado de São Paulo, articulada ao complexo cafeeiro, realizou-se pelo avanço da fronteira agrícola [...] e pela concomitante criação de centros urbanos que a seguir se configuraram em novos municípios.” (TOLEDO, 2012, p.81). Há de se salientar também o que destaca MARTINS (2010, p.29) ao dizer que “na crise do trabalho escravo foi engendrada a modalidade de trabalho que o superaria, isto é, o trabalho livre”, ou seja, verificou-se nesse período um intenso fluxo de imigrantes europeus, sobretudo italianos para o trabalho nas fazendas de café. Seria a mão de obra livre aproveitada para suplantar o regime escravocrata brasileiro. Transpondo essa discussão ao objeto de estudo em questão, entende-se que a RA Central foi amplamente modificada por tais implantações territoriais (materialização técnica e fluxo migratório) e,

[...] o ciclo cafeeiro estruturou a economia regional, trazendo o desenvolvimento da agricultura mercantil de alimentos e matérias primas, a indústria, o setor externo, a intermediação financeira, o comércio atacadista e varejista os serviços de apoio a produção, os transportes urbanos a construção civil a infraestrutura urbana etc. (SEADE. Apud. SÃO PAULO, 2013, p. 18)

140

Sendo esses fatores pontos essenciais para a dinâmica e organização espacial, desse território no período hodierno.

Aproveitando os recentes dados da caracterização socioeconômica do Estado de São Paulo, publicada pela Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Regional (órgão do governo do Estado) conclui-se que de um modo geral a RA Central tem atraído novos ramos industriais, além de um incremento da produção agrícola e do setor de serviços.

Quanto ao processo de transição demográfica, o caso da RA Central acompanha as tendências demográficas do Brasil e do estado de São Paulo. Tal panorama é de um lado positivo pela janela de oportunidades propiciada pelo atual estágio desse processo, de outro lado o cenário é preocupante, pois o aumento da razão de dependência, ocasionada pela diminuição das taxas de fecundidade e aumento da expectativa de vida, pode afetar o acelerado processo de produção Industrial e agroindustrial da região.

Considerações finais

O estudo da RA Central com suas particularidades e suas semelhanças com o território nacional proporciona uma interação entre os conceitos e os exemplos, a teoria e a práxis. Assim todo o empirismo dos dados populacionais aliado aos modelos teóricos de análise do espaço aponta para novos olhares sobre a região. Contudo adota-se a prudência de que “o geógrafo torna-se um empirista e está condenado a errar em suas análises se considera somente o lugar” (SANTOS, 2012, p. 63), por isso não encerramos a análise das dinâmicas territoriais da RA Central de maneira tão simplista como propostas nessas linhas. Deve-se ter em mente que vivemos tempos de uma economia global e os processos que definem as dinâmicas regionais, muitas vezes são orientados por fatores e necessidades muito além de suas fronteiras.

Entende-se também que, esse trabalho aponta apenas um olhar sobre a RA Central e, portanto, abre-se possibilidade para a emergência de novos olhares sobre esse território, colaborando assim com uma mais completa interpretação do mesmo.

Referências bibliográficas

- BAENINGER, R. **Região Administrativa Central:** Região de Governo de Araraquara e Região de Governo de São Carlos. Campinas: Unicamp, Núcleo de Estudos de População, 1995.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 9 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado:** Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. Em colaboração com Denise Elías 6. ed. 1. reimp. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2012 (Coleção Milton Santos; 10)
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M.L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011. (Livro vira-vira 1).
- SÃO PAULO (Estado). Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Caracterização Socioeconômica das Regiões do Estado de São Paulo:** Região Administrativa Central. São Paulo, 2013. 75p.
- TOLEDO, A. R. O ciclo do café e o processo de urbanização do Estado de São Paulo. FONTES & NARRATIVAS. **Historien – Revista de história**, Petrolina, v. 06 (3), p. 76-89, dez 2011./ mai. 2012.

A origem do município de Leme-SP, e uma breve análise da sua dinâmica populacional nos anos de 1980, 1990, 2000 e 2010

Gláucia Elisa Mardegan
glaumardegan@gmail.com
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: Ferrovia, dinâmica demográfica, Leme-SP.

Este estudo buscou ponderar a formação do município através de uma contextualização histórica e considerar a dinâmica populacional nas últimas quatro décadas (1980, 1990, 2000, 2010), através da análise das pirâmides etárias desta população, destas décadas citadas e da razão de dependência de idoso e de jovens, com o objetivo de identificar qual foi a origem do município e qual é o perfil da população do município e como ela se comportou no transcorrer dos últimos anos.

142

O município de Leme-SP teve seus primórdios na era da lavoura cafeeira, não só pela localização do município, que estava posicionado em uma região com predomínio de plantações de café, mas também e principalmente pela razão de se ter que fazer o escoamento desta produção do “ouro verde”, como foi conhecido o café neste período, para o litoral.

As safras de café precisavam ser escoadas para os portos para serem enviados aos mercados consumidores, que muitas vezes estavam localizados na Europa, no início da lavoura de café no Brasil, esta produção era transportada do interior do país para o litoral, no lombo de mula, mas conforme esta produção aumentou-se e começou a ter um grande valor econômico para o desenvolvimento das áreas de seu cultivo, foi tendo a necessidade de implantar um meio de transporte mais rápido e eficiente.

Foi o café que trouxe um item moderno para a época, mas que era de extrema importância para o transporte da produção, as ferrovias foram implantadas no interior do

Estado de São Paulo, com o intuito de escoar a produção de café do interior paulista para o litoral do estado, onde estavam localizados os portos.

O município teve sua origem depois da implantação de uma ferrovia na região, que teve a mesma finalidade das demais ferrovias espalhadas pelo estado, que era transportar a produção da lavoura cafeeira, depois de um período também foi instalada uma estação ferroviária, e a partir disto foi originada uma vila que seria a semente implantada e daria origem ao município de Leme-SP.

A economia do município foi agrícola desde seu começo até os dias atuais, foi possível ver que sua origem foi com a lavoura cafeeira, depois da decadência desta, teve-se o algodão que trouxe muito desenvolvimento agrícola para o município e uma boa expansão na população, devido à mão de obra que veio do nordeste para trabalhar nas lavouras de algodão.

Depois da decadência do algodão, aproximadamente na década de 1980, o município começou a diversificar um pouco as culturas agrícolas, dando ênfase para a citricultura, milho, feijão e cana-de-açúcar, durante um período foi mantido este equilíbrio, porém, atualmente o município sofre com o predomínio da cana-de-açúcar, focando novamente sua economia em um único elemento.

Com a análise da população do município, percebeu-se que esta população nas últimas quatro décadas está passando por uma transição demográfica, na qual deixa de ser uma população jovem para uma população idosa.

Na década de 1980, primeiro ano a ser feita a análise da pirâmide etária, encontra-se uma população com um grande índice de fecundidade, uma expectativa de vida baixa, com uma mínima presença de uma população idosa.

Com a análise da década de 1990, também percebemos a mesma caracterização de pirâmide presente no ano de 1980, no entanto, com uma leve diminuição na taxa de natalidade e um tímido aumento na expectativa de vida.

No ano de 2000, começa-se a perceber uma transição no comportamento populacional do município, com leves impactos, mas uma diminuição na taxa de natalidade, mostrando que o município começa a possuir características de uma população idosa.

E por final no ano de 2010 presencia-se a pirâmide etária caracterizada com a diminuição da base e um elevado aumento em seu topo, demonstrando que a população está melhorando sua qualidade de vida e com isso alcançando uma melhor expectativa de vida.

Este município teve e ainda possui sua economia baseada na agricultura, e foram as sempre culturas que predominam como fonte única, trazendo para o local uma dependência econômica do elemento agrícola.

Verifica-se a necessidade do governo do município de Leme dar mais atenção para a política de desenvolvimento do município, ampliando outros setores, como o industrial e o terciário, que possam trazer para o município uma menor dependência da agricultura como base econômica do município. O governo pode trazer novas políticas de incentivos para que novas indústrias venham instalar-se no município, intensificando um aumento no fluxo da economia e também um aumento no setor terciário.

Também seria necessária uma melhor ênfase nas suas políticas públicas para essa nova estrutura demográfica que o município apresenta. Deve-se começar a repensar em novas medidas para esta população idosa que está em crescimento, trazendo consideráveis encargos assistenciais para a sociedade.

Dentre as políticas públicas carecer pensar em uma implantação no sistema de mobilização comunitária, dispendo-se, em meio a outros objetivos, à manutenção do idoso na família e o seu bem estar; rever os critérios de concessão de subvenções a instituições que acolhem idosos; criação de serviços médicos especializados em senilidade, incluindo atendimento domiciliar; formação de recursos humanos para o atendimento de idosos.

Referências bibliográficas

- ADAS, M. Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais. Moderna, p. 488. 2000
- ALVES, J. E. D. e BRUNO, M. A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica? Disponível em:
<<http://ww2.ie.ufrj.br/datacenter/ie/pdf/s/seminarios/pesquisa/texto1311.pdf>>. Acessado em 10 de maio de 2013.
- CAMARGO, J.F. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica, 1952.
- CAMARANO, A. A. (org.), 1999. Muito Além dos 60: Os Novos Idosos Brasileiros. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- CARVALHO, J. A.; GARCIA, R.A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 19(3):725-733, mai./jun. 2003. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n3/15876.pdf>>. Acessado em: 16 de maio de 2013.
- CASSETI, Valter. Ambiente e apropriação do relevo. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.
- COSTA, D. R. Economia brasileira de 1930 aos dias de hoje. 2007. Disponível em:<http://www.ccp.uenp.edu.br/centros/d_economia/rdcosta/lvs/lv-rdc03.pdf>. Acessado em 12 de abril de 2013.
- DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS – DATASUS. Disponível em
<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2008/a16.pdf>>. Acessado em Julho de 2010.
- FAUSTO. B. História do Brasil. 2. Ed. São Paulo: Editora EDUSP, 1995.
- FRANCO, M.S.C. Organização social do trabalho escravo no período colonial. In: PINHEIRO, P.S., Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acessado em maio de 2013.
- JÚNIOR, M.D. Imigração, urbanização, industrialização. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Rio de Janeiro, 1964.
- LAPA, J. R. do A. A economia cafeeira. 4. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS IDOSOS. Disponível em
<http://www.mpdf.gov.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=1540&Itemid=331>. Acessado em maio de 2013
- MATOS, O. N. A Evolução ferroviária de São Paulo e o ecodesenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Edições Arquivo do Estado. 1981.
- MENEZES, R. História do ciclo do café no Vale do Paraíba de 1830 a 1930. Revista do Agronegócio do café. 25 de maio 2009. Disponível em:<<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?mat=21809>>. Acessado em 20 de maio de 2013.
- MILLIET, S. A situação em princípios do século XX. In: MILLIET, S. Roteiro do café e

outros Ensaios. São Paulo: Editora HUCITEC, 1982.

MIRA, F. C. F. A evolução do espaço geográfico campineiro e como as sociedades pensaram a cidade: dominação e segregação socioespacial. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociência, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

MONBEIG, P. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. 2. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1984.

MOREIRA, M. M., 1997. Envelhecimento da População Brasileira. 1997. Tese de Doutorado, Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ciape.org.br/matdidatico/enfermagem/envelhecimento_populacao_brasileira.doc>. Acessado em: 15 de maio de 2013.

PLANO DIRETOR DE LEME 2006. Disponível em: <<http://www.leme.sp.gov.br/paginas/conteudo/pregao/PLANO%20DIRETOR202007.pdf>>. Acessado em maio de 2013.

PROJEÇÕES POPULACIONAIS. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/pr ojpop/index.php>>. Acessado em abril de 2013.

SANTOS, M. A urbanização Brasileira. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, M. Por uma nova geografia nova. São Paulo, Editora Hucitec-EDUSP, 1978.

SCANTIMBURGO, J. de. O café e o desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Edições melhoramentos, 1980.

SILVA, G. P. Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803- 1897). 2011. 358 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2011.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA – SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tab ela/listabl.asp?z=cd&o=17&i=P&c=794>>. Acessado em Abril de 2013.

Análise populacional do município de Lugo-Espanha

Rodolfo Dias da Silva
rdspmelo@gmail.com

Jaqueline Pereira dos Santos
jaque_amdb@hotmail.com
UNESP Rio Claro e Ourinhos

Palavras-chave: Lugo, Demografia, População.

Introdução

O estudo das populações é um tema de destaque dentro da Geografia e a atenção que se tem dedicado a ela tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas. Ainda que o termo população possa ser usado de diferentes modos, no âmbito da Geografia ela diz respeito aos conjuntos de seres humanos, seu estudo é, portanto o estudo do conjunto de indivíduos que coexistem em um momento dado em todo planeta ou em um território determinado. Este conjunto de indivíduos e de pessoas está em constante mudança com o passar do tempo e em função do número de indivíduos que compõe este conjunto, assim se torna impossível por vezes estabelecer quantificações exatas em determinados estudos demográficos. De modo que consideramos os estudos da população como sendo essencialmente um estudo da dinâmica da população e não de um quadro momentâneo e estático.

Essas considerações se tornam ainda mais complexas quando levamos em consideração o vertiginoso processo de mudanças e transformações pelo qual passa o mundo atual e que diretamente afeta os câmbios da população. Nesse aspecto consideramos determinante o forte crescimento da população no planeta, o aumento da mobilidade espacial em escala mundial e o problema de envelhecimento relacionado a algumas populações.

Nesse sentido o presente trabalho tenta trazer uma breve contribuição para os estudos da Geografia da População, traçando uma pequena análise sobre a população de Lugo. A cidade de Lugo teve sua origem com a expansão do império romano na Península Ibérica.

Sua criação data de 25 A.C, sendo considerada a cidade mais antiga da Galícia. Por seus monumentos históricos foi declarada Patrimônio da Humanidade no ano de 2000. O território de Lugo é o segundo mais extenso de toda Galícia, com uma superfície de 329,78 km², é formado por 54 *ayuntamientos*. Lugo está localizada a 43°01” de latitude norte e 7°33” de longitude oeste do Meridiano de Greenwich. Encontra-se a 101 km de Santiago de Compostela, capital da Galícia e 510 km a Madri, capital do país. Seu clima é oceânico continental, com invernos frios e verões suaves. A temperatura média anual é de 11,5 °C com precipitações abundantes. A cidade estende-se ao longo de uma colina próxima ao Rio Miño e os regatos Momento e Chanca. Há uma pequena diferença de altitude entre o centro da cidade e os limites do município, no centro a altitude é de aproximadamente 465 metros sobre o nível do mar, na região do Miño, à altura do Vale Fluvial, a altitude é em media de 364 metros.

148

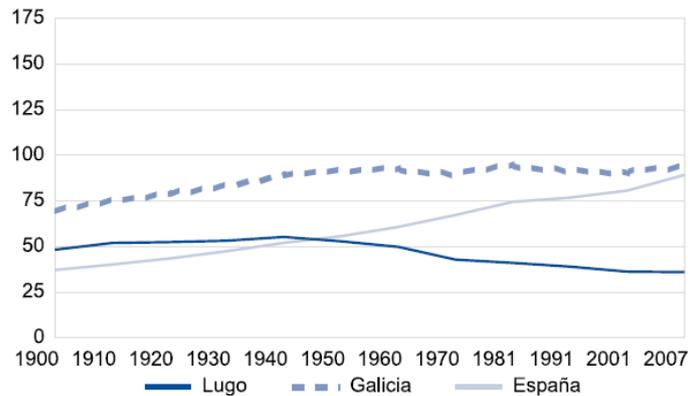
Objetivo

Tem-se como objetivo geral do presente trabalho analisar as principais características da população de Lugo, um dos municípios mais antigos da Espanha e que também é bastante representativo da caracterização da população Galega. Para tanto seguimos os seguintes objetivos específicos: Levantar as principais características dinâmicas da população; Identificar a caracterização estrutural da população; Analisar os dados referente à mobilidade da população de Lugo.

Resultados e discussões

Em 2007, Lugo era a terceira província mais povoada da Galícia, com aproximadamente 355 mil habitantes, entretanto Lugo faz parte de um grupo de províncias espanholas cuja população do ultimo senso é inferior ao senso de 1900. No inicio do Século passado a província possuía aproximadamente 476 mil habitantes, como pode ser observado no gráfico 1.

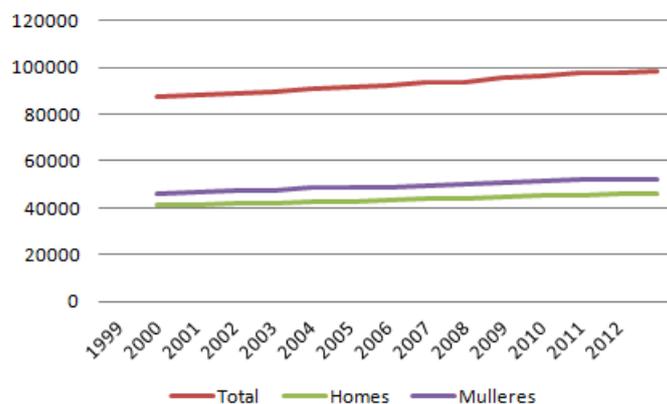
Gráfico 1: Densidade da população de Lugo, Galicia e Espanha. 1900 – 2007, em Hab/km².



Fonte: INE (Senso padrão de 2007 e Fundação BBVA), organizado pelo autor.

O município de Lugo possui uma população de 98,457 em uma extensão territorial de 329,78 km², sua densidade demográfica é de 298,55 hab./km. Em 1842 o município possuía apenas 13 986 habitantes e 2797 lares. Meio século depois, em 1897, sua população duplicou, passando a 26 252 habitantes, mantendo-se constante até 1940, quando chegou a 41 mil habitantes. A população voltou a duplicar em 1991, passando a 83 242 habitantes, desde então o crescimento populacional se deu de forma menos acelerada, chegando a 100 000 no ano 2011. A evolução populacional de Lugo pode ser observada no gráfico 2.

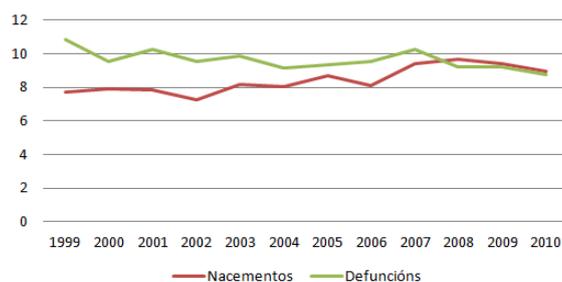
Gráfico 2: Evolução de a população do município de Lugo . Fonte dos dados IGE



Fonte: IGE, organizado pelo autor

O conjunto de uma população pode sofrer dois tipos de mudanças, as naturais (nascimentos e mortes) e as migratórias (imigração e migração). O crescimento vegetativo expressa a diferença entre as taxas de natalidade e mortalidade. Quando as taxas de nascimentos são superiores às mortes, a taxa é positiva indica que o movimento natural assegura o crescimento da população. A relação da taxa de natalidade e de mortalidade de Lugo (Gráfico 3) mostra uma taxa de mortalidade superior as taxas de natalidade até o ano de 2007, indicando um grave problema de reposição populacional.

Gráfico 3: Taxa de Nascimentos e mortes, Lugo. 1999 - 2012



Fonte: IGE, organizado pelo autor

150

Segundo os dados da tabela 2, a taxa de fecundidade aumentou quase 6%, este aumento é o responsável pelo saldo positivo do crescimento demográfico, que como recordais estava negativo até 2007. O índice sintético de fecundidade indica que ainda que tímida há reposição populacional.

Tabela 1. Fecundidade da população feminina. Período 1999-2012.

Anos	Total mulheres 15-49 anos	Taxa fecundidad (%)	I. sintético fecundidad (%)
1999	46301	28,83	1,44
2012	52494	34,98	1,74

Tabela 2. Movimentos migratórios do município de Lugo. Período 1999-2012.

	Total	Interna	Externa
Movimento Emigratório	26396	16381	10015
Movimento Imigratório	34713	19247	15466

Fonte: IGE, organizado pelo autor

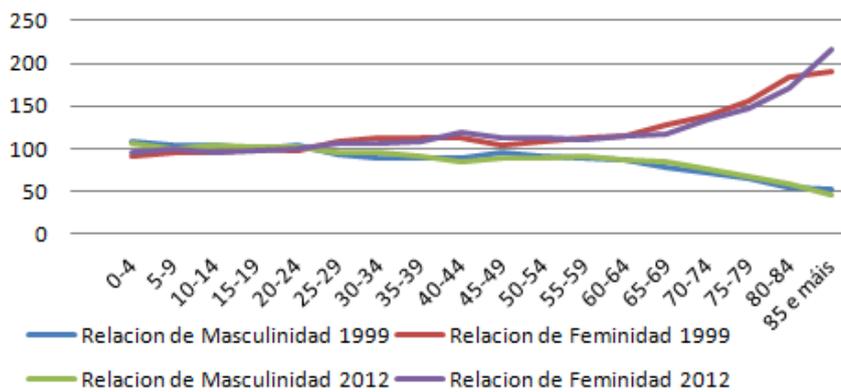
Quanto aos movimentos migratórios correlacionamos a mobilidade dos movimentos migratórios e imigratórios desde 1999 até 2012. As análises dos dados dos movimentos populacionais de Lugo nos últimos 13 anos mostram que o saldo do movimento imigratório é maior que o movimento emigratório. Nos casos de movimentos regionais, mais pessoas vão a Lugo estabelecer residência que os residentes se mudam a

outras cidades. O mesmo se passa com os movimentos migratórios. Portanto o saldo migratório é positivo, pois o município recebe mais população que expulsa.

Denomina-se estrutura da população todos os seus componentes de acordo com diferentes variáveis, de modo que podemos classificar a população segundo: a idade; sexo; trabalho; religião; idioma e a origem étnica.

Nos dedicamos mais especificamente na análise da pirâmide de população e nos dados de evolução da população. No gráfico 4 observamos comparativamente como evoluiu a população de Lugo nos anos de 1999 e 2012 segundo sua idade e sexo.

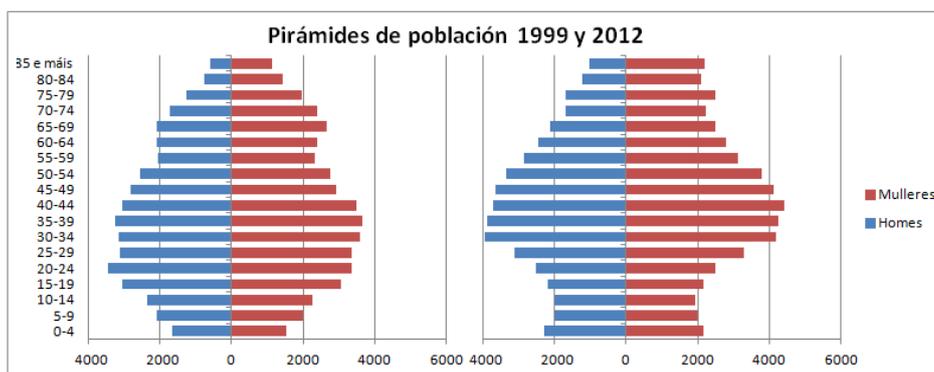
Gráfico 4: Evolução da População por Sexo por intervalos de 5 anos, Lugo - Espanha



Fonte: IGE, organizado pelo autor

Observamos a predominância de mulheres principalmente em as idades mais avançadas nos dois anos, ainda que o comportamento seja muito parecido observamos que em 2012 a composição de homens e mulheres esta mais equipar que em 1999. Os resultados nos mostram que nos anos 1999 e 2012, as mulheres estão vivendo mais que os homens, a população feminina é quase 8 % maior que a população masculina. Ainda que pequena, a diferença na relação de masculinidade e feminidade, é bastante superior a media mundial que gira em torno de 1,5 %. Construímos também as *pirâmides de população* do município de Lugo para cada um dos anos, 1999 e 2012, para observar a evolução desta relação mais facilmente.

Gráfico 5: Evolução Pirâmides etárias da população masculina e feminina de Lugo



Fonte: IGE, organizado pelo autor

A forma da pirâmide de 1999 nos mostra um desequilíbrio entre a população masculina e feminina, principalmente na população de idade avançada, por outro lado nos primeiros anos de vida a população masculina é maior. A pirâmide etária de 1999 também nos aponta que a maior porção da população está entre 10 e 50 anos. Por outro lado na pirâmide etária de 2012 a população jovem já é muito inferior, o que pode indicar um grande problema para uma população, pois, dentre outros problemas não há reposição populacional, e no futuro de mão de obra, o que pode gerar em determinadas situações colapso do sistema previdenciário. O envelhecimento da população pode ser melhor observado analisando os indicadores do grau de juventude/envelhecimento tomamos como referencia três grupos de idades: jovens com menos de 20 anos, adultos entre 20 e 59 anos e idosos, ou seja, pessoas com mais de 60 anos. Calculamos as percentagens de população jovem, adulta ou idosa do município de Lugo, como pode ser observado em a tabela 7.

152

Tabela 3: Indicadores de Envelhecimento, em valores brutos e em Porcentagem

Idade	1999	2012	1999	2012
0-19	18026	16716	30,80 %	28,32 %
19-39	26942	27752	25,14 %	29,61 %
40-59	21990	29021	23,46 %	25,02 %
60->	20522	24518	20522 %	24518 %

Fonte: IGE, organizado pelo autor

De acordo com os dados, o grupo de jovens vem diminuindo, enquanto o grupo de adultos e o grupo de idosos vêm aumentando. Assim é possível estabelecer uma relação entre as percentagens e a estrutura de idade da população. Uma população jovem é aquela que tem para perto de 35 por cento de sua população com menos de 20 anos e 65 por cento de sua população com menos de 40 anos.

Então podemos dizer que em ambos os anos, 1999 e 2012 a população pode ser considerada uma população envelhecida, especialmente no ano de 2012.

Os estudos de demografia nos têm mostrado que diferenças socioespaciais podem ser fundamentais nas diferenças da evolução demográfica entre os países. De fato, as mudanças produzidas nos países desenvolvidos evidenciam o que os especialistas chamam de teoria da transição demográfica, ou seja, os países desenvolvidos vêm passando por uma situação demográfica caracterizada por uma fecundidade e mortalidade diminuídas, por vezes se refletindo em dificuldade de reposição populacional.

Esta situação pode ser observada em toda Galícia e especialmente na província de Lugo, como tentamos demonstrar neste breve estudo.

Referências bibliográficas

Instituto Nacional de Estadística:
<<http://www.ine.es>>. Acesso em : 10 ago. 2013

Fondo de población de las Naciones Unidas:
<<http://www.unfpa.o>>. Acesso em : 10 ago. 2013.

Instituto Galego de Estatística:
<<http://www.ige.eu/ga/index.htm>>.
Acesso em : 10 ago. 2013.

Análise espacial de ocorrências de traumas do SAMU-192 das cidades de Feira de Santana (BA) e Rio Claro (SP), reveladas por meio da utilização de SIG¹

Kleber Carvalho Lima
kleberlima@ige.unicamp.br

Silas Nogueira de Melo
silasmelo@ige.unicamp.br
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: Análise espacial, SIG, SAMU 192.

Introdução

154

A distribuição e análise espacial dos fenômenos intrínsecos à sociedade pós-moderna é uma tarefa necessária quando se busca a compreensão das relações existentes entre os componentes geoespaciais. A partir do momento em que existem recursos técnicos que auxiliam nesta compreensão, a espacialização e análise dos fenômenos se torna mais fácil. Atualmente, diversas ferramentas técnicas estão disponíveis com essa finalidade e podem ser aplicadas não apenas nos estudos geográficos, mas em diversas áreas do conhecimento científico e por diversos profissionais. Destaca-se aqui o ferramental técnico e operacional do Sistema de Informações Geográficas – SIG.

Usualmente, os Sistemas de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192) possuem sistemas bastante limitados de gerenciamento de ocorrências, o que compromete a eficiência desses órgãos. Nesse contexto, a presente pesquisa de extensão visa à utilização de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) para os Serviços de Atendimento Móvel de

¹ Pesquisa vinculada ao projeto de extensão universitária “Sistema de Informação Geográfica para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência em Cidades Médias”, desenvolvido junto ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP de Rio Claro. Coordenação da Prof^a. Dr^a. Maria Isabel Castreghini de Freitas – DEPLAN/IGCE/UNESP.

Urgência (SAMU) de cidades médias. O projeto está sendo desenvolvido em etapas que incluem a obtenção de dados, uso do SIG para manipulação dos dados, elaboração de produtos cartográficos e apresentação da pesquisa para as equipes do SAMU que foram estudados.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é aplicar as ferramentas do SIG na análise espacial dos dados referentes às ocorrências de traumas registradas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192) dos municípios de Feira de Santana (BA) e Rio Claro (SP).

Referencial teórico

Os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) são considerados como uma ferramenta bastante útil na análise espacial dos fenômenos, uma vez que possibilita a sua espacialização e análise correlativa, através da sobreposição e cruzamento de informações em um mesmo produto cartográfico (CUÉLLAR LUNA et al, 2009, p. 167).

Lopes (2002, p. 2), afirma que através de um SIG é possível “realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados georreferenciados”. É importante destacar que, apesar de existirem diversas definições para essa geotecnologia, há um consenso sobre o caráter integrador que o sistema possui, além de ser considerada como ferramenta útil para a análise integrada de dados espaciais “facilitando a tomada de decisão em muitas áreas vitais do desenvolvimento, incluindo àquelas relacionadas com os estudos científicos da saúde” (CUÉLLAR LUNA et al, 2009, p. 167).

Barcellos e Ramalho (2002, p. 222) apontam que os SIGs surgem como instrumentos de integração entre dados geográficos e dados de saúde, e que se faz necessária a instrumentalização dos serviços de saúde através de bancos de dados em sistemas geográficos de informações. Desta forma, a elucidação de questões relacionadas à saúde pública e às organizações espaciais se torna mais eficiente, a exemplo do porque da concentração de ocorrências de traumas registradas pelo SAMU em áreas geograficamente localizadas e suas relações com fatores estruturais, sociais e econômicos.

Uma vez que, para esta pesquisa, serão analisadas especialmente as ocorrências de trauma registradas pelo SAMU-192 de Feira de Santana e Rio Claro, torna-se importante fazer uma apresentação deste conceito. Rey (2006, p. 232-233) define trauma como sendo uma “Lesão local produzida por uma ação violenta externa [...] pode ser acidental ou programado e monitorizado, como durante uma intervenção cirúrgica”. Uma vez que o trauma é consumado, o atendimento emergencial é crucial no tratamento do referido.

Neste sentido, o atendimento pré-hospitalar emergencial realizado pelo SAMU deve ser o mais eficiente possível, possibilitando a rápida chegada das unidades móveis até o local do atendimento. De acordo com Cabral e Souza (2008, p. 531), o SAMU-192, no ano de 2005, estava em funcionamento em 784 municípios, em 25 Estados brasileiros e com 101 centrais de regulação. Atualmente, o serviço está presente em todos os Estados do Brasil, em 1.468 municípios e com 157 centrais de regulação².

Metodologia

156

Inicialmente foram realizadas análises das cidades médias para a seleção de duas que permitissem a realização da pesquisa de forma ideal, ou seja, cidades que fossem de regiões diferentes do Brasil para comparações posteriores e que possuíssem uma sede do SAMU com dados minimamente estruturados de forma primária. Assim, os municípios escolhidos foram Feira de Santana (BA) e Rio Claro (SP).

O procedimento para obtenção de dados do SAMU foi feito por meio da solicitação formal e autorização por parte das respectivas secretarias municipais de saúde. Os dados iniciais que se foram coletados são referentes às ocorrências de traumas vinculados à violência urbana (agressões, ferimento por arma de fogo e ferimento por arma branca). Além destes, dados referentes à estrutura urbana e localização das unidades de saúde locais foram adquiridos junto às prefeituras.

Os dados quantitativos relacionados à contagem da população foram adquiridos junto ao IBGE (2010). O banco de dados georreferenciados foi elaborado no

² Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=23745&janela=1>. Acesso em 08 de dezembro de 2012.

formato de um sistema de informações geográficas (SIG), apoiando-se em software de livre acesso para garantir a replicabilidade da metodologia sem haver necessidade de alto investimento na aquisição de softwares comerciais. Neste sentido, para cada ocorrência de trauma foi obtida a sua referência geoespacial, no intuito de agrupá-las, por setores censitários e/ou por bairros, para que, posteriormente, fossem associados aos dados obtidos junto às prefeituras e ao IBGE.

Foram elaborados mapas de localização das bases do SAMU, mapas temáticos com a espacialização dos diferentes tipos de traumas e suas correlações com os dados populacionais, além de tabelas e gráficos estatísticos. Pretende-se, ainda, apresentar a equipe de funcionários do SAMU os resultados da pesquisa, visando a autonomia do órgão na execução de atualizações das informações do SIG, de forma a garantir melhor desempenho e agilidade para as ações das SAMU com respeito à definição de roteiros, localização de bairros e regiões da cidade onde predominam os diferentes tipos de ocorrências.

A espacialização dos atendimentos realizados pelo SAMU na área urbana de Feira de Santana e Rio Claro, através dos mapas temáticos que serão gerados irá favorecer a compreensão da lógica intrínseca na distribuição e concentração das ocorrências traumáticas a serem analisadas nesta pesquisa.

Considerações finais

Esta pesquisa ainda se encontra em processo de execução, onde partes dos dados ainda estão em fase de coleta em ambas as cidades: Rio Claro (SP) e Feira de Santana (BA). Contudo alguns resultados já podem ser vislumbrados mesmo que de forma parcial: há uma demanda pelo uso do SIG em órgãos de saúde pública, como é o caso do SAMU-192 das duas cidades analisadas; é possível estabelecer algumas relações entre dados socioeconômicos do IBGE e a localização de traumas relacionados à criminalidade urbana.

Espera-se chegar a resultados mais evidentes, objetivando-se auxiliar o poder público municipal, tanto de Rio Claro como de Feira de Santana, na formulação de políticas públicas que melhorem a qualidade de vida destes centros urbanos.

Referências

- BARCELLOS, C.; RAMALHO, W. Situação atual do geoprocessamento e da análise de dados espaciais em saúde no Brasil. **Informática Pública**, v. 4, n. 2, p. 221-230, 2002.
- CABRAL, A. P.; SOUZA, W. V. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU): análise da demanda e sua distribuição espacial em uma cidade do Nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 11, n. 4, p. 530-540, 2008.
- CUÉLLAR LUNA, L., CONCEPCIÓN ROJAS, M., RAMIRÉZ, B., ÁLVARES VALDEZ, Á. M.; DÍAZ, C. Los sistemas de información geográfica y su empleo en un sistema de vigilancia integrado para la prevención del dengue en un municipio de ciudad de La Habana. **GeoFocus** (Artículos), n. 9, p. 166-183, 2009.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 05 de dezembro de 2011.
- LOPES, E. S. S. **GIS – Conceitos, Aplicações e Tendências**. Curso CI, GEOBrazil, BrazilGEO: São Paulo, 2002.
- REY, L. **Dicionário da saúde e da prevenção de seus riscos**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

Padrão de crescimento econômico em pequenas cidades: o caso de Ipeúna – SP

Karlise Klafke

kaklafke@hotmail.com

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Unesp- Campus Rio Claro

Palavras-chave: Setores econômicos, Pequenas cidades, Rede Urbana.

Introdução

As pequenas cidades apresentam dinâmica peculiar diante das transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas; de forma a sofrer alterações em seu espaço intraurbano, bem como alteração de seu papel diante da rede urbana a que esta integrada.

As cidades caracterizam-se de acordo com o papel que exercem diante da rede a que estão inseridas. Para Henrique (2012) toda cidade é foco de centralização, atração ou organização de uma região, sendo, portanto, reflexo da mesma. No entanto, o autor destaca que cada cidade apresenta maior ou menor potencialidade de articulação no contexto regional.

De acordo com tal fato pode-se classificar as cidades em Pequenas, Médias ou Grandes (metrópoles). Nesse contexto, Henrique (2012) descreve as pequenas cidades como aquelas de menor articulação, ou seja, com baixa diversificação funcional que, por esse motivo, são incapacitadas de competir com a diversidade de cidades maiores, tornando-as dependentes dessas últimas.

Tradicionalmente as pequenas cidades possuíam como principal característica a economia voltada para as atividades agrícolas, como bem destaca Santos (1993), no entanto com a inserção do “meio técnico-científico-informacional” ocorre uma articulação entre o meio rural e urbano, de forma que o segundo sobrepõe o primeiro. Assim, a cidade

passa a ter seu desenvolvimento pautado no meio urbano de acordo com as especificidades de sua região.

Corrêa (2011) propõe a ocorrência de cinco tipos de pequenas cidades: 1) lugar central em que há predomínio de atividades agrícolas; 2) centro especializado, pois verifica-se que a cidade torna-se dependente de uma atividade específica; 3) reservatório de força de trabalho, servindo a uma atividade econômica; 4) centro que vive de recursos externos, ou seja, as receitas federais tornam-se a principal fonte de renda e; 5) subúrbio-dormitório, próximos a um centro maior de forma que permita a migração pendular.

Com base nas características anteriormente descritas, o presente trabalho apresenta uma discussão sobre as atividades econômicas desenvolvidas em Ipeúna (SP). Dessa forma será analisado o padrão de crescimento dos setores econômicos da mesma, tendo em vista sua condição de pequena cidade, localização e dependência que possui em relação às cidades de seu entorno.

160

Para a compreensão dos setores econômicos serão utilizadas as categorias propostas por Clark (1940), para o qual cabe ao setor primário essencialmente as atividades ligadas à produção agrícola; ao secundário cabem as atividades de transformação, ou seja, a manufatura e; ao setor terciário, as atividades de produção imaterial, o comércio e os serviços.

Ipeúna, localizada no oeste paulista está inserida na região de influência de Campinas (REGIC, 2007). Possui uma área de 190.010 km², por onde se distribuem 6.016 habitantes, desses habitantes 87% possui domicílios em área urbana (IBGE – Censo 2010). Seu desenvolvimento enquanto cidade se deu segundo Machado (2010) a partir do desenvolvimento da atividade das caieiras, que permitiu a gênese de atividades comerciais e de serviços atendendo a demanda dos trabalhadores da atividade base. Após sua emancipação a cidade pouco se desenvolveu e possui um desenvolvimento econômico peculiar perante sua região. Diante do exposto o trabalho investiga a trajetória desses setores, tendo como referência o período de 2007 a 2011.

Objetivos

O objetivo do presente trabalho consiste em caracterizar o desenvolvimento dos setores econômicos em pequenas cidades. Para tal, realiza-se a análise dos setores econômicos do município de Ipeúna – SP.

Resultados

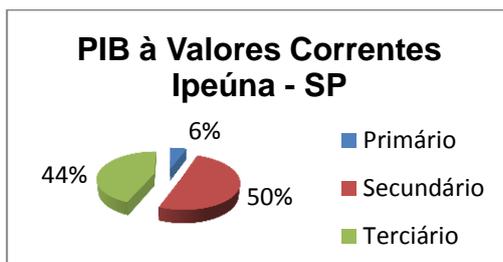
Ipeúna comporta-se como uma cidade pequena diante da rede de influência Campinas – Piracicaba – Rio Claro – Ipeúna (REGIC, 2007). Tendo em vista o grande potencial de atração gerado por estas cidades, se torna evidente a dificuldade em desenvolver-se da pequena cidade, especialmente quando seu surgimento está atrelado à Rio Claro, da qual Ipeúna permaneceu como Distrito até 1964.

Machado (2004) descreve a trajetória histórica de Ipeúna que, se deu a partir da doação de sesmarias, constituindo o “Sítio Invernada” pertencente à comarca de Rio Claro. No início do século XX, com a crise do café, as fazendas que cercavam Ipeúna foram divididas e, possibilitaram o desenvolvimento da atividade das “caieiras”, que proporcionou o aumento populacional acompanhado da criação de atividades correlatas a produção de cal: casas de comércio, organização do transporte, entre outros; bem como criação de infraestrutura. Destaca-se que o fato de Ipeúna não ser atingida pela malha ferroviária facilitou o desenvolvimento dessas atividades.

No entanto, o rápido desenvolvimento notado nos períodos iniciais da gênese da cidade foi rapidamente interrompido por sua emancipação; em especial, com a facilidade de acesso propiciada com a implementação da rodovia Irineu Penteadou.

Atualmente, Ipeúna caracteriza-se por valores sutis em seu índice de desenvolvimento municipal (IDHM). No entanto nas séries 1999/2000/2010 (PNUD – IDHM) observou-se um aumento significativo do índice, respectivamente 0,505; 0,669 e 0,753. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) pode-se observar a indústria e o setor terciário como principal fonte de receitas. Já o primário possui pequena contribuição.

Figura 1.



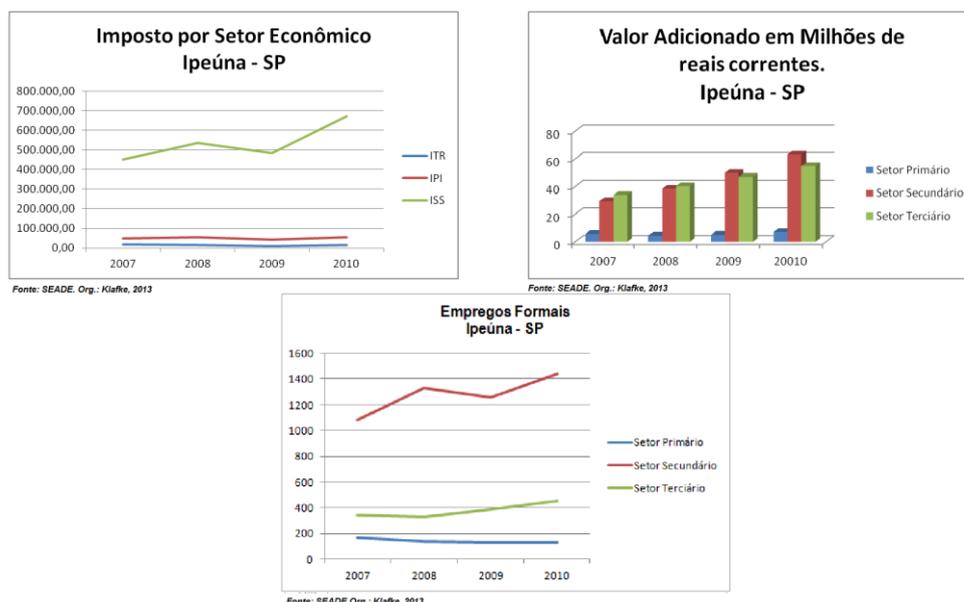
Fonte: IBGE - Censo 2010. Org. Klafke, 2013

Nesse sentido podemos fazer uma análise comparativa dos três setores quanto à arrecadação de impostos, valor adicionado e mão de obra ocupada.

Na arrecadação municipal destaca-se o ISS, o único imposto que é destinado totalmente ao município, possuindo grande importância no que tange a geração de receitas. Além disso, o ISS é o único que apresenta variação para o período, tendendo ao crescimento.

162

Figura 2.



No caso do valor adicionado, podemos observar um crescimento gradual em todos os setores, com destaque para os setores terciário e secundário. O setor secundário deve tal realidade a presença na cidade da indústria Edra, que corresponde a grande parcela

desse valor, além disso a crise de 2008 colaborou para o recuo do setor terciário em relação ao secundário.

Destaca-se o setor secundário como principal fornecedor de empregos formais, mesmo com pequena queda após a crise de 2008 mantém um crescimento constante.

Considerações finais

As pequenas cidades possuem diversas possibilidades econômicas no panorama regional. Assim, podem possuir vocação agrícola, especialização produtiva ou vivem de receitas externas. No caso de Ipeúna, pode-se observar alta relevância nos setores secundário e terciário. No entanto, não há uma especialização produtiva na cidade e a indústria ali presente é responsável por acatar a mão de obra disponível. Já ao que se refere o setor terciário é preciso de uma análise mais profunda, que permita observar as atividades ali desenvolvidas.

Além disso destaca-se o papel das cidades ao entorno de Ipeúna, que possuem expressiva influência no que se remete ao desenvolvimento econômico, já que acabam por atrair consumidores e trabalhadores em busca de produtos mais diversificados e melhores salários. No entanto, para compreender tal dinâmica, é preciso identificar a demanda de produtos e empregos buscados nessas cidades.

Referências bibliográficas

- CLARK, Colin, *The Conditions of Economic Progress*. Macmillan and Co, Londres, 1940.
- CORRÊA, R. L., *As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural*, GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011.
- HENRIQUE, W., *Do Rural ao Urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas*. IN DIAS, P. C., Santos, J.(orgs), *Cidades Médias e Pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*, Série estudos e pesquisas número 94, SEI, Salvador, 2012, p.63-79.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Censo 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br
- MACHADO, H. M. de F. G.. *Uma história para Ipeúna*. Dissertação de Mestrado. Pós Graduação em Geografia, Rio Claro, 2004.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento.
- REGIC, 2007 – *Região de Influência das Cidades*.
- SANTOS, M., *A urbanização brasileira*. Hucitec, São Paulo, 199
- €€€€€€

Evolução territorial de Carapicuíba: a habitação na periferia da metrópole paulistana (1970-2012)

Bruna Raspantini Pellegrino
brurpellegrino@gmail.com
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: Carapicuíba, periferização, habitação.

Introdução

164 Pretendemos contribuir para a compressão da atual situação habitacional do município de Carapicuíba. Para tanto, partiremos de uma breve periodização acerca de seus principais usos do território entre os séculos XVI e o XXI. A partir desta, subsidiaremos o enfoque principal deste estudo, que abrange os processos socioterritoriais correntes após a década de 1970. Período caro a análise proposta, em vistas da intensidade do processo urbano no lugar, e o papel que este assume em relação ao processo de periferização na Metrópole Paulistana.

A fim de tecer reflexões acerca dos principais usos do território¹ de Carapicuíba desde o século XVI, proporemos uma periodização, com base naquela proposta por Damiani apud Pinho, sobre as transformações nos arredores do núcleo paulistano. Damiani aponta para quatro usos principais, são eles: os aldeamentos jesuíticos, o cinturão caipira, os subúrbios e as periferias. Desta última vicissitude, que confere ao território a vocação de periferia da metrópole, partirá nossa principal abordagem quanto ao conteúdo e a forma da expansão urbana, aos agentes organizadores deste espaço e às dinâmicas socioterritoriais prevaletentes.

Apresentação dos resultados

¹ Por meio deste, Santos (2004) elucida que o espaço é criado pelo povo a partir da utilização do território, e este se torna espaço, pois é resultante da ação e do trabalho social, dinamizados em diferentes formas de ocupação e por diferentes estratégias políticas.

Atualmente o município de Carapicuíba² faz parte da Sub-região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo³ (RMSP), apresenta uma área de 36 km² e uma população de 369.584 mil habitantes (IBGE, 2010). A gênese histórica deste território remonta aos núcleos jesuíticos fundados no século XVI no planalto paulistano, que sofreram alterações significativas somente no último quartel do século XIX. Nesta época, Petrone (1995) aponta para a formação do cinturão caipira entorno a cidade de São Paulo. Esta, voltada ao desenvolvimento urbano-industrial, passara a demandar bens primários dos campos arredores, funcionalizando-os ao seu dispor, como é o caso de Carapicuíba e a produção de areia. Somente, após as primeiras décadas do século XX, com a contínua expansão do meio técnico, o território carapicuibano é acrescido de elementos urbanos, como fábricas e vilas operárias⁴.

Todavia, é somente a partir década de 1950, quando a expansão urbana engendrara um processo de metropolização intenso, que Carapicuíba sofre transformações urbanas mais significativas. No período, a polarização do desenvolvimento econômico nacional e da oferta de empregos na cidade São Paulo, produz intensos fluxos migratórios em direção à RMSP. Importante ressaltar, que nesse contexto, a remuneração da força de trabalho, tanto industrial quanto de serviços, não correspondia com sua reprodução no componente habitacional (Bonduki, 1979). A reprodução deste, de acordo com Meyer (2004), sofria as consequências da especulação intensa e extensa do solo ajustadas às exigências do mercado imobiliário.

No período, no que tange a questão habitacional, tanto pela ausência de políticas de contenção da especulação, quanto pelos mecanismos de provisão pública de habitação, o Estado se posiciona compactuando com a urbanização corporativa⁵. Nessa via, destaca-se a promoção de conjuntos habitacionais públicos, em lugares carentes de infraestrutura urbana básica e distantes da malha urbana principal, os quais contribuíam

²O município de Carapicuíba foi emancipado de Barueri em 1961 pela Lei Estadual nº 8092.

³De acordo com Meyer (2004) o município de Carapicuíba está inserido na Região Metropolitana de São Paulo desde que essa foi institucionalizada por meio da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.

⁴Pinho (2011) assevera que o período ainda não revela uma relação propriamente suburbana de Carapicuíba com São Paulo, fenômeno este, que de acordo com Geiger (1963) e Langenbuch (1971), só pode ser observado partir década de 1940 e 1950.

⁵A partir de Santos (2008b) urbanização corporativa é aquela empreendida segundo interesses de comando das grandes firmas, onde o investimento econômico hegemônico é privilegiado em detrimento dos gastos sociais

tanto para periferização da população, quanto para a manutenção de grandes vazios especulativos na metrópole.

Neste contexto, em 1972, a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), constrói em Carapicuíba o conjunto Castelo Branco (PLHIS, 2011). O empreendimento além de periferizar seus novos moradores, antes residentes no município de São Paulo, não foi capaz de suprir a demanda criada no lugar, em parte influenciada pelo mesmo. Esta década sendo coetânea de um abrupto crescimento populacional no município, com acréscimo de mais de 160 mil habitantes⁶, nos dá idéia dos problemas que essa urbanização corporativa acarretou para a situação habitacional do lugar.

Embora a urbanização incipiente e precária de Carapicuíba já envolvesse a formação de loteamentos clandestinos desde a década de 1950, as décadas de 1970 e 1980 são emblemáticas, pois, de acordo com a Secretaria de Habitação e de Desenvolvimento Urbano de Carapicuíba (SDHU) a maioria dos bairros é formada no período e surte deste tipo de empreendimento do mercado imobiliário informal. Contudo, ao longo das décadas seguintes a formação das “áreas livres”⁷ também se tornara representativa para consolidação do sistema habitacional do lugar.

166

Destacamos aqui, dois bairros de Carapicuíba oriundos de loteamentos clandestinos, estudados em campo, e que podem fornecer subsídios para a compreensão da situação habitacional do lugar: a Vila Helena, que se situa na porção sudeste do município, formada a partir da década de 1970; e o Jardim Angélica, na porção oeste, formado a partir da década de 1980.

De acordo com os moradores, ambos os loteamentos foram executados em áreas totalmente desprovidas de infraestruturas. A forma improvisada e precária para o abastecimento de água e de energia elétrica perdurou nestes, até que as reivindicações

⁶No período, o município apresenta uma taxa geométrica de crescimento anual correspondente 26,50% (Meyer, 2004), a maior de toda a RMSP, e sua população passa de 17.590 para 184.591. Na década de 1980, o adensamento populacional ainda é intenso e corresponde a um acréscimo de 99.070 habitantes.

⁷A expressão “área livre” é de uso local e se refere às áreas de ocupação informal, usualmente denominadas de favelas.

locais vieram a calhar com estratégias políticas eleitoreiras⁸. Não obstante, verifiquemos a interação dos moradores com outros agentes, a base da ação parece ser a cooperação que se faz no lugar em busca de interesses comuns. Nessa via, enfatiza Santos (2004, p.288), que *“os lugares também se podem refortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo”*.

A forma de consolidação desses empreendimentos é flagrante de sua clandestinidade, uma vez que não apresentou os mínimos padrões normativos, estes que gerariam maior onerosidade ao processo, e contrariariam os lucros extraordinários dos empreendedores⁹ (Bonduki, 1979). A clandestinidade destes também demonstra-se em relação a posse da terra, já que os moradores desses bairros, bem como de muitos outros de Carapicuíba, que completaram o pagamento de seus lotes, apresentam dificuldade em obter a escritura de sua propriedade. A fala de uma moradora que habita o Jd. Angélica há 30 anos, revela esta problemática, *“Nem eu que acabei de pagar não soube garantir nada. Documento que tem é contrato de compra e venda, e papel que quitou tudo, mas na verdade eu acho que tudo isso ai era falso, tenho a impressão”*.

167

Considerações finais

Pudemos observar que a urbanização do lugar deflagra grandes problemas atuais ao município, que envolvem tanto as irregularidades fundiárias quanto a precarização do modo de vida. Quanto a esta é possível afirmar, que se mantém como traço dominante, sobretudo nas “áreas livres”, e as benfeitorias estruturais existentes são de origem recente, ausentes em muitas áreas, residualmente alocadas pelo estado, majoritariamente custeadas pelos próprios moradores. Em Carapicuíba, o problema

⁸Podemos elucidar este fato através da fala de uma moradora, “A luz foi na época da política na época da eleição, foi um vereador que colocou, trazendo a Eletropaulo aqui e através da coleta de assinaturas, antes nos primeiros cinco anos era tudo gato” (improvisado na aquisição de energia elétrica de modo clandestino). A moradora alega que os políticos só executam melhorias em troca de votos, “Quando começa chegar o tempo de eleição ai começa a aparecer, sabe?”.

⁹ De acordo com Bonduki (1979) a regularização normativa para aprovação de um loteamento pode prever ordenações como, concessão de espaço ao poder público para recreio, abertura de ruas, tamanho mínimo de lotes, declividade limite etc, todavia as prescrições variem com o rigor municipal.

habitacional continua evidente diante de um déficit habitacional municipal, que no ano de 2000 totalizou 6.714 unidades residenciais (Bogus, 2009).

Referências bibliográficas

- BOGUS, Lúcia Maria Machado e PASTERNAK, Suzana. *Como Anda São Paulo*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.
- BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. *Periferias: Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho*, FAUUSP, 1979.
- GEIGER, Pedro Pinchas. *A Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro: INEP, 1963.
- LANGENBUCH. Juergen Richard. *A Estruturação da Grande São Paulo: estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.
- MEYER, Regina e GROSTEIN, Marta e BIDERMAN, Ciro. *São Paulo Metrópole*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- PETRONE, Pasquale, *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- PINHO, Rinaldo Gomes. *Crise do trabalho e abordagem centro-periferia na metropolização de São Paulo*, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) Município de Carapicuíba/SP Diagnóstico da Situação Habitacional, outubro de 2011.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo-SP: Hucitec, 2004.
- SANTOS, Milton. *Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

O Vale Histórico como um instrumento do planejamento territorial e a estância turística de São José do Barreiro-SP

Miriam Francisca Rodrigues Couto

couto.mfr@gmail.com

Universidade Federal do ABC

Palavras-chave: Planejamento territorial, Vale Histórico, São José do Barreiro.

Essa discussão baseia-se nos dados de um estudo de mestrado, em andamento, que visa compreender a produção do Vale Histórico e os conflitos sócio territoriais do município de São José do Barreiro. Formado pelos municípios de Areias, Arapeí, Bananal, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras, o Vale Histórico (Imagem 1) se consolidou em 2004 em uma reunião do Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo (PDTR), do Ministério do Turismo, que foi aplicado pelo SEBRAE-SP por meio do Escritório Regional de Guaratinguetá em conjunto com uma governança regional formada pelos municípios do Vale Histórico. Este programa é um instrumento relevante do planejamento territorial que visa o desenvolvimento econômico regional através do circuito turístico, processo que também é importante, pois se encontra na recente Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - RMVLP.

A história do Vale do Paraíba provavelmente começa pela conquista, ocupação e povoamento do território pelo colonizador português na década de 1620, devido à concessão de sesmarias. Já no período da mineração, durante o final do século XVII e início do XVIII, o Vale do Paraíba era responsável pelo abastecimento da região mineradora e este período foi importante para a economia. Em seguida, o Vale do Paraíba recebeu a produção de café, que se expandiu rapidamente, sendo que o período áureo dos cafezais na zona bandeirante corresponde aos anos entre 1850 e 1887. No entanto, na transição do século XIX para o XX a produção cafeeira decaiu na região, gerando a crise desta economia, e em seguida surgem as primeiras indústrias. A industrialização inicial foi motivada pela presença

município para o último e cerca de 20% dos empregados na agropecuária, demonstrando pequena dinâmica urbana, enquanto outros municípios como Cruzeiro, Pindamonhagaba, Taubaté e São José dos Campos possuem alta porcentagem de emprego nas indústrias e serviços.

Assim, entendemos a constituição do Vale Histórico como um instrumento de gestão em parceria entre os municípios, de modo que o Vale Histórico se explica pelos "novos arranjos sócio institucionais formalizados e voltados principalmente para processos integrados de desenvolvimento local (submunicipais, municipais ou intermunicipais)" (SILVEIRA, 2008, p.60). Pois passa pelo o processo da desconstrução das "cidades mortas", como outrora foi denominado na literatura por Monteiro Lobato em uma crônica homônima de 1906, e a construção de uma região histórica, possibilitando a divulgação de um ambiente típico e próprio para o turista, e reforçando um cooperativismo entre os atores-gestores, que implica nos fluxos e recursos financeiros e técnicos, momento que contam com a assessoria do Sebrae-SP.

É importante ressaltar que as instâncias de governança que construíram o Vale Histórico, permitiram o planejamento regional como um empreendedorismo, como é discutido por Harvey (2005, p.171), no sentido de que houve uma transferência da governança urbana para o empreendedorismo, como uma nova forma de promover o turismo e outras atividades no município.

A aplicação do Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo, do Ministério do Turismo, culminou com a criação do termo "Vale Histórico", estruturando uma rede entre os municípios, que buscam com tal união desenvolver-se socioeconomicamente. A utilização do termo "Vale Histórico" já evidencia uma faceta desta governança exercida, pois não define simplesmente um conjunto de municípios com característica em comum, é uma expressão que foi cunhada justamente para tornar o turismo na região mais desejável e atrativo, verdadeiro marketing arquitetado pelo poder público e pelos atores sociais em prol dos seus objetivos comuns.

São José do Barreiro está sendo produzido para se tornar efetivamente em estância turística, já que o mero reconhecimento legal, desde 1998, de estância e os aportes

financeiros daí decorrentes não garantem, por si só, as características de uma cidade efetivamente turística. Dentre as questões da organização do turismo destacam-se o processo de transformação socioeconômica do município, na qual é necessária uma especialização da mão de obra de uma população com cultura ainda bem rural.

A pesquisa fundamenta-se em dados e documentos que permitam uma análise temporal desde a implantação dos primeiros empreendimentos turístico, contando com entrevistas e elementos que respondam as atuais condições de São José do Barreiro. Deste modo, o método regressivo-progressivo de Lefébvre é utilizado no estudo, pois “utiliza a história como uma ciência subordinada e auxiliar para o estudo do processo social em seu conjunto” (LEFEBVRE, 1975, p. 171 *apud* XAVIER, 2010, p.13). Desta maneira, a pesquisa compreendendo a atual São José do Barreiro e o Vale Histórico com o entendimento do passado e principalmente os processos em curso no presente que geram expectativas para o futuro.

Referências bibliográficas

172

- Harvey, D. “Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio”, in D. Harvey. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. pp. 163-190.
- XAVIER, Glauber Lopes. As incompreensões de um novo sentido da terra: bases de um tratado de sociologia rural segundo Henri Lefebvre. Rev. Raízes, v.30, n.2, jul-dez. 2010.
- LOBATO, Monteiro. Cidades mortas. – São Paulo : Globo, 2007.
- SÃO JOSÉ DO BARREIRO, Prefeitura Municipal. A cidade. Disponível em: www.saojosedobarreiro.sp.gov.br/cida
- de.php Acessado em: 05 de janeiro de 2013.
- SÃO PAULO (ESTADO) Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. - EEMPLASA. Região do Vale do Paraíba. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Metropolitano, 2011. Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/ValeParaiba/inicio1.html>. Acessado em: 05 de setembro de 2012.
- SILVEIRA, Caio. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In L. Dowbor & M. Pochmann (Eds.), Políticas para o desenvolvimento local (pp. 41-65). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

Cidade e natureza: uma breve reflexão

Maico Diego Machado

maico.machado@ige.unicamp.br
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: Cidade, Natureza, Consumo.

Introdução

Na atualidade, no padrão de urbanização dispersa, espalhada ou difusa, observa-se, que as grandes cidades, destacamos aqui as latino-americanas, cada vez mais apresentam uma estrutura policêntrica, onde o sistema de redes tende a substituir o antigo modelo centro-periferia (SPÓSITO, 2001) e onde se evidencia as profundas implicações ecológicas, sociais e econômicas que se expressam nos indicadores crescentes de consumo de terra *per capita* e a diminuição da densidade de população nas áreas urbanas em expansão. As implicações da dispersão urbana começam a converter-se em uma preocupação fundamental das grandes aglomerações (HEINRICHS *et al.*, 2009).

Neste contexto urbano a “natureza”, que se resume principalmente a parques, fragmentos florestais e praças¹, ganha um novo uso e função, é dotada de significado de qualidade de vida e condicionada como atributo valorizador do entorno.

Neste período iniciado 1990 as áreas verdes, principalmente em grandes cidades possuem diversas funções, ou recebem um sentido de uma raridade, provocada por sua escassez no espaço urbano, algo que as leva a ganhar uma nova significância aos olhos do mercado imobiliário. Carlos (2001) destaca algumas considerações sobre o verde:

(...) o verde, a proximidade da natureza (que o processo capitalista dissocia do homem), a criação de novos serviços como escolas de natação, ginástica, os shoppings, etc., (...) tendem a influir na opção pela moradia de uma classe de renda média e alta. Estas têm (pelo seu poder aquisitivo) maiores possibilidades de escolha. Essa produção espacial é diferenciada e contraditória, conferindo valores de uso e,

¹ Este nossa definição é ampla e ao mesmo tempo incompleta, pois cabe, no Brasil, aos municípios definirem o que é considerado espaço de natureza ou áreas verdes na cidade. Na realização de um estudo de caso se faz necessário buscar na legislação dos municípios o que é entendido como sendo natureza ou área verde.

consequentemente, formas de acesso diferenciado, logo segregados. Tal segregação impõe-se inclusive pelo fato de o espaço geográfico implicar a produção de relações específicas e originais, fundamentadas em relações jurídicas - propriedade privada - provenientes do processo de apropriação e concretizadas no circuito mercantil (no mercado) (p.55).

Para o capitalista, a busca do cidadão pela proximidade da qualidade de vida representada pela natureza, se tornou um importante conceito para um novo patamar de negócios urbanos. A destinação de áreas verdes no espaço urbano associa-se a interesses públicos ou privados, como ocorre com gestões públicas específicas e também com promotores/incorporadores imobiliários, interessados diretamente na reprodução do capital. Assim, observa-se que estes espaços são implantados com discursos que os remetem como espaços importantes para toda a população, mas se coadunam aos interesses do capital em se reproduzir em escala ampliada no espaço urbano, contribuindo para a ampliação das desigualdades sócio-espaciais.

O verde/natureza se apresenta como valor diferenciado sobre os espaços, é assim que o discurso do mercado se coloca diante de seu público alvo (FERREIRA, 2012). O discurso de consumo do verde urbano faz parte de um imaginário atual, o romper dos anos 2000 colocam este tema em destaque pela crescente necessidade de busca de um equilíbrio global. Destaquemos que este discurso é mercadológico e que seu fim é a ampliação da reprodução do capital.

Nos sentidos que se confere ao referente, no caso dos anúncios que privilegiam a disseminação de uma onda verde, procura-se ressemantizá-lo e resignificá-lo na mensagem publicitária, que passa pela ideia de um feliz *retorno à natureza*, a um mundo *natural, autêntico* e mais puro, onde se privilegia a tão decantada qualidade de vida, contaminada por ideais *higienistas* que se estendem ao corpo a á assepsia dos ambientes (FERREIRA, 2012, p.15).

Esta constatação de Ferreira (2012) nos leva a conclusão, primeira, de que o valor em questão não se encontra no objeto que representa o verde/natureza urbano, e sim no imaginário/representação que dele se faz em meio ao contexto do espaço urbano. Portanto seriam as áreas verdes urbanas em suas mais variadas formas, a materialização deste discurso, e por elas o capital imobiliário esta se reproduzindo.

Para Ferreira (2012), natureza e cidade conformam um par dialético. Par este que ultrapassa os momentos históricos tendo seus papéis alterados. A natureza que em momentos anteriores fora vista como um entrave para o desenvolvimento das cidades, hoje é entendida como algo que trás para o urbano melhores índices de qualidade de vida. A natureza, o verde urbano se coloca como parte da cidade e não como limite externo da mesma. Cabe ainda destacar que esta cidade que agora coexiste com a natureza em seu interior, esta em contato com elementos de uma natureza recriada, uma segunda natureza, um produto do mercado urbano (FERREIRA, 2012; HENRIQUE, 2009).

A posição e a forma como a natureza é interpretada na cidade se altera em detrimento do tempo histórico, a mesma se apresenta sob as demandas econômicas e sociais de cada período (FERREIRA, 2012). A separação entre sociedade/homem e natureza implica na supressão da segunda pelo primeiro. A sociedade humana passa então a um período de intensificação na substituição da “*natureza naturada*” por uma “*natureza naturante*”, ambas representam os componentes naturais, no entanto a segunda é uma produção que esta a serviço de um planejamento (FERREIRA, 2012).

A raridade que lhe é imposta condiciona a natureza na cidade como um bem de valor diferenciado, facilmente convertido em mercadoria, o que nos leva a uma associação simples de que quanto mais raro o bem for, maior será seu potencial de troca em contraposição ao seu grau de procura, e sob esta procura recaem as ações do discurso e da criação de demanda, demanda esta que quando suprimida se conforma em espaços de segregação.

Assim, essas “novas raridades” são adotadas de forma estratégica e a questão ecológica invade a vida cotidiana produzindo uma nova necessidade na sociedade de consumo, induzida por meio de uma consciência ecológica que privilegia um gosto e uma preferência de consumo, mediados pela propaganda e pelo intrínseco discurso ecológico (FERREIRA, 2012, p.64).

Objetivos

Refletir sobre o significado e o papel da natureza/verde urbano no em relação a cidade dispersa, polinucleada que tem sua base de movimento na velocidade das vias de

grande fluxo, levando a uma ocupação periférica distorcida da histórica interpretação centro-periferia.

Resultados e considerações

A cidade moderna é a Cidade dos Acessos. Nesta cidade a “volta a natureza” abre grandes perspectivas imobiliárias e de outro permite a venda maciça de produtos anti-poluentes “(CARLOS, 1991, p.75). O discurso mercadológico não é de uma natureza contraposta à cidade, como em tempos pretéritos, mas sim um entrelaçamento de tudo que a cidade representa com aquilo que se prega como representado pela “natureza naturante”. Esta cidade da velocidade de fluxos possibilita que espaços de “natureza” sejam integrados na roda do consumo e, dotados de valor de troca, são elementos que levam a uma segregação dos espaços e uma total distorção do real significado dos espaços naturais.

Fechamos estas considerações e este breve texto com uma citação de Henrique (2009) em seu “O direito a natureza nas cidades”, texto que se apresenta como uma importante reflexão sobre o que vem a ser esta violência capitalista.

Essa natureza artificial, resultante da produção social da natureza, da ação humana, além de ser apropriada de maneira privada, negando o caráter social da sua produção, encontra-se “falsificada” e “descolada” das características naturais dos lugares. No mundo contemporâneo, a natureza produzida pode se tornar uma ficção ou uma “mentira”, sem vínculos com uma identidade geográfica local. A natureza padronizada se encontra hoje compromissada como uma felicidade capitalista. (HENRIQUE, 2009, p.19).

Referências bibliográficas

CARLOS, A. F. A. **O meio ambiente urbano e discurso ecológico**. Anais: III Encontro Nacional Sobre Estudos do Meio Ambiente. Londrina, 1991, p.75-78.

_____. **A cidade**. 5ªed. São Paulo: Contexto, 2001.

FERREIRA, C. E. P. **Natureza e Cidade: A conceitualização e o tratamento do residencial na publicidade imobiliária (análise contrastiva – décadas de 1970 e 2000)**. Tese de Doutorado, Unicamp, Campinas, 2012.

HEINRICHS, D. N. H; SEEGER, C.R. **Dispersión urbana y nuevos desafíos para la gobernanza (metropolitana) en América Latina: el caso de Santiago de Chile**. Revista Eure, Vol. XXXV, Nº 104, pp. 29-46, abril 2009.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto 9º ed, 2001.

Planejamento e usos do território no espaço urbano

O rádio FM em Campinas: território, psicoesfera e enquadramento do gosto musical

Cristiano Nunes Alves
cris7cris7@yahoo.com.br
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: Campinas, radiodifusão FM, psicoesfera.

Introdução

Buscamos analisar os usos do território¹ na cidade atual. Para tanto, pretendemos contribuir para o entendimento da conformação e da espessura do circuito de rádio FM em Campinas e de seu papel na difusão da produção fonográfica. Com significativa densidade técnica-informacional, e entre as cidades mais importantes da rede urbana (GEIGER, 1963) paulista, Campinas abriga atualmente 1.098.630 habitantes (IBGE, 2012). A cidade desde o início das manifestações radiofônicas (MARIANO, 1972) conta com uma densidade técnica informacional (SANTOS, 2004) favorável à difusão da música.

178

O circuito FM em Campinas se insere no campo da indústria cultural (ORTIZ, 1989) desde a década de 1970, num processo que demonstra a ligação direta entre a urbanização e a metropolização crescentes no Brasil (SANTOS, 1994) e o adensamento do circuito de rádio difusor de um repertório musical médio (TRAGTENBERG, 1991), baseado em padrões de uma constante de informações medianas, implicando numa audição regressiva (ADORNO, 1980). Trata-se do receituário para introjetar o “clima de festa”, por meio da criação de uma *psicoesfera* (SANTOS, 2004), a esfera das ideias, das paixões e dos gostos, em torno do fetiche do grande sucesso musical (ADORNO, 2004).

Nessa via, Goldmann (1972) pondera que a atividade cotidiana, nascedouro e abrigo da consciência, alicerce secular da vida cultural, encontra-se ameaçada pela evolução contemporânea das sociedades industriais. Presenciamos a “*desculturalização*

¹A partir da noção de circuito destacamos as estratégias políticas no território usado (Santos, 2004), nossa categoria de análise, sinônimo de concretude e acontecer de sistemas de objetos e sistemas de ações no espaço geográfico, apontando para situações específicas.

pela desorganização dos receptores” (Idem, p. 26), a partir das ações do enquadramento impostas pelos meios de massa.

Com a radiodifusão, a “catequese musical” se espalha para uma série de lugares. Schafer (1997 [1977]) adverte que a maciça presença do rádio causa um grande contraste com os ritmos da vida. Para o autor supracitado, antes as paredes isolavam os sons, mas hoje são os sons que servem para isolar, tornando-se a radiodifusão uma contínua parede sonora. Temos desse modo, nos sons, mais uma expressão da fragmentação-segregação característica de nossas cidades.

Para analisar os sistemas de enquadramento (SANTOS, 1990) em torno do rádio campineiro, destacamos a importância de se compreender a divisão técnica e territorial do trabalho presente na produção cultural e musical (FRITH, 1988; HARVEY, 1992; PAILHÉ, 1998; e CLAIRE, 2006).

Apresentação dos resultados

No estudo sobre a radiodifusão em Campinas, além do levantamento bibliográfico sobre a temática, realizamos uma série de trabalhos de campo, visando o contato com lugares e agentes relacionados à temática². O estudo do circuito FM a partir de sua programação e eventos musicais indica como o componente musical é atrelado a estratégias verticais de uso do território.

Ora, nesse circuito praticamente não há abertura para a produção fonográfica local. A adoção do repertório médio implica a vinculação de músicas “estouradas nas paradas” com o predomínio da prática do “jabá” (propina no rádio), o que, entre outros, dificulta a inserção de artistas locais, ainda que reproduzam o repertório padrão de um determinado segmento musical. Predomina a difusão em rede no circuito de rádio FM. Em Campinas, tais redes são controladas por grandes grupos de informação, vinculadores de conteúdos e/ou detentores de emissoras.

² Visitamos todas as emissoras do circuito FM de Campinas, bem como uma série de locais onde ocorrem eventos artísticos ligados às mesmas. Entrevistamos, entre outros: radialistas, jornalistas, programadores e técnicos de áudio.

As apresentações musicais ligadas às emissoras FM em Campinas sinalizam para esse movimento de padronização musical, e enquadramento do gosto, na medida em que reproduzem os fluxos informacionais da programação, tornados eventos “artísticos”, difusos por toda a cidade, resultando em complexa tipologia e topologia. A inserção dos artistas divulgados na programação e nas “paradas musicais” do circuito FM é praticamente uma regra, e não raro o artista chega à cidade liderando as paradas. Os episódios desse tipo de manipulação são recorrentes.

No caso das emissoras do segmento popular, em geral, tais eventos ocorrem em locais que possam reunir grande quantidade de pessoas, a partir de maciça divulgação: aqui a concessão de um canal utilizado para divulgar a própria mercadoria, no caso o evento musical, exponencializa o alcance junto à população das cidades. Na Região de Campinas, emissoras como a Educadora ou a Rádio Cidade (Campinas), Vox e 88 FM (Americana), há quase duas décadas, não poupam esforços nesse sentido.

180

Os eventos musicais de grande porte consistem geralmente em shows em locais públicos no formato de festivais com diversas atrações num mosaico que lembra a programação da emissora, e que envolve uma maior rede de divulgação que compreende anúncios na mídia impressa, *outdoors*, cartazes, ações promocionais, além da própria rádio divulgando os eventos por meio de chamadas publicitárias. Soma-se a isso a execução redobrada da música de trabalho do artista que tocará no *show* e nessa época subirá nas paradas de sucesso da emissora.

Os eventos musicais de médio porte ocorrem em casas noturnas maiores que envolvem um circuito mais espesso e ainda a manipulação das paradas. Em geral dezenas de pontos de venda de ingressos são acionados e um grande número de cartazes tomam certos lugares da cidade, caso do distrito de Barão Geraldo, devido a sua concentração de universitários frequentadores em potencial de tais eventos.

Por sua vez os eventos musicais de pequeno porte em Campinas, têm um caráter mais pulverizado e acontecem na forma de ações promocionais ou na forma de eventos periódicos em bares e clubes menores, com as chamadas noites regulares da

programação das casas noturnas, ou ainda em postos de gasolina, restaurantes, lojas, entre outros.

Considerações finais

O circuito FM é hoje, um dos elementos responsáveis pela organização e dispersão do componente informacional na rede urbana. Os círculos materiais e imateriais constituintes do circuito FM em Campinas expõem o modo como se articulam redes e sistemas difusores de uma rígida racionalidade que veicula determinadas estratégias e valores.

Com o estudo do circuito FM em Campinas observamos como um repertório clichê é imposto, parte eficaz da “catequese musical” na cidade contemporânea. Este procedimento não se circunscreve à programação, repercute espacialmente em produtos, eventos musicais e encontros amarrados em torno da padronização musical.

Por meio dos circuitos da indústria cultural, a cultura média (padrão) condiciona o que pode ser dito, encenado, escrito ou gravado. A produção artística se torna apenas manufatura, orientada que é por segmentos de mercado. Uma reunião dos conteúdos previsíveis a partir daí difundidos relacionam-se, como vimos, a uma certa espessura técnica-informacional-normativa criada e criadora de uma *psicoesfera* que confere obediência e rigidez ao cotidiano: “As pessoas não experimentam suas crenças estéticas como meramente arbitrárias e convencionais; sentem que elas são naturais, adequadas e morais” (BECKER, 1977, p. 218). A partir de ações de enquadramento, o gosto musical, em especial dos jovens, simplesmente por desconhecimento, ou falta de referência, se torna o mesmo.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2004 [1947].

ADORNO, Theodor W. **O fetichismo na música e a regressão na audição**, In Textos escolhidos. São Paulo: Abril, 1980 [1961]. (pp. 165-192).

BECKER, Howard S. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CLAIRE, Guiu. Géographie et musique: état des lieux. Une proposition de synthèse. **Geographie et Cultures**, nº 59, 2006. Pp. 7-26.

- FRITH, Simon. **Music for pleasure: essays in the sociology of pop.** New York: Routledge, 1988.
- GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira.** Rio de Janeiro: INEP, 1963.
- GOLDMANN, Lucien. **A criação cultural na sociedade moderna.** São Paulo: Difel, 1972.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo-SP: Edições Loyola, 1992.
- ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARIANO, Júlio. **História da imprensa em Campinas.** Campinas: Massaioli, 1972.
- PAILHÉ, Joël. Le jazz, mondialisation et territorialité. **Mappemonde**, n° 51, 1998. Pp. 38-43.
- SANTOS, Milton. Metrópole, modernização, involução e segmentação. In PRETECEILLE, Edmond & VALLADARES, Eduardo. **Reestruturação urbana: tendências e desafios.** São Paulo: Nobel-IUPERJ, 1990. Pp 183-191.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo-SP: Hucitec, 2004 [1996].
- SCHAFER. R. Murray. **A afinação do mundo -** uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora. São Paulo: Unesp, 1997 [1977].
- TRAGTENBERG, Lívio. **Artigos musicais.** São Paulo: Perspectiva, 1991.

Cartografia do circuito das artes na cidade de São Paulo: uma análise da presença da arte no espaço urbano

Mariana Pereira de Almeida Dell'Avanzi
mariana.avanzi@usp.br
Universidade de São Paulo

Palavras-chave: espaço urbano, circuito de arte, São Paulo.

Objetivos

A pesquisa teve como objetivo identificar o circuito de produção e circulação das obras de arte sob a forma de pintura na cidade de São Paulo, através da localização e mapeamento dos fixos ligados a esse circuito, como museus, galerias, feiras, ateliês e locais de grafite, percebendo a interação desses diferentes locais de arte com o espaço urbano. A partir da identificação desses fixos, desenha-se um circuito das artes da cidade, que integra diferentemente os locais que apresentam esse conteúdo, de acordo com a intencionalidade que está embutida em cada um.

A cartografia foi o instrumento escolhido para ilustrar a atual situação dos diferentes locais de arte, já que em qualquer classificação geográfica a localização deve ser considerada e o mapa é o meio de demonstrá-la (GRIGG, 1974). A partir da cartografia foi possível realizar uma análise geográfica da localização dos fixos de arte, percebendo onde estão, onde há concentração e rarefação, identificando os destaques desse objeto de estudo e possibilitando uma análise sobre a presença da arte no espaço urbano.

O valor do cidadão depende de sua localização no território, e muda em função das diferenças de acessibilidade (SANTOS, 1987). O trabalho procurou abordar o problema da arte no que se refere à sua produção e ao seu acesso, estabelecendo relações, como a identificação de concentrações, que aconteceriam em áreas mais valorizadas pelo próprio setor imobiliário.

Métodos/procedimentos

Ao longo da pesquisa procurou-se recolher a localização dos fixos de arte na cidade de São Paulo através de trabalhos de campo, entrevistas com artistas e pessoas ligadas ao meio artístico, como marchands e galeristas, e também através de dados fornecidos pelas Secretarias de Cultura municipal e estadual, instituições e associações voltadas à arte e cultura. Além da localização, o processo de levantamento permitiu visualizar a dinâmica desses diferentes fixos, entre museus, galerias, feiras e ateliês e seu papel no circuito de arte da cidade. Também foram utilizados sites cuja proposta vincula-se à venda, exposição e divulgação da arte, entre instituições públicas e privadas. Assim, foram recolhidas informações contidas nos sites e feita a relação dos fixos e suas localizações. Esses fixos encontram-se divididos nas categorias: museus, ateliês, galerias e feiras e espaços de grafite.

Para a pesquisa foi estipulado um recorte dos tipos de arte abarcados, o que se mostrou necessário pela amplitude de manifestações artísticas possíveis e realizadas que dificultariam uma proposta de pesquisa pontual. Inicialmente, foram consideradas as manifestações artísticas sob a forma de óleo, aquarela, gravura e grafite. Porém, durante o desenvolvimento da pesquisa foi necessário modificar o recorte por não abarcar formas de pintura que se mostraram interessantes, como a pintura em acrílico. Dessa forma, o recorte voltou-se para a produção de obras de arte em forma de pintura, gravura e grafite. Feito o recorte, procurou-se identificar os locais que contemplam essas formas de arte.

Resultados

O levantamento de museus na cidade de São Paulo correspondeu ao número de 109, e desse total, 22 trazem em seu acervo obras que se enquadram no perfil estabelecido e foram mapeados na pesquisa. A distribuição desses fixos encontra-se concentrada na região central e Oeste, e um dos motivos dessa configuração decorre do fator histórico de ocupação inicial da cidade a partir do centro. Concluímos aqui que, enquanto equipamento cultural, a atual configuração da distribuição dos museus está longe de alcançar toda a população, por concentrar-se majoritariamente em duas regiões da cidade. Observa-se também que a segunda maior região em número de museus, a oeste, corresponde à região mais rica da cidade, com maior concentração de renda. Isso levanta questionamentos

quanto o acesso a esse tipo de equipamento cultural por pessoas de baixa renda, como da região Leste e Sul.

A distribuição das galerias cujas localizações foram recolhidas na pesquisa concentra-se majoritariamente na região Oeste, em bairros tradicionais como a Vila Madalena, Jardim Europa e Pinheiros. Através da pesquisa pode-se perceber que o papel das galerias de arte no circuito de produção e venda de obras é muito importante. Percebe-se a grande influência que exercem na divulgação dos artistas, como um verdadeiro papel de mecenato, possibilitando a valorização de artistas no circuito e seu reconhecimento nacional e internacional, inserindo-os no mercado de arte.

As feiras de arte foram levantadas a partir de dados disponibilizados pela Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo, correspondendo a um total de 44 feiras, que se encontram melhor distribuídas entre as regiões do município do que os outros tipos de fixos contemplados na pesquisa. Ao longo do levantamento, com visitas às feiras e entrevistas realizadas com artistas, constatou-se que do total apontado acima, apenas quatro abordam o objeto de estudo proposto, a obra de arte em forma de pintura, já que muitas voltam-se à produções artesanais que não se encaixam no recorte estabelecido. As feiras de arte da cidade apontadas na pesquisa foram aquelas realizadas na Praça dos Omaguás, na Praça Benedito Calixto, no Parque Siqueira Campos ou Trianon e na Praça da República. As duas primeiras localizam-se no bairro de Pinheiros, a feira do Trianon no bairro Jardim Paulista, e a feira da República no bairro República. Assim, três feiras localizam-se na região Oeste e uma na região central.

Os ateliês correspondem aos dados mais interessantes da pesquisa, por indicar diretamente a local de produção de obras de arte da cidade, o local de trabalho do artista. O número total levantado corresponde a 98 fixos, mas está longe de abranger todos os ateliês da cidade por sua própria natureza, já que não muitas vezes não são divulgados como as feiras, galerias e museus. Desse levantamento, a maior parte concentra-se na região Oeste, em bairros como Pinheiros e Vila Madalena. Uma importante fonte para o levantamento consistiu na Associação Profissional de Artistas Plásticos, que disponibilizou a localização dos ateliês de seus associados.

O levantamento de locais com expressões de grafite foi feito através de materiais disponibilizados pela São Paulo Turismo. Inicialmente, a pesquisa propunha-se perceber qual o espaço e reconhecimento do grafite como arte, e constatou-se que, apesar de existir a divulgação de alguns locais, grande parte desse tipo de manifestação artística não é divulgada, o que restringe o reconhecimento desses espaços. Esse fato remete-se à sua própria natureza, por representar uma forma de manifestação crítica em locais públicos e por isso muitas vezes considerados como um tipo de vandalismo. Também existe a dificuldade em diferenciar as expressões de grafite e de pichação, já que só a primeira é considerada como manifestação artística, o que conseqüentemente dificulta o levantamento através de trabalhos de campo. Ao total, o levantamento contempla 25 locais, que representam assim os espaços reconhecidos de grafite, e estão concentrados nas regiões Centro e Oeste da cidade. Entre eles, encontram-se ruas e viadutos, e também museus, galerias e centros culturais que abordam a temática e compõe o circuito do grafite de São Paulo.

186

Ao longo da pesquisa, entre entrevistas, visitas às associações, galerias e feiras, foi possível visualizar que outros tipos de fixos e atividades participam do circuito de arte de São Paulo, além daqueles previstos no início, e são importantes para o entendimento de sua lógica. Somam-se aos museus, galerias, feiras e ateliês os espaços institucionais, as residências artísticas, o sindicato dos artistas e a Associação Profissional de Artistas, as escolas de arte, os salões de arte, as feiras de maior porte, como a SP-Arte e a feira PARTE, as exposições periódicas como as bienais de arte e os leilões.

Conclusões

A partir dos dados apresentados na pesquisa, é possível analisar a atual distribuição dos fixos de arte na cidade, estabelecendo relações entre sua localização, sua função – como comércio ou exposição – e funcionamento, tendo em conta as concentrações e rarefações indicadas nas cartografias, e questões como centralidade e valorização imobiliária. A tendência observada de concentração de fixos na região Oeste da cidade, como museus, feiras e galerias, relaciona-se, dentre outros, à situação de maior valorização dessa parte da cidade. Assim, os resultados da pesquisa evidenciam um problema objetivo do acesso à arte do ponto de vista geográfico, devido à concentração dos fixos em

determinados bairros da cidade e a pequena ou inexistente presença em bairros pobres. É possível então perceber as dificuldades encontradas na cidade do fazer arte e as circunstâncias contraditórias do mundo em que se faz (ARGAN, 1998). Além disso, constatou-se que o circuito de arte abrange fixos e atividades de variadas funções, além daqueles previstos no início da pesquisa, que se apropriam do espaço da cidade de acordo com sua necessidade e intencionalidade, como indicam o fator de localização.

Referências Bibliográficas

ARGAN, Carlo Giulio. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GRIGG, David. Regiões, modelos e classes. In: CHORLEY, Richard; HAGGET, Peter (orgs). **Modelos integrados em**

geografia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos e Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

Organização do território e acessibilidade na Região Metropolitana de Campinas: o caso do Corredor Metropolitano Noroeste

Valderson Salomão da Silva
valderson.silva@ige.unicamp.br
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: transporte urbano, acessibilidade, redes geográficas.

O presente trabalho fundamenta-se na pesquisa de iniciação científica atualmente em desenvolvimento pelo autor, sob a orientação do Professor Doutor Ricardo Castillo e com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Por meio deste espaço de diálogo, o objetivo é compartilhar resultados parciais sobre como o Corredor Metropolitano Noroeste vem contribuindo efetivamente para a ampliação da acessibilidade na Região Metropolitana de Campinas (RMC), no interior do estado de São Paulo.

188

Neste estudo, entende-se por acessibilidade o conjunto de meio materiais, normas e serviços que, reunidos em determinada porção do espaço geográfico, tornam possível a realização de deslocamentos de pessoas, bens ou informação (CASTILLO, 2012). Ainda que as condições intrínsecas a um agente qualquer sejam as mais favoráveis à sua movimentação pelo território, a fluidez só poderá se tornar efetiva se redes infraestruturais, as redes-serviço e os sistemas de normas possibilitarem isso. Dessa maneira, a análise da acessibilidade torna-se condição necessária, embora não suficiente, para a compreensão das questões relacionadas à mobilidade urbana.

O Corredor Metropolitano Noroeste, por sua vez, é um projeto da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU), órgão público estadual responsável pelos transportes de média e baixa capacidades nas regiões metropolitanas paulistas. Foi concebido no início dos anos 2000, logo após a institucionalização da RMC, com vistas à criação de uma alternativa à Rodovia Anhanguera (SP-330) para o deslocamento rodoviário

de pessoas entre os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana, Santa Bárbara d'Oeste e Monte Mor. De acordo com a EMTU, essas sete cidades são responsáveis por 75% do fluxo diário de passageiros da região, o que é feito em grande medida pelo transporte público em ônibus.

Para uma análise do projeto do corredor como um conjunto de elementos da organização do território que tem em vista a alteração nos graus de acessibilidade em parte da RMC, propõe-se a sua divisão em dois aspectos. Enquanto rede infraestrutural ou de suporte, o corredor aparece como sugestão para criação um eixo viário estrutural único, acrescido de algumas extensões perpendiculares, que seria formado a partir da integração física de diversas vias preexistentes na RMC e com adaptação para a circulação de transporte coletivo em faixa prioritária. Enquanto rede operacional ou de serviços, o projeto prevê a reordenação dos sistemas de ônibus metropolitanos nos municípios envolvidos, de modo que as linhas intermunicipais deixem de funcionar em um esquema bairro-centro metropolitano para se ajustarem a um modelo tronco-alimentador (bairro-eixo estrutural-centro metropolitano, com baldeação de passageiros em terminais e estações de transferência).

As alterações infraestruturais e operacionais que compõem o projeto do Corredor Metropolitano Noroeste estão inseridas em um grupo de políticas públicas do governo paulista para melhoria da qualidade do transporte público intermunicipal nas regiões metropolitanas do estado. Com a construção de um sistema viário que prioriza o transporte público, esperam-se ganhos relevantes de velocidade para os veículos coletivos, o que atrairia mais usuários a essa modalidade de deslocamento, ou pelo menos restringiria o êxodo para a motorização individual. Já a racionalização operacional serve à redução dos custos de funcionamento do sistema, pois procura diminuir ou eliminar a distância que os veículos do sistema percorrem sob condições deficitárias (com passageiros insuficientes para cobrir os gastos). De maneira combinada, essas intervenções buscam contribuir com um maior equilíbrio econômico nos sistemas de transportes públicos cujas receitas advêm das tarifas, e isso pode ser convertido, por sua vez, em investimentos no conforto e na confiabilidade dos mesmos.

Após sair parcialmente do papel, no entanto, o projeto em questão apresenta diferenças significativas com relação à proposta idealizada inicialmente pela EMTU. Conflitos políticos diversos, envolvendo interesses muitas vezes divergentes do poder público estadual, das autoridades municipais, das empresas operadoras de ônibus e da sociedade civil acabaram por alterar boa parte do que era sugerido para a implantação do corredor. O que se realiza de fato no território com as obras infraestruturais e com a reorganização operacional é incapaz de gerar sequer uma fluidez potencial, comprometendo-se, assim, a mobilidade urbana, que é fluidez efetiva.

Com o início das intervenções de âmbito infraestrutural, em 2006, muitos subtrechos do Corredor Metropolitano Noroeste tiveram suas obras postergadas indefinidamente. A inauguração da porção concluída, no ano de 2008, revelou um corredor constituído por vias com condições de trânsito muito distintas, sem articulação entre si. No trecho que corresponde ao lote 1, entre Campinas e Hortolândia, a reforma e a implementação de faixas exclusivas e prioritárias nas avenidas Lix da Cunha e Olívio Franceschini, junto à construção dos terminais metropolitanos daquelas duas cidades e da Estação de Transferência Anhanguera, foram as ações que modificaram de maneira mais radical a acessibilidade na área sob influência do corredor. Ainda assim, outras tantas estações de transferência de embarque deixaram de ser construídas, vias de integração não foram implantadas ou adaptadas (especialmente a ligação entre a Av. Olívio Franceschini e a Rodovia SP-101) e a ligação entre Monte Mor e Campinas foi excluída do projeto. Sem esses elementos, as redes operacionais dos sistemas de ônibus não puderam ser reorganizadas, uma vez que os fixos são necessários ao balizamento dos fluxos.

O trecho do lote 2, entre Hortolândia e Sumaré, acabou quase que inteiramente comprometido pelos conflitos entre a prefeitura sumareense e o governo estadual. O sistema viário, os terminais e as estações de transferência propostos não puderam ser materializados, e o máximo que pôde ser feito foi a reforma de uma estrada vicinal incapaz de servir à operação de um corredor de ônibus. Até o presente momento, os conflitos referentes à porção do Corredor Metropolitano Noroeste em Sumaré não foram plenamente resolvidos.

O lote 3, que vai de Nova Odessa até Santa Bárbara d'Oeste, passando por Americana, teve seu início postergado por anos. No primeiro semestre de 2013 as intenções em retomar as obras do Corredor Metropolitano Noroeste por meio desse lote foram anunciadas pela EMTU. Apesar de estar tudo certo para o início das atividades ainda nesse ano, é possível atentar para o fato de que o projeto executivo não parece trazer alterações definitivas para a acessibilidade na RMC. Dessa vez, um ponto importante para se ressaltar é o plano de operação projetado, que prevê a manutenção de boa parte das linhas intermunicipais atualmente existentes, o que concorreria com o serviço tronco-alimentador proposto e prejudicaria, conseqüentemente, o equilíbrio econômico deste.

Ainda está cedo para a formulação de conclusões definitivas, tanto porque a pesquisa ainda está em andamento, quanto pelo fato de que o projeto em estudo ainda encontra-se em processo de reformulação, para tentar reverter alguns problemas como os apontados brevemente neste texto. Mas alguns resultados parciais podem ser pontuados. Primeiramente, parece ser cada vez mais evidente que questões políticas de natureza conflituosa sempre estiveram na base das decisões sobre as diretrizes do Corredor Metropolitano Noroeste, eventualmente disfarçadas sob argumentos técnicos e financeiros. Sendo uma intervenção relevante no território da RMC, o projeto propicia, desde sua concepção, disputas de interesses entre os mais diversos grupos sociais, o que acabou ocasionando uma constante transformação do projeto ao longo dos anos. De fato, essas disputas acabavam desembocando sempre em um atrito entre autoridades locais e empresários do setor de transportes da região, de um lado, e os planejadores e administradores do governo estadual paulista, de outro.

Com relação ao resultado materializado dessa disputa de interesses, cabe observar como o acúmulo de alterações feitas na proposta original acabou por comprometer os principais objetivos do projeto. Como está atualmente, a infraestrutura do corredor é incapaz de possibilitar a reorganização dos sistemas de transporte público por ônibus na RMC, mantendo um serviço de baixa qualidade aos usuários e sobrecarregando cada vez mais as vias da região com um tráfego misto de ônibus metropolitanos, caminhões e, principalmente, automóveis.

Referências bibliográficas

CASTILLO, R. **Redes geográficas e território brasileiro.** Relatório de Atividades apresentado ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, referente à Licença Especial, fruída no período de 01 de setembro de 2011 a 29 de fevereiro de 2012. Campinas, 2012.

EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS (EMTU). **Corredor Metropolitano**

Noroeste.(Apresentação de Slides), 2005. Disponível em: <www.stm.sp.gov.br>.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano nos países em desenvolvimento:** reflexões e propostas. São Paulo: Editoras Unidas, 1996.

Usos do território e fluidez: os nexos entre o aeroporto de Guarulhos (SP) e a mobilidade urbana na cidade de São Paulo

Luciano Pereira Duarte Silva
luciano.silva@ige.unicamp.br
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: usos do território, políticas de mobilidade urbana, aeroporto de Guarulhos (SP).

O principal objetivo que essa pesquisa busca atingir é o de compreender a dinâmica das relações verticais entre os entes federados na questão das políticas de mobilidade urbana entre o Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP) e a cidade de São Paulo. Para tanto, busca-se, da mesma forma, analisar as políticas de implantação de novos sistemas de transporte que buscam dar maior fluidez territorial entre esses lugares, especificamente após sua ampliação e modernização do aeroporto.

Para tanto, o presente estudo procura realizar tais análises a partir da perspectiva geográfica que compreende a categoria de território usado enquanto sinônimo de espaço geográfico e, portanto, objeto de estudo dessa disciplina (SANTOS, 2002). Tal partido de método autoriza uma análise das redes geográficas que seja indissociavelmente política e técnica, tendo a rede de transporte de passageiros como enfoque analítico dessa pesquisa.

A distribuição das redes geográficas, portanto, são condicionadas pelo espaço geográfico, ou seja, por um sistema de ações e um sistema de objetos (SANTOS, 2009) que acabam por tornar os lugares mais ou menos acessíveis, segundo a densidade ou rarefação das vias (VASCONCELLOS, 1999). A mobilidade, por sua vez, não se realiza somente pela presença das redes, mas, ao mesmo tempo, pela possibilidade dos indivíduos utilizarem os mesmos (ULIAN, 2008).

A partir de tal abordagem das redes, principalmente nos contextos de grandes cidades e metrópoles, fez com que Jacques Levy (2001) propusesse o conceito de velocidades múltiplas. Conceito que procura desmitificar a ilusão que a continuidade do construído dá ao sistema urbano, revelando sua falta de integração. Isso fica ainda mais evidente no caso brasileiro, pois a partir de 1988, com o estabelecimento do município como terceiro ente federado e, portanto, uma das federações mais descentralizadas do mundo (CATAIA, 2011), fez com que progressivamente as competências na execução de políticas públicas, dentre elas o planejamento urbano e de mobilidade urbana, também se descentralizassem.

No entanto, as grandes cidades ou metrópoles, como é o caso de São Paulo, se mostram como espaços de profunda inércia à renovação dos sistemas de transporte, dado ao acúmulo de materialidades pretéritas; e, ao mesmo tempo, a grande diversidade de agentes, com competências e intencionalidades singulares, que influem sobre os mesmos. Dentre esses agentes, essa pesquisa procura se debruçar mais atentamente sobre os entes federados, União, estado e municípios.

194

As principais tensões observadas, no contexto da pesquisa, podem ser encontradas nas relações entre União e estado. Isso se dá a partir da decisão do governo federal, por meio da Secretaria de Aviação Civil, mais especificamente da Infraero, de seguir algumas ações indicadas pelo relatório elaborado pela consultoria McKinsey & Company. Nesse, o Aeroporto Internacional de Guarulhos aparece como o caso mais urgente, dentre os maiores aeroportos brasileiros. Para solucionar o conjunto dos problemas existentes nesse aeroporto o relatório propõe um conjunto de ações a serem tomadas, dentre todas o governo federal acata cinco, sendo as mais relevantes, sua concessão e a construção do Terminal de Passageiros 3.

Dado essas ações sobre o aeroporto de Cumbica, o fluxo já crescente de pessoas que utilizam o mesmo será ainda mais potencializando, sendo exigido, portanto, maior acessibilidade a esse lugar. Das viagens geradas a partir/até o aeroporto é possível observar dois conjuntos de áreas geradoras/receptoras: a cidade de Guarulhos e as zonas de

origem/destino localizadas mais ao leste do município de São Paulo; e o centro expandido da cidade de São Paulo.

O governo estadual, dado sua competência na execução de políticas públicas para as áreas metropolitanas, propõe Plano Integrado de Transportes Urbanos (PITU 2025) como forma de conjugar os projetos elaborados pelas empresas estatais responsáveis pela gestão dos modais de transporte metropolitano. Nesse conjunto de projetos é possível observar a preocupação com o aeroporto de Guarulhos a partir dos projetos: Corredor Metropolitano Guarulhos-São Paulo (EMTU); Alça Norte do Rodoanel; Trem Expresso Aeroporto-São Paulo; Linha 13-Jade – Engenheiro Goulart.

Dentre esses projetos, se destacam o Trem Expresso Aeroporto e a Linha 13-Jade, pois, enquanto o projeto da Linha 13-Jade se altera, para atender diretamente o aeroporto, entregando-o ao sistema CPTM, e atendendo à demanda encontrada na zona Leste do município; o Trem Expresso, que atenderia fortemente as viagens geradas até/a partir do centro de São Paulo, é cancelado pelo governo estadual, com o argumento de se chocar com o projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV), do governo federal.

Já no âmbito municipal, vemos um descaso por parte do município de São Paulo, enquanto uma enorme preocupação do município de Guarulhos, em relação ao aeroporto. No caso de Guarulhos, ela procura viabilizar projetos de corredores de ônibus e implantação de um Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que atendam o aeroporto. No entanto, esses se voltam somente à área do município, sem relação com a cidade de São Paulo.

Com base nessas ações e políticas de mobilidade urbana entre o Cumbica e a cidade de São Paulo, é possível observar uma relação conflituosa e divergente entre a esfera federal e estadual, dado a sobreposição de áreas (CASTRO, 1997) dos projetos de cada ente. Isso acaba refletindo em um planejamento descompassado e divergente, não realizando, de fato, um sistema de transporte de passageiros integrado.

Referências bibliográficas

CASTRO, Iná Elias. Solidariedade territorial e representação: novas questões para o pacto federativo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, 1(2), 1997.

CATAIA, Márcio. Federalismo brasileiro: as relações intergovernamentais analisados a partir das transferências voluntárias (União/Municípios).

- Revista Geográfica de América Central.** Costa Rica, número especial EGAL, p. 1-16, 2011.
- LEVY, Jaques. Os novos espaços da mobilidade. **GEOgraphia.** Rio de Janeiro: vol.3, nº6, p.7-17, 2001.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2002.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2009.
- ULIAN, Flávia. **Sistemas de transporte terrestres de passageiros em tempos de reestruturação produtiva na Região Metropolitana de São Paulo.** 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- VASCONCELLOS, Eduardo. **Circular é preciso, viver não é preciso: a história do trânsito na cidade de São Paulo.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

A espacialidade do sistema de microcrédito no município de Limeira: o Banco do Povo Paulista

Maria Magali Matias de Assis
mmm3s3@hotmail.com
Unesp – Rio Claro

Palavras-chave: microcrédito, banco do povo paulista, circuito inferior.

O objetivo deste trabalho é analisar o efeito das políticas de microcrédito no circuito inferior da economia, as resistências, eficácia ou não dos projetos já adotados no Brasil e especificamente o papel do Banco do Povo Paulista no município de Limeira. Para a investigação é necessário compreender a história do crédito no território brasileiro, para isso partiremos da contribuição de Fabio Contel.

Foi proposta de Fabio Betioli Contel, em sua tese de doutorado “Território e Finanças: normas e topologias no Brasil” (2011) investigar o surgimento do sistema financeiro e suas implicações sobre o território, em especial no Estado de São Paulo. Para isso o autor elege como principal categoria para análise o espaço geográfico como forma, dotado de um conteúdo ou conteúdos sejam eles técnicos, normativos, econômicos e sociais, segundo Milton Santos (1996), um espaço híbrido. O sistema financeiro é, portanto, conteúdo normativo e ao mesmo tempo técnica que influencia a materialização do capital no espaço geográfico. Nesse viés, a proposta deste trabalho é analisar a concessão de crédito, em especial, o microcrédito, os atores e as ações através da atuação do Banco do Povo Paulista no município de Limeira.

O Brasil é um país que possui peculiaridades, dada a sua constituição histórica, e na economia, apresenta também diferentes processos de evolução econômica, resultado das regionalizações espontâneas que também oferecem resistências às mudanças e, portanto, produz espaços geográficos distintos.

A intervenção do Estado sempre foi uma alternativa para equiparar as condições de desenvolvimento entre as regiões, da mesma forma em que financia e

privilegiam grandes sistemas de engenharias nas regiões mais dinâmicas, no caso do Brasil as Regiões Sul e Sudeste. Os bancos nacionais e estrangeiros têm forte papel na creditização destes sistemas de engenharia. Para as pequenas economias, são criadas políticas públicas a fim de suprir a deficiência do sistema financeiro em abarcar essa fatia da população geralmente inserida na atividade informal. O papel do Banco do Povo Paulista assim como demais instituições que serão investigadas na execução deste trabalho é fomentar negócios individuais ou coletivos que promovam a democratização do crédito e o fortalecimento das economias locais.

A Lei Federal 10735, de 11 de setembro de 2003, estabelece que 2% do total de depósitos efetuados à vista nos bancos devem ser destinados à operações de microcrédito. Os bancos comerciais podem utilizar várias formas de repasse destes recursos, optando por desenvolver programas próprios ou apoiar instituições especializadas em microcrédito objetivando a geração de emprego e renda (SOARES, 2007).

Na esfera federal é papel do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), através do Departamento de Economia Solidária, repassar os recursos para as instituições especializadas, com a função de regulação e aplicação da lei. Na esfera estadual, em particular, no Estado de São Paulo, foi criado o Banco do Povo Paulista, que tem entre os seus objetivos específicos: “aumentar a renda familiar; estimular o empreendedorismo e a criação de novos postos de trabalho; desenvolver o município” Estes são os atores e suas ações, porém, com o intuito de buscar uma visão geral e dialética entre a proposta e a resposta destas políticas públicas de microcrédito, é de fundamental importância analisar a eficácia como também a abrangência destes recursos, suas limitações e deficiências já que o Banco não atua como um banco em si, com depósitos diretos, mas sim como agência de fomento, uma intervenção indireta no lugar, pois o Banco do Povo Paulista trata-se de uma decisão da esfera estadual que elege quais os municípios que serão beneficiados como o projeto. A partir desta premissa, abre-se aí a possibilidade de inúmeras investigações, as quais teremos que nos limitar, focando seu mapeamento e efeito dentro da comunidade se assim for confirmado.

O Banco do Povo Paulista tem como objetivo fomentar micro e pequenos negócios familiares ou não, como forma de democratizar o crédito, estimular o empreendedorismo, como também a criação de novos postos de trabalho que possa resultar num desenvolvimento para o município. O programa aponta que uma das razões do êxito no atendimento desse público que busca o crédito é a alta qualidade no atendimento, sem visão paternalista e assistencialista, pois é feita uma análise criteriosa do perfil dos assistidos pelo Banco do Povo Paulista, além da exigência de avalista e a alienação fiduciária.

A busca por este tipo de creditação pela população ainda é tímida visto que a divulgação dos serviços não é estimulada através de marketing em associações, profissionais contábeis e sindicatos. Aqueles que buscam o financiamento para o microcrédito já estão inseridos numa atividade produtiva e acabam por conhecer essa alternativa através de terceiros, que não os setores do próprio município.

Neste sentido, o nosso objetivo do é mostrar como se distribui o microcrédito no município de Limeira através do Banco do Povo Paulista, quem são os atores e qual é a repercussão deste atributo no município. A agência de fomento aqui é vista no nosso trabalho como conteúdo que pode ou não moldar a forma (materialização) no espaço.

A realização deste projeto pauta-se na investigação do Banco do Povo Paulista no município de Limeira e para tal resultado será necessário um estudo sobre a própria instituição como também uma periodização histórica da concessão de crédito e microcrédito no território brasileiro, no Estado de São Paulo para entender os agentes hegemônicos e as heterogeneidades produzidas no lugar. Para atingir tal intuito foram escolhidos alguns trabalhos produzidos sobre microcrédito, inclusão, território e finanças além que podem e devem ser relacionados com o tema dessa pesquisa que é a atuação do Banco do Povo Paulista. Segundo Milton Santos (1996), o espaço geográfico é uma categoria da geografia mas é um híbrido que engloba a materialidade do mundo, uma forma, e é dotado de conteúdos técnicos, normativos, econômicos e sociais.

A importância das finanças e da creditização na história é que ela produz materialidade, altera a função e a forma do espaço geográfico. Em toda a história

econômica brasileira, vemos a intervenção do Estado conforme os períodos históricos como também a sua articulação para reduzir os custos operacionais e econômicos a medida que o financiamento cria necessidades no território, exige expansão e custo. Essa dinâmica produzida pelo capital ora seja criando grandes sistemas de engenharia, ora criando mecanismos que reduzam as desigualdades resultantes das intervenções no Estado são “pano de fundo” para a compreensão da necessidade na atual conjuntura, da criação por parte do governo Estadual de um mecanismo que possa atender a um setor da população geralmente impossibilitada de ter acesso ao crédito, porém com um grande poder de criar resistências nos lugares.

Os pequenos e micro empreendedores são responsáveis pela geração de renda e portanto, circulação, fluxo em regiões e setores desestimulados pela ausência de políticas públicas. O que alguns trabalhos escolhidos para a realização deste projeto indicam é que há por parte do governo federal, estadual e municipal mecanismos projetados para atender a esta demanda como forma de geração de renda, emprego e formalização de negócios, que tange desde o planejamento, suporte para a criação e sustentação de novos negócios.

No seu livro “Território e finanças: técnicas, normas e topologias no Brasil, Fábio Betioli Contell traça um levantamento histórico do sistema financeiro no país, com as reformas realizadas no período, que vão do incentivo a integração financeira no território.

A metodologia se confirma em uma forma de desvendamento do real. A ciência tem por tarefa investigar os elementos que compõe o espaço direta ou indiretamente, entre objetos e ações como também nas subjetividades e contradições que são reveladas na pesquisa. São partes essenciais na realização deste projeto a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e o trabalho de campo.

Referências bibliográficas

BENKO, Georges e Alain Lipietz (orgs.). **As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes:** os Novos Paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras: Celta Editora. 1994.

CONTEL, Fabio Betioli. **Território e finanças:** técnicas, normas e topologias

bancárias no Brasil. Fabio Betioli Contell. São Paulo: Annablume, 2011.

HIRSCHIMAN, Albert O. **De consumidor a cidadão.** Atividade privada e participação na vida pública. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.

- OLIVEIRA, Francisco de (1977). *Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra (5ª Ed.).
- PIMENTEL, Vinícius; KERSTENETZKY, Célia Lessa. **Microcrédito:** por que os bancos privados não bancam? UFF / Economia, Niterói- RJ. TD 242, 2008.
- SANTOS, Milton. O Dinheiro e o território. *Geographia. Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF*. Ano 1. No. 1 1999. P. 7-13
- SANTOS, Milton. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ações. In: **Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR**, Salvador, p. 35-39, 1991.
- SOARES, Marden M.et al. **Microfinanças:** O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. Brasília: Banco Central do Brasil, 2007.
- SILVA Jr, Gilberto Oliveira. BNDES: Promovendo um ordenamento territorial desigual. In **Anais do XVIo. Encontro Nacional de Geógrafos**. AGB/Rio Branco. 2006.
- RATTNER, Henrique, (coord.). **Instituições Financeiras e Desenvolvimento Tecnológico Autônomo:** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. São Paulo: IPE/USP/FIPE/FAPESP, 1991.

Em busca de uma nova leitura das invisibilidades nas cidades corporativas: o conceito de escala e a produção da periferia urbana mais recente de Campinas-SP

Helena Rizzatti Fonseca

helenarizzattifonseca@gmail.com
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: periferia urbana, espaços luminosos e espaços opacos, escalas geográficas.

202

Para buscarmos compreender o processo de urbanização mais recente da cidade de Campinas-SP, com destaque para a periferização engendrada recentemente, é necessário também discutirmos importantes compreensões utilizadas na Geografia para a análise do espaço urbano. Focaremos nesse resumo expandido, após apresentarmos o processo de urbanização tal qual se dá em Campinas-SP, na releitura do entendimento do conceito de escala para o estudo das ocupações de terras urbanas por parte da população com menor poder aquisitivo residente na cidade.

Campinas acompanha o processo de urbanização brasileiro, transformando-se nas últimas décadas numa cidade corporativa e fragmentada (SOUZA, 2008). Ao analisarmos a história das sucessivas transformações do espaço campineiro nota-se a constituição de uma importante densidade técnica, científica e informacional (SANTOS, 2000) ao longo do século XX. Campinas participa ativamente da nova divisão territorial do trabalho fundada na variável informação, acolhendo objetos (formas geográficas) e ações condizentes com esta nova vaga de modernizações. A cidade é hoje lugar para diversas redes privadas e públicas que perpassam o território brasileiro e um centro de informações científicas e econômicas.

Todavia, apesar de Campinas ser este lugar que detém conteúdos técnico-informacionais importantes para a difusão das modernizações no território brasileiro, a

cidade acompanha a tendência do processo de urbanização no país, conduzido em grande medida por interesses corporativos. Tais interesses se utilizam dos mecanismos da especulação, da distorção da legislação urbana e dos orçamentos públicos, bem como da manipulação das informações e, dessa maneira, configuram um território usado (SANTOS; SILVEIRA, 2001) pautado na fragmentação e na segregação.

A cidade está entre os quinze municípios brasileiros com maior população residente em aglomerações subnormais, segundo o Censo de 2010 (IBGE). Configura-se, então, um espaço urbano que abriga as modernizações, mas incapaz de responder às necessidades de grande parte da sua população e, desse modo, reprodutor de uma pobreza estrutural (SANTOS, 2000). Constituem-se, assim, de acordo com Santos e Silveira (2001, p. 264) os denominados:

espaços luminosos [como] aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações.

*As ocupações de terras urbanas*¹, cada vez mais presentes nas metrópoles e grandes cidades do Brasil a partir do final da década de 1970 (RODRIGUES, 1988), são manifestações dessa urbanização corporativa² incorporada pelo país (SANTOS, 1990). Tratam-se de formas-conteúdos da reprodução da vida nos espaços opacos.

Com as mudanças no modo de produção capitalista provindas da ascensão do paradigma econômico da produção flexível e o conseqüente acirramento do processo de globalização, nas décadas de 1980 e 1990, alteram-se as dinâmicas de apropriação da terra urbana e o acesso à moradia nas metrópoles dos países periféricos (MARICATO, 1996, CALDEIRA, 2003).

1Entendemos as ocupações de terras urbanas como as invasões de terrenos privados e públicos dentro do perímetro urbano pela população de baixa renda salarial.

2De acordo com M. Santos (2009a, p. 143) “A partir de um equipamento seletivo do território, dá-se uma urbanização corporativa rapidamente crescente e despontam metrópoles e cidades corporativas, onde, de um lado, a modernização do meio ambiente construído favorece as grandes empresas e, de outro, o êxito das reivindicações dos grupos sociais vai depender de pressões corporativas. Nessas condições, parcela importante dos recursos públicos se dirige a um equipamento urbano seletivo, do interesse da economia hegemônica e das camadas sociais hegemônicas.”

Santos (1990) entende que a cidade é composta por diversas frações urbanas e cada uma delas tem aglomerações dotadas de características próprias, tanto no que se refere ao meio ambiente construído e às infra-estruturas, quanto no que se refere às condições sócio-econômicas locais. Como o autor indica “A região deixa de ser um nível de análise suficiente e vamos cada vez mais encontrar como níveis de análise fundamentais, o universo, a nação e o lugar.” (SANTOS, 1988, p. 60).

Para o estudo dessas periferias espalhadas por todo o território nacional e os países de Terceiro Mundo, o autor supracitado (1987) traz duas maneiras de realizar tal análise: na primeira leva-se em conta “a situação do homem enquanto produtor, consumidor ou exclusivamente enquanto cidadão no interior de um espaço não-uniforme” (ibidem, p. 86, grifo do original), e para essa análise “Cada lugar é aqui definido por sua própria história, ou seja, pela soma das influências acumuladas, provenientes do passado, e dos resultados daquelas que mantêm maior relação com as forças presentes” (ibidem). Na segunda abordagem há um complemento à primeira, e leva-se em conta os “parâmetros cuja escala é externa ao lugar, só que muitas vezes eles determinam uma estrutura interna específica a cada ponto do espaço.” (ibidem).

204

Sposito (2011, p. 125) explica que: a constituição do sistema-mundo a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista fez com que a realização da vida econômica se dê em escalas progressivamente mais abrangentes, e assim também as relações políticas e sociais. Tal fato exige de nós uma mudança metodológica para análise da realidade, pois é preciso que, mais do que aumentemos a escala de análise, aprendamos a “articular entre si escalas cujos âmbitos de realização social e econômica se sobrepõem, se combinam e entram em conflito simultânea e continuamente” (idem, p. 127).

O geógrafo Corrêa (2003, 2011) explica que o conceito de escala envolve quatro acepções: “escala enquanto tamanho (economias de escala); escala cartográfica (1:2000, ou grande escala em mapa geográfico); escala espacial, ou área de abrangência de um processo ou fenômeno (local, regional, nacional, global); e escala conceitual, ou as relações entre um objeto de pesquisa, os questionamentos e teorias pertinentes e suas

representações cartográficas.” (2011, p. 41). Interessa-nos aqui a escala espacial e a escala conceitual.

Corrêa (2011) define ainda que a escalaridade é dotada de uma respectiva temporalidade, sendo uma integrante da espacialidade humana. A globalização é, então, o “estágio superior da escalaridade humana criada por poderosas corporações multifuncionais e multilocalizadas, cujas ações levaram à compressão espaço-temporal em níveis impensáveis há 50 anos.” (ibidem, p. 42). O estágio superior da escalaridade humana se deve a chegada ao estágio superior até o atual momento da história global, a compressão tempo-espaço. Nas palavras de Santos (2000) vivemos o período da *unicidade técnica* e da *convergência dos momentos*.

Harvey (2003) aponta importantes observações para essa análise considerando diferentes escalas do espaço e das ações e ressalta que:

as escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte e comunicações), bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e as alianças geopolíticas etc.). Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo em que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes. (...). Temos (...) de pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescares como intra-escares.(p. 109 e 112)

Sposito (2011) e Serpa (2011) sugerem ainda a necessidade do estudo da *diferença* para além da simples observação da existência das desigualdades, sendo estas sociais, econômicas, técnicas, ambientais, enfim geográficas, que se dão em intensidades e formas diferentes. Eles indicam o estudo dos bairros da periferia geográfica das cidades como uma possibilidade de encontro dessa renovação metodológica.

Para isso, precisamos treinar nossos olhares para a leitura da “combinação complexa de fluxos e modos de organização e constituição de redes (econômicas, sociais, políticas, culturais, urbanas) que não se estruturam apenas hierarquicamente, mas resultam de múltiplos fluxos, estabelecidos horizontalmente e transversalmente.” (SPOSITO, 2011, p. 131). Devemos, assim, encontrar as diversas articulações entre o próximo e o distante, e entre os *lugares opacos* e os *lugares luminosos*.

No trabalho a ser desenvolvido realizaremos esse adentramento nas análises das duas maiores ocupações urbanas de Campinas: a região do Parque Oziel e a região do Jardim Campo Belo. Iremos contar a história da formação desses lugares destacando suas semelhanças e diferenças. Por fim, indicaremos em quais variáveis é possível atingir conclusões considerando a zona opaca da cidade como um todo e em quais variáveis é necessário uma análise mais individual de cada área.

Referências bibliográficas

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em**
- CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011. São Paulo: EDUSP, 2003. [2000]
- CORREÁ, Roberto Lobato. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista Território.** Rio de Janeiro. Ano VII, n. 11, 12, 13. set/out, 2003. (133-136)
- CORREÁ, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2011. (pp. 41-52)
- HARVEY, David. **Espaços da esperança.** São Paulo: Loyola, 2003.
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 1995.
- RODRIGUES, Arlete Moisés. **Moradia nas cidades brasileiras.** Editora Contexto: São Paulo, 1988.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, Milton. O meio técnico-científico-informacional e a urbanização brasileira. **Espaço & Debates.** Revista de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo. Ano VIII, n. 25, 1988. (p. 58-62)
- SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Nobel, 1990.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 2000.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Regina Célia Bega dos. Campinas como pólo tecnológico na reestruturação do espaço urbano regional. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre as Cidades.** São Paulo: Editora Contexto, 2000, (p. 204-211).
- SERPA, Ângelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação

Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. (pp. 97-108)

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de &

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. (pp. 123-146)

SOUZA, Maria Adélia de (org). **A Metrópole e o Futuro:Refletindo sobre Campinas.** Campinas: Territorial, 2008.

208

Políticas públicas e dinâmicas do espaço urbano

A Operação Urbana Rio Verde–Jacu e a reorganização da Zona Leste de São Paulo em função da Copa do Mundo de 2014

Bruno Mercante Lourenço
brunomlourengo@yahoo.com.br
Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: Zona Leste; Copa do Mundo – 2014; Operação Urbana.

Introdução

A Zona Leste da cidade de São Paulo, sobretudo a região de Itaquera, atravessa atualmente um período de valorização fundiária e imobiliária. Caracterizada como uma região periférica e sem serviços básicos de qualidade, a região se adensou a partir dos anos 1960 abrigando trabalhadores e, atualmente, tem parte da área requalificada com o objetivo principal de produzir uma das arenas para o evento Copa do Mundo em 2014 e assim atrair investimentos na região para inseri-la dentro da lógica dos espaços globais, segundo Fix(2000). Santos (1988) afirma que atualmente nos encontramos num estágio no qual nos organizamos em subespaços articulados dentro de uma lógica global.

A partir dos anos 2000, observa-se a Prefeitura e o Governo de São Paulo interessados em refuncionalizar e gerar crescimento econômico na região da Zona Leste.

Os problemas de mobilidade urbana atingem hoje seu ápice, e o Governo do Estado de São Paulo em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo, criaram o Programa de Desenvolvimento Econômico para a Zona Leste. Como principal objetivo, o Programa prevê a criação de empregos na região através da atração de indústrias. A intenção dos governos estadual e municipal era modernizar a economia da zona leste, inserindo-a na economia mundial. Dento do Programa, destaca-se a importância da região, que com as obras concluídas do Rodoanel, terá acesso viário facilitado com as principais estradas que ligam São Paulo às outras regiões brasileiras. O Programa conta com ações estratégicas e instrumentos urbanísticos para modernizar a economia e o espaço. A Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacú, lei 13.872/04, prevista para adequar a

infraestrutura urbana da região será discutida no próximo capítulo deste relatório, enquanto o Programa de Incentivos Seletivos¹, leis 14.654/2007 e 14.888/2009, busca atrair investimentos para o local. A construção do estádio Arena Corinthians, caracterizada como uma arena multiuso é vista pelo Governo do Estado como uma ação estratégica fundamental, sobretudo porque será sede de um evento global como a Copa do Mundo de 2014. Além dos instrumentos e ações estratégicas citadas, busca-se capacitar a mão de obra da região e também criar um Programa de Inovação Tecnológica e Competitividade Empresarial. Assim, será possível, acreditam os governantes, criam um polo econômico da zona leste, especialmente o Polo Institucional de Itaquera.

Objetivos

- a. Contribuir para o entendimento da atual fase de metropolização de São Paulo investigando o novo arranjo espacial que se dará na região de Itaquera (Zona Leste) a partir da Operação Urbana Rio Verde-Jacu. É por meio desta Operação Urbana que a prefeitura de São Paulo pretende viabilizar parte da cidade para a realização da Copa do Mundo de 2014 e atrair o capital corporativo para essa região que até então não apresenta grandes índices de desenvolvimento econômico.
- b. Investigar o Plano de Desenvolvimento da Zona Leste realizado pela Prefeitura de São Paulo com o intuito de analisar os objetivos alcançados.
- c. Investigar as remoções realizadas no espaço

Resultados

A pesquisa foi renovada e está em andamento. Resultados finais ainda não foram obtidos, já que o processo de construção do espaço de acordo com as exigências dos atores hegemônicos na região, FIFA e parceiros, está acontecendo. Entretanto, relataremos agora uma breve consideração sobre as remoções que já aconteceram com a implantação

¹ O Programa de Incentivos Seletivos prevê a redução de 50% no IPTU referente ao imóvel objeto do investimento por 10 anos, redução de 60% no ISS incidente sob os serviços prestados pelo destinatário por 10 anos, redução de 50% no ISS incidente sobre os serviços de construção civil referentes ao imóvel objeto do investimento.

do Parque Linear do Tietê. Entretanto, segundo informações concedidas através de uma entrevista² com o gerente de convênios Ernes da Silva e com o coordenador de obras Eng. Aristides Vieira Machado, responsável pelas obras em Itaquera, ambos funcionários da Dersa, as remoções previstas pela Prefeitura, a maior parte delas, acontecerá quando a Operação Urbana Consorciada Rio Verde-Jacu estiver em execução. Segundo Ernes da Silva, as obras que serão concluídas no ano que vem e que estão sob responsabilidade da Dersa, pouco contribuirão com remoções de famílias.

Inicialmente, acreditávamos que a Operação Urbana Consorciada (OUC) Rio Verde -acu seria o instrumento através do qual a Prefeitura de São Paulo adequaria o espaço próximo à Arena Corinthians para o evento da Copa do Mundo de 2014. Ao longo da pesquisa, todavia, constatamos que o evento Copa do Mundo e a construção do estádio Arena Corinthians servirão como investimento inicial do Estado para atrair o interesse do setor privado para a região e, aí sim, de fato, a OUC Rio Verde-Jacu ser executada.

No atual momento, a OUC Rio Verde-Jacu está com o Plano Urbanístico em elaboração pelo consórcio de empresas vencedor; o consórcio CDIW é responsável pelas intervenções urbanas que acontecerão na Zona Leste dentro do perímetro estabelecido da OUC Rio Verde-Jacu.

As obras de requalificação urbana que estão acontecendo em Itaquera, por enquanto, visam atender as exigências da FIFA quanto a mobilidade urbana e segurança para os eventos previstas na Lei 12.663/12. Estas obras estão previstas para serem concluídas até o início de 2014, já que a Copa do Mundo será realizada nos meses de junho e julho do próximo ano.

As remoções que estão previstas para ocorrerem em virtude da construção do Parque Linear Rio Verde e pela execução da Operação Urbana Rio Verde-Jacu ainda não foram iniciadas. Entretanto, conforme evidenciado em diversos pontos do trabalho, os governos estadual e municipal vem constantemente violando o direito da população com a finalidade de atender as exigências de empresas e instituições internacionais que não

2 Entrevista realizada dia 12/06/2013 na sede da Dersa, no endereço Rua Iaiá, 126, Itaim Bibi, São Paulo - SP

possuem responsabilidade com o território e que possuem como único objetivo lucrar o máximo possível.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Estatuto da Cidade:** Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. - 3. ed. - Brasília :

Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2010.

FIX, Mariana. A fórmula mágica da parceria público-privada: operações urbanas

em São Paulo. **Cadernos de Urbanismo**, nº. 3. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

Arco Metropolitano em Nova Iguaçu: Os impactos do empreendimento sobre a população

Humberto Miranda de Carvalho
humbertogeo@ufrj.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palavras-chave: Arco Metropolitano, impactos sociais, desapropriações.

A cidade do Rio de Janeiro passou por um período de retrocesso econômico depois que perdeu a condição de capital brasileira transferida para Brasília, na década de 1960. Dentre as formas de compensar o resultante enfraquecimento econômico do antigo Distrito Federal foram criados vários Distritos Industriais, assim como a construção do Porto de Sepetiba (hoje porto de Itaguaí) além da projeção da rodovia RJ-109, que conectaria a Baixada Fluminense ao referido porto.

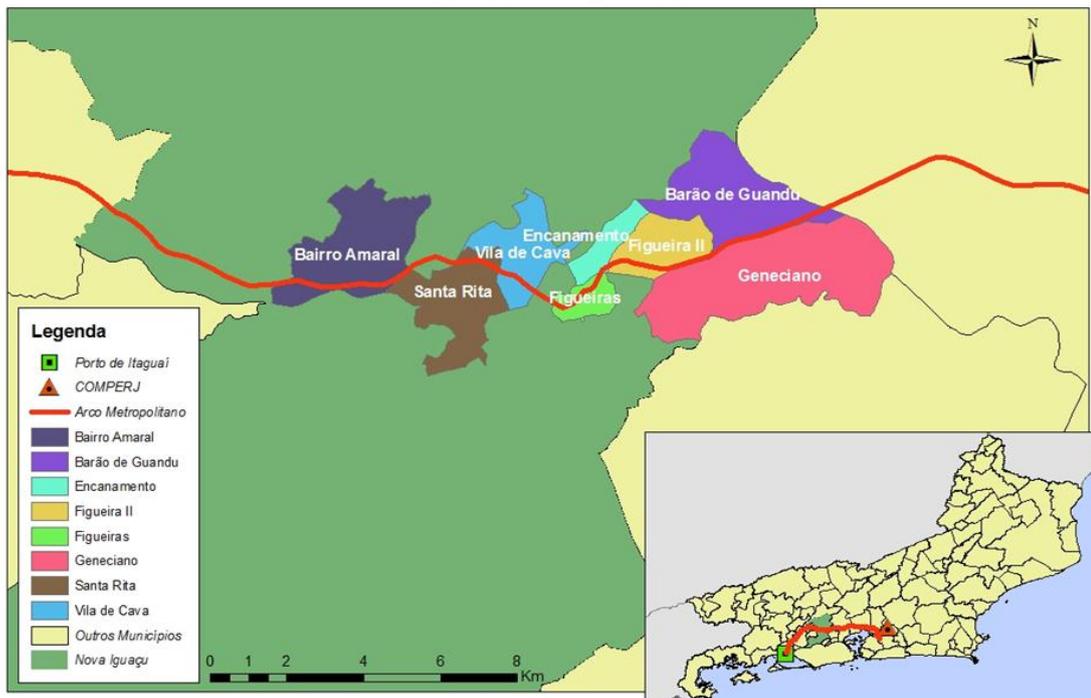
O projeto da rodovia veio a ser retomado em 2006, sob a forma do Arco Rodoviário Metropolitano e fará a ligação entre Itaboraí (localização do COMPERJ) e Itaguaí (localização do porto). A construção do Arco também visa a ampliação de terminais logísticos ao longo da via além de desafogar o trânsito nas principais rodovias do Rio de Janeiro.

O município de Nova Iguaçu é um dos mais populosos de todo o traçado do empreendimento, proporcionando já, mesmo antes de sua conclusão, uma série de mudanças nos modos de organização e práticas no ambiente de vivência de uma parcela da população, engendrando desdobramentos relevantes.

A presente pesquisa busca analisar em que sentido e medida a obra do Arco Metropolitano está modificando a vida das pessoas em Nova Iguaçu, mais especificamente nos bairros: Geneciano; Barão de Guandu; Figueiras; Vila de Cava; Santa Rita; Bairro Amaral.

Figura 1.

ARCO METROPOLITANO EM NOVA IGUAÇU



FONTE: IBGE/ADAPTADO HUMBERTO CARVALHO (2013)

214

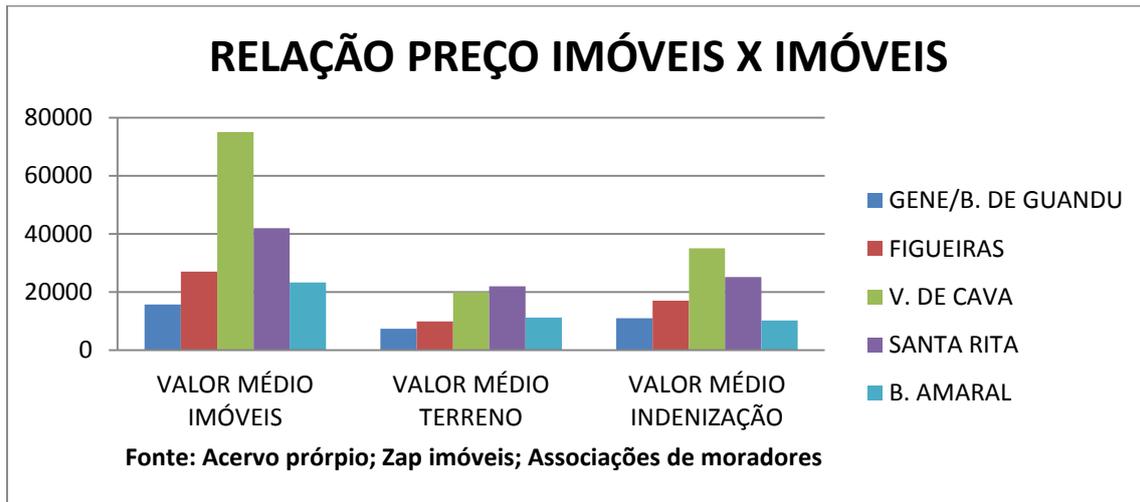
A abordagem sobre impactos aqui é entendido como:

“consequência dos efeitos de um projeto ou prática social. Expressa o grau de consecução dos objetivos em relação à população-meta do projeto. E ainda, o impacto pode ser medido em distintas unidades de análise: a do indivíduo ou grupo familiar, ou em distintos conglomerados societários (comunitário, regional, nacional)”. (COHEN & FRANCO,1999:94)

Durante a realização da pesquisa, foi percebido que a forma como o governo do estado do Rio de Janeiro age sobre a população iguaçuana com a implantação do Arco Metropolitano, através do valor da indenização oferecida, a condicionou ao que Corrêa (1993) classifica como segregação residencial, em que

O estado na sua condição de interventor do espaço urbano condiciona a segregação residencial dos moradores da área de inserção do empreendimento(CORRÊA, 1993).

Figura 2.



Percebe-se que em todas as localidades a especulação imobiliária era maior que o valor da indenização oferecida pelo governo do estado, colocando as famílias a serem removidas numa condição de aceitar o valor da indenização ou a correr o risco do despejo para o prosseguimento da obra. Assim as famílias removidas se viram obrigadas a morar de aluguel na própria localidade (pelo sentimento de afetividade pelo local) ou comprar uma residência de qualidade menor, se comparado a antiga, em uma localidade mais distante mudando o cotidiano de várias famílias em Nova Iguaçu.

O índice de evasão dos bairros ocorreu de forma mais acentuada em Vila de Cava (37,1% dos desapropriados) já que os valores pagos pelas indenizações foram muito aquém da especulação imobiliária do bairro. Nos bairros de Figueira e Amaral os índices de evasão foram semelhantes (18% e 16,6% respectivamente) por conta da disponibilidade maior de residências e terrenos a venda por um preço mais próximo da realidade dos valores das residências e terrenos do bairro. Os bairros de Geneciano e Barão de Guandu não tiveram a saída de famílias por conta das obras, já que a maioria das áreas desapropriadas eram partes de chácaras, logo não proporcionando a remoção efetiva dos moradores, enquanto aos que saíram de suas residências permaneceram morando no mesmo bairro (seja por ter outra residência ou pelo preço acessível de terras próximo a suas antigas moradias).

Figura 3.

Bairros	Total/Domicílios	Domicílios desapropriados	Famílias entrevistadas
Vila de Cava	4702	70	30
Santa Rita	7141	50	15
Figueira	877	40	22
Geneciano	2569	26	12
Bairro Amaral	* * *	21	9
Barão de Guandu	* * *	12	7

Fonte: Acervo próprio; Jornal Iguaçu; ONG COMCAUSA; Jornal Odia; Prefeitura de Nova Iguaçu

-De acordo com a Seobras, ao longo de todo o empreendimento foram desapropriados 1754 imóveis, sendo 70% domicílios;
 -Com a exceção de Vila de Cava e Santa Rita, os demais bairros não possuem os números de desapropriações divulgados.
 -Referente ao total de domicílios de B.Amaral e B. de Guandu, a prefeitura não dispôs de uma quantidade oficial, sendo assim considerado os domicílios de B.Amaral quantificado em St.Rita enquanto B.de Guandu entram na quantificação de Geneciano;

216

Outra constatação foi a ausência de um plano de reassentamento da população removida, através de entrevista aos moradores. Segundo o Relatório de Impactos do Meio Ambiente do Arco Metropolitano (EIA-RIMA), o governo do estado deveria garantir um plano de reassentamento caso as famílias alvos de remoção não aceitassem o valor da indenização.

Depois que a obra começou, as pessoas que não foram desapropriadas afirmaram que o número de assaltos e acidentes com automóveis aumentaram por conta da falta de luminosidade e a "desertificação" da área. Além disso, as famílias que foram desalojadas disseram que enquanto permaneciam nas suas residências esperando uma indenização "justa" foram por vezes intimadas seja por um representante do estado ou pelos operários a saírem do local. As famílias reconhecem que a construção do Arco Metropolitano será benéfica para o desenvolvimento econômico do estado, contudo, todos eles criticam a forma como o governo estadual está agindo sobre a população iguaçuana, seja na remoção ou no cotidiano de quem permanece próximo ao Arco Metropolitano.

Referências bibliográficas

Consórcio Tecnosolo e ARCADIS Tetraplan.
Estudo de Impacto Ambiental-
 Projeto de Implantação Do Arco

Metropolitano Rio de Janeiro BR-493/RJ-109. Rio de Janeiro, 2007.

Consórcio Tecnosolo e ARCADIS Tetraplan.
Plano Diretor do Arco Metropolitano.
Rio de Janeiro, 2011.

VAINER, Carlos B. Deslocamentos
Compulsórios, Restrições à Livre
Circulação: elementos para um
reconhecimento teórico da violência
como fator migratório. XI Encontro
Nacional de Estudos Populacionais da
ABEP. **Anais...** Caxambu, 1998.

TÂNGARI; RÊGO; MONTEZUMA. **Arco
Metropolitano:** Integração e
fragmentação da paisagem
metropolitana. PROARQ/FAU/UFRJ,
2012, p.277.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.**
São Paulo, Editora Ática, 1993.

OSÓRIO, Mauro; LEONARDO, Bruno; SOBRAL,
Barth; CARVALHO, Guilherme;
FILGUEIRAS, Marcos. **Plano Diretor
Estratégico De Desenvolvimento
Sustentável Da Meso-Região Do Arco
Metropolitano do Rio de Janeiro,**
2008.

ERNESTO, Cohen; FRANCO, Rolando.
Avaliação de projetos sociais. Editora
Vozes, 1999. p 94.

A presença da estrutura federal na escala municipal: o Programa Minha Casa, Minha Vida e a aplicação de moradias populares em áreas irregulares nos municípios: um olhar sobre Campinas – SP

Tamiris Barbosa

tamirisbarbosa@hotmail.com

Universidade Estadual Paulista (UNESP) campus Rio Claro

Palavras-chave: políticas habitacionais, solidariedades federativas, periferização.

Com a crescente urbanização das cidades, a questão das moradias populares se tornou o foco de várias reflexões, já que desde o início dos pensamentos sobre as cidades, a população mais pobre era posta mais afastada dos centros urbanos, devido a uma concepção “higienista” de sociedade, assim não integrando as reformas urbanas. Neste sentido, Maricato (1997) afirma que inicia nesse período e consolida-se no século XX a modernização excludente, isto é, o investimento nas áreas que constituem o cenário da cidade hegemônica ou oficial, com a consequente segregação e diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos.

Tal perspectiva é corroborada por Santos (1999) ao destacar que a partir dos anos de 1950 o acentuado aumento do êxodo rural, o acelerado processo de industrialização e o rápido crescimento da população brasileira potencializaram as demandas por habitações. Contudo, não havia políticas públicas capazes de preparar as cidades para receber esse grande contingente de pessoas.

Nesse processo de separação a legislação urbana brasileira tem um importante papel como aparato de dominação. Esse aparato torna-se mais claro nas cidades onde a disputa pelo espaço é mais acirrada, e os agentes produtores, como o mercado imobiliário e o poder público não atuam democraticamente na oferta de espaços com qualidade urbana, tem todos os aparatos necessários para se ter qualidade de vida.

Sendo assim, a legislação urbana, tal como se estruturou, colaborou para construção de grandes desigualdades dentro das cidades.

Essas questões podem ser observadas, de maneira marcante, no município de Campinas, onde serão feitos os estudos apresentados no presente projeto de pesquisa. Ao longo de sua história o município consolidou um processo de segregação urbana, que cada vez mais se acentua com o passar dos anos, consolidando poucas áreas de extremo privilégio em comparação com outras de grande precariedade de aparatos urbanos.

Sendo, essas áreas precárias as mais necessitadas de regularização fundiária e das demais modificações municipais para que sua população viva conforme os preceitos da cidadania, procura-se com este projeto de pesquisa entender a relação do papel do Estado (relações entre a escala federal e municipal) na aplicação de melhorias urbanas e na aplicação de moradias populares no município. Ocorre que o governo federal somente aplica recursos (via Ministérios ou através do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento) em áreas municipais que estejam com a regularização fundiária comprovada. Em Campinas/SP observamos que mais de 230 bairros periféricos encontram alguma forma de irregularidade, ou seja, na periferia onde o auxílio de recursos federais, seja por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida, seja por meio de programas de infraestrutura urbana do Ministério das Cidades os recursos federais para melhorias não chegam já que a formalização de convênios entre os entes federal e municipal seguem regras rígidas apregoadas pela Controladoria-Geral da União (GALLO, 2011).

Para compreender melhor as dinâmicas territoriais dos bairros irregulares, tomaremos como partida o recorte espacial para um bairro, o Jardim Campo Belo, bairro oriundo de assentamentos irregulares, caracterizado como pouco consolidado pelo município e que apresenta inúmeras deficiências urbanas e sociais.

Objetivos

O presente trabalho tem como finalidade principal entender como se processa a aplicação dos programas de melhoria de infraestrutura urbana e de moradia popular, no caso o Programa Minha Casa Minha Vida, nos bairros considerados irregulares do município de Campinas.

A partir do objetivo principal buscaremos apontar como a Prefeitura campineira produz suas políticas públicas de habitação na região do Jardim Campo Belo a partir do Plano Diretor Municipal – e de sua política de Macrozoneamento do Município – associado ao interesse da União, do estado de São Paulo e do próprio município em ampliar o Aeroporto Internacional de Viracopos (cujo processo de concessão à iniciativa privada foi realizado em fevereiro de 2012);

A partir do levantamento dos bairros irregulares em Campinas procuraremos compreender as solidariedades federativas existentes entre os entes da federação brasileira, em especial aquela entre o município de Campinas e a União, haja vista a natureza federal dos recursos oriundos dos muitos convênios para obras de infraestrutura urbana nos bairros campineiros que provêm do Ministério das Cidades e tem vínculo ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

Resultados

Este projeto de pesquisa tem como proposta inicial entender a dinâmica das aplicações vindas do Governo Federal, como os programas de moradias populares e os investimentos voltados para a melhoria das infraestruturas urbanas. Estando, esse projeto de pesquisa, em fase inicial ainda não apresenta resultados.

Considerações finais

O projeto de pesquisa se constituirá de acordo com o levantamento e revisão de bibliografia específica sobre a temática, com o intuito de avaliar e compreender os fatores envolvidos nas aplicações das moradias populares em cidades em que grande parte da população vive de forma irregular. Também buscar-se-á ter um panorama de como a comunidade científica tem elaborado e pensado a respeito desse fenômeno e que assim trará um aporte teórico que possibilite a realização deste trabalho.

Referências bibliográficas

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.

Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.1, p.70-104, 2008. Disponível

- em:http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em outubro de 2013.
- CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/sepla> ma . Acessado em setembro de 2013.
- CANO, W.; BRANDÃO, C. **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, meio ambiente e economia.** Campinas, Unicamp - IE, 2002.
- CATAIA, M. Crise nas Cidades: alienação e resistências. In: SOUZA, M. A. (org). **A Metrópole do futuro: refletindo sobre Campinas.** Territorial, Campinas, 2008.
- FERREIRA, J. S. W. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil Urbano.** Editora FUPAM. São Paulo, 2012.
- GALLO, F. Uso do território e federalismo como evento: a difusão regional de infraestruturas analisadas a partir das transferências intergovernamentais voluntárias entre União e municípios. **Tese de Doutorado** em Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia da UNICAMP, Campinas, 2011.
- HARVEY, D. O Trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In **Espaço & Debates**, nº6. São Paulo, NERU, 1982.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/painel/painel.php>. Acessado em 30 de setembro de 2013.
- MARICATO, E. **Habitação e Cidade.** Série Espaço e Debate. 3 ed., Atual Editora, São Paulo, 1997.
- MESTRE, A. P. Os usos do território e as políticas urbanas: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) - IG/Unicamp. Campinas, 2009.
- NASCIMENTO NETO, P.; MOREIRA, T. A.; SCHUSSEL, Z. G. L. Conceitos divergentes para políticas convergentes: descompassos entre a política nacional de habitação e o programa Minha Casa, Minha Vida. In **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 1, 2012.
- ROLNIK, R. **Exclusão territorial e Violência.** São Paulo Perspectiva, São Paulo, v.13, nº 4, 1999.
- SANTOS, C. H. M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998.** IPEA, Brasília, 1999.
- SANTOS, M. O futuro das megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza. In **Cadernos Metrópole**, nº19, 2008.
- _____. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: EDUSP, 2002.
- _____. **Técnica, Espaço, Tempo.** São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.
- SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e Sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>. Acessado em 30 de setembro de 2013.
- SOUZA, M.A. **Geografias das Desigualdades.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

Políticas públicas como aliadas do planejamento urbano das áreas verdes de Londrina/PR

Carlos Roberto Ballarotti
carlosballa@hotmail.com
UNOPAR

Yoshiya Nagakawara Ferreira
yoshiyanf@gmail.com
UFPR

Palavras-chave: Cidade e ambiente, Gestão urbana, Verde urbano.

222

A cidade de Londrina, localizada no Norte do Estado do Paraná conta com uma população com pouco mais de 500 mil habitantes. O rápido processo de crescimento urbano, a partir de um marco zero instalado por um grupo inglês visou a organização de uma rede de cidades planejadas colocadas em pontos estratégicos, onde existia uma mata densa e contínua. Isso exigiu dos colonizadores, há mais de setenta anos, um planejamento realizado em uma área delimitada de 515 mil alqueires. Esse planejamento teve como concepção uma multiplicidade de ações iniciais pensadas de forma ordenada e estratégica, com ideias capitalistas e empreendedoras de cunho “imobiliário-colonizador”.

Para Nunes (2010), talvez os ingleses não acreditassem que a região onde situava a cidade de Londrina teria uma explosão demográfica tão significativa em tão curto espaço de tempo, contudo investiram em muita propaganda para atrair compradores nacionais e estrangeiros, além de mão de obra para trabalhar na área rural.

Hoje, após mais de oitenta anos desse processo inicial de assentamentos humanos pela expansão das frentes pioneiras, muitos fatos ocorreram no processo de povoamento e nos fluxos demográficos que procediam de outros estados brasileiros. Para Rego (2009), essas pessoas passaram a habitar não só as terras deste empreendimento

inglês denominado inicialmente de *Brasil Syndicate Ltd.*, como também terras ou áreas além de sua delimitação, criando uma subsidiária brasileira denominada de Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP).

Conforme Blum e Oliveira (2005, p. 2), o quadro atual da cobertura florestal no Norte do Paraná revela uma situação alarmante. A região onde predominavam exuberantes florestas, nos dias atuais se encontra muito degradada, constituída de pequenos remanescentes, em diversos estágios de sucessão. A pior situação é que esses remanescentes se encontram fragmentados, não sendo possível a existência de um corredor natural entre eles. No caso do Norte do Paraná, a floresta estacional semidecidual cedeu espaço para a agropecuária e para indústria agrária, sendo que os poucos fragmentos dessas antigas florestas ainda sofrem a pressão antrópica e o risco de total desaparecimento (BLUM e OLIVEIRA, 2005, p. 2).

No município de Londrina, no que sobrou da mata original, verificamos uma pequena porção de 1,04% de florestas muito densas, 0,36% de mata densa, 0,96% de floresta pouco densa e 3,00% de mata muito alterada. Essa porcentagem foi calculada sobre o total da área do município, sendo que totaliza 5,36% de matas preservadas. Isto significa que 94,64% da área do município se encontram ou com as edificações da cidade ou pelos campos agriculturáveis. (FRANÇA, 1997).

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento com o objetivo de destacar o papel e a influência do poder público e privado na gestão do uso do solo urbano, suas políticas em relação às matas que foram destruídas para a ocupação humana e a atual configuração sobre a preservação e manutenção do verde urbano.

Os procedimentos metodológicos têm como suporte principal, a pesquisa bibliográfica sobre a evolução do uso e ocupação da cidade de Londrina, afinando para a problemática do tratamento dos espaços públicos livres e a arborização urbana. A legislação que se refere ao meio ambiente teve um tratamento específico. A pesquisa de campo está sendo efetuada nas vias públicas, praças, bosques e fundos de vale dentro da área urbana de Londrina.

Embora a administração pública da cidade de Londrina se preocupe em criar dispositivos legais para o controle e manutenção dos remanescentes florestais e para o verde urbano, observamos que na prática a legislação existente não é cumprida, seja pela falta de fiscais na Secretaria do Meio Ambiente ou pela falta de consciência ecológica da população.

Apontamos algumas observações da pesquisa e de levantamento de campo efetuadas na cidade de Londrina.

O Parque Arthur Thomas, com área de 85,47 ha, localizado na zona sul da cidade, embora tenha sido beneficiado pelo acréscimo do Parque da Fazenda Refúgio, criando um corredor natural, sofre as consequências do assoreamento do lago Igapó e com a impermeabilização da cidade. Por esse motivo, o córrego Cambezinho, que atravessa o parque, não suporta mais a vazão das águas da chuva, transbordando, destruindo a infraestrutura do local e parte da sua vegetação.

224

Nos canteiros centrais das avenidas localizadas na região sul da cidade, como a Madre Leonia Milito e a Inglaterra, foram erradicadas as árvores para o plantio de flores ornamentais. Com essa atitude os veículos e pedestres ficaram expostos aos raios do sol, perdendo o ar condicionado natural que controla o efeito das ilhas de calor e diminuem a poluição sonora.

No bosque central, por meio de um projeto do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL), foram derrubadas várias árvores com o intuito de dar continuidade à Avenida Piauí para facilitar o escoamento de veículos, ação que foi impedida pelo movimento popular e está sendo julgada. A polêmica sobre o bosque começou após a retirada de dezesseis árvores. O Instituto Ambiental do Paraná (IAP), já havia reagido contra o ato, embargando as obras. Além disso, a ONG MAE entrou com uma ação civil pública que resultou na liminar.

Foi observada também, a diminuição florestal de pequenas reservas existentes dentro da cidade, como no caso da mata localizada ao lado da empresa Agro-Industrial Cooperativa Central (CONFEPAR).

No caso da arborização urbana, observamos na região central a retirada das grandes árvores de espécies como sibipirunas, grevíleas e tipuanas e sua substituição por árvores de pequeno porte como hibiscos, resedás e escovas de garrafa.

Seria necessário que o município de Londrina fizesse um inventário das árvores existentes nas vias públicas e tratasse do seu replanejamento (revisão e diretrizes da arborização urbana). Este processo seria beneficiado caso o Plano Diretor de Arborização do município fosse aprovado pela Câmara Municipal.

Como essa pesquisa se encontra em andamento, estamos analisando atualmente o Plano Diretor de Arborização do Município e fazendo um parâmetro entre as regras dispostas em seus artigos e as ações que encontramos nos locais que se encontram o verde urbano da cidade.

Referências bibliográficas

- ARIZA, C. G.; SANTOS, Douglas Gomes dos. Qualidade ambiental e planejamento urbano. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia. V.9, n. 26 – Jun/2008, p. 224-242.
- BLUM, C. T.; OLIVEIRA, R. de F. **Reserva Florestal Legal no Paraná, alternativas de recuperação e utilização sustentável**. 2005. Disponível em: <<http://www.biodiversidade.rs.gov.br/arquivos/1161520168Reserva_florestal_legal_no_Parana_alternativas_de_recuperacao_e_utilizacao_sustentavel.pdf. >>. Acesso em 08.08.2013.
- FRANÇA, E. T. **Remanescentes florestais do município de Londrina/PR – Mapeamento e análise histórica do desmatamento no contexto da colonização**. 1997. Monografia de bacharelado em Geografia. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.
- LONDRINA. Secretaria do Meio Ambiente. **Projeto de Lei No 233/2010**. Institui o Plano Diretor de Arborização do Município de Londrina.
- NUNES, J. L. A. **Londrina! Cidade de braços abertos: o olhar de um pé-vermelho da segunda geração**. Londrina: Ed. Do autor, 2010. 152p.
- REGO, Renato Leão. **As cidades plantadas: Os britânicos e a construção da paisagem do Norte do Paraná**. Maringá: Edições Humanidades, 2009. 220p.

226

Dinâmicas agrárias e fundiárias no Brasil

Análise de implicações da expansão do setor sucroenergético na dinâmica econômica e socioespacial da microrregião de Limeira/SP

Guilherme Rodrigues Ramos
guilherme.ramos@ige.unicamp.br
Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: Região competitiva, Agricultura, Circuito Espacial Produtivo.

A demanda pelos produtos da cana-de-açúcar é crescente, tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. Nos últimos anos, o preço do açúcar se recuperou no mercado internacional e as perspectivas para o etanol são otimistas.

No Brasil, a cana-de-açúcar ocupa uma área de 8,4 milhões de hectares, gerando 22,85 bilhões de litros de etanol, 36,9 milhões de toneladas de açúcar na safra de 2011 (CONAB). Os investimentos de grupos estrangeiros vêm aumentando, assim como as preocupações em torno das implicações sociais, econômicas e ambientais que a expansão do setor sucroenergético pode acarretar (SZMRECSÁNYI, 2008).

O presente trabalho busca compreender as mudanças na dinâmica econômica e socioespacial na microrregião de Limeira/SP motivadas pela expansão do setor sucroenergético. Para isso, realizou-se um estudo do setor sucroenergético na microrregião a partir da noção de circuito espacial produtivo, analisando simultaneamente a centralidade da circulação na estruturação das diversas etapas do processo produtivo; o espaço como variável ativa na reprodução social; e tendo como foco a atividade produtiva em questão. (CASTILLO; FREDERICO, 2010).

O principal propósito do trabalho consiste em apreender as transformações da dinâmica econômica e a organização/uso do território da microrregião entre 2000 e 2010, envolvendo as relações de trabalho, a dinâmica da população, os investimentos públicos e privados em equipamentos e infraestruturas, o uso da terra agrícola, a implementação de

normas para atrair investimentos para o setor (agricultura e agroindústria) e o comportamento do comércio e dos serviços especializados.

Além da pesquisa bibliográfica, foram realizados levantamentos de dados referentes ao setor sucroenergético; à estrutura econômica e agrícola dos municípios da microrregião de Limeira. Também foram levantados dados referentes às usinas e realizados trabalhos de campo nos municípios da microrregião de Limeira, tendo como foco as Secretarias/Departamentos de Agricultura e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; foram feitas entrevistas com proprietários de terras que cultivam cana-de-açúcar e com trabalhadores nas lavouras de cana.

Localizada no interior do estado de São Paulo, a microrregião de Limeira é composta pelos municípios de Limeira, Iracemápolis, Araras, Leme, Santa Gertrudes, Cordeirópolis, Conchal e Santa Cruz da Conceição, sendo integrante da mesorregião de Piracicaba. A microrregião abrange uma área de 2.312,33 km² e abriga uma população de 578.595 habitantes (IBGE, 2010).

228

A microrregião de Limeira foi determinada como recorte para o estudo devido à presença de usinas do setor sucroenergético em alguns de seus municípios. Recentemente, estas usinas foram adquiridas ou se tornaram parte de grandes grupos desse setor, fazendo com que a microrregião recebesse investimentos internacionais.

A área ocupada com cana nos municípios envolvidos é fortemente predominante em relação a outras culturas. O cultivo de cana-de-açúcar foi inserido na microrregião em consequência dos diversos problemas em relação aos preços das outras culturas (como milho, soja, laranja) e também pelas praticidades oferecidas pela cana-de-açúcar. Segundo os dados mais recentes, a área plantada de cana-de-açúcar na microrregião de Limeira corresponde a 93.650 ha, representando 1,84% e 1,02% de toda a área plantada no estado de São Paulo e no Brasil, respectivamente; a área colhida de cana-de-açúcar na mesma microrregião foi de 89.370 ha; e a quantidade produzida ficou em torno de 7,3 milhões de toneladas, representando 1,72% e 1,01%, do estado de São Paulo e do Brasil, respectivamente. (IBGE, 2011)

Semelhante às estatísticas brasileiras, a microrregião de Limeira concentra sua maior porcentagem do PIB no setor de comércio e serviços, 62,4%, enquanto o setor de indústrias representou 35,24% e o setor agropecuário 2,34% (IBGE, 2009).

A colheita de cana no estado de São Paulo é realizada de maio a dezembro e o corte manual ainda é empregado, apesar do acelerado processo de mecanização da colheita nos últimos anos. Os cortadores devem seguir algumas técnicas para aproveitar o máximo da sacarose da cana-de-açúcar. Existem dois sistemas de amontoamento da cana cortada: os montes e as leiras. O mais utilizado e o modo preferido pelas usinas é o de montes (FERREIRA, 2008), onde os cortadores devem carregar a cana cortada até a terceira rua e empilhá-las com uma distância de dois metros aproximadamente de cada monte.

Na noite anterior ao corte, a cana é queimada. Segundo os trabalhadores, o corte de cana crua é muito mais complicado, com sérios riscos de se machucar e de serem atacados por animais venenosos. A queimada da cana ajuda no corte e na prevenção de outros tipos de acidentes. Entretanto, em alguns casos, a queima da cana é feita durante o dia, e os trabalhadores tem de cortá-la logo em seguida causando um desgaste muito grande ao trabalhador.

Atualmente, as queimadas próximas ao perímetro urbano são proibidas devido à baixa umidade relativa do ar nos meses de inverno, e as queimadas causam e agravam diversas doenças respiratórias aos moradores das cidades. Por esse motivo, não resta outro modo aos trabalhadores a não ser o corte na palha.

A usina é o principal elemento da etapa industrial do setor sucroenergético e, além disso, é o centro de comando do extenso circuito espacial produtivo do etanol (CAMELINI, 2011). Após o corte, a cana tem que ser transportada rapidamente para as usinas, se não há perdas de sacarose. Esse transporte é realizado geralmente por caminhões. Aliás, a cana não deve ser armazenada por mais de dois dias. Por este motivo, grande parte das plantações se concentra próxima às usinas. Existem cinco usinas na microrregião de Limeira/SP, das quais quatro são mistas, ou seja, produzem açúcar e etanol, e uma produz somente o etanol.

A não existência de unidades produtivas em alguns municípios da microrregião de Limeira foi explicada por alguns representantes das Secretarias que isso ocorre pois estes municípios não apresentam grande potencial hídrico e as usinas necessitam de grande disponibilidade hídrica para a produção.

A comercialização e distribuição da produção do etanol são regulamentadas e fiscalizadas no território brasileiro pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) vinculado ao Ministério de Minas e Energia. A comercialização da produção antecede sua distribuição. Assim, as usinas adotam estratégias diferentes que variam de acordo com suas preferências. Algumas apostam na distribuição do etanol ao longo do ano e outras preferem vender nos períodos de safra.

Em termos agrícolas, a microrregião pode ser considerada vulnerável, devido às grandes extensões de monocultura de cana-de-açúcar. Isso pode facilitar a proliferação de pragas, ou caso o setor entre em crise, a grande maioria dos proprietários de terra ou arrendatários terão altos prejuízos. Mas a microrregião está situada em uma região privilegiada em relação ao número de centros de pesquisas e cooperativas que apoiam o setor.

230

Em relação à indústria, a microrregião não fica restrita apenas ao setor sucroenergético, apresentando uma diversidade nos setores industriais. Dentre as cinco usinas presentes na microrregião, quatro pertencem a grandes grupos e apresentam altos índices de produção, portanto, não deixam de ser importantes na questão de geração de empregos e riqueza para a microrregião.

Não foram constatados investimentos por parte dos municípios para a atração de usinas e nem uma competição com outras porções do território brasileiro. Isso se deve ao fato dos municípios buscarem uma maior diversificação na indústria local e por essas usinas estarem há muitos anos instaladas na microrregião, dificultando a entrada ou a criação de novas usinas.

Um grande investimento em logística está sendo realizado em prol do setor sucroenergético, e a microrregião de Limeira está integrada em parte desse projeto. O

Sistema Multimodal de Logística do Etanol, que apresenta investimento público e privado, pretende dar mais eficiência ao escoamento do etanol até os terminais portuários para exportação, reforçando ainda mais o processo de modernização do setor sucroenergético para a inserção do etanol nos mercados internacionais.

Na microrregião de Limeira, a especialização produtiva da cana se dá apenas no âmbito de produção agrícola. No contexto geral, percebe-se que a microrregião é menos vulnerável às oscilações do setor sucroenergético se comparada com os municípios do Cerrado, onde o setor se instalou mais recentemente.

Referências Bibliográficas

- CAMELINI, J. H. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial no Brasil:** o caso emblemático de Quirinópolis, GO. Dissertação de Mestrado do Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, Campinas, 2011.
- CASTILLO, R. A; FREDERICO, S. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro *Mercator*, ano 0, número 18, 2010.
- Companhia de Abastecimento. **Acompanhamento de safra brasileira:** cana-de-açúcar, terceiro levantamento, dezembro/2011. Conab– Brasília, 2011.
- FERREIRA, L. L... [et. al.] **Análise coletiva do trabalho dos cortadores da cana da região de Araraquara,** São Paulo: FUNDACENTRO, 2008.
- SZMRECSANYI, T. **Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira** Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2008.

O rural e o urbano em pequenas cidades da Amazônia: um estudo das relações sociais e da propriedade fundiária em Ponta de Pedras, PA

Bruno Henrique Colombari Moreira

bruhenri@hotmail.com

Universidade do Vale do Paraíba – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento

Sandra Maria Fonseca da Costa

sandra@univap.br

Universidade do Vale do Paraíba – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento

Palavras-chave: rural, urbano, Amazônia

Introdução

232

O conceito de rural e urbano na Amazônia é complexo. Na análise da literatura sobre o rural e o urbano, fica claro a disparidade entre o desenvolvimento de um e de outro. O urbano seria o local da grande concentração humana, do comércio, da indústria, das obras de infraestrutura. Em contrapartida, o rural seria aquele lugar mais distante, de difícil acesso, das atividades primárias e áreas menos povoadas (GUERRA, 2006, p. 97).

O processo de povoamento e urbanização na Amazônia se iniciou com o período de exploração da borracha, o qual, segundo Castro (2008, pg. 13) se apresentava como o momento mais importante na formação da rede urbana da Amazônia, em função do fluxo econômico gerado em torno desse produto, de importância mundial, principalmente no que diz respeito à indústria automobilística. Com a expansão da produção da borracha foram surgindo as pequenas cidades, como núcleo da extração e, conseqüentemente, no escoamento da produção até os grandes centros, como Belém e Manaus (CASTRO, 2008, p. 18). Atualmente, as pequenas cidades são centros locais, com baixa articulação e atuação restrita, sendo sua ação vinculada aos grandes centros (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

Em pesquisa realizada por Costa et. al (2011), constatou-se que 72% das famílias moradoras da área urbana de Ponta de Pedras, pequena cidade da ilha da Marajó,

mantém relações com seus parentes que residem em comunidades ribeirinhas ou rurais do município, sendo que, desse total, 18% dessas relações se dão com a Comunidade de Fortaleza, situada a aproximadamente 30 km de distância da cidade e a, aproximadamente, duas horas e meia de barco. É nesse sentido que esta pesquisa se estrutura, objetivando compreender como ocorrem essas relações/redes sociais dos moradores da área urbana de Ponta de Pedras com os moradores da área rural, enfocando o estudo na Comunidade de Fortaleza, tentando ainda definir as características da propriedade da terra.

Área de estudo

A cidade de Ponta de Pedras, localizada na Ilha de Marajó, no Estado do Pará, apresenta características de uma cidade ribeirinha, típica do Estuário do Rio Amazonas, possuindo uma dinâmica econômica voltada aos produtos do campo, à pesca e ao extrativismo, mas que são essenciais para a circulação de sua economia. Está localizado no Estado do Pará e, de acordo com os dados do censo de 2010, do IBGE (2012), possuía 25.999 habitantes sendo que 52% desses habitantes moravam na área rural e, 48% habitavam a área urbana. A economia do município de Ponta de Pedras depende, basicamente, dos repasses dos recursos públicos e sua economia está baseada na produção do açaí. Há ainda a pesca, que é exercida pelos habitantes e que é utilizado como um alimento básico no dia-a-dia dos moradores, e ainda como parte do complemento da renda familiar.

Resultados

Em julho de 2012, foram aplicados 35 formulários aos domicílios da Comunidade de Fortaleza, o que representa cerca de 10% dos domicílios existentes no setor censitário onde se localiza a Comunidade, definido pelo IBGE (2012). O formulário era composto por 40 questões e visava avaliar os dados socioeconômicos dos moradores, relações sociais, fluxos migratórios, atividades econômicas, propriedade da terra e infraestrutura básica da Comunidade de Fortaleza.

O dia-a-dia dos moradores dessa comunidade é bem difícil, tendo o mesmo que se deslocar para a cidade semanalmente e até diariamente para realizar atividades como

compra de alimentos, compra de água para cozinhar e beber, atendimento à saúde, comercialização de produtos, sobretudo o açaí, retirada de documentos, dentre outras atividades que não são possíveis de se realizar na comunidade. A partir da tabulação dos formulários aplicados aos moradores da Comunidade de Fortaleza, 37% dos entrevistados se deslocam mensalmente em direção à área urbana de Ponta de Pedras, 64% se deslocam semanalmente. O motivo do deslocamento da população ribeirinha da comunidade até a cidade seria por motivo de compras de alimentos e mantimentos para a família, com 38% das respostas; aproximadamente, 20% dos entrevistados dizem se deslocar para receber benefícios; e 18% por motivos de saúde. Para Belém, esse deslocamento é menos intenso, sendo que 44% dos entrevistados se locomovem raramente e 39% se deslocam sazonalmente até Belém para a realização de consultas médicas e outros casos relacionados à saúde, alegando precariedade nos serviços oferecidos na cidade de Ponta de Pedras.

234

Além disso, há um vínculo muito forte entre os moradores da Comunidade de Fortaleza e da área urbana de Ponta de Pedras: 28% dos moradores da Comunidade afirmaram possuir parentes em Ponta de Pedras; aproximadamente, 25% possuem parentes na comunidade do Rio Fortaleza, e 24% em outras comunidades ribeirinhas do município. Em relação às atividades econômicas exercidas pelos moradores, o açaí (40%) e a pesca (37%) são as principais atividades, ressaltando a baixa dinamicidade da economia, não somente da Comunidade de Fortaleza, como de todo o município, se considerarmos que, em 1997, foram produzidas cerca de 8.700 toneladas de açaí e, em 2008 a produção chegou a 10.906 toneladas (COSTA et al., 2010). Em relação aos resultados obtidos sobre propriedade fundiária, até o momento foram tabuladas 143 registros de imóveis da área rural do município. Os dados foram coletados no Cartório de Registro de Imóveis de Ponta de Pedras, em julho de 2011 e 2012. As matrículas dos imóveis contém a localização da propriedade, o tamanho da propriedade, as características físicas da propriedade, bem como sua função, nome do primeiro proprietário, registro do parcelamento fundiário da propriedade desde a primeira transferência e o ano em que foram realizadas tais transferências. Dados gerais da propriedade fundiária rural no município de Ponta de Pedras apontam 42% das escrituras tabuladas referentes às heranças realizadas, 25% de

ações de compra e 17,5% ações de aforamento. Na Comunidade de Fortaleza os parcelamentos por herança chegam a 60%. Nesse sentido, as propriedades dos moradores passam de geração em geração, para filhos e outros parentes, reforçando o desejo da permanência dos moradores no local.

Considerações finais

Além das peculiaridades de uma pequena cidade ribeirinha da Amazônia, Ponta de Pedras é uma cidade em que não há limites entre o que é urbano e o que é rural, entre as relações entre parentes, entre uma comunidade e outra, apesar das distâncias geográficas. Há muitas disparidades econômicas, entre famílias que estão no poder há séculos e as famílias habitantes nas áreas mais precárias da cidade, em áreas de alagamento constante. A diferença se percebe no padrão dos imóveis, na qualidade dos materiais utilizados, na infraestrutura, reforçando ainda mais a ideia de segregação sócio-espacial. Segundo Castro (2008, p. 18), os seringais eram os locais da produção e a cidade o lugar do comércio. Atualmente, o produto de maior produção, extração, consumo e exportação na Amazônia é o açaí. Em Ponta de Pedras, especificamente, o açaí é produzido com maior intensidade nas comunidades rurais e comercializado na cidade. A Comunidade de Fortaleza contribui, de maneira geral, no fortalecimento da base econômica do município de Ponta de Pedras, há o fortalecimento dos vínculos parentescos e econômicos entre os habitantes. Todavia, as condições dos moradores residentes na Comunidade de Fortaleza são precárias, tanto para manutenção da produção de açaí, base da economia, quanto pelas condições de sobrevivência, a não ser a facilidade de navegação pelo Rio Fortaleza.

235

Referências bibliográficas

- CASTRO, E. M. R. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, E. M. R (org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008. 352p
- CASTRO, E. M. R. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: Ana Claudia Duarte Cardoso. (Org.). **O Rural e o urbano na Amazônia. Diferentes olhares em perspectivas**. 1ed. Belém: EDUFPA, 2006, v. 1, p. 97-110.
- COSTA, S. M. F. ; MONTOIA, G. ; RANGEL, J. A. ; LIMA, V. M. ; ISSA, P. . PEQUENAS CIDADES DO ESTUÁRIO DO RIO AMAZONAS: FLUXO ECONÔMICO, CRESCIMENTO URBANO E AS NOVAS VELHAS URBANIDADES DA PEQUENA CIDADE DE PONTA DE PEDRAS. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), v. 17, p. 56-74, 2012.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo online**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em maio de 2012.
- GUERRA, G. A. D.. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da
- OLIVEIRA, J. A.. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. **Ciência e Cultura**, v.58(3), São Paulo, Jul/Set, 2006.

Demarcando frentes e forças: a construção do território tocantinense

Débora Assumpção e Lima
deborassumpcaolima@gmail.com
Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras chave: fronteira, formação de território, Tocantins.

A expansão da fronteira está ligada diretamente ao aumento da participação governamental sobre o processo de ocupação no interior do país. Este movimento refletiu na legalização e implantação de projetos de colonização, priorizando um fluxo determinado de migração e dando uma crescente complexidade à ocupação do espaço, com reprodução de relações diversas de trabalho.

236

Assim como houve um *gap* entre a revolução de 1930 e a consolidação de um poder urbano no Brasil, a constituição do território tocantinense, mesmo com os movimentos separatistas que se iniciaram no fim do século XIX¹ e que ganharam força na década de 1950 não havia se consolidado. Era necessário que não só a normatização sobre tal espaço fosse mais flexível do que aquela já iniciada pelos planos de desenvolvimento da Amazônia ou para integração nacional, mas que os poderes das elites locais e os grupos que lideravam o movimento pela emancipação do Tocantins fossem rearranjados.

A dinamização de fluxos comerciais foi subsidiária da ocupação de terras, o que possivelmente vem revelar que a finalidade geopolítica, expressão da valorização política do espaço, parece prevalecer ante ao aspecto econômico estrito senso da organização territorial que inclui a região no circuito de trocas desiguais. Era imprescindível quebrar o poder oligárquico e permitir que a estrutura federativa estatal permeasse por todo o território, de modo que o capital estrangeiro atingisse a célula de acumulação primitiva na hinterlândia.

¹O primeiro movimento separatista do Tocantins ocorreu em 1821, impulsionado pelos altos impostos e pouco investimento na região, que transportava mercadorias do Vale Araguaia para o Pará (BRASIL, 2001; LIRA, 2011).

O aumento intervencional estatal foi possível com reinvenção da Amazônia Legal, implantando um centralismo administrativo na região a partir da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia em 1953 e da SUDAM em 1965. Os planos para a “Amazônia Tocantinense” na década de 1970 e 80 através da SUDAM, POLOAMAZÔNIA, SPEVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômico da Amazônica) PROTERRA, PRODIAT, PRODECER, GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins). Nesse sentido, a intervenção estatal na região amazônica de caráter oficial ou particular na forma de empresas e cooperativas de colonização significou a queda do sistema oligárquico por meio da industrialização da agricultura, da fragmentação da propriedade agrícola (mas não de sua democratização). As novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros, pela necessidade de colonizar o rural e organizar o urbano em áreas ainda não consolidadas.

Retomando a análise sobre o viés da fronteira, a figura do grileiro torna-se imprescindível para transformar a terra em mercadoria. Apropriando-se de terras através do jogo de influências políticas, utilizando comumente métodos violentos, demarcando e revendendo as terras aos possíveis compradores de fora com pouco ou nenhum conhecimento da região, o grileiro é a versão social espontânea do papel que o Governo assume ao orientar a distribuição de terras (BECKER, 1982, p.187).

Retoma-se o objetivo da expansão da fronteira agrícola: novos pólos espaciais de investimento e a integração dos mercados nacionais. Não obstante, uma frente de expansão maranhense se propagava no sentido norte do Tocantins, em progressivo movimento em direção ao Pará de gerando uma crescente ocupação do norte deste território recoberto a época pela mata de babaçu, dando espaço a rizicultura enquanto outra corrente de ocupação rumava em direção ao sudeste Tocantinenses motivada pelos garimpeiros maranhenses e piauienses (AJARA *et al.*, 1991).

A construção Belém-Brasília na década de 1960 repercutiu de imediato na intensificação do fluxo de migrantes nas margens da rodovia que já vinham se deslocando desde a década anterior, num movimento expansionista das frentes extrativista, pastoril e agrícola, e ocupando de modo rarefeito a área do Tocantins-Araguaia. A população aumentou de 328.486 em 1960 para 537.563 em 1970. Desde então, o Tocantins vem

mantendo semelhantes taxas de crescimento, chegando a uma população total de 1.383.445 em 2010 (IBGE, 2007, 2010). Mais do que o incremento populacional, a rodovia alterou, em grande parte, o sentido "espontâneo" das frentes de expansão e a direção de ocupação do Tocantins, que agora se aproximava da margem direita do rio. A migração não mais ocorria como um extravasamento de atividades extensivas. Ao contrário, projetava a privatização da terra e a mercantilização da economia regional direcionadas pelo avanço da fronteira agrícola. Assim, a partir da década de 1970 a empresa agrícola se cristaliza, já que o "governo considera impraticável a colonização fundamentada em pequenos e médios proprietários frente à escala de investimentos e da organização empresarial considerados para a rápida ocupação de uma área extensa como Amazônia" (MARTINS, 1997, p.187-188). Estas empresas atraídas por incentivos fiscais se estabelecem neste primeiro momento em especial na parte oeste, ao longo do vale do Araguaia.

A separação do estado do Tocantins torna-se fundamental para a implementação do latifúndio e da empresa agrícola. Mesmo sem grandes áreas do bioma amazônico², o Tocantins entrara na Amazônia Legal como estoque de terras a serviço da internacionalização da agricultura na hinterlândia. A criação da CONORTE – Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano, uma sociedade civil sem fins lucrativos criada em 1981 por um grupo elitista de burocratas e empresários nortenses que tinham suas atividades nas capitais Goiânia e Brasília foi fundamental para a emancipação do estado. O nascimento do estado de Tocantins garantiria a elite local do norte goiano espaço no cenário nacional frente ao estado de Goiás, especialmente a elite do sul do estado representada por Goiânia, que dominava a estrutura de poder e deixava o "nortão goiano" "esquecido". A CONORTE, marco histórico do ideário separatista, tinha como objetivo técnico diagnosticar o potencial político e econômico da região. Além disso, na "Carta ao Tocantins" a CONORTE aponta:

O Norte Goiano esta consciente de que nenhum desenvolvimento é alcançado se a sua busca não se afirmar na trilogia infra-estrutural: ENERGIA E ESTRADAS, convergindo-se como ponto de apoio à ESPANSÃO AGROPASTORIAL.[...] Agilizar a regularização fundiária constituiu assim, ação imediata, que o Norte Goiano reclama dos órgãos governamentais. E sugere, como medida mais urgente, que se acelerem os processos discriminatórios, sem perder de vista também as composições, como

² Vale ressaltar que o bioma amazônico representa 10,3% da área do estado, enquanto o cerrado representa 87,8% do território tocantinense (SEAGRO, 2011).

instrumentos indispensáveis à incorporação de novas áreas agricultáveis ao sistema produtivo (CONORTE, 1982).

Forjada as raízes históricas e as motivações separatistas a partir de tradições inventadas, nacionalismo e representação coletiva era necessário “dividir para somar”, garantindo o poder da bancada política do sul goiano e abrindo o território do norte para explorar seu potencial econômico (OLIVEIRA, 1998). Deste modo, Siqueira Campos tomou posse como primeiro governador do novo estado, assumindo este posto novamente em 1995-98, 1999-2003 e atualmente desde 2011.

A elite que pertence hoje a Tocantins venceu o embate da emancipação, e partir de então vem viabilizando o estado política e economicamente, oferecendo condições políticas e de infraestrutura para a instalação do capital. Assim como descrito por Becker (1982), o espaço tocantinense se reorganiza a partir de uma área de colonização agrícola, porém ocupada por grandes empresas; uma área de interesse nacional, mas ocupada por multinacionais; área de expansão de pastos, mas de intensa urbanização.

Referências bibliográficas

- AJARA, C, FIGUEREDO, A. H., BEZERRA, V. M. C., BARBOSA, J. G. **O estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 53 (4): 5 - 48, out./dez. 1991.
- BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CONORTE, Comissão de Estudo dos Problemas do Norte Goiano. 26º lançamento do Manifesto do Movimento Emancipacionista de Porto Nacional. Brasília, DF, 13 de maio de 1982.
- EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** 2. ed. rev. Belém: UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1999.
- IBGE, Censo demográfico 1840/2010. Estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 54, 1994, 2007.
- LIRA, Elizeu Ribeiro. **A gênese de Palmas - Tocantins: a geopolítica de (re)ocupação territorial na Amazônia legal.** Goiânia, GO: Kelps, 2011. \$\$
- MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo. Editora Hucitec. 1997.

Dendeicultura, comunidades tradicionais e segurança alimentar na Amazônia Paraense

Cleison Bastos dos Santos

cleisondos@bol.com.br

Discente do PPGEQ-UFPA

Palavras-chave: Dendeicultura, Comunidades Tradicionais e Segurança Alimentar.

Introdução

Abordamos no presente trabalho as relações entre dendeicultura, comunidades tradicionais e segurança alimentar na Amazônia paraense, mais precisamente no município de Moju. Partimos do pressuposto de que a chegada da cadeia produtiva do dendê no referido município promoveu mudanças significativas na paisagem, na configuração espacial, na dinâmica social e no território usado. Neste trabalho utilizaremos o termo comunidades tradicionais tal como utilizado por Diegues(2008, p, 18), “ O Brasil é um país que apresenta grande variedade de modo de vida e cultura diferenciadas que podem ser consideradas “tradicionais”, como as populações ribeirinhas, as extrativistas, de pescadores, de quilombolas, são comunidades portadores de crenças, visões de mundo singulares que se distinguem das demais sociedades localizadas no espaço urbano-industrial.

O município de Moju que em tupi, significa “Rio das Cobras” ou “Caminho de Cobras” está localizado na mesorregião do Nordeste paraense e na microrregião de Tomé-Açu. A cidade de Moju (sede) situa-se à margem direita do rio Moju e distante 61 km em linha reta de Belém. Faz limite ao norte com os municípios de Abaetetuba e Barcarena, ao sul com Breu Branco, a leste com Tailândia e Acará e a oeste com Igarapé-Miri, Mocajuba e Baião.

Os municípios que fazem parte da microrregião de Tomé-Açu, como por exemplo, Moju e Acará possuem tradições no cultivo de mandioca e na produção de farinha de mesa. O município de Moju está localizado na maior microrregião produtora de mandioca do Estado do Pará. Nesse município a lavoura de mandioca é conduzida

predominantemente por pequenos agricultores familiares totalizando dois mil hectares, correspondente a 0.06% da área cultivada no Estado e uma produção anual de mais de 52 mil toneladas de raiz, em 2005 (IBGE, 2007).

A partir da década de 1980, com o II PDA - Plano de Desenvolvimento da Amazônia, temos a chegada de empresas de grande porte para o município de Moju. Dentre as mais significativas podemos destacar: a antiga REASA – Reflorestadora da Amazônia S/A, atualmente, MARBORGES, a SOCOCO AGROINDÚSTRIA DA AMAZÔNIA S/A, e o Grupo AGROPALMA. Os plantios de coco e de dendê inauguram um novo estilo de plantio no campo mojuense, o perene, o permanente, prática agrícola pouco utilizada pelo caboclo mojuense. A partir desta data o município se destacará na produção e no cultivo de duas espécies exógenas à região, que fará de Moju, um dos maiores destaques nacional e internacional na produção de palmáceas.

Objetivo geral

Identificar e examinar os impactos da expansão da dendeicultura na produção de alimentos pelas comunidades tradicionais no município de Moju.

Objetivos específicos

Analisar as formas de associação da agricultura familiar camponesa às empresas Agropalma, Biopalma e Marborges.

Caracterizar a produção de alimentos nas comunidades tradicionais de Arauai, São Vicente, Castanhandeua, Bacuriteua, São Sebastião, São Sebastião, dentre outras que sofrem impactados com maior ou menor intensidade pela dendeicultura, que se tornou para algumas, principal atividade de sustentação.

Analisar que impactos o assalariamento rural nas empresas tem na produção de alimentos nas comunidades em foco.

Resultados

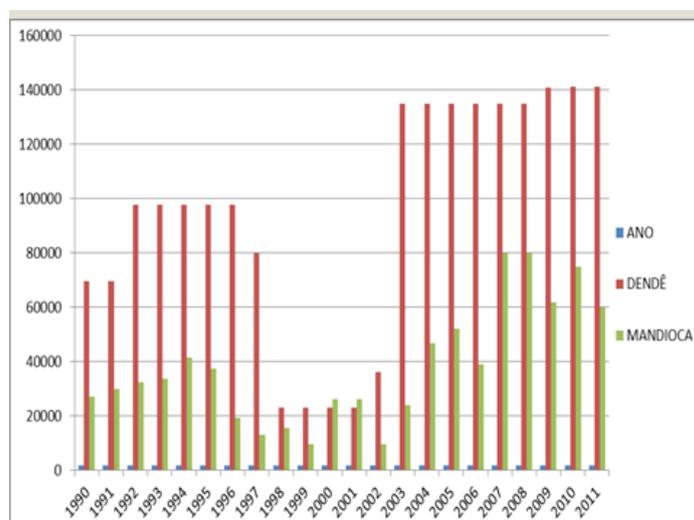
Na contabilidade gerencial das empresas, para ser lucrativo, o empreendimento deve manter o patamar de um trabalhador a cada 10 hectares, ou seja, cada trabalhador da unidade familiar cuidará de 1.430 plantas. Isso torna o trabalho na dendeicultura

profundamente exaustivo, pois desde a aquisição e transporte das mudas, preparo de área, plantio, tratos culturais, colheita, transporte até a agroindústria e processamento tudo demanda esforço físico. Ainda que a unidade familiar inserida nos programas de agricultura familiar quisesse cultivar dendê consorciado só poderia fazê-lo no primeiro ano de plantio, quando as raízes da palma ainda não estão completamente desenvolvidas e permite o plantio de culturas que não são de raízes profundas. Entretanto, lhe faltaria energia física para essa atividade, visto que, nos empreendimento do dendê, que são 10 hectares por unidade familiar, ele terá que cuidar de 1430 plantas. De modo que a pluriatividade característica da unidade familiar camponesa tende a ceder espaço para a especialização produtiva, predominando o que Bernstein(2011) chama de mercantilização da sobrevivência, ou seja, “[a] mercantilização é o processo pelo qual os elementos de produção e reprodução social são produzidos para troca no mercado e nele obtidos e que os sujeita às suas disciplinas e compulsões.” (BERNSTEIN, 2011, p.125).

Os dados abaixo comprovam a nítida política empreendida pelo Plano Nacional de Produção de Biodiesel e, sobretudo, com a chegada de novas empresas no território paraense tais, como a Biopalma/Vale, ADM, Galp, Guafeng Group e Petrobras Biocombustíveis (PBIO).

242

Tabela1: produção de mandioca e dendê no município de Moju no ano de 1990 a 2011.



No município de Moju, observando os dados do IBGE (2011), há uma nítida expansão da produção de dendê em detrimento da produção de mandioca que é a matéria-prima para o principal ingrediente da mesa do amazônida (FRAXE, 2004). A produção de dendê tem seu aumento no ano de 2003, período de implantação do projeto dendê comunitário do Grupo Agropalma na comunidade do Arauaí e da Soledade. Já a produção de mandioca começa a decair no ano de 2009 e tem uma pequena ascensão no ano seguinte, mas decaindo em 2011. Mostrando que houve um abandono dos colonos dedicados inicialmente à cultura da mandioca, mas que atualmente, estão vinculados com a cultura da palma.

Considerações finais

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e o Programa Sustentável de Palma de Óleo do governo federal é responsável pela atual dinâmica territorial da cultura da palma de dendê na microrregião de Tomé-Açu, no nordeste paraense. Esses programas fomentam e normatizam a expansão das empresas dendeicultoras na região. Estas empresas ao introduzirem seus plantios monocultores de dendê, imprimiram mudanças significativas nos municípios onde se instalaram. Os trabalhadores rurais dessas localidades estavam habituados a um determinado ritmo de vida como: a policultura, a prática do mutirão, a produção de excedente voltada para o mercado interno, com chegada das empresas e suas estratégias de expansão, os trabalhadores rurais desses lugares entraram numa outra temporalidade, ditada pelo tempo da monocultura, da produção das agrocommodities negociadas nas bolsas de valores, longe dos interesses e anseios dos pequenos agricultores.

A lógica do mercado é quem dá o tom na vida desses sujeitos sociais. Para Leff(2012, p, 40), esse processo “é resultado da globalização econômica, que está gerando uma retotalização do mundo sob o valor unidimensional do mercado, superexplorando a natureza, homogeneizando culturas, subjugando saberes e degradando a qualidade de vida das maiorias”.

Referências bibliográficas

- ALVES, R. N. B.; CARDOSO, C.E.L. **Sistemas e custos de produção de mandioca desenvolvidos por pequenos agricultores familiares do município de Moju, Pa.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2008. 4 p. (Comunicado Técnico n. 210).
- BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de classe da mudança agrária.** São Paulo: Editora Unesp, 2011. 171 p.
- FRAXE, Therezinha J.P. **Cultura cabocla-ribeirinha.** Mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume: 2004.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- REPORTERBRASIL. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira:** uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2010.pdf>>. Acesso em: 20/06/2013.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil.** Território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

Transformações no uso agrícola na mesorregião das Vertentes (MG): uma análise do cultivo da maçã

Jaqueline Gonzaga¹

Universidade Federal de São João del-Rei
jaqueline.ufsj@yahoo.com.br

Márcio Toledo

Universidade Federal de São João del-Rei
mtoledo@ufsj.edu.br

Palavras chave: circuito espacial produtivo, maçã, fruticultura irrigada.

Introdução

Nesta pesquisa, buscamos compreender o uso agrícola na Mesorregião do Campo das Vertentes, em Minas Gerais, e as dinâmicas da modernização que o transformam. Analisamos, especificamente, a expansão da cultura da macieira.

O cultivo de maçãs é uma atividade relativamente recente no Brasil. No início da década de 1970, a produção anual de maçãs era cerca de 1000 toneladas. Com incentivos fiscais e apoio à pesquisa e a extensão rural, a região Sul do Brasil aumentou a produção desta fruta em quantidade e qualidade, fazendo com que o país passasse de importador a autossuficiente e com potencial de exportação.

No atual período, as paisagens rurais constituem de uma esfera cada vez mais artificial, técnico-científica-informacional, substituindo o que era apenas natural. A modernização da materialidade, e os novos fluxos de relações, conjugam-se com as ações técnicas e políticas voltadas para a produção agrícola. Há, então, a formação de um sistema, no qual cada elemento se relaciona com os demais e os influencia, alterando o seu valor individual e, também, o todo (RAMOS, 2002).

¹ Bolsista do Programa de institucional de iniciação científica (PIIC) da Universidade Federal De São João Del Rei (MG).

Nossa análise busca, além de demonstrar a transformação no perfil agrícola local, entender qual a inserção regional e nacional de municípios selecionados (São João Del Rei, Barbacena, Piedade do Rio Grande, São Tiago, São Miguel Arcanjo, Madre de Deus de Minas e Lagoa Dourada) no circuito espacial produtivo da maçã.

Objetivo

O objetivo dessa pesquisa é analisar as transformações do uso agrícola de municípios selecionados na mesorregião das Vertentes (São João Del Rei, Barbacena, Piedade do Rio Grande, São Tiago, São Miguel Arcanjo, Madre de Deus de Minas e Lagoa Dourada). Para tal, fazemos uma análise dos investimentos no cultivo de frutas de clima temperado e do crescimento da produção de maçã nesses lugares.

Metodologia

Para realizarmos essa pesquisa, foram coletados dados primários através de trabalhos de campo e dados secundários através do *website* do IBGE; análises de dados, tabelas, gráficos e mapas; realização de leituras sobre os circuitos espaciais produtivos, a fruticultura e a produção de maçã na Mesorregião das Vertentes, além da análise das políticas municipais, estaduais e federais voltadas a produção de frutas.

Desenvolvimento

Com intuito de entender as novas dinâmicas da produção agrícola na Mesorregião do Campo das Vertentes, no estado de Minas Gerais, foram selecionados para a pesquisa alguns municípios que cultivam a maçã. Uma primeira análise dos dados revelou que estes têm aumentado significativamente a área de produção a partir da década de 2000 (tab1), por isso estuda-los mais detalhada e detidamente.

Tabela 1: Quantidade produzida de maçãs na mesorregião das vertentes e nas microrregiões de Barbacena e São João del-Rei – 1990 - 2010

Quantidade produzida(toneladas)	1990	1993	1996	1999	2002	2005	2008	2011
Campo das vertentes MG	125	125	197	117	28	864	1928	3501
Barbacena-MG	120	120	80	-	-	360	480	1710
São João Del Rei-MG	5	5	117	117	28	504	1448	1746

Segundo dados do IBGE, na Mesorregião do Campo das Vertentes, o crescimento da fruticultura irrigada, em especial a cultura da maçã passou de 105 toneladas em 1990 para 3501 em 2011. A área destinada a colheita passou de 4 para 132 hectares no mesmo período.

As tecnologias recentes de irrigação exercem papel fundamental para o aumento da produtividade agrícola, sendo um dos principais instrumentos para a modernização da agricultura brasileira (MENDES 1998).

Colaboram para o sucesso da cultura da maçã nessa porção do território o clima temperado e o solo. Nessa Mesorregião, o cultivo e colheita das maçãs tem sido responsáveis por empregar parte da população, movimentando a economia local. Compõem seu círculo de cooperação a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e a Empresa de assistência técnica e extensão rural (EMATER).

Na Mesorregião do campo das Vertentes, a circulação das mercadorias é facilitada. Há estradas rurais com acesso facilitado pela conservação e rodovias. Além disso, ela é servida por importantes rodovias como a BR 040, a BR 265 e a BR 383, principais acessos aos municípios de Barbacena e São João del-Rei. A localização das cidades facilita o escoamento dos produtos. Como nos alertam Santos e Silveira (2002), hoje não basta produzir, é indispensável colocar a produção em movimento, pois atualmente a circulação que preside a produção. A criação de fixos produtivos leva o surgimento de fluxos que, por sua vez, exigem fixos para balizar o seu próprio movimento (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p.167).

Para a implantação do cultivo de maçã, outras culturas tiveram que deixar de ser produzidas. A fruta é uma cultura de tipo permanente. Essa substituição de culturas

transforma o perfil do uso agrícola do território. Os investimentos em máquinas e insumos tornam-se fundamentais para as novas culturas.

De acordo com Pereira e Toledo (2012), a produção de grãos na região (milho, feijão, soja e trigo), também apresentou crescimento na última década. Se estas não tiveram queda, pressupomos aqui que o cultivo de maçã vem sendo introduzido em áreas que antes pertenciam à agricultura familiar, onde eram produzidas hortaliças, frutas ou outras culturas, destinadas apenas para o mercado local.

Os principais destinos da maçã produzida na Mesorregião das Vertentes são os Ceasas de Barbacena e Belo Horizonte, para os estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e para os mercados locais.

Considerações finais

Os condicionantes mais expressivos para as alterações da produção agrícola e modernização na Mesorregião das Vertentes são o clima e a implantação da irrigação, além do uso de insumos. Com a prática da agricultura irrigada houve aumento da produtividade e da produção.

As empresas como EPAMIG e EMATER são incentivadoras aos produtores rurais, pois através destes é possível estabelecer uma comunicação viável com os pequenos e grandes produtores, passando informações necessárias, pois nem todos tem conhecimento científico para a implantação de novas culturas. A pesquisa ainda em andamento consiste agora na investigação mais precisa através de trabalhos de campos as culturas que foram substituídas pelo cultivo da maçã.

Referências bibliográficas

- IBGE. **Produção agrícola municipal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=11>>. Acesso em: 30/03/2013.
- Mendes, A. A T. **Palestra**. Simpósio internacional de fruticultura irrigada. Jales, SP, dias 26 e 27 de agosto 1998.
- PEREIRA, T B; e TOLEDO, M. Modernização agrícola seletiva no estado de Minas Gerais: uma nota sobre a microrregião de São João del-Rei. XXI encontro nacional de geografia agrária. **Anais...UFU** 2012.
- RAMOS, Soraya. **Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA)**. Dissertação de mestrado. FFLCH, USP, 2002.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Compreendendo o território brasileiro: economia e informação

A conformação do macrossistema elétrico brasileiro

Mariana Traldi

mariana.traldi@ige.unicamp.br
Unicamp

Palavras-chave: Macrossistema Técnico, Sistema Elétrico Nacional, Eletrificação do território.

Ao longo da história territorial brasileira a o processo de eletrificação do território nacional foi se dando conforme o uso de energia elétrica ganhava importância e se tornava hegemônico.

A história do Sistema Elétrico Brasileiro mostra que embora ele tenha se constituído e se organizado, inicialmente, em bases locais, foi com a sua interligação e expansão, que ele efetivamente se constituiu enquanto um legítimo Sistema Técnico.

Importante ressaltar que Macrossistema Técnico e Sistema Técnico podem significar a mesma coisa em alguns momentos e em outros o segundo pode se comportar como parte integrante do primeiro. Isso porque, segundo Santos e Silveira (2010) e Hughes (1983; 2008), todo Macrossistema Técnico ou Grande Sistema Técnico é composto por objetos técnicos ou componentes (artefatos culturais para Hughes) conectados por uma rede ou estrutura. Os objetos técnicos ou artefatos culturais são produto de uma elaboração social, carregando consigo intencionalidades.

A eletricidade é fruto do desenvolvimento técnico empenhado por cientistas de diversos países, marcadamente durante o século XIX. Importante ressaltar que os Estados Unidos e a Alemanha lideraram o processo de desenvolvimento dos mais variados equipamentos elétricos.

Curiosamente a eletrificação do território brasileiro teve início no mesmo período em que se iniciou a eletrificação dos Estados Unidos e dos países europeus mais

adiantados, em 1890. Entretanto, a difusão da eletrificação pelo território brasileiro também se apresentou de forma singular, com manchas e ilhas de tecnificação.

O padrão de difusão da eletrificação do território nacional seguiu o padrão de urbanização e difusão das técnicas de produção. Houve uma intensa concentração da eletrificação nas áreas mais dinâmicas do território, região centro-sul e litoral. Nesse período ainda não podemos falar de um Sistema Elétrico, pois a eletrificação se dava de forma localizada e muito restrita.

Durante este período a eletrificação do território nacional estava diretamente relacionada à cafeicultura, principal atividade econômica brasileira. Por isso o processo de eletrificação do sudeste brasileiro, em especial, do estado de São Paulo foi mais intenso e teve maior abrangência, que nas demais regiões brasileiras.

De forma geral, eram pequenas empresas nacionais, de caráter local, com recursos limitados que lideravam o processo de eletrificação brasileiro. Elas detinham as concessões públicas para a distribuição e geração de energia, cujo mercado consumidor era, ainda, bastante reduzido (LORENZO, 1993, p. 56-57; SAES, 2008, p. 3).

No fim do século XIX, grupos estrangeiros passam a se interessar pelo mercado consumidor de energia que nascia nas ex-colônias, em especial na América Latina. Foi neste período que surgiram as primeiras alianças entre bancos e empresas de energia elétrica. A indústria de energia elétrica já consolidada na Europa e nos Estados Unidos avançava para as ex-colônias.

A Light foi uma dessas empresas que desembarcou no Brasil. O grupo canadense reunia parte dos principais empresários canadenses do período e nunca atuou de fato no Canadá. Segundo Saes (2008, p. 73) o grupo foi criado para corresponder às demandas de expansão do capital canadense. Em 1899 foi criada a São Paulo Light e em 1905 a Light comprou o grupo *Brasilianische Elektrizitäts-Gesellschaft* e criou a Rio de Janeiro Light & Power Company Ltd. Em 1912, a São Paulo Light foi unida com a Rio de Janeiro Light formando então a *Brazilian Traction, Light & Power Company Ltd* (SAES, 2008, p. 65 apud YOUNG, 1994, p.60-1).

Durante todo este período não podemos falar ainda de um Sistema Elétrico Nacional. O que havia eram diversas empresas espalhadas pelo território nacional, em geral, com atuação local. Sequer podemos falar de uma integração dos sistemas locais de energia, pois havia pouca ou nenhuma interligação entre os diversos subsistemas de geração e distribuição de energia elétrica. O que existiam eram sistemas técnicos menores, isolados e de atuação restrita e bem delimitada, cujo centro de comando era a combinação de municípios, responsáveis pela concessão do serviço público, e as empresas, entidades privadas.

Grandes grupos como a Light e a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, comprada posteriormente pela norte-americana Bond & Share (AMFORP) em 1927, passam a concentrar os serviços de eletricidade nas mais diversas cidades brasileiras. (SAES, 2008, p. 4).

Em 1934, foi promulgado o Código de Águas, o projeto de lei se arrastava no Congresso Nacional desde 1907. Até então a atividade era regulamentada apenas pelos municípios e em alguns casos pelos estados. A União passava agora a não somente regulamentar a atividade, mas também a ser a proprietária das águas, ficando sob sua responsabilidade as autorizações, outorgas e concessões ou não de aproveitamentos das quedas d'água.

252

O Estado brasileiro passa a mostrar sua intenção de planejar, regulamentar e atuar diretamente no setor elétrico, estabelecendo assim uma nova lógica de funcionamento. A nova legislação não era capaz de criar um sistema técnico que integrasse todo o território nacional, mas centralizava as decisões e a regulamentação preparando o terreno para sua unificação futura. O centro de comando da atividade havia sido transferido da esfera municipal para a União.

O Estado brasileiro, através da centralização do planejamento e da regulamentação do setor elétrico, buscava planejar outro setor, o industrial. A expansão da eletrificação do território, o aumento da demanda e também a emergência da industrialização, principalmente durante a Segunda Guerra e nos primeiros anos após o fim do conflito, impôs a necessidade de integração desses pequenos sistemas elétricos. Era

necessário otimizar a utilização da energia produzida e aumentar a capacidade instalada (LORENZO, 1993, p. 88).

No entanto, as grandes empresas estrangeiras do ramo, embora acumulassem lucros vultosos, não investiam na proporção em que lucravam e as pequenas empresas do setor não tinham capital suficiente para fazer tais investimentos. A expansão do setor elétrico brasileiro estava comprometida. Ao Estado brasileiro restava a intervenção no setor, através da criação de empresas públicas estaduais e federais capazes de sanar as deficiências do setor (LIMA, 1984, p. 70).

A partir da década de 1950 os governos estaduais, preocupados com a crise de suprimento de energia, que foi agravada por condições hidrológicas negativas entre 1951 e 1956 e diante da inércia das empresas privadas, decidiram criar empresas estaduais de energia elétrica, com o apoio do governo federal (RAMALHO, 2006, p. 19). As empresas estaduais passaram a executar papel de grande importância na execução dos planos federais.

Até 1960, todo planejamento e organização do setor de energia elétrica no Brasil ficou a cargo do Ministério da Agricultura. Em 1960, foi criado o Ministério de Minas e Energia (MME) ¹, que começou a funcionar em 1961. Sua principal atribuição era a planificação da exploração dos recursos energéticos e minerais no Brasil (ELETROBRAS, 1977, p. 80).

Embora o projeto de lei que requeria a criação da Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S. A.) tramitasse no congresso desde 1954, ela somente foi criada, de fato, em 1961. Eram suas responsabilidades: o planejamento, financiamento, coordenação e fiscalização dos programas de construção, ampliação e operação dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

O que se percebe a partir da década de 1960 é que o sistema vai se tornando mais integrado e ganhando característica de um Macrossistema Técnico. O Estado passa a

¹ Criado pela Lei 3.782 de 1960.

ser o grande construtor desse sistema. A criação da Eletrobrás inaugura a emergência de uma nova forma de organização do Sistema Elétrico (RAMALHO, 2006, p. 22).

A unificação da frequência, que garantiu a interligação dos sistemas regionais, foi feita pela Eletrobrás, a partir da década de 1960. A Eletrobrás fixou a frequência em 60 Hz para todo o território nacional. A eletrificação brasileira que antes era pensada de forma fragmentada passou a ser vista de forma global.

A construção do Sistema Elétrico Brasileiro se deu ao longo dos anos 1960 e 1970 e se deu de forma gradual. O Sistema Elétrico Brasileiro foi criado tendo como pilares, no planejamento e na operação, a Eletrobrás e o Ministério de Minas e Energia (ELETROBRAS, 1977, p. 94).

Referências bibliográficas

- ELETROBRÁS. **A energia elétrica no Brasil:** da primeira lâmpada à Eletrobrás. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1977.
- HUGHES, Thomas P.. **Networks of Power:** Electrification in Western Society, 1880-1930. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.
- LIMA, José Luiz. **Estado e energia elétrica no Brasil:** das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962). São Paulo. IPE/USP, 1984.
- LORENZO, Helena Carvalho De. **Eletrificação, Urbanização e Crescimento Industrial no Estado de São Paulo, 1880-1940.** (Tese de Doutorado), Universidade Estadual Paulista Rio Claro. Pós-Graduação em Geografia. Rio Claro, 1993.
- RAMALHO, Mário Lamas. **Território e Macro-sistema Elétrico Nacional.** As relações entre privatização, planejamento e corporativismo. (Dissertação de Mestrado), Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia FFLCH/USP. São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

O planejamento territorial no Brasil a partir da década de 1990 e o aval da consultoria Deloitte sobre o país¹

Sueli Almeida dos Santos
sueli.santos@ige.unicamp.br
Instituto de Geociências - Unicamp

Palavras-chave: planejamento territorial, Brasil, consultoria Deloitte.

O presente trabalho busca uma reflexão sobre o planejamento territorial no Brasil a partir da década de noventa através das ações das grandes empresas de consultorias. Para tanto, analisamos um estudo realizado pela consultoria Deloitte, o qual apresenta diversos “cenários” para o Brasil.

A década de 1990 pode ser vista como um momento de interrupção do processo de integração econômica e regional no Brasil que vinha se consolidando nas décadas anteriores (FURTADO, 1987; 1992). A partir desse período, com o processo de inserção competitiva da economia nacional no mercado global, priorizam-se as áreas econômicas mais dinâmicas do país em detrimento das regiões menos competitivas (BACELAR, 2000).

Nesse contexto, o Estado reduziu as suas ações nas políticas regionais e também diminui o papel ativo que se estabelecia nas ações das suas estatais (BACELAR, 2000). Há um deslocamento paulatinamente “das ‘estratégias territoriais’ do âmbito público (do planejamento regional) para o privado (das estratégias empresariais), com a transformação das instituições responsáveis pelo planejamento regional em meras agências de repasse de fundos”, (BRANDÃO, 2007, p. 198).

Podemos destacar como marcas da década de noventa: a abertura e a crescente internacionalização da economia nacional; conseqüentemente, há uma competição maior com os agentes externos, o que força muitas empresas a se

¹ Este texto é resultado de um capítulo do relatório de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada com o auxílio da FAPESP.

reestruturarem e/ou as que não conseguem são adquiridas pelos grupos mais poderosos; há também uma preocupação em valorizar as áreas que apresentam segmentos mais competitivos no mercado global para assim agilizar a internacionalização da economia; o Estado brasileiro retrai o seu papel enquanto grande planejador, interventor e regulador das forças produtivas e abre espaço para o setor privado, sobretudo com o Programa Nacional de Desestatização (PND). É nesse contexto, com o aval do Estado através do BNDES², que empresas globais e nacionais de consultoria intensificam as ações na gestão e regulação territorial (TEIXEIRA & SILVA, 2011, p. 80).

O processo de privatização no Brasil teve como respaldo a “crença de que não havia outra solução para resolver o problema da falta de investimentos produtivos e do atraso tecnológico de setores estratégicos”, (FARIAS, 2008, p. 51). Como resultado desse processo, o Estado brasileiro passa por uma reforma que se configura numa descentralização administrativa pautado pela lógica das políticas neoliberais que ganham força nesse momento. Com isso,

As empresas transnacionais de consultoria tornaram-se atores centrais na “adaptação” dos sistemas de ações de vários países do mundo aos desígnios do “pensamento único”, expresso pelas políticas neoliberais. Sendo assim, tais empresas adquirem uma posição central na criação e controle de informações estratégicas sobre diferentes territórios nacionais (FARIAS, 2008, p. 61).

A partir dos anos 1990, portanto, parece haver uma opção pela gestão em detrimento do planejamento ao médio e longo prazo. O discurso do imediatismo ganha força e, logo, é preciso modernizar para competir num mercado cada vez mais global. No entanto, não há um projeto de modernização para a nação brasileira, isto é, que atendam as necessidades e os interesses internos, e sim para as áreas econômicas mais dinâmicas do país, ou seja, as de interesses dos grupos detentores de grande poder. Esse planejamento territorial voltado aos interesses hegemônicos é possível verificar nos discursos e orientações das grandes consultorias. Nesse contexto, é preciso problematizar o peso que tais empresas assumiram na orientação das ações empresariais e governamentais nas últimas décadas.

2 Ficou a cargo do BNDES a contratação das empresas de consultoria para conferir credibilidade as empresas

Nesse sentido, analisamos a seguir um estudo da empresa Deloitte³ sobre o Brasil, intitulado “Brasil 2015, as descobertas do crescimento: nosso olhar sobre um futuro de oportunidades”. Segundo a Deloitte o objetivo deste projeto de estudo sobre o Brasil foi identificar e analisar as demandas e os determinantes que incidirão sobre a dinâmica do ambiente de negócios do país nos próximos anos.

O estudo teve como fontes e referências: a Pesquisa Deloitte 2015, realizada entre janeiro e novembro de 2010; Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (ABIP), Agência Nacional de Saúde (ANS), Catho, Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), Embrapa, Embratur, Folha de São Paulo, IBGE, Instituto Akatu, Instituto Insper, ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; das Cidades; de Educação e Cultura; de Minas e Energia; do Turismo; O Estado de São Paulo, UFRJ, Unicamp e UNICA. Destacamos aqui que várias fontes utilizadas nesse estudo são instituições públicas. São essas informações públicas que, muitas vezes, alimentam os grandes bancos de dados das empresas que são detentoras de informações estratégicas ligadas aos grandes negócios. Para esse trabalho, elegemos para análise apenas seis dos 11 capítulos desse estudo⁴.

257

O capítulo denominado “novo cenário social” aponta que o crescimento econômico, aliado aos programas sociais do governo e a ações de responsabilidade social da iniciativa privada possibilitou o ingresso de novos consumidores nas classes C e D. Esse discurso sobre o aumento do consumo dos pobres parece apontar para uma pobreza planejada, já descrita Santos (1979) no final da década de setenta. O capítulo “os desafios do celeiro do mundo” defende o agronegócio como o responsável pelo o superávit na balança comercial do país e aponta como entrave a falta de modernização e racionalidade

privatizadas no âmbito do mercado mundial (TEIXEIRA & SILVA, 2011, p. 80).

³ A Deloitte é uma sociedade privada limitada estabelecida no Reino Unido e atua como coordenadora da rede de firmas-membro independentes entre si que operam sob o nome Deloitte. Essa empresa que tem a sua gênese no final do século XIX, sofreu a última fusão no ano de 1989 que veio a formar a atual Deloitte Touche Tohmatsu Limited (DTTL). As firmas-membro da DTTL estão presentes em 150 países e prestam serviços profissionais nas áreas de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária. Em 1911, a Deloitte se instalou no Rio de Janeiro para auditar as companhias ferroviárias britânicas que se estabeleceram no país. Depois do Rio de Janeiro, a empresa Deloitte foi estabelecendo seus escritórios em importantes centros econômicos brasileiros. Hoje, a empresa possui 11 escritórios no Brasil e obteve um faturamento de 930 milhões de reais, em 2012 (www.deloitte.com.br).

no setor. Segundo Castillo (2004), essa busca por uma agricultura competitiva exige uma sofisticação do setor, muitas vezes, às custas de grandes investimentos do Estado.

O capítulo “grandes eventos, grandes oportunidades” considera-se eventos como a Copa do Mundo e a Olimpíada como “uma grande oportunidade para acelerar os desenvolvimentos econômico e social das cidades e dos países que os sediam”. No entanto, de acordo com Moura (2011), esse modelo de desenvolvimento dos megaeventos privilegia apenas grandes empresas, pois os investimentos são públicos e os lucros são privados.

O capítulo “educação por um Brasil mais competitivo”, defende que o financiamento de cursos de graduação e pós-graduação seguindo o modelo americano pode tornar o acesso possível para as classes menos favorecidas e também que o ensino à distância permitirá acelerar a democratização da educação. No capítulo seguinte denominado “a saúde sob pressão”, considera o Brasil como o segundo maior mercado de saúde privada do mundo e aponta como um dos seus principais problemas, à crescente elevação de custos, causada principalmente pelo envelhecimento da população. O estudo ainda aponta como saída o investimento em gestão e em eficiência, pois se estima que, atualmente, mais de 30% das internações são desnecessárias, o que causa desperdício de R\$ 10 bilhões por ano. Observa-se a defesa de uma forte racionalidade privatista em dois setores – educação e saúde - que são pilares para a população.

O uso corporativo do território por grandes empresas é uma defesa que permeia esse estudo da consultoria Deloitte, especialmente no capítulo “modernização do setor público” que considera que o “Brasil está no caminho certo”, mas para continuar crescendo economicamente é necessário resolver dois dos principais problemas nacionais que são a carência de gestão e de infraestrutura. Para consolidar esse modelo inovador, o estudo aponta a importância de uma participação maior das empresas “no financiamento, concepção, construção e operação de projetos de infraestrutura, por meio de mecanismos como as Parcerias Público-Privadas (PPPs)”.

40 estudo ainda apresenta os capítulos denominados: a todo vapor; energia para mover o país; mais ondas de fusões e aquisições; mais que virtudes, necessidades empresariais e normas para o novo Brasil.

Portanto, é necessário refletir sobre a ação corporativa dessas empresas no país e repensar o planejamento territorial voltado aos interesses nacionais.

Referências bibliográficas

- BACELAR, T. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva: In: CASTRO, I. E. *et al.* (org.), **Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Editora da Unicamp, Campinas-SP, 2007.
- Brasil 2015, as descobertas do crescimento**: nosso olhar sobre um futuro de oportunidades. Disponível em: <http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2007/Brasil_2015.pdf>. 2013.
- CASTILLO, R. **Transporte e Logística de Granéis Sólidos Agrícolas**: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro. Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM, nº 55, Distrito Federal, México, 2004.
- FARIAS, H. C. **O BNDES e as Privatizações no Uso do Território Brasileiro**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas. 2008
- FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8. ed., São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- FURTADO, C. **Brasil**: a construção interrompida. 3º ed., São Paulo, Paz e Terra, 1992
- MOURA, R. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 1, n. 1, Campinas-SP, 2011.
- SANTOS, M. **Economia espacial**: críticas e alternativas. Tradução de Maria Irene de Q. F. Szmrecsányu. Ed. Hucitec, São Paulo, 1979.
- TEIXEIRA, S. H. O; SILVA, B. A. M. Os usos da informação estratégica sobre o território: A empresa de consultoria PriceWaterHouseCooperse e o Planejamento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), Rio de Janeiro, v. 13, p. 71-86, 2011.

A acumulação por espoliação e o novo navio negro¹

Rodrigo Fernandes Silva
rodrigo.unicamp@gmail.com
Instituto de Geociências – Unicamp

Palavras-chave: forma geográfica, lugar, acumulação de capital, capital fixo.

Do ponto de vista geográfico, o território herdado, vivido e atualizado serve tanto como suporte e abrigo, para a vivência de alguns, como de recurso para outros (GOTTMANN, 2012). Esse entendimento passa, em parte, pela compreensão da introdução das obras de engenharia, ou seja, objetos geográficos. Por um lado, essa análise nos permite verificar como ocorre a instalação dessas obras, de um lado, como elas organizam das atividades econômicas, desorganizando a vida de relações dos lugares (SANTOS, 1979).

260

De acordo com Marx (1970), assim como no reino dos mamíferos podemos classificar integrantes como feminino e o masculino, nos meios de trabalho encontramos uma parte de *capital fixo* e outra de *capital circulante*. Os *primeiros* são produzidos já na forma fixa, vinculados ao solo, como as fábricas, edifícios, ferrovias; os *segundos* são criados fixos e logo depois são colocados em circulação. Para esse autor, a ideia de capital fixo é proveniente dos economistas fisiocratas, sobretudo a Adam Smith. Todavia, Marx destaca a descoberta de Smith, para o emprego de uma vez, pelo capitalista, de todo capital necessário à instalação desses *grandes capitais* (MARX, 1970).

Smith (1974), por sua vez, entende que o capital é compreendido, de um lado, pela *poupança*, como a causa imediata do aumento de capital, e por outro, pela distinção *produção entre: as matérias primas, os produtos semimanufaturados e as matérias auxiliares* (usados na produção sem ser incorporada fisicamente no produto final).

1 O presente texto é uma parte argumentativa usada no Trabalho Final da disciplina “Conflitos atuais da acumulação primitiva. Projetos de investimento em infraestrutura, populações nativas e rurais e os movimentos sociais no Brasil e nas Américas do Sul e Central”, ministrados, no primeiro Semestre de 2011, pelo Prof. Dr. Arsênio Oswaldo Sevá Filho, no IFCH - UNICAMP. Com o título: “Conflitos atuais da acumulação primitiva: verticalidades e horizontalidades”.

Nesse sentido, para Moraes e Costa (1984), é fundamental diferenciarmos a noção do *valor do espaço* e o *valor no espaço*: a primeira é o *espaço geográfico empirista e naturalista* e a segunda é *espaço econômico*. Nesse quadro, o próprio espaço aparece, *respectivamente*, como *valor de uso* e como *valor de troca*, sendo: como o primeiro é a condição universal e preexistente do trabalho; e como o segundo é a função de sua mobilidade pelo planeta. Assim, o espaço é a condição geral da produção, o receptáculo do trabalho humano. Ao longo do desenvolvimento da história, podemos ver como a *progressiva e desigual acumulação de trabalho na superfície da terra* desnaturaliza o território, criando uma desigual alocação de trabalho (MORAES; COSTA, 1984).

Fundamentalmente, a circulação e o movimento fluido sobre o espaço só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas verticalidades, ou seja, obras de infraestruturas físicas, na forma de capitais fixos incorporados a terra como: rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, redes de cabos e oleodutos (HARVEY, 2011). São as grandes obras e intervenções espaciais que rompem os laços do cotidiano local (VAINER, 2011).

De qualquer forma, é este trabalho morto acumulado nos meios de produção quem orienta a *especialização das atividades produtivas* e as *produções materiais que se agregam ao solo* – como formas espaciais que duram mais que os processos que os engendraram (MORAES; COSTA, 1984). Assim, podemos ver como, cristalizado nos meios de produção, o trabalho aparece na *forma de capital fixo* ou como *fixação de capital no espaço*.

Santos (1979), no entanto, lembra que os avanços tecnológicos equipam as *Economias Centrais* com objetos portadores de potencialidades específicas. Isso, porque, estes objetos são dotados de *conteúdos e finalidades*. Para ele, esses projetos representam os pioneirismos de *um capital auxiliar*, isto é, capital emprestado a baixas taxas ou doado, praticamente indispensável à abertura das portas ao capital produtivo. Nesse movimento, quando são transferidas de uma *formação socioeconômica* para *outra*, modificam esta última. Assim como, os *capitais fixos* são os *instrumentos de trabalho* que aumentaram de tamanho (como verdadeiras próteses humanas), agora os *conteúdos técnicos* dos objetos geográficos se tornaram bem mais explícito e evidente.

De acordo com Vainer (2011), a nova geopolítica, iniciada na década de 1970, reconfigura o lugar e o conecta a uma *lógica internacional exógena*. Segundo ele, a introdução de novos capitais gera a expulsão das populações (direta ou indiretamente, na forma do migrante). Esta é parte das implicações do regime de acumulação por espoliação da nova geopolítica, fundada pelo tripé *capital nacional estrangeiro estatal*, como nos descrevia Kowarick (1993).

Entretanto, para Harvey (2011), a *acumulação via espoliação*² possui duas formas processuais básicas de acumulação de capital no território³: *celulares e moleculares*. Segundo este autor, o *caráter contínuo da acumulação de capital*⁴ é baseado na extração de recursos da natureza para serem consumidos alhures, restando no lugar o controle e a dominação territorial, social, política e econômica mediada pelo controle militar.

Por isso, os processos celulares nos fornecem visões do imperialismo, amparados em projetos de que ocupam o território a fins de “*mobilizar recursos naturais e humanos desse território, para fins políticos, econômicos e militares*”. Os processos moleculares, por sua vez, são entendidos tendo o imperialismo como um “*processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assume sua primazia*” (HARVEY, 2011, p. 31).

Neste contexto, a administração pública e os governos políticos instalados pelo território constituem uma variedade de escalas geográficas e um conjunto de hierarquias organizadas, onde operam os processos moleculares. Esses fatores possuem grande peso na lógica das diferenciações e especializações espaciais e regionais da produção. Dessa forma, as atividades capitalistas produzem o desenvolvimento geográfico desigual. Moreira (2012), por sua vez, utiliza a mesma nomenclatura, no caso brasileiro, para descrever os *processos moleculares* que demandam grandes áreas, diferentemente dos que ocorrem no interior dos espaços produtivos, que ele denomina de *processos celulares*.

2 O conceito de espoliação foi utilizado por Lúcio Kowarick (1993), em A Espoliação Urbana.

3 Ele cita inclusive impérios do passado como: romano, otomano, chinês imperial, russo, soviético, austro-húngaro, napoleônico, britânico, francês, entre outros (p. 15).

4 Veja: MIDNIGHT, Notes Collective. “The new Enclosures”, preprinted from Midnight Notes #10, 1990. n.2, september 2001.

Nesse ponto argumentativo, encarar o trabalho como um processo de valorização é justificar que a contradição capital-trabalho possa explicar a organização do espaço, sob o modo de produção capitalista. Nele, a criação de valores se encontra na apropriação dos *recursos próprios do espaço*, na *construção de formas humanizadas* sobre o espaço, na conservação desses construtos e na modificação do substrato natural, operada pelas obras humanas.

Consideramos sim, de acordo com Santos (1979), a forma geográfica o *novo Cavalo de Troia*⁵. Para ele, a penetração dessas formas, nos países subdesenvolvidos, fica evidente quando verificamos as instalações das obras de engenharia, sobretudo, como elemento de expansão dos sistemas técnicos atuais. Como um *presente de grego*, cada elemento introduzido implica no rearranjo e substituição dos sentidos já existentes por novos, mais operacionais. Nesse curso, vincula as execuções de projetos aparentemente isolados que, ao mesmo tempo, visam acelerar a modernização capitalista e frustrar projetos nacionais.

Todavia, optamos pelo neologismo da noção desse *Cavalo* vestido com as funções do *Navio negreiro* (embarcação usada, no período colonial, pelos portugueses para o tráfico de escravos africanos para o Brasil), como um *novo Navio negreiro*. Assim, a *metáfora* se torna mais funcional e complexa. Uma vez que essas obras de engenharia são os elementos físicos necessários à produção e o atributo contabilizado como vantagem de localização, funcionando para capitalistas individuais como as vantagens tecnológicas (HARVEY, 2011).

Contudo, é com essa nova roupagem, diferentemente do simples “*presente grego*”, que funcionam “*os modelos em desenvolvimento*”, como conector, como suporte por onde ocorre o fluxo, conduzindo e transportando os *lugares escravizados*, das condições preexistentes à *escala global*. *Essa passagem, entretanto*, não se dá em abstrato, mas sim via

⁵Harvey (2003; p. 136) utiliza a expressão, no sentido clássico, para designar a *política de expropriação do socialismo* da Nicarágua, se referindo à ajuda, da Organização de Inteligência Norte Americano (CIA), para promover uma ofensiva no país.

controle telecomunicacional e bélico. Assim, *mediante esta tecnosfera criada, se abre a possibilidade da projeção da voz dos lugares e as modificações na psicofera.*

Referências bibliográficas

- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, Campinas, 2012.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 5. edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARX, Karl. O capital: Crítica da economia política. Livro 2: Processo de circulação do Capital. Volume 3. Tradução do original em alemão: DAS KAPITAL: Kritik der polittschen Ökonomie Zweiter Band. Bush II: Der Zirkulationsprozess des Kapilats. Segunda edição 1893. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.
- MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Crítica: a valorização do Espaço**. São Paulo, HUCITEC, 1984.
- MOREIRA, Ruy. **Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.
- SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. 5. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2009.
- SEVÁ, Oswaldo. Néo-desenvolvimentismo: máscara do imperialismo, ameaça à democracia. **Revista Democracia Viva**, Rio de Janeiro, IBASE, 2010.
- SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. São Paulo: Editora Victor Civita, 1974.
- VAINER, Carlos B. Viabilidade e impactos das grandes obras no Brasil. In: SEMINÁRIO GRANDES OBRAS E MIGRAÇÕES, 2001. **Anais...** São Paulo: ITESP, 2011.

Difusão de notícias econômicas no território brasileiro: rumos da globalização

Wagner Wendt Nabarro
wagner.wn@gmail.com
FFLCH - USP

Palavras-chave: jornalismo econômico, território brasileiro, informação.

Sendo atualmente responsável pela disseminação do conhecimento sobre economia nacional e internacional, mas também participante das dinâmicas políticas nacionais, regionais e locais, o jornalismo econômico apresenta extrema importância em um período no qual temos a informação e as finanças como variáveis preponderantes. Por meio do entendimento dos fluxos noticiosos é possível observar aspectos relevantes das mudanças da estrutura econômica e comunicacional do território brasileiro no século XX. Sendo assim, pretendemos realizar uma breve retomada da consolidação do jornalismo econômico no território brasileiro, buscando compreender o processo de sistematização da atividade e seu papel na globalização.

A concepção do jornalismo econômico é fato essencial para a compreensão das mudanças que se seguiram no contexto brasileiro. Quintão (1987, p. 25) o define como “difusão dos fatos e temas relacionados com economia e setor de finanças”, mas Kucinski (1996, p. 21) acrescenta que, ao contrário do jornalismo genérico, não reporta apenas episódios anômalos, mas “processos e sistemas são igualmente objetos de interesse”. É imprescindível notar que a mídia não nos dá propriamente o fato, mas uma interpretação (SANTOS, 2001), e a forma e o conteúdo transmitidos são sempre imbuídos de ideologia, uma vez que são a expressão e a interpretação de um modelo econômico dentro de um modo de produção. A lógica de aceleração e eficiência de conteúdos, por exemplo, pode levar, segundo Kucinski (1996), à fetichização de acontecimentos econômicos e à obscuridade da ligação entre episódios e processos. Moretzsohn (2002) atribui a esse atual fetiche da velocidade uma despreocupação geral no jornalismo em relação aos conteúdos transmitidos. Dois momentos são destacados por fortes conteúdos ideológicos

no jornalismo econômico brasileiro: o redirecionamento das discussões políticas para um discurso racionalizador nos anos 1970 (QUINTÃO, 1987) e o discurso neoliberal nos anos 1990 (PULITI, 2009).

Se entendemos, assim, o jornalismo como expressão de um modo de produção em um atividade midiática, também buscamos entender sua distribuição no território brasileiro sob a óptica da formação socioespacial (SANTOS, 1982) brasileira. É por meio dela que entendemos que as informações econômicas que passam a circular com cada vez mais frequência no Brasil integram o estabelecimento do meio técnico-científico informacional (SANTOS, 1996), seus meios de transmissão situando-se na Região Concentrada (SANTOS; SILVEIRA, 2001) e, especialmente, em São Paulo¹, que exerce, por meio dessa densidade informacional e pelos diversos serviços associados às finanças e à informação, sua contemporaneidade (SILVA, 2001).

Embora o jornalismo econômico tenha se pautado de início em núcleos regionais, não há dúvidas dessa tendência concentradora que, como analisa Pred (1977, p. 69), já estava presente na era pré-telegráfica, em que as notícias sobre economia estavam disponíveis “mais prontamente nas maiores cidades a nível nacional”. A lógica das informações econômicas seguia em especial os locais dotados de maior densidade transacional, em especial locais cujas trocas envolviam partes distantes e estrangeiras. Para Labasse (1974), a “circulação de capitais se organiza num sentido único, em detrimento das províncias e em favor das metrópoles” que, assim, serão os principais centros de atuação do jornalismo econômico, funcional às atividades mais concentradoras de capital.

Em um esforço de compreensão das diversas dinâmicas da atividade, lançamos mão do recurso da periodização para a compreensão da difusão do jornalismo econômico pelo território brasileiro, avaliando as seguintes etapas:

¹ As 12 publicações nacionais voltadas para economia ou finanças listadas pelo Instituto Verificador de Circulação (2013) são todas editadas em São Paulo. Entre elas, consta um único jornal especializado, o Valor Econômico, e a revista Exame, que também é responsável por uma série de publicações secundárias.

Quadro 1. Periodização do jornalismo brasileiro

Período	Topologia	Característica	Elementos
Pré-1950	Local/ Regional	Latência	Notas comerciais e “jornais do commercio”
1950-70	Regional/ Nacional	Consolidação	Cadernos de economia; revistas; boletins
1970-90	Nacional	Despolitização	Cadernos com editoria própria; Gazeta Mercantil; revista Exame; revistas internacionais
1990-atual	Nacional/ Internacional	Financeirização	Revistas nacionais e internacionais; cadernos de economia; <i>websites</i> ; Gazeta Mercantil (extinta) e Valor Econômico

Organização própria baseada em Puliti (2009), Quintão (1987), Kucinski (1996).

O jornalismo econômico, descreve Puliti (2009), se configurava, até o início do século XX, “voltado às necessidades do perfil agrário-exportador”, baseado em pequenas notas comerciais e voltado a questões locais. Tal configuração de uma atividade funcional aos investidores e demais agentes econômicos condiz com a descrição de Contel (2006, p. 291), para quem a vida regional dominou, por muito tempo, o uso financeiro do território brasileiro.

Observa-se uma progressiva ampliação das escalas de circulação, de início restrita às grandes metrópoles. A incorporação das informações em grandes jornais através, principalmente, dos cadernos de economia², é um dos fatores de maior promoção dessa circulação mais ampla. Essa incorporação também amplia o público, inicialmente composto apenas por comerciantes e investidores; esse é um processo importante por meio do qual, pouco a pouco, a economia passa a ser parte integrante do cotidiano popular. Podemos identificar nessa mobilização de conteúdos econômicos, em especial naquela relativa à financeirização do noticiário econômico (PULITI, 2009), a formação de uma psicofera (SANTOS, 1996) que antecede e busca embasar a financeirização da vida cotidiana e a

² A criação dos cadernos se deu nos anos 1950 (QUINTÃO, 1987) pela criação de suplementos dos grandes jornais como Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo e Jornal do Brasil, resultado da progressiva incorporação de analistas e “entendidos” de economia no corpo editorial; posteriormente, a partir dos anos 1970, ocorre a ampliação dos cadernos (KUCINSKI, 1996) com a criação de editorias próprias e a progressiva diminuição da autonomia dos repórteres.

proliferação de instrumentos financeiros, tendo como um dos episódios-chave o grande envolvimento entre a mídia de ampla difusão e a inflação do início dos anos 1990.

Também é crescente a aparição das agências globais de notícias no noticiário econômico, com destaque para a tradicional Reuters, que já enviava pequenas notas de economia internacional desde os primórdios do jornalismo brasileiro, e para a Bloomberg, de surgimento recente e crescente atuação no país. A nível nacional, destaca-se a Broadcast (SILVA, 2002), pertencente à Agência Estado, que fornece informações financeiras em tempo real através de seus terminais. De fato, as grandes agências de informação financeira vêm ocupando funções previamente cumpridas por jornais e revistas ao fornecer a investidores e comerciantes dados econômicos instantâneos que permitem agir rapidamente no mercado. Difundem, dessa forma, as técnicas relacionadas à finança tornada global, com acontecimentos macroeconômicos suplantando cada vez mais aqueles regionais e locais nos cadernos e revistas de economia.

Referências bibliográficas

268

- CONTEL, Fábio. **Território e finanças:** técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. Tese (Doutorado em Geografia Humana) — Departamento de Geografia — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- KUCINSKI, B. **Jornalismo Econômico.** São Paulo: Edusp, 1996.
- LABASSE, J. **L'espace financier:** analyse géographique. Paris: Armand Colin, 1974.
- MORETZSOHN, S. **Jornalismo em “tempo real”:** o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2002.
- PRED, A. **Sistemas de cidades em economias adiantadas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- PULITI, P. **A financeirização do noticiário econômico no Brasil (1989-2002).** Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) — Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- QUINTÃO, A-S. F. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964.** Rio de Janeiro: Agir, 1987
- SANTOS, M. Formação Espacial como teoria e método. In: SANTOS, M. **Espaço e Sociedade:** ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. **Por uma outra globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, J. de P. **A Broadcast, o mercado financeiro e a cobertura de economia da grande imprensa. Dissertação (Mestrado em Comunicação)** – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

SILVA, A. M. B. **A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

A evolução da informação e as transformações no trabalho

Gabriela de Costa Gomes
gabriela.gomes@ige.unicamp.br
Unicamp

Palavras-chave: capital-informação, trabalho imaterial, urbanização do território.

A evolução da técnica transformou irremediavelmente a realidade da sociedade capitalista, e esta passou a ser regida pelos enormes aportes de ciência aplicada ao desenvolvimento e reprodução do capital. Os avanços tecnológicos, que se intensificaram ao longo das últimas décadas, transformaram a lógica do tempo e do espaço, uma vez que a comunicação instantânea se tornou uma constante na realidade atual, e, desse modo, as operações financeiras globalizadas romperam as últimas barreiras que impediam que a economia capitalista atingisse o ápice de sua evolução.

270

No mundo contemporâneo, onde impera a racionalidade do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002), a informação assumiu papel de destaque com seus fluxos se tornando imprescindíveis para a dinâmica social e para a (re)produção do sistema capitalista. Para Bolaño (2000) a informação se torna condição para a existência de uma economia mercantil. Assim, o mundo globalizado está apoiado na produção e no consumo de informação (ANTUNES, 2000), e esta, transformada em mercadoria, torna-se um elemento estruturante a serviço da economia, reorganizando, mesmo que de maneira indireta, o espaço mundial de acordo com os interesses das grandes corporações, promovendo uma verdadeira “tirania das determinações econômicas” (ISNARD, 1982, p.239).

As relações sociais capitalistas são baseadas em uma relação de dominação e poder (BOLAÑO, 2000) logo, quem detém a informação no mundo globalizado detém o poder. As redes informacionais asseguram o controle do espaço (RAFFESTIN, 1993) e, dessa

forma, todos os discursos difundidos pelos agentes do capital hegemônico, essenciais para a reprodução deste, são repletos de trabalhos com informação.

Para Dantas (2003 p.10) a informação “é um processo de seleção efetuado por algum agente, entre eventos passíveis de ocorrer em um dado ambiente”. Segundo o autor “para que ocorra informação haverá sempre necessidade de interação (ou comunicação) entre um sujeito e um objeto, ou sujeito a sujeito”. Assim, cabe ao sujeito extrair um sentido das emissões de sinais que podem vir sob a forma de vibrações sonoras, radiações elétricas, etc. “Sinais sinalizadores não passam de fenômenos físico-energéticos se não existir, no ambiente, algum agente capaz de percebê-los e deles extrair algum sentido ou significado” (DANTAS, 2003, p.10).

Nesse contexto de robustez da técnica e da ciência, onde a informação emerge como força produtiva (DANTAS,1999), o trabalho adquire novas características. Com a valorização do conhecimento e das atividades informacionais sob diversas formas, desde a circulação da informação banal (SILVA, 2010) até a comercialização da informação estratégica, as atividades ligadas ao setor de inteligência e gestão ganham força graças a forte demanda criada pelo mercado. Assim os profissionais envolvidos no processo de produção e aplicação do conhecimento, bem como as grandes corporações intensivas no uso do capital-informação (DANTAS, 2003) que visam através deste minimizarem suas perdas, surgem como uma tendência cada vez maior em meio a realidade técnica-científica-informacional do espaço geográfico contemporâneo. Tais profissionais encabeçam uma série de novas profissões típicas do mundo contemporâneo, e se tornam cada vez mais especializados no tratamento e na obtenção da informação.

Para Gorz (2005) o conhecimento se transforma em “capital imaterial”. Desse modo, a alta tecnologia empregada nos processos industriais e mercantis transforma o conhecimento em um novo tipo de capital, que possui alto valor antes mesmo de ser produzido. A mercadoria produzida passa a ter um valor agregado que corresponde também ao conteúdo imaterial que ela carrega: o conhecimento e a informação.

Esse “capital intelectual” do qual nos fala André Gorz, passa a ser uma constante na vida das “corporações-rede”¹ (DANTAS, 1999), e o chamado “mundo moderno” vem valorizando os profissionais e empresas que lidam com esse recurso. Assim, o trabalho como categoria fundamental de análise do mundo contemporâneo sofre mudanças trazidas com esse incrível aporte de saber científico. Se antes o homem vendia sua força de trabalho para a indústria, com a ascensão das novas tecnologias de informação sendo empregadas no processo produtivo esse quadro sofre mudanças, já que grande parte do “trabalho pesado” passa a ser executado pelas máquinas que foram acrescentadas da informação necessária à produção das mercadorias, e, ao homem especializado, coube a tarefa de gerenciar o trabalho executado pelo maquinário.

Na atual fase do capitalismo contemporâneo assistimos a ascensão do chamado trabalho imaterial². Antunes (2000, p. 130) explica que o trabalho imaterial é uma “tendência presente no mundo produtivo da empresa capitalista moderna e em interação com as formas de trabalho material³”. Trabalhos material e imaterial estão “subordinados à lógica da produção de mercadorias e de capital” (ANTUNES, 2000, p. 128). A partir de então, ganha destaque o trabalho da publicidade, do marketing, da pesquisa de mercado, de consultoria em gestão, dos experts em tecnologias da informação, dos operadores de mercados de capitais, entre outros, que buscam cada vez mais a qualificação necessária à tarefa de gerir, buscar, processar e interpretar os sinais emitidos sob a forma de informação.

As alterações sofridas pelo trabalho humano foram significativas e, especialmente em países subdesenvolvidos, seus impactos têm sido marcantes, pois com o trabalho imaterial figurando como nova tendência no mundo contemporâneo (ANTUNES,

1 “A organização empresarial característica do capitalismo informacional emergente neste fim de século é uma constelação articulada e interativa de grandes, médias e pequenas empresas fabris, comerciais, financeiras e mercadológicas, distribuídas à volta do mundo, através das quais se divide o trabalho, tendo ao centro uma companhia que domina as marcas e as tecnologias estratégicas de produto e de processo. Cabe a essa companhia coordenar todo o sistema que a ela se subordina” (DANTAS, 1999, p. 219).

2 Trabalho “dotado de maior dimensão intelectual”. (ANTUNES, 1999, p.125). Figura como nova tendência do trabalho, uma vez que vivemos num mundo no qual a informação adquiriu papel de destaque regendo o mercado e influenciando diretamente a configuração social do mundo globalizado.

3 O trabalho material pode ser pensado como o trabalho laborativo manual, executado pelo operário. (Antunes, 1999, p. 130).

2000) a necessidade de qualificação por parte do trabalhador é cada vez maior, e isso impacta significativamente nas populações desses países que vem sendo avassaladoramente esmagadas pela força das mudanças que chegam de maneira rápida e sem planejamento, já que no mundo subdesenvolvido as disparidades são profundas e a carência por serviços básicos, entre eles a educação, é cada vez maior.

Nesses lugares a absorção de toda a tecnologia e redes de informação promove um “crescimento econômico” cujo preço é pago pelas grandes levas de desempregados e de trabalhadores desqualificados que vivem com salários cada vez mais baixos, em cidades cada vez mais caras, graças aos ideais de consumo alardeados pela mídia em favor da expansão do capital. O resultado disso é uma “urbanização caótica” (SANTOS, 1993) dada a coexistência de lógicas conflitantes, onde a sociedade se vê cada vez mais expropriada de si mesma e do espaço em que vive, uma vez que esse vem sendo pensado para favorecer a fluidez necessária a expansão do capitalismo.

Diante de todas as mudanças ocorridas na sociedade e no espaço geográfico, o homem despreparado fica a mercê da força do capital e das grandes corporações que o representa. Portanto, o espaço precisa ser pensado para o homem, no intuito de amenizar os problemas oriundos da aplicação da ciência e da tecnologia na produção, uma vez que o desemprego e todas as suas implicações se tornam uma tendência assustadora em meio às sociedades desamparadas, que vivem à mercê de um Estado cada vez mais voltado aos ditames das grandes corporações e suas exigências.

273

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2a Ed, 2000.

BOLAÑO, C. **Indústria Cultural:** Informação e Capitalismo. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

DANTAS, M. Capitalismo na era das redes: trabalho, informação e valor no ciclo da comunicação produtiva. In. LASTRES, H; ALBAGLI, S., **Informação e**

Globalização na era do conhecimento. p. 216-261. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DANTAS, M. Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 60, 2003.

GORZ, A. **O Imaterial:** conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

ISNARD, H. **O espaço Geográfico.** Coimbra, Portugal. Livraria Almedina, 1982.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SILVA, A. M. B. A cidade de São Paulo e os círculos de informações. **Revista Ciência Geográfica**, Ano XIV Vol. XIV, no 1, Jan/Dez, 2010.

Recursos naturais e desenvolvimento: novas perspectivas para o debate

Fernando Campos Mesquita
fernandocmesquita@gmail.com
Unicamp

Palavras-chave: Recursos Naturais; Retrocesso Econômico; Oportunidade de Desenvolvimento.

Desde meados da década de 1940 até o atual estágio de globalização, a estratégia de se estabelecer, na América Latina, um modelo de desenvolvimento econômico sustentado por uma produção intensiva em recursos naturais tem sido objeto de um amplo debate. Questiona-se em que medida essa condição representa um retrocesso ou uma nova oportunidade aos países do continente. Nosso objetivo é discutir o posicionamento e as ideias apresentadas por essas linhas de análise.

As formulações teóricas que marcam o debate sobre a relação entre recursos naturais e desenvolvimento podem ser divididas de acordo com dois contextos históricos. O primeiro, predominou, grosso modo, até a primeira metade do século XX, momento em que a condição primário-exportadora despontava como a característica marcante na maioria dos países do continente (FURTADO, 2007). Nessa fase, os argumentos favoráveis à produção primária eram pautados na tese das vantagens comparativas de Ricardo, enquanto que a crítica se baseava na defesa da industrialização como meio da América Latina obter os frutos do desenvolvimento encontrado nos países centrais (CARDOSO, 1993). O segundo ponto, tendo na corrente estruturalista sua base central, apresentou-se como a visão hegemônica da época. Essa perspectiva, embora não pregasse o abandono da produção de bens primários, pois o capital adquirido por meio de suas exportações poderia ser utilizado para a aquisição de maquinários e instrumentos para as indústrias, trazia uma crítica à incapacidade desse tipo de atividade em atuar como motor da economia (PREBISCH, 2000). Isso se justifica pelo maior potencial da indústria em estimular o progresso técnico, os índices de produtividade e, desse modo, ampliar as remunerações de

seus empregados, ao passo que, os produtos primários sofreriam um fenômeno inverso com a deterioração dos preços no mercado internacional (PREBISCH, 2000).

Fortalecia esse ponto de vista, a observação do que vinha ocorrendo nos países latino-americanos. A Venezuela, cujo setor dinâmico da economia se voltava à exportação de recursos naturais, sobretudo, de petróleo, constitui um caso interessante. Como assinala Furtado (2008, p. 49), embora essa atividade conseguisse reter uma maior quantidade de receitas, em comparação aos demais países primário-exportadores baseados em produtos agrícolas, por um lado, seus impulsos na economia eram insuficientes para absorver o excedente de mão-de-obra e, por outro, as fases de expansão petroleira provocava uma sobrevalorização do câmbio e, conseqüentemente, favorecia as importações. Nessas condições, as atividades internas, para sobrevirem, precisavam ser fortemente protegidas (FURTADO, 2008, p. 54).

Entretanto, esse debate assume uma característica distinta no contexto histórico que se inicia na maioria dos países da América Latina entre os anos de 1980 e 1990, e, que aprofunda-se, a partir de 2000, com a entrada da China como compradora de commodities agrícolas e minerais. Ou seja, esse processo ocorre como uma contraposição ao intenso desenvolvimento industrial que se sucedeu, sobretudo no Brasil, na segunda metade do século XX (TAVARES, 1973). No caso, as medidas de reestruturação econômica e abertura comercial, que marcaram a orientação política desse período, transformavam, mais uma vez, os recursos naturais no principal motor das taxas de crescimento (ERBER, 2001).

Essa situação fez surgir inúmeras críticas, que, em partes, retomam o pensamento estruturalista. Bresser-Pereira e Gala (2010), por exemplo, entendem que esse fenômeno pode provocar efeitos como a “doença holandesa”. A ideia é que a exportação de recursos naturais tem a capacidade de impulsionar a acumulação de capital e gerar uma classe empresarial expressiva, porém, ao elevar a taxa de câmbio, desestimula o avanço da comercialização de bens industriais (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 673). Em outro artigo, Bresser-Pereira (2010, p. 69), considera esse fato um responsável direto pelo recente processo de desindustrialização, que, segundo o autor, vem ocorrendo no Brasil.

Porém, os recursos naturais não estão nas mesmas condições daquelas estudadas por Prebisch (2000). Transformações importantes ocorreram nessas atividades desde a segunda metade do século XX. Por exemplo, (a) as mudanças climáticas e a importância de se reduzir a dependência das energias fósseis tem estimulado a emergência de um paradigma tecnológico pautado nas energias renováveis, dentre as quais, se destaca a bioenergia (JACOBSSON; JOHNSON, 2000); e (b) o avanço na engenharia genética e o surgimento da “biotecnologia moderna” impactaram significativamente na agricultura, na medida em que, tem se permitido “criar novas espécies a partir da transferência de genes entre duas outras distintas”, promovendo, assim, o “desenvolvimento de uma planta com um atributo de interesse econômico, como é o caso das plantas resistentes a vírus ou a pragas” (SILVEIRA *et al.*, 2005, p. 102).

Alguns trabalhos vem sendo realizados nessa direção. O estudo de Perez (2010) é uma das principais referências. Essa autora ressalta a dificuldade que a América Latina teria em competir com a produção industrial asiática, onde o custo da mão-de-obra é mais baixo. Mas, por outro lado, essa condição do comércio internacional cria uma demanda por produtos intensivos em recursos naturais, na qual, a Ásia não pode suprir. Essa ideia não significa um retorno às clássicas vantagens comparativas, pois está em jogo a possibilidade de se aproveitar o desenvolvimento tecnológico que os recursos naturais podem gerar. Segundo Perez (2010, p. 125): “the traditional problem of mono-export of raw materials could be turned into a high-growth future of complex technologies and a varied export profile by taking intelligent advantage of the possession of natural resources”.

Nessa nova fase, observa-se que os recursos naturais tem a capacidade de formar um complexo sistema de interações que envolvem: (a) firmas e indústrias complementares; (b) instituições de ensino e pesquisa; e (c) um sistema de infraestrutura e serviços especializados (PEREZ, 2010, p. 127). Ou seja, são redes que estão relacionadas tanto às atividades produtivas, quanto às de pesquisa. Portanto, na visão de Perez (2010, p. 133), os setores intensivos em recursos naturais podem demandar serviços e criar novas oportunidades aos locais que estão inseridos, a partir de um processo, que, em seu conjunto, inclui desde funcionários de baixa qualificação até uma mão-de-obra especializada com alto nível de conhecimento.

Essas teses são reforçadas por Marin et al. (2009). As autoras questionam a tradicional interpretação neo-schumpeteriana que classifica as indústrias intensivas em recursos naturais como de baixa intensidade tecnológica. No momento atual, certas atividades inseridas nesse contexto tem aumentado seu dinamismo, tornando-se, cada vez mais, uma opção estratégica para um desenvolvimento tecnológico e sustentável (MARIN et al., 2009, p. 3). Assim, não é possível enquadrar toda produção baseada em recursos naturais em um mesmo grupo. Cada um desses setores tem uma contribuição específica para o desenvolvimento, sendo que, alguns deles tem demonstrado um alto dinamismo tecnológico, dependência de serviços especializados e demanda por geração de conhecimento.

Por essa perspectiva, a retomada no crescimento dos recursos naturais refere-se a um processo muito distinto daquele que marcou o período primário-exportador. Assim, a própria associação com a ideia da “doença holandesa” precisa ser revisada de acordo com as novas especificidades desse setor (PEREZ, 2010, p. 136). Como defendem Marin et al. (2010, p. 5), muitas das observações que indicaram uma causalidade entre atraso e a abundância de recursos naturais no passado podem não ter a mesma validade no período atual. Embora isso não signifique, necessariamente, a mudança para uma perspectiva otimista, fica claro que o debate sobre os recursos naturais deve ser entendido com ideias distintas daquelas formuladas a partir da observação desse setor na primeira metade do século XX.

278

Referências bibliográficas

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Taxa de câmbio, doença holandesa e industrialização. In: **Cadernos FGV Projetos**, vol. 5, 2010. Disponível em <<http://bit.ly/19mY7nK>>. Acesso em Ago. 2013.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GALA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 4, p. 663-686, 2010. Disponível em <<http://bit.ly/MrWEx3>>. Acesso em: Mai. 2012.
- CARDOSO, F. H. Originalidade da cópia; a Cepal e a idéia de desenvolvimento. In: CARDOSO, F. H. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ERBER, F. S. O Padrão de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico e o Futuro da Indústria Brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, vol. 5, UFRJ, 2001.

- FURTADO, C. (1958) **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Edição Nacional, 2007.
- FURTADO, C. (1957) O desenvolvimento recente da Venezuela. In: FURTADO, C. **Ensaios sobre a Venezuela**, Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Celso Furtado, 2008.
- JACOBSSON S., JOHNSON, A. The diffusion of renewable energy technology: an analytical framework and key issues for research. In: **Energy Policy**, V. 28, 2000.
- PEREZ, C. 'Technological dynamism and social inclusion in Latin America: a resource-based production development strategy'. **CEPAL Review**, n. 100, 2010. Disponível em <<http://bit.ly/18YGZ3N>>. Acesso em dez. 2012.
- PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- MARIN, A.; NAVAS-ALEMAN, L.; PEREZ, C. The possible dynamic role of natural resource-based networks in Latin American development strategies. **CEPAL-SEGIB Project**, 2009.
- SILVEIRA, J. M.; BORGES, I. de C.; BUAINAIN, A. M. Biotecnologia e agricultura: da ciência e tecnologia aos impactos da inovação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n.2, p. 101-114, 2005.
- TAVARES, M. da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Proximidade geográfica e a relação universidade-empresa: o caso das empresas graduadas pela Incamp

Lucas Baldoni

lucasbaldoni@ige.unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas

Palavras-chave: Proximidade Geográfica, Relação Universidade-Empresa, Incubadoras.

Introdução

As novas configurações espaciais dos sistemas de inovação agrupam locais de inter-relação entre empresas e universidades (U-E). No Brasil, principalmente a partir da década de 90, nota-se o início de uma nova estratégia da universidade como ator importante nos sistemas regionais e nacionais de inovação. De acordo com Chaves (2009) essa estratégia veio despontar desde o momento em que a universidade começou a executar atividades ligadas ao setor produtivo, por exemplo, participando ativamente na criação de suas próprias empresas. Segundo Ondategui (2006), um aspecto importante que recentemente deve ser analisado refere-se à distribuição geográfica do desenvolvimento tecnológico, pois ele é capaz de gerar redes de informação que se configuram espacialmente tanto na escala global quanto local. Essas redes de informação materializam-se no espaço geográfico e são propiciadas pela proximidade entre empresas e outras instituições, como no caso, a universidade.

A proximidade geográfica favorece a interação e troca de conhecimento em atividades ligadas ao desenvolvimento tecnológico. Conforme Torre (2003), a proximidade territorial permite contatos face a face, que se desenvolvem nos espaços em que se observa um ambiente cultural compartilhado. Os produtores tendem a se agrupar para se beneficiarem dessas externalidades positivas de proximidade, isto é, da informação que circula com maior facilidade. Scott e Storper (1986), consideram que a razão para que essas atividades se aproximem geograficamente consiste no seu anseio de minimizar os custos,

pois o contato com fornecedores e clientes pode aumentar as chances de encontrar os insumos necessários e escoar seus produtos finais com maior eficácia.

Agrawal e Henderson (2002) e Colyvas et al (2002) afirmam a importância dos canais de transferência de conhecimento, que são beneficiados devido a proximidade geográfica. Esses canais, segundo, Cohen et al (1998, 2002) são as atividades que envolvem a estratégia de cooperação entre o meio acadêmico e o setor produtivo através de interação e transferência de conhecimento. Essas atividades, de acordo com Lester (2005) aumentam a capacidade de desenvolver o espaço local. Por exemplo, apoio para a criação e desenvolvimento de EBTs evidencia que as universidades podem contribuir, dando acesso a empresas localmente instaladas no seu Campus e no seu entorno.

Em Campinas (SP), a percepção de que havia um potencial elo entre a pesquisa e a produção industrial fez com que o poder público do município passasse a promover iniciativas em conjunto com a Unicamp a fim de alavancar o desenvolvimento tecnológico do município e da região. Castro (2006), afirma que atualmente a Unicamp estabeleceu mecanismos mais ativos por intermédio de sua Agência de Inovação (Inova- Unicamp) para fortalecer parcerias entre a Unicamp, empresas e órgãos do governo, além de incentivar o ambiente empreendedor na Universidade.

A Inova-Unicamp foi criada em 2003 e um dos seus objetivos consiste em apoiar e estimular novas empresas de base tecnológica (EBTs) além de aprimorar o papel da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Unicamp (Incamp) que fora fundada em 2001 com administração transferida para a Inova-Unicamp afim de implantar uma estrutura propícia e apoiar a criação e o desenvolvimento das empresas incubadas e graduadas. Para tanto, o presente trabalho pretende contribuir para o entendimento das relações Universidade-Empresa no que tange a importância da proximidade geográfica como fator relevante na localização das empresas graduadas pela Incamp, pois verifica-se que essa relação é fator importante no processo de desenvolvimento local, principalmente quando a proximidade facilita o contato cotidiano entre esses dois atores.

Objetivo

A pesquisa visou analisar a importância da proximidade geográfica no que corresponde à atual localização das empresas graduadas pela Incamp, sobretudo, às vantagens e desvantagens em manter-se no entorno do Campus da Unicamp.

Resultados

De acordo com a análise dos dados e o recorte espacial estabelecido, constata-se que do total de empresas graduadas pela Incamp a maior parte localiza-se no município de Campinas (SP). Também, constata-se que a maioria das empresas que graduaram pela Incamp localizam-se no entorno da Unicamp, ou seja, os bairros inseridos no Distrito de Barão Geraldo, Macro zona 3 do município, cujo planejamento prevê áreas reservadas para empreendimentos de alta tecnologia, que visam ampliar a interação entre organizações públicas e privadas, voltadas para o desenvolvimento de P&D de Campinas. Contudo, podemos considerar que as empresas graduadas que se localizam nesta área podem se beneficiar de um ambiente voltado às atividades inovativas, com a presença da Unicamp e outros empreendimentos ligados à indústria de alta tecnologia. Portanto, a proximidade geográfica entre esses atores pode ser fator relevante para as empresas deste estudo de caso.

282

Tendo em vista a vocação de Campinas, e, conseqüentemente os objetivos previstos para a Macrozona 3, em que se localiza o Distrito de Barão Geraldo, nota-se o predomínio do setor de Tecnologia da Informação dentre as empresas graduadas. Nesse cenário, observa-se que o maior número de empregados das empresas graduadas pela Incamp, localizadas em Barão Geraldo também corresponde ao setor de Tecnologia da Informação. Portanto, entende-se que o predomínio das empresas da área de Tecnologia da Informação, neste local pode ser considerado um atributo de valor para as empresas graduadas, pois elas podem beneficiar-se da vocação tecnológica do município, sobretudo, a proximidade com a Unicamp e com os empreendimentos ligados às atividades de alta tecnologia.

Por último, para complementar a pesquisa foram entrevistadas algumas empresas graduadas pela Incamp que localizam-se no entorno da Unicamp afim de

identificar algumas das vantagens e desvantagens em proximidade geográfica com a referida universidade. O relato dessas empresas demonstra que existem vantagens e desvantagens em manter seus escritórios nas proximidades da Unicamp. Nota-se que o contato com a Incamp prevalece após a saída da empresa graduada, devido o compartilhamento da infraestrutura de laboratórios e recursos humanos da universidade, apesar dos custos de locação de imóveis comerciais ser o primeiro obstáculo para a empresa graduada quando sai da Incamp. Entretanto, os atrativos consistem nas relações formais e informais que essas empresas podem estabelecer com toda a comunidade universitária, beneficiando-se, por exemplo, de projetos de pesquisa; com a participação em seminários e workshops de promoção e intercâmbio de informações técnicas, da oferta e recrutamento de alunos que movimentam a dinâmica dos bairros próximos à Unicamp.

Considerações finais

A menor distância geográfica entre os agentes envolvidos desempenha um papel significativo, dado que a transmissão de informações entre eles tem possibilidade promover os contatos face a face. As relações U-E promovidas pela proximidade entre as empresas graduadas que mantêm suas instalações localizadas no Distrito de Barão Geraldo, no entorno da Unicamp, fazem com que o espaço local seja agente facilitador no desenvolvimento dessas EBTs, pois o fato da empresa graduada localizar-se em Barão Geraldo implica na possibilidade de aproveitamento de uma série de externalidades, por exemplo, a infraestrutura Científico-Tecnológica do entorno da Unicamp e os recursos humanos provenientes da própria universidade, que são imprescindíveis para a inovação e para a descoberta de novos produtos e processos para as empresas graduadas que mantêm sinergias com a Unicamp devido a proximidade geográfica.

Referências bibliográficas

AGRAWAL, A.; HENDERSON, R. Putting patents in context: exploring knowledge transfer from MIT. **Management Science** 48 (1), 2002, pag. 44-60

CASTRO, A. C. **Produção e Disseminação de Informação Tecnológica: A Atuação da Inova - Agência de Inovação da Unicamp.** Dissertação de Mestrado

Apresentada ao Programa de Pós Graduação em Tecnologia da Informação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Puc- Campinas, 2006

CHAVES, D.C.R. **A Universidade Empreendedora do séc. XXI: O Papel Estratégico da Propriedade**

Industrial. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, 2009.

- COHEN, W., LEVINTHAL, D. Innovation and learning: the two faces of R&D. **The Economic Journal** 99, 1989, pag. 569-596.
- COHEN, W., NELSON, R., WALSH, J. Links and impacts: the influence of public research on industrial R&D. **Management Science** 48 (1), 2002, pag 1-23.
- COLYVAS, J., CROW, M., GELIGNS, A., MAZZOLENI, A., NELSON, R., ROSENBERG, N., SAMPAT, B. How do University inventions get into practice? **Management Science** 48 (1), 2002, pag 61-72.
- LESTER, R. K. Universities, Innovation, and the Competitiveness of Local Economies: Summary Report from the Local Innovation Project. **Industrial Performance Center, Working Papers Series**, MIT, 2005.
- ONDATEGUI, J.C. Distritos Industriales, Ciudades Inteligentes y Regiões Del Conocimiento: El Arte de Innovar y El Territorio de Las Possibilidades. In: **Industria y Ciudad em España: Nuevas Realidades, Nuevos Retos**. Estudios y Monografias de Economía. Madrid: Ed. Thomson Civitas, 2006, pag 75-110.
- SCOTT, A. J.; STORPER, M. Industrial change and territorial organization: a summing up. In: **Production, Work, Territory**. The geographical anatomy of industrial capitalism. Massachusetts: Allen & Unwin Publishers, 1986.
- TORRE, A. Desenvolvimento Local e Relações de Proximidade: Conceitos e Questões. **Revista Internacional de Desenvolvimento**, v. 4, n. 7, set. 2003.

